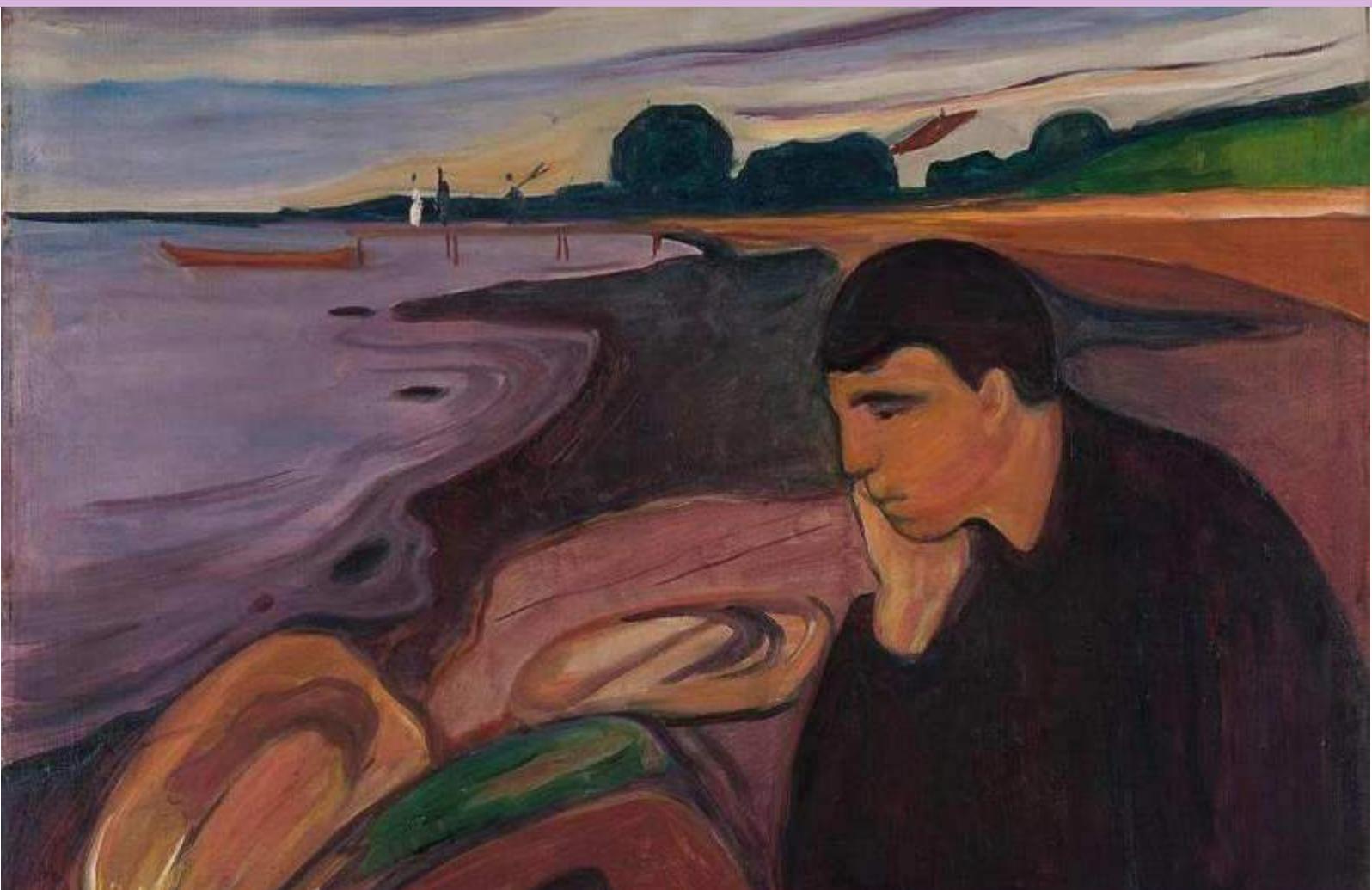


REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 10 – VOLUME 10 – NÚMERO 1

2016



UFRJ



Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2016

Ano 10

Volume 10

Número 1

Revista de História Comparada (2016) – Ano 10 – Volume 10 – Número 1 – ISSN: 1981-383X
Copyright© by Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Fábio de Souza Lessa, Flávio Gomes, Leila Rodrigues da
Silva e Paulo Duarte Silva (editores) *et alii*, 2016.

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 10, v. 10, n. 1.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2016.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax :0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: hcomparada@historia.ufrj.br

Site: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br>

Revisão:

Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaeli

Hiram Alem

Valtair A. Miranda

Vítor Luiz Silva de Almeida

Projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Edvard Munch: Melankoli, 1894-1896. © Munch-museet/Munch-Ellingsen gruppen/BONO

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 10 – Volume 10 – Número 1 – junho/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretor: Fábio de Souza Lessa

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenadora: Leila Rodrigues da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Fábio de Souza Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Hiram Alem (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Valtair A. Miranda (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Vítor Luiz Silva de Almeida (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

ESA MELANCOLÍA GOZOSA QUE NO CESA. CONSTRUCCIÓN DE LA SAUDADE DESDE UNA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL 7

A JOYFUL SADNESS THAT NEVER ENDS. CONSTRUCTION OF THE "SAUDADE" FEELING FROM A HISTORICAL-CULTURAL VIEW

Ivan Sanchez-Moreno

AS ÁREAS DE GUERRA ABERTA E AS DE PREVENÇÃO MILITAR. O CENTRO-SUL E O NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII) 58

AREAS OF OPEN WAR AND MILITARY PREVENTION. THE CENTRAL SOUTH AND NORTH OF AMERICA (SECOND HALF CENTURY XVIII)

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

A COMPARAÇÃO ENTRE OS REGIMES RETÓRICOS ANTIGO E MODERNO NO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR DE EDUARDO PRADO (1879-1901) 83

A COMPARISON BETWEEN THE ANCIENT AND MODERN RHETORICAL SCHEMES IN CONSERVATIVE POLITICAL THOUGHT OF EDUARDO PRADO (1879-1901)

Rodrigo Perez Oliveira

NOTÍCIAS DE ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS ITALIANAS NA IMPRENSA DE CAXIAS DO SUL/RS E JUIZ DE FORA/MG (1880 - 1914) 119

NEWS ABOUT ETHNIC ITALIAN SCHOOLS AND ASSOCIATIONS IN THE PRESS OF CAXIAS DO SUL/RS AND JUIZ DE FORA/MG (1880 - 1914)

Terciane Ângela Luchese; Maysa Gomes

ANNA RIBEIRO E JOAQUIM NABUCO ENTRE "DOIS MUNDOS" ESCRAVISTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA RECEPÇÃO DE A CABANA DO PAI TOMÁS 145

ANNA RIBEIRO AND JOAQUIM NABUCO BETWEEN "TWO WORLDS" SLAVE: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE RECEPTION OF UNCLE TOM'S CABIN

Marcelo Souza Oliveira; Rogério Barreto Santana

DE ÍNDIOS, CAMPONESES, BANDIDOS E DOENTES: A FACETA POPULAR DA REVOLUÇÃO MEXICANA NOTICIADA POR GRANDES JORNAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS – UMA ANÁLISE COMPARADA (1910-1914) 170

DE INDÍGENAS, CAMPESINOS, BANDIDOS Y ENFERMOS: LA FACETA POPULAR DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA NOTICIADA POR GRANDES PERIÓDICOS BRASILEÑOS Y ARGENTINOS: UN ANALISIS COMPARATIVO (1910-1914)

Natally Vieira Dias

HISTÓRIA COMPARADA, HISTÓRIA TRANSNACIONAL E CINEMA: DIÁLOGOS E UM ESTUDO DE CASO 201

COMPARATIVE HISTORY, TRANSNATIONAL HISTORY AND CINEMA: DIALOGUE AND A CASE STUDY

Flaviano Bugatti Isolan

PARA UMA RECEPÇÃO DO MEDIEVO: A TEMÁTICA *VIKING* NO *HEAVY METAL* (1988 – 1990) 230
FOR A RECEPTION OF THE MIDDLE AGES: THE VIKING THEME ON HEAVY METAL (1988 – 1990)

Daniele Gallindo Gonçalves Silva; Mauricio da Cunha Albuquerque

A BIOGRAFIA EM UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA 262
THE BIOGRAPHY IN A NEW POLITICAL HISTORY

Isabella Nogueira; Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

ESA MELANCOLÍA GOZOSA QUE NO CESA. CONSTRUCCIÓN DE LA SAUDADE DESDE UNA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL¹

Iván Sánchez-Moreno²
Universitat Oberta de Catalunya

Recebido: 29/02/2016

Aprovado: 02/05/2016

Resumen: Este trabajo plantea un nuevo método de análisis sobre los procesos genealógicos que constituyen un fenómeno complejo como es la *saudade*. Partiremos de una revisión de los fundamentos histórico-culturales de la *saudade*, enmarcándola en el período del Romanticismo y rastreando el peso que tuvo en la constitución de varios modelos de subjetividad a partir de la divulgación de una determinada estética a través de la poesía. Nuestro trabajo se establece en tres niveles de análisis simultáneo. Por un lado, atenderemos a una dimensión filogenética, centrándonos en los aspectos históricos y culturales que predispusieron a la configuración de maneras particulares de expresar la subjetividad *saudosa*. A nivel ontogenético, destacaremos las diferencias culturales que presentan otras formas sentimentales afines y, finalmente, abordaremos el uso de categorías, representaciones y pautas que articulan el sentir *saudoso*. Con este trabajo deseamos contribuir al estudio de la Historia abriendo nuevas vías de colaboración entre las Ciencias Sociales, las Humanidades y las ciencias *psi*.

Palabras-clave: Saudade; Genealogía histórico-cultural; Análisis mediacional; Romanticismo; Subjetividad.

A JOYFUL SADNESS THAT NEVER ENDS. CONSTRUCTION OF THE "SAUDADE" FEELING FROM A HISTORICAL-CULTURAL VIEW

Abstract: This paper presents an analysis of the processes of historical and cultural construction of the feeling of "saudade". We begin with a review of historical and cultural foundations of "saudade", especially during the period of Romanticism. Then we will see the possibility of establishing a model of subjectivity through the dissemination of poetry of "saudade". For this reason, our paper presents three simultaneous levels of analysis. First, a phylogenetic dimension to historical and cultural aspects that determine specific ways of expressing the subjectivity of "saudade". Then, an ontogenetic level, where we see the cultural differences that have other related forms of feeling. Finally, we will address the use of representations and behaviours that articulate the feeling of "saudade". With this paper we want to contribute to the study of history by opening new ways of collaboration between the social sciences, humanities and sciences *psi*.

Keywords: Saudade; Historical and cultural studies; Mediational analysis; Romanticism; Subjectivity.

¹ Trabajo adscrito al Programa de Pós Graduação em História Comparada da UFRJ. El autor desea expresar su gratitud a Victor A. Melo y Arthur Arruda Leal Ferreira.

² E-mail: ivan.samo@gmail.com.

“Tristeza não tem fim
Felicidade sim”
(Vinicius de Moraes y Tom Jobim, *Orfeo Negro*)

Introducción y objetivos

¿Se puede leer en la *saudade* romántica un modelo de subjetividad? Ésta es la pregunta central de nuestro presente trabajo, atendiendo a la complejidad estructural, funcional y emocional que implica el propio concepto de *saudade*. Entendemos la *saudade* como una forma de representación de la expresión sentimental humana muy ligada a un contexto cultural concreto, pero también configurado básicamente alrededor de los años que enmarcan el período histórico denominado Romanticismo. Consideramos que dicha época fue prolífica en cuanto a la difusión de múltiples modos de percibir y apreciar una supuesta subjetividad de carácter *saudoso* a través de la ingente producción poética del momento. Al respecto, la generación de la expresión poética durante el Romanticismo fue de la mano de la constitución de unos estamentos que, más o menos explícitamente, consolidaban una idea de lo que hoy conocemos como *saudade*. Esta proclive emergencia de poesía *saudosa* fue, por descontado, mucho más evidente en la cultura portuguesa y brasileña, pero no fue la única que generó su propia concepción de *saudade* por medio de similares diseños de un modelo *saudoso* de la subjetividad.

Partiendo de la citada premisa básica que va a dirigir el curso de nuestra pesquisa –demostrar que bajo la concepción de la *saudade* romántica subyace un modelo de subjetividad–, se derivan otros objetivos específicos como son:

1. Reivindicar el Romanticismo como contexto histórico y cultural propicio para la generación y difusión de la expresión sentimental de la *saudade*.
2. Probar la idoneidad de un método como el análisis mediacional para un estudio de corte histórico-cultural.
3. Destacar la existencia de diversas definiciones de *saudade* originadas en un mismo marco histórico y cultural.
4. Contrastar diversas representaciones expresivas de afectividad afines a las que caracterizan el sentimiento *saudoso* en otras culturas.

5. Revisar algunas de las prácticas, los discursos y las representaciones sociales de la expresión *saudosa* a través de varios modelos de subjetividad.

Para tal fin, hemos configurado un trabajo estructurado en cuatro partes, enmarcadas entre una introducción y un apartado final dedicado a las conclusiones.

En la primera parte expondremos el cuerpo teórico sobre el cual sustentamos nuestro pensamiento, planteando un abordaje de la subjetividad como producción histórico-cultural que es generada y mantenida a través de un discurso y unas prácticas afines. Le seguirá otra parte centrada en la presentación del contexto escogido para nuestro estudio, como es el período histórico del Romanticismo, época en la que el concepto de la *saudade* gozó de su máxima eclosión. La tercera parte estará dedicada a los argumentos metodológicos a los que recurrimos para este trabajo. Para ello hemos optado por un análisis mediacional que entrecruce tres niveles simultáneos de atención sobre nuestro objeto de estudio: un nivel filogenético, un nivel ontogenético y un nivel morfogenético del fenómeno de la *saudade*. No nos olvidamos de reservar un breve espacio para definir qué es la mediación y qué relevancia puede tener en un trabajo como que ahora nos concierne.

Desde la importancia que trasciende en el mismo, la cuarta parte será la que ocupe un mayor número de páginas. Aquí aplicamos las bases previamente explicadas a tres definiciones posibles de la *saudade* surgidas de la poesía romántica preferentemente escrita en portugués, pero aventurando algún escaqueo por la literatura poética de otras culturas y lenguas. Dicho bloque de nuestra investigación se abrirá con una exposición de las ideas y prácticas y del universo simbólico que implica una posible definición general de la *saudade* para, a continuación, analizar con detenimiento los tres niveles explicitados más arriba (es decir, a un nivel filogenético, ontogenético y morfogenético) respecto a tres modelos destacados de entender la *saudade* como experiencias subjetivas.

Hemos elegido tres modelos que suponen enfoques muy representativos de la *saudade* según el credo estético del Romanticismo. En primer lugar, una concepción mórbida de la *saudade* como equivalente del estado depresivo; en segundo lugar, la vinculación metafórica entre *saudade* y muerte; en tercer lugar, la

saudade entendida como sentimiento asociado a una esperanza futura. Cerraremos nuestro trabajo con un apartado para las conclusiones, donde retomaremos las premisas iniciales para constatar si el análisis de estas tres formas de entender la *saudade* desde la poesía romántica ha servido para sugerir sendos modelos de subjetividad.

Marco teórico: La subjetividad como producción histórico-cultural

Partimos del concepto de subjetividad como un constructor polivalente, complejo y de carácter histórico-cultural asociado a nuevas formas cualitativas de organización y desarrollo de la realidad.³ Desde este abordaje debe reconocerse una naturaleza social, cultural e histórica en la construcción de subjetividades que integra al sujeto, sus acciones y prácticas en un contexto dado, su historia (tanto filogenética como ontogenética) y las diversas formas de representación que se generan dentro de múltiples espacios socio-culturales. En consecuencia, no se entiende aquí la subjetividad como un reflejo natural del hombre, sino como producción de un sistema complejo a lo largo de la historia. No nos basamos en la pretenciosa búsqueda de una ley universal sobre el hombre, sino en la comprensión de una constitución de la experiencia de subjetividad a partir de prácticas y técnicas de sí y de modos determinados de organización del conocimiento, enmarcados dentro de un discurso y contexto específicos. Hablar de subjetividad, por tanto, nos lleva inevitablemente a preocuparnos por el efecto resultante de un conjunto de prácticas y dispositivos contingentes en la historia. La siguiente cita resume el punto de partida desde el que planteamos la cuestión sobre la construcción histórico-cultural de modelos de subjetividad:

La posición que defiendo es que lo subjetivo es la trama simbólico-emocional que se configura en las personas y en sus diferentes espacios sociales como resultado de las múltiples experiencias vividas. Esa trama no es el resultado directo y lineal de experiencias externas, sino el

³ GONZÁLEZ-REY, Fernando L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad. Una aproximación desde Vigotsky hacia una perspectiva histórico-cultural**. Buenos Aires: Noveduc, 2009.; GONZÁLEZ-REY, Fernando L. Lenguaje, sentido y subjetividad: yendo más allá del lenguaje y el comportamiento. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 345-357, 2011.; SÁNCHEZ-MORENO, Iván; ALONSO, Oriol; GARCÍA DE FRUTOS, Héctor; RIBA, Carles. La subjetividad *desde* el margen. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 313-320, 2011.

resultado de los múltiples efectos colaterales de lo vivido que, procedente de campos diversos, se integran subjetivamente en cada espacio de experiencia social definida en términos de la cultura, los que toman forma subjetiva a través de las configuraciones subjetivas actuales de la persona, grupo o institución que vive esa experiencia.⁴

Siguiendo a Dilthey, la postura fenomenológica que defiende el filósofo José Ortega y Gasset subraya aún más que la subjetividad no puede reducirse a la idea de unidad, sino que es constitutivamente multilateral.⁵ El yo subjetivo no puede entenderse como una existencia en abstracto o en el vacío, sino que es siempre circunstancial; ni se desliga en su funcionalidad su mecanismo psíquico de otro físico –y viceversa– en su relación con el mundo. Pero, por otra parte, el concepto de subjetividad no se reduce tampoco a una organización intrapsíquica. Nos referimos en todo caso a un nivel de producción simbólico-emocional que da lugar conforme a unas prácticas enmarcadas y definidas socio-culturalmente y que derivan de un legado histórico previo (onto- y filogenético). Dichas prácticas y representaciones sociales de la subjetividad pueden constituirse institucionalmente a partir de discursos más o menos explícitos de subjetividad, como trataremos de exponer en este trabajo.

Por consiguiente, las configuraciones subjetivas deben entenderse como un sistema en proceso constante, vivos y cambiantes, fluidos y nunca estáticos, ni pueden ser representados como tendencia universal. Al respecto, rechazamos una concepción naturalista de la subjetividad que desatienda el análisis de las prácticas humanas que pueden cambiar la propia mirada sobre el mundo. Robert Legros asume que en cuanto el individuo se creyó independiente de referencias divinas o sobrenaturales, se planteó buscar en sí mismo el fundamento de sus pensamientos, acciones y emociones.⁶ También Habermas advierte que la era moderna nació con el principio de subjetividad⁷. Otros autores como Heidegger⁸ sitúan el dominio del sujeto como algo subvertido al uso activo de un discurso histórico-cultural en el

⁴ GONZÁLEZ-REY, F. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit., p. 36.

⁵ ORTEGA Y GASSET, José. El proyecto que es el yo. *In: Goya*. Madrid: Espasa-Calpe, 1963. p. 96-105.

⁶ FOCCROULLE, B.; LEGROS, R.; TODOROV, T.; TAVOILLOT, P. H. Vida y destino del individuo en el arte. *In: TAVOILLOT, P. H. (Ed.), El nacimiento del individuo en el arte*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006. p. 103-121.

⁷ BOWIE, A. **Estética y subjetividad. La filosofía alemana de Kant a Nietzsche y la teoría estética actual**. Madrid: Visor, 1999. p. 19.

⁸ *Ibidem*. p. 22.

cual se ve inmerso; la subjetividad se torna así en efecto del discurso en la que está situada, pero también de las prácticas que el sujeto ejerza sobre las directrices propuestas u ofrecidas por dicho discurso.

Aquí se apunta la relevancia del papel activo y auto-reflexivo del sujeto en su propio contexto tanto histórico como cultural, así como su representación social, relacionando estrechamente la subjetividad con formas de comprender los procesos sociales y también las diferentes expresiones institucionalizadas que legitiman y mantienen determinados modelos de subjetividad. Así, el autor entiende el lugar del sujeto y la producción de subjetividades como procesos instituidos e instituyentes de la sociedad, sin perder de vista que la auto-reflexión sobre la propia subjetividad lleva a una transformación en la comprensión de la sociedad y de sus procesos de configuración.

Fernando Pessoa es uno de los poetas que más ha sabido hacer de la poesía una vía de autoconocimiento y de exploración introspectiva del yo. Poemas como la célebre *Autopsicografía* y alguna de las *Coplas al gusto popular* como las que copiamos a continuación son un claro reclamo de esta orientación que casi podríamos etiquetar de *epistemológica* por referirse al propio conocimiento a través del análisis del estado de la subjetividad, a pesar de la incapacidad que el poeta asume de sí mismo a la hora de pretender transmitir sus sentimientos más personales. Así lo identifica el lector al apreciar en la palabra “*pena*” un doble sentido en el segundo de los poemas que puede leer a continuación: por un lado, expresa la tristeza; por el otro, la pluma con la que el poeta intenta (d)escribirla en su propio poema.

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente”.
“Tenho uma pena que escreve
Aquilo que eu sempre sinto.
Se é mentira, escreve leve.
Se é verdade, não tem tinta.⁹

⁹ PESSOA, Fernando. **Poemas escogidos**. Barcelona: Plaza & Janés, 1989. p. 48-49, 244.

Si consideramos que los modelos de subjetividad determinan una forma de ser y sentir el mundo, es lícito insistir en dicha concepción activa del sujeto, como producto que es de una dialéctica con la realidad. Definida de esta manera, la subjetividad supone un punto de partida desde el que construir un conocimiento sobre el mundo, para alcanzar después el valor de una práctica del ser. El doctor Leal Ferreira remarca aún más el papel activo que desempeña el sujeto en su experiencia subjetiva del yo, asumiendo su carácter potencialmente auto-reflexivo.¹⁰ Pero subraya la mediación de la subjetividad como un dominio psicológico de la realidad que se demarca en oposición y/o complementariedad de una dimensión externa (caracterizada por rasgos de objetividad), sin por ello descuidar la influencia que el sistema de promoción subjetiva en el que los sujetos viven su realidad reciba por parte de otros sistemas que, a su vez, generen nuevas opciones de acción y nuevas alternativas para transformar el propio sistema.

Esta generación constante de modos de vivir no surge de la nada. Tampoco las prácticas simbólicas con las que el sujeto configura su realidad y provocan sus acciones en ella se mueven en abstracto. El papel activo del hombre responde a una doble condición de la subjetividad: una dimensión social y otra individual, ambas indisolubles de una carga emocional adscrita y de una dotación de sentido que será clave para la capacidad de auto-reflexión del propio sujeto sobre sí.

Los procesos creativos como fuente de subjetividad

Conviene reivindicar aquí los procesos creativos como un foco primordial de interés para entender los fenómenos humanos de la psicología por ser los que, “de forma más contundente”, destacan el carácter activo y generador de la subjetividad.¹¹ El autor reconoce la importancia de la producción creativa para el estudio de las experiencias vividas, dando por resultado un abordaje muy distinto sobre cómo se construye y cambia la percepción de la realidad. Incluso Foucault admite que la experiencia estética debe ser incluida en el espectro de formas de

¹⁰ LEAL FERREIRA, Arthur Arruda. La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y las prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 359-374, 2011.

¹¹ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit., p. 36.

hacer subjetividad.¹² El sentido estético al que nos referimos implica una relación de transformación del yo a través del objeto estético (sea éste una categoría de Belleza, una obra de arte, un texto poético, etc.). La relación con éste afectará al sujeto de modo que se hace difícil –si no imposible– asegurar una regularidad única de entender la realidad. No serán dos voces solitarias que defiendan la sugerente intervención de una psicología del arte en el amplio campo del estudio de las subjetividades. En épocas muy distantes, Tzvetan Todorov y Friedrich Schelling así lo manifiestan en las respectivas citas que hemos destacado:

Demasiado a menudo tenemos la tendencia a olvidar que el arte también es conocimiento. A veces me abruma el rechazo a reconocer esa dimensión, y la reducción de la literatura a una pura forma sin relación con el mundo y la historia. (...) En ese sentido es que veo en él conocimiento: ¿por qué leemos las obras del pasado? No es para conocer la sociedad del pasado, sino para comprenderse mejor a uno mismo.¹³

Pero qué tesoros de la poesía yacen, escondidos en el propio lenguaje, que el poeta no convierte en lenguaje; que, por así decir, sólo saca de él como de una cámara del tesoro, sólo convenciendo al lenguaje para que los revele.¹⁴

Avanzándose casi un siglo y medio (la cita es de 1842), Schelling parece coincidir con Todorov posicionarse críticamente contra toda postura hermenéutica de la literatura que pretenda abordarla sólo como categoría intemporal, ahistórica y descontextualizada. Asimismo, ambos admiten la estrecha relación entre el arte poético y la producción de subjetividades ya que ésta se acaba beneficiando de la divulgación literaria a lo largo de un período de tiempo y enmarcada en una cultura concreta. Por tanto, la literatura poética no debiera tratarse como una forma de escritura cualquiera, y menos aún en un período histórico tan intenso artísticamente como fue el Romanticismo, durante el cual se acrecentó su importancia para la construcción de una sociedad ideal por medio de la difusión de nuevos valores éticos, estéticos y afectivos que configurarían unos modelos posibles de subjetividad.

¹² BOWIE, A. Op. Cit., p. 24.

¹³ FOCCROULLE, B. et al. Op. Cit., p. 120.

¹⁴ BOWIE, A. Op. Cit., p. 121.

En efecto, en el Romanticismo se acentuó la expresión de un yo particular gracias a la voz personal del poeta, dibujándose a través de su literatura una nueva clase de subjetividad. La poesía romántica no sólo sirvió para reafirmar su individualidad, sino que también manifestaba un inédito interés por explicarse a sí mismo el modo cómo el propio sujeto se dejaba afectar por fuerzas que lo superan, sean éstas conscientes o que pudieran trascender a su propia voluntad, tal es la proclama que hace Focroulle sobre la implicación del arte en la formación de la subjetividad en el Romanticismo.¹⁵

Ejemplos de ello los podemos encontrar en la obra literaria de Gustavo Adolfo Bécquer, Charles Baudelaire, Lord Byron, William Blake, Johann Wolfgang von Goethe, John Keats, Rainer Maria Rilke, Arthur Rimbaud, William Wordsworth o Novalis, por citar unos cuantos. De entre todos ellos, cabe destacar muestras de esa búsqueda de explicación sobre los fenómenos complejos de la mente como son la *Oda a Psique* de Keats¹⁶ o *El Abstracto Humano* de Blake, una de sus *Canciones de experiencia* de 1794 de la que extraemos sus significativos últimos versos:

Los Dioses de la tierra y del mar
Han recorrido la Naturaleza para ver este Árbol;
Pero en vano fue su busca,
Sólo crece uno en el Cerebro Humano.¹⁷

No es casual que Bowie subraye que la modernidad comenzó a partir del momento en que la interpretación unívoca del mundo dejó de ser entendida como la representación de algo ya determinado de antemano para pasar a ser, por el contrario, el producto de una reflexión propia sobre el mundo.¹⁸ Esta premisa, según la tesis del mismo autor, será más exacerbada durante el Romanticismo, sobre todo cuando a finales del siglo XVIII Kant asignó la necesidad de adquirir conocimiento sobre la realidad sin recurrir a ninguna divinidad u orden inherente y predeterminado. En esto, Kant superaba con creces el axioma cartesiano *cogito ergo sum*, puesto que Descartes terminó acudiendo a Dios para garantizar el

¹⁵ FOCCROULLE, B. et al. Op. Cit.

¹⁶ KEATS, John. **Odas y Sonetos**. Barcelona: Orbis, 1997. p. 155-159.

¹⁷ BLAKE, William. **Cantos de inocencia. Cantos de experiencia**. Barcelona: Orbis, 1998. p. 117-119.

¹⁸ BOWIE, A. Op. Cit.

equilibrio del universo. Para Kant, más radical que el filósofo francés, la única certeza cognoscitiva debía hallarse dentro de nuestra propia mente, y no al margen. Así, el giro de la mirada antropológica hacia la subjetividad vino acompañado durante el Romanticismo de otros cambios a nivel político y social: de una parte, el surgimiento de una mentalidad capitalista basada en el individuo y el creador independiente; por otra parte, la reivindicación de un control racional de la realidad mediante consignas empíricas, basadas en la experiencia personal. Dichas consignas también podían ser dictadas por medio de vías alternativas como el arte o cualquier otro producto de la actividad creativa del hombre. De este potencial creativo es del que habla John Dewey en esta cita, según la cual el poder de la imaginación es tal que puede transformar la percepción misma sobre la realidad:

Las cosas en que la imaginación pone mayor énfasis cuando remoldea la experiencia son cosas que no tuvieron realidad. En el mismo grado en que la vida es plácida y frágil, la imaginación es perezosa y bovina. En el mismo grado en que la vida es inquieta y molesta, la imaginación se siente aguijoneada a forjar cuadros de un estado de cosas contrario (...). Lo que en la vida real es dificultad y desilusión, se transforma en éxito y en realización destacada en las ensoñaciones; lo que en la realidad es negativo se convertirá en positivo en la imagen que dibuja la fantasía; lo que en la acción real es molesto hallará compensación muy relevante en la imaginación idealizadora.¹⁹

Son palabras, por cierto, que parecen describir los mecanismos de consolación que esgrime la poética *saudosa*, como veremos más adelante, pero que también ponen de relieve que las vías de la estética y de una tentativa psicológica del arte permitirían acceder a otras formas válidas de entender la naturaleza humana. Si apreciamos las reglas de lo estético como construcciones exclusivamente humanas, deben situarse siempre en un contexto histórico y cultural concreto, no como resultado natural de unas leyes universales e inmutables a lo largo del tiempo.

Por ende, estas construcciones arbitrarias de la belleza estética habrían sido generadas por unos procesos racionales, afectivos y dinámicos que habrían puesto en íntima relación a los hombres con el mundo. Podríamos remitirnos a poemas en

¹⁹ GONZÁLEZ-REY, F. L. *Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...* Op. Cit., 2009. p. 92.

primera persona como los citados anteriormente bajo la firma de John Keats y William Blake. Entendida entonces la estética moderna como una factoría de modelos autónomos y singulares de subjetividad, los poetas románticos comenzarán a cuestionar con fervorosa pasión que exista una verdad única para con el mundo, apostando en cambio por verdades que partan de percepciones individuales aunque comúnmente compartidas por todo un modelo similar de entender al individuo y entenderse a sí mismos.

La producción cultural de sentido subjetivo

Si insistimos en hablar de subjetividad en base a un sujeto inscrito en un discurso definido como producción de un contexto socio-cultural dado y de unas prácticas adscritas, no debemos olvidar la especial relevancia que tiene el hecho de dotar de sentido a dicha experiencia subjetiva de la realidad. Entendemos aquí el concepto de sentido tal y como lo refiere González-Rey²⁰ abrazando las ideas de Vigotsky en relación con la vivencia subjetiva: como toma de conciencia particular que ejerce un sujeto sobre sí mismo a través de una experiencia dada. Esta perspectiva abre una nueva posibilidad de definición ontológica de la mente humana que puede ser muy adecuada para el estudio psicológico que nos proponemos de la poesía romántica y, en concreto, de un fenómeno complejo como es la expresión sentimental de la *saudade*.

El abordaje de cariz constructivista al que nos estamos refiriendo pone su énfasis en la importancia del lenguaje discursivo en la producción de sentido. Éste no se genera por el mero hecho objetivo asociado a él, sino por la forma en que es significado por el sujeto a raíz de sus experiencias particulares. Este significado es un procesamiento proactivo de la realidad que genera una percepción del mundo y de sí mismo, en el caso del sujeto. El sentido, pues, expone y organiza las configuraciones subjetivas más allá de una representación concreta de acción en tanto que supone “la expresión psíquica por excelencia de la condición cultural del hombre”.²¹

²⁰ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Lenguaje, sentido y subjetividad...** Op. Cit.

²¹ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit., p. 170.

Volviendo a su oposición a los fundamentos universales e invariantes de la subjetividad en corrientes como la hornada más reduccionista de la psicología cognitiva –aquella que trata la mente análogamente a un mero sistema de procesamiento de información en base a un esquema reactivo de *inputs-outputs*– o las neurociencias –por su prevalencia de una mirada organicista sobre los fenómenos psíquicos–, defendemos aquí una categoría de sentido como producto de un lenguaje en abstracto y al margen de la persona pensante, sino como expresión particular de una vivencia personal.

Desde este planteamiento, el concepto de sentido subjetivo permite la elaboración de una representación simbólica y emocional de la experiencia vivida. Ésta no es simple copia de la realidad, puesto que debe asimilarse los procesos de subjetividad dentro de un sistema vivo y susceptible de cambios en el curso de las acciones asociadas a determinada experiencia. Retomando la concepción activa del sujeto en esta perspectiva teórica, toda acción que el sujeto ejecute sobre su realidad será fuente permanente de producción de sentidos subjetivos. El autor destaca este carácter activo del sujeto y sus posibilidades de acción consciente remarcando la importancia de la experiencia vivida en el desarrollo de sus procesos psíquicos, contradiciendo así lecturas de la secuencia vivencial como una mera interiorización pasiva de pautas y conductas o pensamientos. Por el contrario, González-Rey²² valora que la generación de sentido subjetivo se da al mismo tiempo que se experimentan situaciones vividas en diferentes contextos y momentos de una historia individual y colectiva, asumiendo una doble condición ontogenética y filogenética de cada fenómeno subjetivo.

La subjetividad, por tanto, no será resultado o causa directamente consecuente de un comportamiento como si se estableciese entre ambos una relación lineal. Al respecto, el autor deja bien claro que la subjetividad es algo mucho más complejo que la mera condición objetiva que pretende dar explicación sobre los rasgos esenciales de la personalidad. González-Rey sostiene que la dimensión de sentido se constituye histórico-culturalmente en cada experiencia vivida y que por tanto no puede estar definida sólo por el hecho en sí.

²² Ibidem.

En tal aspecto, la teoría de González-Rey nos remite sin duda a la noción vigotskyana de la “zona de sentido”, pero también a la naturaleza funcional de los “actos de significado”.²³ No obstante, conviene distinguir que por sentido (*meaning*), González-Rey difiere de la concepción de Bruner en tanto que no se refiere a su traducción cognoscitiva (“significado”), sino al de dominio de una experiencia personal en el que, además, las emociones desencadenan una participación cardinal, como veremos en el siguiente apartado.

La variable emocional en la dotación de sentido subjetivo será muy relevante a la hora de introducir la acción simbólica del sujeto en espacios culturalmente constituidos para que sus experiencias sean significativas.²⁴ No en vano, si toda acción es siempre portadora de sentido debe entenderse entonces al sujeto como producción emergente de una relación dialéctica con la realidad, la cual no puede abordarse desprendida de unas normas formales y discursivas más o menos establecidas.

González-Rey señala la relevancia de atender a los espacios sociales concretos en los que se construye toda subjetividad, situados éstos histórica y culturalmente. Aquí, la representación social será una categoría crucial para la construcción de conocimiento psicológico sobre sí mismos, en cuanto a la idea que el sujeto tiene de su propia subjetividad. Dicha representación social aparece de manera germinal en los discursos que generarán unas prácticas concretas de sentido subjetivo, según refiere el autor, tanto si las gestiona el propio individuo como si son mantenidas y/o legitimadas por el grupo o la institución en la que aquél actúa. Nietzsche era del mismo parecer, dando a entender una realidad autopoietica que se engendraría a sí misma.²⁵ Otros autores del Romanticismo como Schelling también secundan la opinión de que el sentido subjetivo está supeditado a un discurso o lenguaje, siendo el lenguaje poético el más afín para el florecimiento de la autoconciencia. Entre éstos, Schleiermacher radicaliza aún más su postura al afirmar que las personas se convierten en “objetos del propio

²³ BALBI, J. Prólogo. In: GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad**. Buenos Aires: Noveduc, 2009. p. 7-15.; BRUNER, J. **Realidad mental y mundos posibles. Los actos de la imaginación que dan sentido a la experiencia**. Barcelona: Gedisa, 1994.

²⁴ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit., p. 32.

²⁵ BOWIE, A. Op. Cit., p. 262.

lenguaje”: “Cada persona es (...) un lugar en el que un determinado lenguaje se forma de una manera peculiar individual”.²⁶

Otras revisiones sobre la adquisición de sentido subjetivo en el Romanticismo, como la de Pierre-Henry Tavoillot, desconfían de un modelo de subjetividad distinto al de un mero lugar común de individuos que comparten un credo similar de entender su propio mundo, donde la idea de masa habría eliminado al yo y lo habría reemplazado por el ambiguo punto de vista de un “nosotros” genérico.²⁷ Ante la amenaza de borrar la noción de subjetividad individualizada frente a modelos generales de subjetividad, nosotros queremos poner el acento sobre el estudio de las emociones, una variable que suma un nuevo crédito a la aplicación de la psicología en el análisis de unos discursos poéticos que hablen sobre la propia concepción subjetiva de una manera de ser.

Enarbolando la perspectiva que apunta Vigotsky sobre la creatividad en los procesos de configuración de la subjetividad, González-Rey también está remarcando con insistencia el papel de las emociones en esta relación entre la vida psíquica y las funciones que se desencadenan activamente con la realidad. El autor se refiere, por un lado, a la emoción como forma particular de expresión de cada persona frente a una experiencia vivida. También entiende que no puede haber acción transformadora de la realidad sin emoción de trasfondo,²⁸ Esta cita de Olafson entresacada de un libro de 1988 expone con claridad el planteamiento con que nos vinculamos:

Desde un punto de vista puramente ontológico, los sentimientos nunca pueden estar equivocados. Es a través de ellos que experimentamos nuestra manera de ser en el mundo. En otras palabras, somos siempre como nos sentimos.²⁹

Contradiendo las premisas deterministas de una psicología que se preocupa de hablar de la subjetividad desde una dimensión exclusivamente reactiva, lo afectivo se torna aquí inseparable del imaginario lógico-cognitivo, dada

²⁶ Ibidem. p. 175.

²⁷ FOCCROULLE, B. et al. Op. Cit., p. 131.

²⁸ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit.; GONZÁLEZ-REY, F. L. Lenguaje, sentido y subjetividad... Op. Cit.

²⁹ GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad...** Op. Cit., p. 171.

la dimensión dialéctica que se establece entre lo simbólico y lo emocional en la teoría sobre la subjetividad que estamos desarrollando. El modelo dialéctico que confirma González-Rey introduce el plano de lo emocional en la experiencia subjetiva para generar un cambio psicológico sobre la realidad en la que está inmerso el sujeto. Así terminamos concluyendo que la subjetividad debe entenderse como producción no sólo simbólica sino también emocional. Sobre ambas vertientes daremos buena cuenta en el apartado específicos en el que procederemos a la definición y el análisis de la *saudade* en la poesía romántica.

Metodología: Análisis mediacional de la subjetividad saudosa

Se entiende por mediación toda relación con el mundo que provoca cambios en los elementos participantes.³⁰ En tal sentido, las prácticas mediacionales acompañan también toda una serie de convenciones, pautas sociales, reglas de comportamiento, disciplinas del cuerpo, gamas de sentimientos, cualidades formales, contextos concretos, etc., que subsisten en la intersección entre una historia de la subjetividad y el mundo que le rodea. Una mínima variación en esa mediación puede provocar cambios importantes en su percepción. Hablar de mediación es reconocer que el curso de acción se da en términos de continuidad, secuencialidad, asociación y relevo constante de mediadores. Por ello, los elementos mediacionales no son únicamente actores humanos, ya que la relación se da entre actores de muy distinta naturaleza (objetos, relaciones sociales, instituciones, valores definitivos, etc.).

Las mediaciones pueden definirse en la propia acción, pues pone en relación a un sujeto con un objeto en un espacio y un momento muy concretos, y en cuya experiencia se imbrican todos los elementos entre sí. Implica por tanto el papel activo de un agente social, de una praxis concreta y de un objeto determinado. Por ende, debe entonces entenderse la mediación como un marco para vivir una experiencia concreta, esto es, como una forma particular de explicar los

³⁰ SÁNCHEZ-MORENO, Iván. **La melodía interrumpida. Análisis histórico-genealógico de los fundamentos mediacionales en psicología de la música (1854-1938)**. Madrid, 2013. Tesis (Doctoral), Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Madrid, 2013.

acontecimientos que se producen, modos de ver, de sentir, de vivir, de experimentar una realidad.³¹

La postura socio-cultural de lo estético que defendemos aquí, en términos generales, asume una mediación constante entre sujeto social, sujeto individual y objeto. Esta propuesta no se aleja demasiado del proyecto primigenio de psicología que presentó Wundt en su momento, distinguiendo entre procesos mentales naturales y procesos mentales de orden socio-cultural, que serán más complejos y avanzados según lo sean también las formas de mediación que los gestionen.³² En tal aspecto, toda coincidencia con las bases de la psicología cultural que estamos exponiendo está fuera de toda duda. Ahora bien, esta visión de la mediación queda por otra parte asociada inevitablemente a una postura relativista, en el sentido de que todo mediador se interpone entre el mundo y el sujeto. El mediador, por tanto, *sintoniza* esa relación. La mediación, en definitiva, se convierte en una continua cadena de (inter)cambios con respecto a la realidad.

Como apunta la tesis de González-Rey, concebimos la mediación como representación de una función psíquica de interiorización de una operación desarrollada en un plano externo. Así, partiendo de esta teoría, el autor asume el abordaje del estudio de los fenómenos psíquicos a través de la relación sujeto-objeto. No se trata aquí de un análisis objetual, sino de cómo los actos del hombre se producen en relación con una realidad concreta (definida por unos espacios sociales y unos contextos históricos y culturalmente delimitados). Sería conveniente devolverle al sujeto un papel más activo en el estudio de la experiencia subjetiva que estamos reivindicando aquí. Esta rehabilitación del sujeto en la teoría mediacional ha de dirigir su atención en él, durante el progresivo proceso de toma de conciencia en su mediación con la realidad. Así, desde el planteamiento mediacional que se trasluce desde esta perspectiva de la psicología cultural, lo que más importa de la experiencia subjetiva es cómo se instala en el nivel de conciencia que el individuo alcanza durante dicha

³¹ BLANCO, Florentino; ROSA, Alberto; TRAVIESO, David. Arte, mediación y cultura. *In*: II SYMPOSIUM INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA Y ESTÉTICA, 2., Madrid. **Anais...** Madrid: Miraflores de la Sierra, 2003.

³² CASTRO, Jorge; SÁNCHEZ-MORENO, Iván. **Las variaciones Gould: Las alternativas a la psicología de la escucha.** Psicología Hoy. Madrid, Canal UNED / Radio 3-RNE, 2009.

experiencia. Es esa toma de conciencia de la mediación lo que legitima la senda epistemológica de la que surge toda cuestión de relevancia psicológica.

Para hablar de *mente*, de *representación* o incluso de *experiencia*, primero debe darse una concienciación de cambio en el ser. A tenor de lo dicho, nosotros admitimos al artista como el primer mediador de experiencias (psicológicas en tanto que estéticas) porque su obra funciona como catalizador cultural de sentido sobre la realidad.³³ Y cabe reconocer que los elementos que componen una cultura personal y que articulan su sentido vital se sirven en muchas ocasiones de la obra de arte como una prueba experimental sobre la vida, aunque las lindes entre las que lidian los engranajes de dicha experiencia sean a veces tan ambiguos como *a priori* indeterminados.

Como alternativa, apostamos por incorporar a nuestro campo el trabajo de Antoine Hennion.³⁴ Este autor entiende la obra de arte como un sistema complejo de co-construcción entre objeto y sujeto, mediado por unas prácticas definidas cuyo análisis permite reformular las definiciones de obra de arte, el papel del sujeto en la experiencia estética, la responsabilidad de las instituciones, la figura del autor o poeta y de tantos otros agentes implicados en la experiencia estética. Sin embargo, Hennion parece anteponer los principios de acción colectiva y tecnológica, desentendiéndose del sujeto como individuo particular. Pese a ello, lo que nos interesa rescatar de las teorías de Hennion es que remarca todos los aspectos relacionales con la vinculación socio-cultural del arte, ofreciendo nuevas herramientas para la reflexión epistemológica sobre la experiencia estética y el ser humano en relación con ella. Como hemos apuntado más arriba, dichos objetivos están en consonancia con los de la psicología cultural, si bien los postulados de la psicología cultural parten de la concepción de toda producción del hombre como

³³ CASTRO, Jorge; PIZARROSO, Noemí; MORGADE, Marta. La psicologización del ámbito estético entre mediados del siglo XIX y principios del XX. **Estudios de Psicología**, Madrid, v. 26, n. 2, p. 195-219, 2005.

³⁴ HENNION, Antoine. **La pasión musical**. Barcelona: Paidós, 2002.; HENNION, Antoine. ABÉCÉDAIRE de la médiation. Musica Falsa. **Musique, art, philosophie**, v. 18, p. 38-40, 2003.; HENNION, Antoine. Une sociologie des attachments. D'une sociologie de la culture à une pragmatique de l'amateur. **Sociétés**, v. 85, n. 3, p. 9-24, 2004.; HENNION, Antoine. Réflexivités. L'activité de l'amateur. **Réseaux**, v. 153, p. 55-78, 2009.; HENNION, Antoine. Gustos musicales: de una sociología de la mediación a una pragmática del gusto. **Comunicar**, v. 34, n. 17, p. 25-33, 2010.

una naturaleza artificial que permite sostener una realidad psíquica concreta, siendo ésta mediada por el uso de dispositivos de acción y relación.

Siguiendo esta misma línea relacional, Hennion evita la noción de obra como cosa intermedia o como realidad material independiente del fenómeno y del espacio que ocupa, y de los elementos que componen esa experiencia. Entre el sujeto y los objetos que disponen una mediación se despliega una zona de tensiones y fuerzas relacionales de la que es imposible aislar unas causas parciales o unos agentes únicos, ni tampoco aplicar unas leyes generales de correlación universal que, por un lado, legitiman una concepción de realidad subordinada y, por el otro, una realidad excesivamente instrumentalizada. La mediación tampoco puede apartarse del contexto en el cual se desarrolla, pues éste puede contribuir como catalizador para las inscripciones de sentido –según la noción vigotskyana que sugería González-Rey– y unas prácticas concretas. La mediación no se trata tan sólo del uso que un agente da a un instrumento. El conjunto de todo ese acto depende también en buena medida de una línea de pensamiento, de un sistema cultural en el que se forjaron unos valores, de la intención que dirige y motiva el gesto, etc. La mediación engloba por tanto agente, acto, escena, agencia y propósito, y no sólo lo formal, la suma de las cualidades de un objeto o la agencialidad potencial de los elementos implicados en la experiencia subjetiva en cuestión.

Consecuentemente, Hennion considerará que los elementos que intervienen en una mediación articulan de tal modo la acción que, en cada experiencia, generan una nueva transformación en el proceso activo. De ahí nuestro interés por redefinir la subjetividad romántica como una experiencia estética: experiencia en tanto que transformación de la realidad; estética por cuanto a la modalidad valorativa de ese acto de operación en el mundo. No entendemos aquí la mediación exclusivamente como un curso de conexiones entre humanos o entre objetos, sino como una red heterogénea en la que los objetos y las propias acciones son también mediadores. En la mediación subjetiva que nos ocupa, se interrelacionan cuerpos, espacios, tiempos, conocimientos, aprendizajes, prácticas, dispositivos, acciones, discursos, etc.

El arte poético no sólo trata de objetos contruidos, definidos y estables, ni son por sí mismos productos y/o productores de una realidad social; ni existe por un lado la experiencia estética de la poesía y por el otro el sujeto disociado de aquélla. La mediación, entonces, supone un proceso en el que siempre se añade algo nuevo sobre una situación anterior, un nuevo cambio que asimismo mediará sobre futuras ocasiones. La intervención de un nuevo mediador introduce así nuevas diferencias en cada posterior participación.

Partiendo de la base presentada por González-Rey, cada nueva experiencia con el mundo adoptará un nuevo sentido como parte indisoluble de la experiencia subjetiva resultante. Cabe pensar no sólo en el sentido subjetivo, sino también en la situación contextual, en las prácticas que se desarrollan en cada marco específico, con sus pautas adscritas de comportamiento social, sus símbolos, unos patrones sentimentales determinados, unas formas normativas definidas de manera más o menos explícitas, una instrumentación particular, etc.

Así, conocer de antemano una posible mediación no ofrece soluciones estratégicas teleológicamente definidas, sino que se establecerán a la par que sus relaciones y modos prácticos. Por eso, nuestra principal preocupación por la mediación se interesa menos por las realidades establecidas y más por el establecimiento de realidades. La mediación, por tanto, no puede ser entendida como algo predeterminado y por consiguiente ajeno a la propia experiencia en la que se origina y se desarrolla. Hablar de la mediación que implica la teoría de Hennion, en definitiva, no sólo plantea cuestiones de índole estético, sino que también invita a reflexionar sobre la actividad psicológica del hombre en la experiencia de su propia configuración de subjetividad.

El análisis mediacional que propone Hennion sobre los dispositivos que mantienen, gestionan y regulan estas relaciones entre la experiencia estética y el ser humano comporta una atención enfocada hacia los reajustes entre objetos, sujetos, técnicas, competencias, situaciones, contextos, hábitos y sentidos dados, entre otros muchos elementos participantes en toda mediación.

Como se ha dicho, la propia noción de subjetividad establece necesariamente una pragmática, una disciplina en la que se co-construye una serie de comportamientos, códigos, técnicas, significados, valores, ritos, escenarios,

ideales, etc., lo que comporta tanto una historia –filogenética y ontogenética– como un universo simbólico en una realidad concreta –socioculturalmente concebida–, resultando de todo ello una experiencia particular, psicológicamente procesada y morfogenéticamente establecida.

Estos distintos niveles de transformación –filogenético, ontogenético, morfogenético y tecnogenético– quedarán patentes en todo proceso de mediación, donde la relación entre sus elementos co-transformará todos ellos y hará inviable una separación bien delimitada durante el proceso, hasta el punto de que todos estos niveles acabarán solapándose entre sí. Sin pretensiones de exhaustividad, de los cuatro niveles de análisis que hemos barajado en otros trabajos,³⁵ vamos a destacar sólo los tres más relevantes para el caso que nos ocupa en esta ocasión.

1. El nivel ontogenético es relativo a las cualidades particulares del sujeto y de las maneras individuales y colectivas de experimentar la subjetividad. Desde esta dimensión se abre un campo de visión sobre las características individuales ligadas a la subjetividad. Por eso, la ontogénesis estará forzosamente vinculada a un análisis axial de una determinada muestra concreta de personas o un marco cultural específico.
2. En cambio, el nivel filogenético supone la relación orgánica que establecen los sujetos con los materiales que predisponen una particular sensibilidad frente a la realidad, desarrollada a través del tiempo. También puede referirse a los sistemas compartidos por toda una sociedad, especie, grupo, etc., trascendiendo lo meramente singular y único. Por dimensión filogenética se entiende la evolución del proceso de asimilación de ese objeto a lo largo de la historia, desde un enfoque transversal.
3. El nivel morfogenético concentra toda su atención en las formas y las funciones de ajustes a la mediación con el objeto en cuestión: la

³⁵ SÁNCHEZ-MORENO, Iván. Cuando los Beatles se fueron de viaje, Glenn Gould se convirtió en piano. Nuevas tecnologías de subjetivación en la música. *In*: SÁNCHEZ-CRIADO, Tomás. (Ed.), **Tecnogénesis. La construcción técnica de las ecologías humanas**, v. 1, Madrid: AIBR, 2008. p. 139-172.; SÁNCHEZ-MORENO, Iván. El oído del odio. Elementos para la construcción de una psicología del gusto musical bajo el nacionalsocialismo. **Revista de Historia de la Psicología**, v. 31, n. 2/3, p. 137-150, 2010.; SÁNCHEZ-MORENO, Iván. La gramola de Hitler. Dispositivos mediacionales para la construcción de un gusto musical bajo el gobierno nacionalsocialista. **Estudios de Psicología**, v. 33, n. 3, p. 293-310, 2012.; SÁNCHEZ-MORENO, I. **La melodía interrumpida...** Op. Cit.

complejidad estructural de éste, la configuración de una experiencia o relación asociada, etc.. Estaría más decantado hacia las cualidades del objeto, aunque en estrecha relación con el tipo de agencialidad con que es adoptado en la experiencia subjetiva, tanto si es a partir de un cierto patrón de sugestión colectiva o determinada por unas prácticas rituales, dentro de un marco social y culturalmente definido o por aprendizaje de unos modelos institucionalizados y en curso.

Éstos serán los tres niveles de análisis a los que someteremos algunos referentes de la poesía romántica en pos de una definición del fenómeno de la *saudade*, entendida como categoría básica para la constitución de una subjetividad particular. Los pondremos a prueba en el estudio que realizaremos sobre la poesía *saudosa* del Romanticismo portugués y brasileño como vía de consolidación histórica y cultural de un modelo de subjetividad.

La concepción de la subjetividad en el Romanticismo

El Romanticismo supuso un rompimiento con el pensamiento clásico al oponerse al autoritarismo tradicionalista de todo poder monárquico y religioso que frenaba la capacidad de reflexión y análisis del propio individuo sobre sí mismo. Con el auge de la burguesía gracias al desarrollismo industrial, el Romanticismo cobrará más fuerza no sólo entre los círculos artísticos, sino también políticos. La construcción de utopías y la concepción de nuevos valores sentimentales se erigían contra el credo uniformista de la aristocracia y la teocracia que imponía una visión universalista sobre el mundo y el individuo. No en vano, el Romanticismo nacía de brasas intelectuales azuzadas desde los tiempos de la Revolución Francesa que exigían profundas transformaciones en la mentalidad europea. Cabe advertir que para entonces el dominio eclesiástico ya estaba muy mermado por los tensos cambios iniciados por la Reforma –a nivel científico y, sobre todo, moral– y dejaba de servir a fines de control mental de la población.³⁶

³⁶ CAVALCANTI, C. **Modernidade Brasileira. Poesia Oitocentista**. Vitória da Conquista: UESB, 2013.

Tampoco es casual que el Romanticismo coincidiera con el triunfo de los nacionalismos en casi todo el mundo –no sólo en Europa sino también en sus colonias transoceánicas–, sobre todo entre mediados y finales del siglo XIX. La cuestión del nacionalismo es algo que merece destacar por su intrínseca relación con el *boom* del Romanticismo y, más en concreto, con la instauración de los cimientos sobre los que posteriormente se levantará la psicología científica, como ya anotamos en el preludio de nuestra tesis.³⁷ Al respecto, la psicología de los pueblos (*Völkerpsychologie*) desempeñará un papel fundamental en la consolidación de un nuevo modelo de subjetividad. Sobre la naturaleza del espíritu nacional (*Völkgeist*), autores como Herder o Hegel fueron harto prolíficos a la hora de definir el carácter esencial de la nación germánica, apoyándose en el estudio empírico de múltiples factores como el clima, los hábitos, las costumbres y tradiciones, etc. Si bien para Hegel el espíritu nacional se manifiesta a través de la historia y se difunde por medio de sus mitos y leyendas, para Herder se revela en la lengua y en las canciones populares, con formas melódicas características de la fonética y prosodia autóctonas.³⁸

Las pretensiones de cambio en la mentalidad popular disfrutaron de una mayor libertad después de 1789. Cavalcanti³⁹ sitúa la horquilla entre 1851 y 1871 como la máxima eclosión del nacionalismo a nivel mundial. Si entendemos los nacionalismos como una respuesta más a la liberación de las hegemonías tradicionales, es lícito admitir la estrecha influencia del Romanticismo en la problematización de una nueva forma de pensamiento derivada de la expresividad individual.

Al reivindicar valores de libertad e individualidad, el hombre romántico comienza a reflexionar sobre sí mismo como ente singularizado. Por un lado, se genera una lectura psicológica del individuo como un ser imprevisible y complejo, profundizando en el estudio de sus capacidades imaginativas y sensibles (los límites de la fantasía, el genio intuitivo, la impulsividad, etc.), encumbrando la figura del héroe romántico por excelencia al encarnar la voluntad personal antes

³⁷ SÁNCHEZ-MORENO, I. **La melodía interrumpida...** Op. Cit.

³⁸ HUBER, V. **Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura.** Blumenau: FURB, 1993.

³⁹ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

que la social, a pesar de las formas caprichosamente subjetivas de sus motivos y decisiones. Por el otro lado, también se teoriza sobre un organismo colectivo que trate de legitimar sus diferencias idiosincráticas respecto a otras naciones o grupos sociales.

Así, asistimos a la progresiva consolidación de una nueva imagen antropocéntrica –ya esbozada en Descartes– sobre la idea de un sujeto centrado en sí como punto de referencia para entender el mundo. Al hablar de subjetividad con unos ciertos criterios de empirismo, se establecen ya las primigenias bases de lo que va a ser la futura psicología.⁴⁰ Prueba de ello es el tipo de literatura que se produce bajo el advenimiento romántico: héroes propios como Don Juan o Fausto – e incluso el *viejo Quijote*⁴¹– van a servir como alternativa a los referentes clásicos del mundo occidental surgidos de la mitología greco-latina y del evangelio bíblico. En efecto, la literatura pasará a ocupar durante todo el Romanticismo uno de los principales canales de expresión del pensamiento de su época (*zeitgeist*) y del supuesto carácter nacional que se pretende divulgar entre la alta cultura de la sociedad, difundiendo nuevas formas de expresividad intelectual y sentimental como la *saudade*.

El doctor Carlos Ranera la incluye *saudade* en el catálogo de sentimientos humanos que se aprecia introspectivamente debido a la ausencia de ciertas cosas, personas o estados que son relevantes para el individuo. La aflicción *saudosa* viene asociada a un recuerdo implícito y/o al anhelo de un bien futuro, aunque éste sea irrealizable o muy incierto. En consecuencia, el objeto que despierte *saudades* puede ser muy impreciso y por tanto la comunicabilidad explícita de la *saudade* es ambigua y vaga. Lo es en tanto que la *saudade* se genera colectivamente en un ambiente cultural determinado.⁴²

Esta doble dimensión es la que subraya Cavalcanti cuando habla de la toma de conciencia del poeta romántico.⁴³ Por un lado, el literato recurre a su obra escrita como una herramienta de análisis de la propia subjetividad. Pero

⁴⁰ BOWIE, A. Op. Cit.

⁴¹ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

⁴² RANERA, C. Del laberinto de la *saudade* al laberinto de los sentimientos. In: RANERA, C.; GARCÍA PRIETO, A. (Ed.), **Fado & Psiquiatría / Psicopatología de la saudade**. Tarragona: Silva, 2011.

⁴³ CAVALCANTI, C. Op. Cit., p. 29.

paralelamente su poesía también está concebida para difundir un modelo de pensamiento sentimental entre un colectivo de lectores específico. Así, el romántico se sirve de la lírica para reflexionar sobre sí mismo, plasmando a través de ella sus experiencias singulares y sus ideas sobre la propia individualidad, legitimando de este modo nuevas formas de expresión sentimental. Nos basta esta premisa para considerar pertinentemente la importancia del análisis literario para el objeto psicológico (en cuanto a su carácter sentimental) que nos ocupa. No en vano, el escritor transforma a través de su literatura su interioridad psicológica un objeto expresivo con la finalidad de comprender en profundidad la complejidad de un fenómeno de subjetividad.

El psicólogo Johán Vicente Viqueira, en un ensayo de 1930 centrado en el “alma gallega”, fue claro y conciso al describir ese estado de embriaguez subjetiva al que se refieren los poetas *saudosos*. Así justificaba el autor la relevancia del análisis de lo poético para el campo de la psicología:

Mais, ¿qué é o lirismo? Porque agora non se fala de poesía lírica como un género literario. Lirismo é algo mais fondo, mais radical, lirismo é unha propiedade da alma.⁴⁴

Remitámonos para apoyar lo dicho al clásico establecimiento que hizo Giambattista Vico de una intrínseca relación entre el pensamiento mítico y el pensamiento poético. Afirmando que el uso metafórico precedió al literal, el autor sugería que los primeros humanos que habitaron el mundo pensaban poéticamente antes de aprender a pasar de la abstracción a la concreción de las ideas sobre la realidad. Dado que el interés por el estudio analítico de la expresión poética desde la psicología se dirige hacia la definición y la explicación sobre los procesos sentimentales vinculados a la experiencia literaria, pareciera que los canales escogidos para su expresión no resulten los más adecuados para racionalizar dicho objeto de estudio si nos ajustáramos al corsé objetivista que exige una ciencia experimental. Pero podemos abordar nuestro objeto de estudio desde otras miradas sin perder la solidez empírica y el rigor que se precia para un

⁴⁴ CORTEZÓN, D. **De la saudade y sus formas**. Nueva York: Casa de Galicia, 1960. p. 16-17.

trabajo científico sin menoscabo de la fenomenología de las experiencias sentimentales descritas por unos sujetos particulares.

El poeta romántico, consciente de su singular procesamiento de los valores subjetivos, vierte en su obra escrita un nuevo modelo de autorreflexión sobre sí mismo y su propia complejidad psicológica. Sin embargo, dichas experiencias sentimentales quedan plasmadas en un léxico propio dentro de cada idioma, incorporando las características de ese sentimiento como algo propio e idiosincrático de cada patrimonio cultural. Un recorrido analítico a través de la poesía romántica y la deconstrucción de los procesos interpretativos de su simbología nos permitirá entender mejor las delimitaciones que enmarcan distintos modos de sentir la *saudade* a lo largo del período histórico que trataremos en este estudio.

Hacia una definición de la *saudade*

Para el estudio que nos ocupa nos concentremos en la horquilla comprendida entre 1825 y finales del siglo XIX, atendiendo sobre todo a la poesía *saudosa* escrita en portugués y, en menor medida, también en gallego.⁴⁵ Si hemos optado por estas dos lenguas es porque asumimos que el concepto de *saudade* aparece de manera más enraizada en ambas culturas.

El concepto de *saudade* ya asoma en la literatura portuguesa de finales del siglo XVI, aunque todavía bajo las variables etimológicas de *soidade*, *suidade* y *soedade*, según un estudio precedente de Carolina Michaëlis de Vasconcelos de 1922. A partir del siglo XVII, en la lengua portuguesa predominará la forma *saudade*, mientras que en la lengua gallega aún persistirán las acepciones medievales. Torres Queiruga advierte que, en el siglo XVIII, el Padre Sarmiento hace la primera referencia escrita a la palabra *saudade* en lengua gallega, pero no

⁴⁵ DE ALMEIDA, A. V. **Literatura, mito e identidade nacional**. Sao Paulo: Ômega, 2008.; FIGUEIREDO, F. **Historia literaria de Portugal: Era Romántica**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1949.; FERREIRA, A. **Perspectiva do Romantismo Português**. Lisboa: Edições 70, 1971.; TORRES QUEIRUGA, A. **Nova aproximación a unha filosofía da saudade**. Vigo: Real Academia Galega, 1980.

será hasta bien entrado el siglo XIX cuando se incorporará definitivamente al léxico popular.⁴⁶

Por lo que respecta a la literatura escrita en portugués, la poesía escrita en Portugal o por autores portugueses va a difundir la palabra *saudade* en tierras brasileñas, al tiempo que el movimiento Saudosista la adoptará como principio vertebrador de todo un modelo estético consolidado como forma regulada de “alma nacional” (*Völkseele*), siguiendo los preceptos ideológicos del Romanticismo. No es casual que la poesía *saudosista* mezcle mensajes místicos y patrióticos con el fin de divulgar una idea de trascendencia política e histórica. Figuras como la de Teixeira de Pascoães y el filósofo Leonardo Coimbra serán fundamentales para desempeñar dichas labores de divulgación intelectual de la *saudade*. Por su parte, de la cultura gallega de principios del siglo XX cabe destacar los nombres de Vicente Viqueira, Ramón Cabanillas y Novoa Santos, quienes trataron el término de la *saudade* desde su significado vivencial –la influencia del citado Teixeira se hará evidente por la estrecha relación de amistad con algunos de ellos–, tema retomado con profusión por Ramón Piñeiro a mediados de siglo.⁴⁷

En todo este tiempo, definir la *saudade* no ha sido tarea fácil. Confusamente, la Real Academia Española la entiende como una forma de nostalgia y de añoranza, pero a juicio del doctor Carlos Ranera no se ajusta del todo a estas acepciones.⁴⁸ La nostalgia remitiría a la ausencia de un mundo propio y familiar, la cual provocaría en el individuo una sensación de extrañeza, mientras que la añoranza haría referencia a la separación de los seres queridos. Para Ranera, la *saudade* expresa también un sentimiento de pérdida, pero añade un espacio para el deseo, vinculándose de esta forma tanto a la desgracia y la pena (por la ausencia del objeto deseado) y la felicidad (por el posible reencuentro futuro). García Prieto es del mismo parecer al entroncar la *saudade* con un deseo insatisfecho, aunque ligado al recuerdo íntimo de la tierra de origen o de un amor ausente. Sobre el primero de los dos objetos de *saudade*, el autor remarca que la emigración y el

⁴⁶ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ RANERA, C. Op. Cit.

sentimiento *saudoso* han ido históricamente de la mano (“El dolor de quien parte es demasiado, es mucho peor que morir”).⁴⁹

Tampoco es casual que Ranera localice histórica y geográficamente el origen de la *saudade* en el confín de las costas europeas por suponer antiguamente el límite absoluto de toda la tierra conocida. Todas las culturas bañadas por el océano Atlántico habrían sido más o menos influidas por el primitivo pensamiento céltico que se refiere a un cierto sentimiento de enajenación de la conciencia como un hechizo del alma. Sentimiento que Ranera vincula por su similitud con algunas leyendas antiguas de Escocia, Irlanda, Bretaña y Gales y que tienen en el mar y en la noche dos claros símbolos que connotan un sentido similar al que se apunta sobre la *saudade*, como veremos más adelante.

Torres Queiruga también trae a colación el legado céltico durante la ocupación en tierras gallegas y portuguesas, pero el autor sostiene que la subjetividad *saudosa* también pudo haberse enaltecido posteriormente para preservar la identidad cultural de un pueblo invadido por el reino de Castilla, o bien, más cerca de nuestro tiempo, como manifestación de orgullo nacional portugués ante la amenaza de la independencia brasileña.⁵⁰ Esta misma explicación podría barajarse para hablar del sentimiento de aislamiento de otras colonias como Angola, Cabo Verde, Mozambique, Guinea o el Congo, como manifiesta el atractivo trabajo de Marianna Monteiro.⁵¹ En todos estos argumentos de corte histórico emerge sin duda la importancia de la situación geográfica –esto es, al borde del continente como confín del horizonte conocido–, la lejanía respecto a la tierra de origen –como ocurría en el caso de personas exiliadas hasta las colonias– o el sentimiento de vinculación patriótica en relación al lugar donde se habita.

Al margen de otras causas de cariz sociológico derivados de la emigración y la esclavitud, la *saudade* puede también remitir a una naturaleza psicológica –como el carácter introvertido que identifica de manera estereotipada al individuo perteneciente a una cultura *saudosa*, como pretendían legitimar para sí los poetas

⁴⁹ GARCÍA PRIETO, Á. Catálogo de saudades. In: RANERA, C.; GARCÍA PRIETO (Ed.), **Fado & Psiquiatría / Psicopatología de la saudade**. Tarragona: Silva, 2011. p. 6.

⁵⁰ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

⁵¹ MONTEIRO, Marianna. **Dança popular: Espetáculo e devoção**. Sao Paulo: Terceiro Nome, 2011.

adscritos al Saudosismo portugués– o a una conexión emocional con los paisajes naturales que retrotraen al recuerdo del hogar primigenio y el seno familiar, que en la poesía romántica de género *saudoso* se representa mediante alusiones a los parajes, la flora, las costumbres y las imágenes de la infancia propia.

Lecturas más acordes con una visión psicopatológica comienzan a asomar entre finales del siglo XIX y principios del XX, muy influidas por el impacto que tuvieron las ideas de Sigmund Freud. Es el caso del citado Viqueira o del psicólogo Novoa Santos. El primero subraya ese carácter más obsesivo de la *saudade*, cuya intensidad puede provocar una ansiedad nerviosa (“unha sed d’un non sei qué, que me mata”).⁵² Por su parte, Novoa Santos interpreta la *saudade* como una forma de obsesión muy cercana al tipo de proyección que Freud atribuye a un trauma psicosexual no resuelto, cercana a la naturaleza de una perversión sadomasoquista. El psicólogo avisa que las reacciones emotivas del sujeto *saudoso* tenderán por habituación a ser cada vez más alta, más intensas y duraderas, acompañadas por un progresivo déficit en la capacidad de valorar críticamente su propio estado emocional. El riesgo de degenerar en una depresión es muy elevado, a juicio del propio autor. Novoa Santos también observa otro polo distinto en la manifestación *saudosa* a través de estados de éxtasis de tipo histérico como los que expone en su poesía Santa Teresa de Jesús, adoptando formas de exaltación mística y que, según el psicólogo, no son sino manifestaciones psicósomáticas que se explicarían como parte de un trastorno de origen emocional.⁵³

No obstante, las fuentes consultadas no siempre llegan a un buen acuerdo a la hora de delimitar una única definición de la *saudade*. A ello cabe añadir otras constantes referencias de representaciones sentimentales similares a la *saudade* que ya habrían despertado el interés comparativo de ciertos autores durante el Romanticismo y que emergen de culturas geográficamente muy distantes entre sí. De esta aproximación a las diferencias culturales sobre una posible manifestación *saudosa* daremos cuenta en el siguiente apartado.

⁵² FERNÁNDEZ TEIJEIRO, J. J. **Más allá de la Patología. La Psicología de Nôvoa Santos**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2001. p. 98.

⁵³ *Ibidem*. p. 98.

Idiosincrasias de la saudade

La pluralidad de enfoques que se desprende de todas las fuentes consultadas sugiere en ocasiones un cierto exceso de cosificación reflexiva sobre la interpretación del sentimiento *saudoso*. Torres Queiruga se refiere a ello despectivamente como “filosofías de la nausea, la angustia y el desespero”, que según él se debe a la desatención o la falta de rigor científico sobre los aspectos más psicológicos del fenómeno de la *saudade*.⁵⁴ Comparando diferentes manifestaciones de sentimientos a través de la literatura del Romanticismo, el autor advierte una conexión entre diversas formas de entender la subjetividad poética y el tipo de sentimientos que se describen, como se ve de manera más particular en el caso de la morriña, el *dor* y el *Sehnsucht*.

En lo que sí existe unanimidad es en reconocer la existencia de una gran densidad de teorías para explicar la *saudade* y que ésta es irreductible a una única versión. Pero, ¿se habla siempre del mismo fenómeno al referir la *saudade* en otras lenguas o culturas? Torres Queiruga cree que sí, manteniendo que todas las definiciones revisadas en la poesía romántica se anclan en similares particularidades culturales de modos de entender su propia subjetividad. Por el contrario, si la *saudade* fuese algo exclusivo y peculiar de una sola cultura, dejaría de ser comunicable y universal, apareciendo sólo de manera singular y fijada a una cultura concreta. Por ende, los puntos en común que se entrevén en algunas formas sentimentales de la poesía romántica apuntarían sólo a una sutil línea de parentesco filológico. Pero Torres Queiruga también advierte que si la *saudade* fuese verdaderamente un sentimiento universal, no perdurarían en el tiempo algunos signos que son radicalmente distintos entre culturas más o menos próximas.

Ésta es la postura del doctor Ranera, quien defiende una similitud entre sentimientos provenientes de otras culturas ajenas a la lengua portuguesa. Pero no se refiere únicamente al concepto de *saudade* que se aprecia en la literatura gallega, sino también en otras más distantes a la geografía portuguesa como apunta con los términos *longing* (en la literatura inglesa), *långtam* (en la literatura

⁵⁴ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

sueca), *enyorança* (en la cultura catalana), *señardá* (en lengua asturiana), *morriña* (en gallego) y el *recosiro* (en la cultura aragonesa).⁵⁵ Todos ellos presentan ligeras diferencias pero también ciertos patrones parangonables que identifican la esencia *saudosa* a la cual nos referimos. La morriña, por ejemplo, tiene por principal objeto sentimental el recuerdo de la tierra de origen, expresando una estrecha relación afectiva entre el sujeto y el paisaje natal. Desde un posicionamiento de corte psicoanalítico, voces como las de Rof Carballo, García Sabell y López Nogueira leen en la morriña un deseo de retorno al seno materno que tiene en la representación de los paisajes de la infancia una proyección del deseo.⁵⁶

Pero, como ya se dijo antes, no es extraño hallar ciertas correspondencias entre conceptos como la morriña, asociada a la cultura gallega, y la *saudade* propia de la lírica portuguesa, dada su proximidad geográfica. Más discutibles son las ligaciones que establecen con respecto a otros sentimientos vinculados a culturas muy alejadas entre sí, como ocurre con los casos del *dór* rumano y el *Sehnsucht* alemán. Sobre el primero de ellos, Mircea Eliade defiende la definición de una honda melancolía que es inherente en ciertas personas. A diferencia de la *saudade*, el *dór* de la poesía rumana no responde a una nostalgia dirigida hacia un objeto de deseo que está ausente, sino a la propia condición singular del sujeto afectado.⁵⁷

Más complejo es el caso del *Sehnsucht*, que para Ernst Bloch (1903) presenta claras similitudes con relación a la *saudade* portuguesa. Ante todo, según los argumentos que expone el autor, el *Sehnsucht* está ligado profundamente a la poesía y la filosofía del Romanticismo germánico –no en vano se refiere a poetas como Schelling, Schiller, Novalis, Thieck, etc.–. En segundo lugar, el *Sehnsucht* supone una reacción sentimental que tiene origen en un tipo de sensibilidad muy característica –y que, debemos insistir en ello, Bloch parece modelar como parte intrínseca de un “alma germánica”–. Aunque no negamos que pueda erigirse un puente entre dos formas culturales tan dispares como son el *Sehnsucht* y la *saudade*, cabe pensar que la equivalencia que establece Bloch reside en el modo

⁵⁵ RANERA, C. Op. Cit.

⁵⁶ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.; RANERA, C. Op. Cit.

⁵⁷ RANERA, C. Op. Cit.

poético como se manifiesta la melancolía.⁵⁸ Novoa Santos sospecha que esa fina y muy aventurada línea de comunión entre la *saudade* y el *Sehnsucht* alemán se explica por hablar más o menos veladamente de un instinto de muerte que, en el caso de la *saudade*, es sólo cierta a medias, como expondremos más adelante.⁵⁹

A nuestro juicio, creemos que pese a las diversas formas líricas de referir un sentimiento *saudoso* en otras culturas, las posibles coincidencias son debidas a emerger de una misma época y aparecer bajo el manto de un discurso afín como es el Romanticismo, muy enfocado como dijimos a la expresión de fenómenos psicológicos que hasta entonces habrían quedado vedados a la exposición verbal o incluso a su propia concepción, sin la fundamentación previa de un consolidado pensamiento de subjetividad. Al respecto, y con más o menos matices, se intuyen conexiones casi consanguíneas entre varias expresiones sentimentales en la poesía romántica germánica: *Sehnsucht*, *Wehmut*, *Heimweh*, *Trauer*, etc. En todos estos casos, la voluntad de dotar a la palabra de un significado que combina el sufrimiento, el deseo y la nostalgia.⁶⁰

Pero a nuestro parecer, esta tendencia a la expresión de una peculiar forma de melancolía habría derivado de la impregnación de todo un pensamiento estético en buena parte de la cultura europea (incluyendo también sus respectivas colonias en América y África). No en vano Romanticismo y *mal du siècle* irán íntimamente ligados, como sugieren Loredó y Castro en su brillante estudio sobre el decadentismo en la obra de J. K. Huysmans.⁶¹ Otra referencia fundamental para entender esta noción casi patológica de los sentimientos *saudosos* es el clásico libelo de 1893 en el que Max Nordau defendía dicho *mal du siècle* como una degeneración del espíritu social por culpa de ciertas manifestaciones de la cultura contemporánea. Aunque el autor lo achaca preferentemente a la imitación de modas extranjeras, también advierte que muchos escritos poéticos esconden una

⁵⁸ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ LOREDO, José Carlos; CASTRO, Jorge. Antropotecnias “fin de siècle”: la subjetividad decadente de Jean Floressas des Esseintes. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 389-404, 2011.

subliminal y perniciosa influencia del ideario anarquista y revolucionario que puede ejercer su dominio sobre las mentes de sus lectores.⁶²

El mismo postulado es el que defendía Oskar Panizza tres años antes al aludir a la lírica romántica de 1830-1840 como el origen de algunas psicosis entre sus lectores por incitar a la revuelta política y a la desobediencia civil. Panizza incluso se refiere literalmente a “sentimientos ilegales” entre las expresiones poéticas divulgadas por ciertos autores románticos.⁶³ Nordau llega a exigir incluso que amplíen los manicomios con departamentos dedicados sólo a poetas y artistas por su peligrosidad social, al divulgar pensamientos y sentimientos contrarios a la salud armónica de la comunidad.⁶⁴

A las voces de Nordau y Panizza se sumarán las de Karl Kraus y Otto Weininger al sospechar que las producciones artísticas de su época difundían a través de la experiencia estética un cuadro sintomático difuso y etiquetado bajo el confuso diagnóstico de “anestesia moral”, “neurastenia” o “hiperestesia del sistema nervioso”.⁶⁵ Nordau observaba entre los afectados de este inconcreto *mal du siècle* una debilidad de la voluntad personal, una incapacidad para resistirse a los impulsos momentáneos y un decaimiento en la emotividad de los sujetos –lo que el autor denominó como “un estado de adinamia”– en forma de exacerbado pesimismo, un temor vago hacia el contacto social y un tedio de sí mismos.⁶⁶ Para sostener científicamente sus argumentos, Nordau recurría a pasajes de Morel (1871) y Roubinovitch (1890) para hablar de un paciente que no cesaba de quejarse y sollozar monótonamente, verbalizando un sufrimiento por la insatisfacción que le inspiraba el curso de su propia vida; en otro lugar de su libro, Nordau se refiere a sujetos que sufren delirios de ruina personal y que parecen morirse literalmente de aburrimiento. Uno de los pacientes de Roubinovitch describe como un “tedio que no le abandona” el mal que le aflige. En el sujeto que ha degenerado hasta ese nivel de hipotonía sentimental, Nordau constata que, a pesar de que voluntariamente desearía no sentirse afectado de esta singular

⁶² NORDAU, Max. **Fin de Siglo**. Jaén: Del Lunar, 1999.

⁶³ ARÁNTEGUI, J. L. La degeneración del 98. In: NORDAU, M. **Fin de Siglo**. Jaén: Del Lunar, 1999. p. 12.

⁶⁴ NORDAU, M. Op. Cit.

⁶⁵ ARÁNTEGUI, J. L. Op. Cit.

⁶⁶ NORDAU, M. Op. Cit., p. 46.

manera, el sujeto esgrime todo tipo de argumentos para justificarse a sí mismo, abandonándose a la pasividad, al aislamiento y a un estado de ensimismamiento, con visos de radicalizarse:

Presume falsamente que es por una libre determinación, por lo que menosprecia la acción y se complace en la inactividad; y para justificarse a sus propios ojos, se erige una filosofía de renunciación, de alejamiento del mundo y de menosprecio hacia los hombres, pretende haberse convencido de la excelencia del quietismo (...) y celebra con giros poéticamente elocuentes el *nirvana* como el más elevado y el más digno ideal del espíritu humano.⁶⁷

Escudándose tras las teorías de Morel (1857), Nordau cree juzgar objetivamente los efectos emocionales que ocasionan algunas obras y, en concreto, la poesía de su época, destacando las perturbaciones psicofisiológicas que provoca en el lector más susceptible. Según Nordau, dichos poemas producirían un tormento contagioso en sus lectores, degenerando en un progresivo estado patológico de histeria cuyos efectos colindan con los de una intoxicación estupefaciente (como las del opio, el *haschich* o las bebidas fermentadas), aunque también lo achaca a los excesos de la vida urbana por sus vicios y costumbres antinaturales, su contaminación atmosférica, su mala alimentación y la sobreestimulación estética, cuya conjunción causaría en el sistema nervioso del sujeto un agotamiento general.⁶⁸ De todas estas variables, será la peor la influencia de ciertos productos culturales sobre la psique humana, como insiste aquí:

Los libros y las obras de arte ejercen sobre las masas una poderosa sugestión; en ellos es en donde una época determinada va a buscar su ideal de moral y de belleza. Si son absurdas y antisociales, ejercen una influencia perturbadora y corruptora sobre las miras de toda una generación; ésta, singularmente la juventud impresionable y fácil de entusiasmarse por todo lo que es extraño y parece nuevo, debe pues ser advertida e ilustrada acerca de la naturaleza real de las creaciones ciegamente admiradas.⁶⁹

¿Sería la *saudade* un producto del *zeitgeist* romántico? Si atendemos a sus orígenes históricos, éstos trascienden los márgenes del Romanticismo. No

⁶⁷ Ibidem. p. 47.

⁶⁸ Ibidem. p. 41.

⁶⁹ Ibidem. p. 18.

obstante, el *mal du siècle* al que remite Nordau nos resulta especialmente interesante para comparar sus efectos con los que otros poetas románticos apuntan sobre la *saudade*: esto es, un cuadro sintomático cuya propagación tiene más de contagio cultural que una verdadera causa somática. Al advertir la fuerza de atracción que ejercen algunos artistas sobre sus lectores, Nordau advierte un patrón de sugestión que identificaría al sujeto propenso a ese contagio a través de las modas:

Esto se explica por singularidades del público, y con especialidad por la histeria. Hemos visto que la sugestibilidad excesiva es la señal característica de los histéricos; este mismo poder de la obsesión por el cual el degenerado recluta imitadores, agrupa también alrededor suyo partidarios (...); cree en todo lo que le es sugerido de un modo suficientemente penetrante.⁷⁰

No contento con esta argumentación, Nordau enumera hasta cuatro condiciones previas para el pronóstico de un sujeto aquejado por el *mal du siècle*. Como se desprende de la cita anterior, debe existir una predisposición del sujeto a la sugestión, que Nordau atribuye a una naturaleza histórica. Consecuentemente, el sujeto en cuestión manifestará una emotividad altamente impresionable, siendo ésta muy sensible y receptiva a los estímulos estéticos o a ideas que quebranten en mayor o menor medida el orden habitual de la realidad. La tercera condición es una manía irresistible a la imitación de la expresión de sus artistas y poetas favoritos: el sujeto no puede resistirse a mimetizar con la actitud de aquél, se apropia inconscientemente de las ideas y los sentimientos que transmite la obra y adopta como modelo de vida lo que dicta su texto. En último lugar, se hace patente el carácter subjetivo del egocentrismo: el sujeto erige su yo por encima de toda la realidad hasta anular su propia capacidad de empatía con los demás.

Nordau no será el único en alumbrar una propuesta sobre los mecanismos de propagación sentimental a través de la poesía romántica. Si bien hemos hablado de la descripción que otras culturas hacen de sentimientos característicos de su propia idiosincrasia, al referirse a la *saudade* desde el Romanticismo, otras fuentes también apuntan los rasgos identificativos de un cierto modelo de subjetividad: ya

⁷⁰ Ibidem. p. 61.

sea como carácter patológico, como impulso de autoinmolación o como reacción catártica que busca la restitución de un equilibrio mental respecto a una situación desasosegante.

Depresión y saudade

La vinculación entre *saudade* y conciencia romántica es inevitable frente a la fuerte tendencia hacia el sentimentalismo que caracteriza el movimiento estético al que nos estamos refiriendo. Al respecto, coinciden todos los poetas revisados al interpretar la *saudade* como un sentimiento melancólico. Ramón Cabanillas la define de esta manera:

ansia do porvir e relembranza
do que o tempo levou, a Saudade,
rachando a fusca e triste escuridade
prende lume ó luceiro da Esperanza,

un sentimento íntimo, fondo, perene, sin exaltacións nin desbordes, nin dramatismos: é un dolor sereo (...) a saudade é seriedade e dolor íntimo e esperanza.⁷¹

Las palabras de Cabanillas denotan la síntesis entre dolor y júbilo que va a caracterizar toda *saudade*, una paradójica relación bipolar que Almeida Garrett describe como un “gosto amargo dos infelices”.⁷² Contradiciendo la opinión de Cavalcanti, la *saudade* no está forzosamente asociada a su visión pesimista, desesperanzada e incluso depresiva respecto al objeto de anhelo.⁷³ Pero no será el único. También Lopes de Mendonça equipara el sentimiento *saudoso* con la depresión:

felizes os que se resignam, os que aceitam a vida sem revolta e,
apreciando os gozos de uma existência mesquinha, não sentem o
coração dilacerado pelo infinito do desejo.⁷⁴

Si bien la queja del autor reside en el frustrado deseo por haber apostado por la felicidad del conformismo y la resignación, su sufrimiento alude a la

⁷¹ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

⁷² Idem.

⁷³ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

⁷⁴ FERREIRA, A. Op. Cit., p. 180.

incesante (por “infinito”) sed de revolución y cambio que tortura su presente. En un polo opuesto se encontraría la postura de Cavalcanti, quien ve en la *saudade* una especie de inercia melancólica cuyo antecedente histórico advierte en la *acedia* –padecimiento típico del religioso enclaustrado– y en la translocación de los humores en la medicina medieval, dando por resultado el enquistamiento de la bilis negra.⁷⁵ Por su parte, Max Nordau remite a un pesimismo exacerbado en ciertos individuos para describir su particular *mal du siècle*.⁷⁶

Cavalcanti explica la melancolía *saudosa* por una frustración que afecta al amante ante la distancia geográfica o la indiferencia afectiva del objeto amado. Éste se torna entonces inalcanzable en el momento presente –muchas veces bajo la metáfora de una sombra, una brisa o una virgen que aún no fue desflorada por el torturado amante–, adquiriendo el poema forma confesional por medio del cual el autor descargue su tensión sentimental. Pero a tenor de los argumentos de Cavalcanti, la poesía *saudosa* del Romanticismo no revierte casi nunca en una resolución catártica, puesto que el poeta configura el sentido de su propia existencia a partir de su particular interpretación de las reacciones del objeto amado ante las manifestaciones de amor del poeta. En consecuencia, cuanto mayor fuera la distancia e indiferencia de la persona amada, menor la autoestima del poeta, consolidando así una relación exponencial entre el (des)amor y la depresión.

Donde Cavalcanti prescribe una melancolía depresiva, Ranera recurre a la teoría de Eurico Figueiredo para situar la *saudade* entre la angustia y la esperanza, manteniéndose más o menos estable en el individuo durante un prolongado período de tiempo. Esta mediación bipolar que une intrínsecamente la *saudade* con la pena (por la ausencia) y el deseo (por el reencuentro) la justifica Figueiredo como un anhelo inconsciente de trascender una situación negativa que se está viviendo en el presente inmediato.⁷⁷ A su vez, Ranera sostiene que la *saudade* es una reacción sentimental frente a un entorno que se le antoja incómodo al sujeto, demostrándose a sí mismo su propia capacidad para transitar por la alegría pese a

⁷⁵ CAVALCANTI, C. Op. Cit., p. 50-51.

⁷⁶ NORDAU, M. Op. Cit., p. 47.

⁷⁷ RANERA, C. Op. Cit., p. 29.

vivir una situación de tristeza. En una línea similar, José Hermano Saraiva⁷⁸ se refiere a la *saudade* en términos de “un dolor de la ausencia y una prolongación de la ausencia”.

No obstante, García Prieto añade el matiz de que, en dicho modo de vivir la ausencia del objeto amado, el sujeto *saudoso* sabe que será resuelta algún día. La lectura melancólica de Cavalcanti, en cambio, apunta hacia una sintomatología psíquica de una auto-inhibición que se instala en la mente del individuo de manera obsesiva. Esta energía afectiva de procedencia difusa provocará en el sujeto proclive a la *saudade* un estado depresivo y unas intensas fases maníacas de exaltación.⁷⁹

Sirva de ejemplo un clásico de Pessoa, considerado como figura más destacada del Saudosismo por haber heredado buena parte del legado estético e ideológico del Romanticismo. Pessoa vertió en cuantiosos poemas la descripción de su propia personalidad angustiada, como prueban estos versos donde confiesa que envidia al sabio y al ignorante por vivir una existencia austera y despreocupada, sin miedo a la vida:

Quanta tristeza e amargura afoga
Em confusão a 'streita vida! Quanto
Infortúnio mesquinho
Nos oprime supremo!
Feliz ou o bruto que nos verdes campos
Pasce, para si mesmo anônimo, e entra
Na norte como em casa;
Ou o sábio que, perdido
Na ciência, a fútil vida austera eleva
Além da nossa, como o fumo que ergue
Braços que se desfazem
A um céu inexistente.⁸⁰

Otras muestras de las múltiples formas de referir los propios sentimientos en la poesía *saudosa* confunden entre sí y sin orden de continuidad proclamas al amor, la melancolía, la desesperanza, la resignación, el miedo, el odio, el disgusto, el rencor, el fracaso y, cómo no, ciertas dolencias psíquicas como son la angustia y la depresión propiamente dicha. Además de otras numerosas referencias a

⁷⁸ GARCÍA PRIETO, A. Op. Cit., p. 6.

⁷⁹ CAVALCANTI, C. Op. Cit., p. 49-50.

⁸⁰ PESSOA, F. Op. Cit., pp. 118-120.

concepciones mórbidas como las que hemos citado, Cavalcanti también enumera otras apreciaciones que el poeta romántico hace de sí mismo en muchos poemas, como son los comentarios sobre el propio desvío de la conducta moral, el culto a la noche como prueba de su vicio y depravación y la reivindicación constante de un sentido trágico de la vida.

En estos casos, el poeta se nombra a sí mismo como *loco, altivo, disgustado, infeliz, pobre, ingenuo, insano, triste, amargado, doliente, perdido, desdeñado o proscrito*, o bien como alguien (auto)marginado que no encaja en el mundo que le rodea. Al respecto, Alphonsus de Guimaraens debe reclamarse como uno de los autores más significativos a la hora de expresar con metáforas el sentimiento romántico de *saudade*. En algunos de sus poemas, Guimaraens se describe en primera persona como un caminante solitario que anda hacia una cueva o cualquier lugar inhóspito y alejado de la sociedad, llorando por un deseo incontrolable de librarse de la vida, la cual supone para él algo amargo e insoportable. Para acentuar su sentimiento, Guimaraens trufa sus poemas con palabras como *dolor, sufrimiento, tristeza, angustia, agonía, melancolía, desolación y tormento*, según destaca Cavalcanti con exhaustividad.⁸¹

En poemas cuyo protagonismo recae en la persona amada, ésta será dibujada como alguien inalcanzable, ya sea tanto carnal como espiritualmente. En tales casos, la amada se esconde tras la metáfora de un ser cuya existencia navega entre la vida y la muerte o entre lo posible y lo irreal. Es por ello que a menudo se recurre a imágenes que identifican a la amada como una sombra, una virgen o una figura pálida, doliente o etérea, entre otras acepciones recogidas por Cavalcanti.⁸²

Como último ejemplo de esta interpretación de la melancolía *saudosa* podemos remitir a la descripción que hace Baudelaire de su *spleen* sentimental, barajando términos como *esperanza y angustia* en un mismo verso como reflejo íntimo de su propia alma atormentada. En este poema, dicho sentimiento parece oscilar entre estados de exaltación maníaca y un intenso –casi mortal– estado de depresión:

⁸¹ CAVALCANTI, C. Op. Cit., p. 280.

⁸² Ibidem. p. 47.

Cuando el cielo bajo y denso pesa como una losa
en mi doliente espíritu preso de hondas preocupaciones,
y que desde el horizonte, abarcando todo el círculo
va forjando un día sombrío y más triste que la noche misma;
cuando la tierra se vuelve húmedo calabozo
en el que la Esperanza, igual que un murciélago,
con alas tímidas vuela y choca en las paredes
y topa con la cabeza en techos mohosos
(...), por un alma despacio van desfilando,
sin tambores ni música, largas comitivas fúnebres;
ya vencida, la Esperanza llora, y la atroz Angustia,
despótica, en mi cráneo sumiso hinca su negro estandarte.⁸³

Estas muestras de conceptos, categorías y descriptores expresan un sentimiento cercano a lo patológico que implica la expresión de un sufrimiento en el poeta. Sin embargo, otros mediadores expresivos nos reflejan un sentimiento más cercano al deseo de inmólación, como veremos en el apartado siguiente.

Saudade y muerte

La amenaza por un destino fatuo, el sufrimiento por el presente y el obsesivo recuerdo de un pasado feliz serán otras constantes de la poesía *saudosa* del Romanticismo. Todas ellas remiten a lo que Cavalcanti interpreta como una expresión sentimental de falta de complementariedad con el mundo que provoca en el poeta una profunda melancolía.⁸⁴ Como metáfora de lejanía en el tiempo, muchos autores recurren a la imagen del viaje en sus poemas, como nos recuerda García Prieto al asociar la psique portuguesa con una especie de pulsión aventurera, pero que impela al abandono de la tierra de origen:

Hay siempre un Vasco de Gama
en un marinero portugués.⁸⁵

Otro ejemplo del elemento marítimo como indicativo del paso del tiempo a lo largo de la vida se refleja en este canto a Xangô:

O Marinheiro, Marinheiro
Lá no Mar balanciô.⁸⁶

⁸³ BAUDELAIRE, Charles. **Las Flores del Mal**. Barcelona: Orbis, 1997. p. 104-105.

⁸⁴ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

⁸⁵ GARCÍA PRIETO, A. Op. Cit., p. 6.

⁸⁶ MONTEIRO, M. Op. Cit., p. 144.

Incluso Pessoa recurre a menudo en su poesía al mar como símbolo alegórico de una pena íntima que debe sobrellevar cada individuo consigo. Cruzar el mar que asoma en su poesía supone aceptar resignadamente los proyectos frustrados que deja tras de sí, como también los parientes y amoríos que forman parte de un pasado ya irrecuperable, pero cuyo recuerdo se ha incorporado de manera muy íntima en el ser del poeta:

O mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resãram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
(...) Tem que passar além da dor.⁸⁷

No nos pasan por alto otros usos recurrentes del mar en la poesía *saudosa*. El mar no sólo implica un signo material de lejanía respecto a un horizonte concreto, sino que también equipara a una lenta muerte que va ocupando sitio en la vida:

Partir es morir un poco
y el ama, de alguna manera
muere dentro de nosotros.⁸⁸

Pero el mar no va a ser el único símbolo que represente a esa *saudade* cuyo sufrimiento es casi mortal, según la expresión de algunos poetas románticos. Camillo Cavalcanti constata que en numerosas ocasiones, el poeta alude en sí mismo o en ciertas observaciones del medio alguna manifestación patológica o fúnebre a partir del destacamento de ciertas anomalías o disturbios del comportamiento habitual.⁸⁹ Así, el mal *saudoso* no sólo se referirá a una dolencia psíquica, sino también a un sufrimiento que puede empujar incluso a la autoinmolación o al deseo del fin de la vida. Para Alberto Ferreira en concreto, la

⁸⁷ PESSOA, F. Op. Cit., p. 26-28.

⁸⁸ GARCÍA PRIETO, A. Op. Cit., p. 6.

⁸⁹ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

muerte va a ser un tema medular antes de 1848 que continuará inspirando a otros autores portugueses en las dos décadas siguientes. Un ejemplo de ello lo vemos en estas palabras de Lopes de Mendonça, anticipándose sin saberlo al brote de locura que sufrirá en 1860:

O que é existir senão o expirar pouco a pouco? O homem existe sempre enfermo, de corpo e de espírito, rodeado de insondáveis mistérios, fulminado pelo terror da dúvida....⁹⁰

Soares de Passos será otro de esos poetas que exprime en su obra la idea del desaliento, de la duda y de la desesperación por vivir en una sociedad conformista. El poeta expresará a menudo una “prisa por morir”, como se ve en este extracto:

Que importa que a vida tão cedo sucumba? Extinto o futuro, finou-se o viver: No fim da carreira, que existe? Uma tumba... Perdida a esperança, que resta? Morrer!.⁹¹

Este poeta recurrirá no pocas veces a la descripción de su melancolía como una tristeza que surge de la sensación de derrota personal y de impotencia ante la conformidad de aquellos que no quieren cambiar la realidad. Soares de Passos expresará así en su poesía su voluntad de luchar contra su propio conformismo y resignación, a pesar de no poder trastocar para bien la realidad de su entorno. Frente a la impotencia de su deseo, invoca a Dios para pedirle la muerte o alude directamente a ella con ansia, como vemos aquí:

Senhor, senhor, porque vim eu ao mundo?
Porque do nada me chamaste à vida?”
“A morte... a morte... que anseio!
Sinto um gelo sepulcral...
Abre-me, ó terra, o teu seio,
quero o repouso final.⁹²

Siguiendo esta misma analogía de la vida como calvario, el brasileño Álvares de Azevedo la describe de esta necrológica forma en un poemario póstumo de 1877:

⁹⁰ FERREIRA, A. Op. Cit., p. 179.

⁹¹ Ibidem. p. 180.

⁹² Idem.

A vida é uma comédia sem sentido,
uma história de sangue e de poeira,
um deserto sem luz...
a escara dum lava em crânio ardido...
e depois sobre o lodo... uma caveira,
uns ossos e uma cruz!"
"nós somos os condenados
à noite de amargura".⁹³

Y puestos a hacer colación de la noche como imagen equivalente de esa muerte simbólica a la que aluden los poetas románticos, destacamos estos versos de Azevedo:

Agora vivo no deserto d'alma.
Um mundo de saudade aí dormita.
Não o quero acordar... oh! não resurjam:
Aquelas sombras na minh'alma afflicta!⁹⁴

El deseo de autoinmolación cobra un significado poético a través del símbolo marítimo o de viaje sin retorno posible, cuando no se expresa directa y desveladamente. Esto no implica que el poeta sea un suicida potencial pero sí es indicativo de una tendencia que fomenta un cuadro de sentimientos que identifican un tipo característico de subjetividad. Los símbolos que hemos destacado parecen haber sido heredados de las antiguas incertezas que afligían al ancestro céltico frente a un horizonte ignoto. Estas formas poéticas, tan encarnadas en la cultura, serán un vestigio de ese pasado remoto que hizo poso con el paso del tiempo en un particular modo de sentimiento.

Esperanza y saudade

La perspectiva que defiende Torres Queiruga sobre la *saudade* parte de interpretaciones previas de Viqueira, Rof Carballo y García Sabell, aunque también bebe en menor medida de la lectura psicoanalítica de Novoa Santos, quien establece una conexión entre la *saudade* y el deseo inconsciente de regreso al seno materno,⁹⁵ No les falta razón cuando nos percatamos de esa correspondencia entre

⁹³ Idem.

⁹⁴ CAVALCANTI, C. Op. Cit., p. 76.

⁹⁵ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

madre y tierra de origen en muchos cantos mozambiqueños, ahondando a través de ellos en el sentimiento de desarraigo de muchos esclavos deportados a Brasil. En ambos extractos vemos con claridad la importancia de la consanguinidad entre iguales (el sentimiento de comunidad) y la asociación madre-tierra que entronca con la propia naturaleza y una idea sacra (el sentimiento de comunidad), que representan para quien lo canta no sólo el lugar de origen sino también el sitio al que se desea volver cuando la vida se apague:

Minha mãe mina mãezinha
Bela é a mãe que Deus me deu
Se a morte me levá
Minha mãe fica sem eu.
Minha mãe fica chorando pro fio que já morreu
Oh mamãe chora por mim
Eu também sou fio seu, ai...
Casa santa de mamãe
Casa santa de papai (...)
Minha mãe aqui na terra
Também é santa no altá.
Oh mamãe
ajuda eu, mamãe
Ampara eu mamãe
Tem dó de mim”
“Esse povo todo é meu,
o que não é filho, é sobrinho,
outros é neto, outro é irmão, ô!”⁹⁶

Desde este horizonte, la vivencia *saudosa* no aparece nunca como un estado puro, sino que es traducida como esperanza o angustia según el lugar desde el que se posicione el sujeto entre ambos polos. Aunque lo habitual es percibir los dos como una oposición en el que uno excluye al otro, Torres Queiruga considera que la separación entre ambos es gradual y no categorial. Entremedias existiría toda una gama de posturas diversas para apreciar el sentimiento *saudoso* según la idiosincrasia de cada sujeto.⁹⁷

Este enfoque abre un muy interesante cauce epistemológico al tratar de fundamentar la *saudade* como una noción psicológica. En concreto, Torres Queiruga la define como una “noción sentimental”, asumida ésta como categoría psicológica que ubica entre los estratos superiores de conciencia y como producto

⁹⁶ MONTEIRO, M. Op. Cit., p. 140.

⁹⁷ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

mental exclusivamente humano. A nivel filogenético, la *saudade* ya estaría latente en el curso histórico y cultural de la sociedad, mientras que a nivel ontogenético la *saudade* formaría parte del propio individuo. Morfogenéticamente, la *saudade* respondería a particularidades idiosincráticas y modos de representación que dependerán de los efectos que asuma el sujeto *saudoso* en sí mismo ante la espera del objeto amado, admitiendo dichos efectos como esperanza o angustia según los traduzca como positivos o negativos.

Reconocemos aquí la influencia tanto de la psicología gestáltica como también de los saberes de Laín Entralgo. De la primera fuente recoge la idea de plenitud que el sujeto siente en relación con el mundo. La *saudade* será así entendida como la toma de conciencia de una realidad psicológica orientada hacia el polo de esperanza o de angustia según los posibles grados de plenitud personal en relación con un determinado objeto de deseo *saudoso*. Apuntemos ejemplos de *saudade* por la tierra de origen que ha quedado en la distancia, por el amigo ausente, por la falta de la persona amada, por la incertidumbre de la existencia divina, por citar unos cuantos. Todos estos casos implican una vinculación fenomenológica del sujeto con respecto al objeto de su deseo que, en función del estado subjetivo de plenitud en relación con dicho objeto, será apreciada en mayor o menor grado de esperanza o de angustia.

En referencia a lo dicho hemos seleccionado un precioso poema de Konstantin Simonov que, aunque quede fuera de los márgenes cronológicos entre los que nos movemos para nuestro estudio, capta enteramente el estado de ánimo que describe el acto de la espera *saudosa* de una manera clara y sencilla:

Espérame, y volveré,
pero espérame de verdad.
Espérame cuando las amarillas lluvias
traigan la melancolía;
espérame cuando arrecie la nieve;
espérame cuando haga calor.
Espérame cuando se olviden del ayer
y dejen de esperar a los demás...⁹⁸

⁹⁸ MOYNAHAN, Bryan. **Leningrado. Asedio y sinfonía**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2015. p. 304.

Insistiendo con la postura fenomenológica que se esgrime en esta lectura sobre los mecanismos de la *saudade*, el filósofo José Ortega y Gasset ancla la constitución del *yo saudoso* en una calibración (consciente o no) que el sujeto hace sobre sí mismo en relación con las premisas de futuro y los gozos del pasado. Tal premisa que el sujeto *saudoso* formula sobre su futuro será siempre tentativo, por lo que surgirá la esperanza o la angustia en función de sus propias expectativa de cumplimiento de su deseo: el de recuperar en el futuro parte del *yo* pasado, aquel objeto (persona, lugar, cosa) con el que sentirse completo afectiva y psíquicamente. Es a raíz de este cálculo de sus expectativas a partir de las cuales el sujeto extraerá conclusiones directas sobre su condición en el presente. La *saudade*, pues, quedaría así explicada por este complejo mecanismo de resolución de la espera del sujeto antes del reencuentro (o no) con el objeto de su deseo:

La materia de que está hecho el porvenir es la inseguridad. Esa posibilidad necesaria y, a la vez, insegura es nuestro *yo*. Éste, pues, lo primero que hace, antes de darse cuenta del presente en que está, es estirarse hacia el futuro, se *futuriza*, y desde allí se vuelve al presente, a las circunstancias en que nos hallamos, y entonces las advierte al oprimir contra ellas el peculiar perfil de exigencias innumerables que lo constituyen. Las circunstancias responden favorable o adversamente, es decir, facilitan o dificultan la realización –la conversión en un presente– de ese *yo* futurizante que por anticipado somos ya. Cuando nuestro *yo* consigue en buena parte encajarse en la circunstancia, cuando ésta coincide con él, sentimos un bienestar que está más allá de todos los placeres particulares, una delicia tan íntegra, tan amplia que no tiene figura (...). Viceversa, cuando nuestro contorno –cuerpo, alma, clima, sociedad– rechaza la pretensión de ser que es nuestro *yo* y le opone por muchos lados esquinas que impiden su encaja, sentimos una desazón no menos amplia, no menos íntegra, como que consiste en la advertencia de que no logramos ser el que inexorablemente somos.⁹⁹

La visión de Laín Entralgo también parte de la idea de espera, en relación con la sensación de plenitud que el sujeto *saudoso* siente al referirse al objeto ausente que tanto desea. Si se trata de una espera inerte, lenta, larga y sin fruto ni resolución, la *saudade* se torna en disgusto. Si la espera se hace trivial, la vinculación personal con el objeto pierde su sentido y la *saudade* se convierte en despreocupación. En cambio será más optimista quien viva en la *saudade* una sensación de esperanza confirmativa: la autoconvicción de que al final de la espera

⁹⁹ ORTEGA Y GASSET, J. Op. Cit., p. 102-103.

recogerá el fruto anhelado. Si prevalece su confianza, el sujeto *saudoso* se sentirá esperanzado; por el contrario, si desconfía de aquello que aguarda al final de la espera, la *saudade* se traducirá en angustia.

Esta esencial ambivalencia del sentimiento *saudoso* contradice las dos interpretaciones anteriores (como sentimiento enfermizo y como sentimiento de autoinmolación) por no identificar un estado puro, sino relativo según el sentido subjetivo de cada persona. En una equivalencia entre depresión y *saudade* predomina la desesperación por la espera de un objeto que quizá nunca llegue, mientras que en una correspondencia entre la *saudade* y la atracción por la muerte se anula la posibilidad de que tras la espera exista el objeto de ese largo deseo. Una postura esperanzadora, sin embargo, exige del sujeto *saudoso* que perciba positivamente la posibilidad de que al final de su larga espera se reencuentre con el objeto de su deseo, aunque la sola presencia de su recuerdo ya colme de cierta consolación la insatisfacción del deseo no consumado.

Es a ese carácter paradójico al que se refería Francisco Manuel de Melo en 1676 al describir la naturaleza de la *saudade* como “um mal, de que se gosta; é um bem, que se padece” y que el poeta Almeida Garrett sintetiza como “gosto amargo de infelizes”.¹⁰⁰

Conclusiones

Al inicio de este trabajo nos habíamos propuesto demostrar que la *saudade* puede interpretarse como un modelo de subjetividad, entre las muchas formas de comprensión del fenómeno *saudoso*. Para ello hemos analizado tres maneras distintas de entender la construcción histórico-cultural de un sentimiento tan complejo como es la *saudade*, enmarcándola en los modos de expresión y en las representaciones simbólicas que adquiere preferentemente en la poesía romántica escrita en portugués y, en menor medida, también en gallego. Asimismo, se enmarcó una serie de objetivos específicos que han dirigido el curso de nuestra investigación.

¹⁰⁰ TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

En primer lugar se ha constatado que el Romanticismo fue el período más prolífico en cuanto a la expresión literaria y filosofías preocupadas por el origen y funcionamiento de la *saudade*, así como otros sentimientos afines divulgados a través e la poesía de su época. Con esto afirmamos que el contexto histórico-cultural fue fundamental para la emergencia, la difusión y la consolidación de patrones, códigos y conductas que configuraron un modelo particular de subjetividad. Además, se ha puesto de manifiesto que la experiencia estética (entendiendo en ésta tanto los procesos de creación como también de recepción de las obras) fue un medio eficaz de transmisión de tales patrones de construcción sentimental.

En segundo lugar hemos probado la validez de un método de análisis mediacional que nos permita estudiar el fenómeno en cuestión desde su dimensión filogenética, ontogenética y morfogenética. En el primer caso se han barajado varias casuísticas de la *saudade* de cariz sociológico, antropológico y psicológico, resaltando sobre todo los fundamentos histórico-culturales que asentaron el surgimiento conceptual de la *saudade*. En la dimensión ontogenética hemos destacado múltiples formas idiosincráticas de entender y expresar la *saudade* y otros sentimientos que se pueden considerar afines. Esta pluralidad es producto de un contexto muy rico en el número de prácticas de subjetividad y de discursos amplios en la comprensión del sujeto *saudoso*, muy ligados a variadas formas de expresar y experimentar el sentimiento que nos ocupa. En este trabajo hemos concentrado nuestra atención particularmente en tres modos distintos de entender dicha realidad sentimental, abordando el fenómeno *saudoso* a partir de unas premisas interpretativas surgidas durante el Romanticismo y que se han mantenido más o menos vigentes hasta bien entrado el siglo XX, trascendiendo otras culturas literarias y no literarias.

El tercero de los objetivos específicos marcados al inicio –destacar la existencia de diversas definiciones de *saudade* que brotaron dentro de un mismo marco histórico y cultural– queda así cumplido, al tiempo que se han comparado entre sí para intentar trazar líneas comunes de un estado afectivo *saudoso* por medio del análisis de las prácticas adscritas, los discursos explicativos, las descripciones, las categorías empleadas y las representaciones sociales que se

despliegan a través de los referentes simbólicos usados en la poesía romántica escrita en portugués y gallego.

Hablar de la *saudade* como fenómeno poético, en definitiva, implica también el análisis de las formas de configuración de un modelo de subjetividad característico y, en consecuencia, creemos sólidamente justificado su interés y su admisión como objeto de estudio para la psicología y otras ciencias *psi*. Este tipo de método de análisis mediacional nos ofrece además una alternativa a los modelos tradicionales de estudio histórico, pudiendo abordar un mismo fenómeno desde planos muy distintos de la realidad que convergen en un momento dado y que no responde tan sólo a una mera acumulación de sucesos ordenados en el tiempo. Con la apropiación de este sistema metodológico de análisis planteamos la posibilidad de erigir puentes colaborativos con otras muchas disciplinas que sean pertinentes para el estudio de los objetos de análisis escogidos, como hemos probado con el caso de la *saudade*.

Abrimos con esta aportación la invitación a profundizar un estudio más detallado y completo sobre un fenómeno tan complejo, desmarcándolo de límites exclusivistas y convidando a una revisión que aúne campos como la estética, la historia, la literatura, la antropología, la sociología, la filosofía, la filosofía, etc., sin olvidar la disciplina psicológica a la cual representamos. Con un trabajo como el presente esperamos estrechar lazos entre muy diversas áreas de las Ciencias Sociales y las Humanidades con el prolífico campo de las ciencias *psi*. Por eso consideramos oportuno cerrar este trabajo con un hermoso aforismo de Rafael Silveira:

“O que me move não é a saudade, mas sim, a esperança”.

Bibliografía citada

ARÁNTEGUI, J. L. La degeneración del 98. *In*: NORDAU, M. **Fin de Siglo**. Jaén: Del Lunar, 1999. p. 7-19.

BALBI, J. Prólogo. *In*: GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad**. Buenos Aires: Noveduc, 2009. p. 7-15.

BAUDELAIRE, C. **Las Flores del Mal**. Barcelona: Orbis, 1997.

BLAKE, W. **Cantos de inocencia. Cantos de experiencia**. Barcelona: Orbis, 1998.

BLANCO, F.; ROSA, A.; TRAVIESO, D. Arte, mediación y cultura. *In: II SYMPOSIUM INTERNACIONAL DE PSICOLOGÍA Y ESTÉTICA*, 2., Madrid. **Anais...** Madrid: Miraflores de la Sierra, Madrid, 2003.

BOWIE, A. **Estética y subjetividad. La filosofía alemana de Kant a Nietzsche y la teoría estética actual.** Madrid: Visor, 1999.

BRUNER, J. **Realidad mental y mundos posibles. Los actos de la imaginación que dan sentido a la experiencia.** Barcelona: Gedisa, 1994.

CASTRO, J.; PIZARROSO, N.; MORGADE, M. La psicologización del ámbito estético entre mediados del siglo XIX y principios del XX. **Estudios de Psicología**, Madrid, v. 26, n. 2, p. 195-219, 2005.

CASTRO, J.; SÁNCHEZ-MORENO, I. **Las variaciones Gould: Las alternativas a la psicología de la escucha.** *Psicología Hoy*. Madrid, Canal UNED / Radio 3-RNE, 2009.

—. La etnopsicología wundtiana y las artes temporales. Notas para un retrazo genealógico de la preocupación psicológica por la música. **Epistemos**, v. 1, p. 21-54, 2010.

CAVALCANTI, C. **Modernidade Brasileira. Poesia Oitocentista.** Vitória da Conquista: UESB, 2013.

CORTEZÓN, D. **De la saudade y sus formas.** Nueva York: Casa de Galicia, 1960.

DE ALMEIDA, A. V. **Literatura, mito e identidade nacional.** Sao Paulo: Ômega, 2008.

FERNÁNDEZ TEIJEIRO, J. J. **Más allá de la Patología. La Psicología de Nóvoa Santos.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2001.

FERREIRA, A. **Perspectiva do Romantismo Português.** Lisboa: Edições 70, 1971.

FIGUEIREDO, F. **Historia literaria de Portugal: Era Romántica.** Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1949.

FOCCROULLE, B.; LEGROS, R.; TODOROV, T.; TAVOILLOT, P. H. Vida y destino del individuo en el arte. *In: TAVOILLOT, P. H. (Ed.), El nacimiento del individuo en el arte.* Buenos Aires: Nueva Visión, 2006. p. 103-121

GARCÍA PRIETO, Á. Catálogo de saudades. *In: RANERA, C.; GARCÍA PRIETO (Ed.), Fado & Psiquiatría / Psicopatología de la saudade.* Tarragona: Silva, 2011.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividad y postmodernidad. Una aproximación desde Vigotsky hacia una perspectiva histórico-cultural.** Buenos Aires: Noveduc, 2009.

—. Lenguaje, sentido y subjetividad: yendo más allá del lenguaje y el comportamiento. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 345-357, 2011.

HENNION, A. **La pasión musical.** Barcelona: Paidós, 2002.

—. ABÉCÉDaire de la médiation. Musica Falsa. **Musique, art, philosophie**, v. 18, p. 38-40, 2003.

—. Une sociologie des attachments. D'une sociologie de la culture à une pragmatique de l'amateur. **Sociétés**, v. 85, n. 3, p. 9-24, 2004.

—. Réflexivités. L'activité de l'amateur. **Réseaux**, v. 153, p. 55-78, 2009.

—. Gustos musicales: de una sociología de la mediación a una pragmática del gusto. **Comunicar**, v. 34, n. 17, p. 25-33, 2010.

HUBER, V. **Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura.** Blumenau: FURB, 1993.

KEATS, J. **Odas y Sonetos.** Barcelona: Orbis, 1997.

LEAL FERREIRA, A. La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y las prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 359-374, 2011.

LOREDO, J. C.; CASTRO, J. Antropotecnias "fin de siècle": la subjetividad decadente de Jean Floressas des Esseintes. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 389-404, 2011.

MONTEIRO, M. **Dança popular: Espetáculo e devoção.** Sao Paulo: Terceiro Nome, 2011.

MOYNAHAN, B. **Leninrado. Asedio y sinfonía.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2015.

NORDAU, M. **Fin de Siglo.** Jaén: Del Lunar, 1999.

ORTEGA Y GASSET, J. El proyecto que es el yo. *In: Goya.* Madrid: Espasa-Calpe, 1963. p. 96-105.

PESSOA, F. **Poemas escogidos.** Barcelona: Plaza & Janés, 1989.

RANERA, C. Del laberinto de la saudade al laberinto de los sentimientos. *In*: RANERA, C.; GARCÍA PRIETO, A. (Ed.), **Fado & Psiquiatría / Psicopatología de la saudade**. Tarragona: Silva, 2011.

SÁNCHEZ-MORENO, I. Cuando los Beatles se fueron de viaje, Glenn Gould se convirtió en piano. Nuevas tecnologías de subjetivación en la música. *In*: SÁNCHEZ-CRIADO, T. (Ed.), **Tecnogénesis. La construcción técnica de las ecologías humanas**, Madrid: AIBR, 2008. v. 1. p. 139-172.

—. El oído del odio. Elementos para la construcción de una psicología del gusto musical bajo el nacionalsocialismo. **Revista de Historia de la Psicología**, v. 31, n. 2/3, p. 137-150, 2010.

—. La gramola de Hitler. Dispositivos mediacionales para la construcción de un gusto musical bajo el gobierno nacionalsocialista. **Estudios de Psicología**, v. 33, n.3, p. 293-310, 2012.

—. **La melodía interrumpida. Análisis histórico-genealógico de los fundamentos mediacionales en psicología de la música (1854-1938)**. Madrid, 2013. Tesis (Doctoral) - Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Madrid, 2013.

—.; ALONSO, O.; GARCÍA DE FRUTOS, H.; RIBA, C. La subjetividad *desde* el margen. **Estudios de Psicología**, v. 32, n. 3, p. 313-320, 2011.

—.; RAMOS, N. La canción del verano o el baile de la araña. Análisis mediacional del tarantismo. Un caso histórico para la psicología de la música. **Revista de Historia de la Psicología**, v. 30, n. 2/3, p. 345-353, 2009.

TORRES QUEIRUGA, A. **Nova aproximación a unha filosofía da saudade**. Vigo: Real Academia Galega, 1980.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rossend Arús, n. 32, pral. 2ª, 08014.
Barcelona.

AS ÁREAS DE GUERRA ABERTA E AS DE PREVENÇÃO MILITAR. O CENTRO-SUL E O NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Christiane Figueiredo Pagano de Mello¹
Universidade Federal de Ouro Preto

Recebido: 01/04/2016
Aprovado: 06/06/2016

Resumo: Este artigo pretende realizar uma análise comparativa entre a trajetória militar divergente de duas áreas do Império Ultramarino Português: o Estado do Grão-Pará e o Centro-Sul da América, na segunda metade do século XVIII. Considerando que, as duas áreas viviam situações militares bem distintas, resultante da exposição ou não ao fenômeno da guerra, busca-se analisar as consequências militares dessa diferença para cada região.

Palavras-chave: Militarização; Política Militar Pombalina; Guerra; Prevenção.

AREAS OF OPEN WAR AND MILITARY PREVENTION. THE CENTRAL SOUTH AND NORTH OF PORTUGUESE AMERICA (SECOND HALF CENTURY XVIII)

Abstract: This article intends to carry out a comparative analysis between the divergent military trajectory of two areas of the Empire Overseas Portuguese: the State of the Grand-Para and South-Central America, in the second half of the eighteenth century. Whereas the two areas lived very different military situations resulting from exposure or not the phenomenon of war, seeks to analyze the military consequences of this difference for each region

Key words: Militarization; Pombalina Military Politics; War; Prevention.

Introdução

Este artigo se propõe a refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império Ultramarino Português. O contexto espacial delimitado compreende duas áreas: o Estado do Grão-Pará e o Centro-Sul da América Portuguesa.² Utilizaremos uma perspectiva comparativa a fim de obter uma

¹ E-mail: christianemello@hotmail.com. Agradeço aos pareceristas que, apesar de anônimos, deram-me indicações valiosas de melhoria desta resenha, o que não me exime das possíveis falhas.

² Sobre a questão administrativa do Estado do Brasil e do Estado do Grão Pará, Fabiano Vilaça dos Santos destaca que: "O Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto das capitanias principais do Pará e Maranhão e das subalternas do Piauí e Rio Negro), unidade administrativa independente do Estado do Brasil, porquanto diretamente ligada a Lisboa. Reordenada em 1751, quando a capital passou de São Luís para Belém, em virtude de uma redefinição política e estratégica das conquistas do Norte, vigorou até 1772-1774, quando foi desmembrada em duas unidades que permaneceram subordinadas a Lisboa: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí". Cf: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. 1ed. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. v. 1. p. 153-167.

compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões além-mar, na segunda metade do século XVIII.

Mais especificamente, no Norte da América Portuguesa,³ nos deteremos nas seguintes regiões: a capital, na região de Belém, que possui importância estratégica e militar para a conquista do Estado do Grão-Pará. A região da Costa Oriental, importante para a defesa da costa das investidas estrangeiras. E, a Costa Setentrional que correspondia a uma área de intensa movimentação militar, posto que, grande parte de seu território compunha a faixa de fronteira com a Guiana Francesa. No Centro-Sul do Império, trabalharemos com a capital, a Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As três Capitanias estavam diretamente envolvidas em um confronto militar aberto, em função das disputas de fronteira que cresciam ao longo da América meridional, entre Espanha e Portugal.

Convém anotar que é no período pombalino (1750-1777) que se passa a reforçar o princípio da interdependência entre os domínios portugueses da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. Concebendo o espaço como uma 'estrutura contínua', sob o comando de um centro político representado pela Coroa e irradiado para a Colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se outra estrutura militar de defesa. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas: "não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina".

A questão que perpassa o trabalho é o projeto militar pombalino no Império Americano Português, que atinge de maneira não linear e homogênea, os mais diversos rincões de sua espacialidade. Mas que, de todo o modo, informa e demanda os posicionamentos e as relações em toda a sua extensão territorial. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em

³ Para nossa análise histórica aqui desta extensa região propomos a seguinte delimitação geográfica: chamaremos de região Norte algumas áreas das Capitanias do Estado do Grão-Pará e Rio Negro no século XVIII. Estamos nos referindo, mais especificamente, àquelas que hoje corresponderiam aos atuais Estados do Pará e Amapá. Vale destacar que a definição contemporânea da região Norte inclui ainda os Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Roraima.

estudo - Norte e Centro-Sul da América Portuguesa - na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750.

A pesquisa parte da sistematização de dados da documentação das Capitânicas do Grão-Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, durante a segunda metade do século XVIII. Na primeira Capitania, a documentação pesquisada consta no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), digitalizado pelo projeto Resgate, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional. Com relação às três últimas a documentação engloba outras fontes além do AHU de Lisboa, como o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Militar em Lisboa, Arquivo Nacional e etc.

O trabalho se enquadra teoricamente dentro dos parâmetros dos estudos da nova história militar,⁴ no qual se busca estar atento à interação entre forças militares e sociedade, levando em consideração os vínculos de sociabilidade e as hierarquias que se faziam presente no cenário colonial.

Ainda que, o interesse pela história militar do Brasil colonial tem-se mostrado reduzido, devemos considerar que o estudo das organizações militares na Amazônia Colonial tem sido objeto de importantes estudos. Temos como exemplo, entre outros: a tese de doutorado de Shirley Nogueira intitulada *A "Soldadesca Desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência. (1790-1850)*⁵ um trabalho que traz várias referências importantes sobre a situação militar da região, inclusive no início da segunda metade do século XVIII, embora o seu recorte temporal seja posterior ao nosso estudo.

De sua autoria juntamente com Flávio dos Santos Gomes, temos, ainda, o artigo *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista* que faz parte do livro *"Nas terras do Cabo Norte,"*⁶ É uma importante

⁴ Para um balanço dessa historiografia, ver: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁵ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

⁶ NOGUEIRA, Shirley; GOMES, Flávio dos Santos. *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista*. In: GOMES, Flávio dos Santos. **Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII-XIX**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- Universidade Federal do Pará, 1999.

contribuição para se repensar a situação de fronteira no extremo norte. Analisa as disputas pelas fronteiras, as movimentações de fugitivos- negros, índios e soldados desertores- que foram protagonistas de uma aventura, na qual reinterpretaram os sentidos da colonização.

As regiões de fronteiras são estratégicas quanto à defesa contra invasores e o tráfico de escravos índios e de drogas do sertão. Em relação a essas questões tivemos contato com o excelente estudo de Nádia Farage em *As muralhas dos sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*.⁷ Nesse estudo, a autora trata da preocupação dos portugueses na década de 70 do século XVIII em estabelecer no rio Branco uma fortaleza e aldeamentos indígenas, visando conter a ameaça da presença holandesa ao domínio português no vale amazônico.

Outro estudo importante que enfatiza a questão das fortificações é o de Renata Malcher Araujo: “As cidades da Amazônia no século XVIII”,⁸ no qual aponta para uma leitura da colonização da Amazônia em que a fortificação foi elemento fundamental na apropriação e transformação simbólica de um espaço (natural) em território (político). Segundo a autora, a presença física da fortaleza para além de sua função de defesa ou fiscalização, ressignificava o espaço amazônico proporcionando a representação de um poder que projetava sua sombra nesta região.

Rafael Chambouleyron em *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*⁹ oferece ao leitor a oportunidade de conhecer a Amazônia seiscentista, não como uma região abandonada ou “redescoberta” apenas pela interferência do Marquês de Pombal. Ao contrário, ele nos convida a interpretar os feitos pombalinos, a partir das ações implementadas ainda no século XVII e na primeira metade do século XVIII.¹⁰

No que se refere a questão dos índios na região Amazônica e no período pombalino, pesquisas recentes têm demonstrado que, desde a vigência do

⁷ FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ ANPOCS, 1991.

⁸ ARAÚJO, Renata Malcher, **As cidades da Amazônia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão**, Porto: FAU, 2000.

⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.

¹⁰ KETTLE, Wesley Oliveira. Domínio, migração e natureza na Amazônia seiscentista (Resenha) **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. p. 209-212.

Diretório dos Índios (1750-1798), criou-se ou fortaleceu-se uma elite indígena no interior da lógica da governança colonial que não apenas respondia aos interesses da política indigenista luso-brasileira, mas também às expectativas dos índios,¹¹ como afirma Vânia Maria Losada.¹² Nesse sentido, temos outro trabalho de interesse para a nossa pesquisa que é o de Rafael Ale Rocha em *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)* que contribui para o estudo das elites coloniais amazônicas no contexto da segunda metade do século XVIII. Analisa o processo através do qual os índios inseridos na sociedade colonial alcançavam postos de oficiais nas tropas militares no Estado do Grão Pará e Maranhão.

Outra referência importante para o trabalho é a coletânea organizada por Paulo Possamai, *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna*,¹³ que incorpora vários estudos sobre o período em todas as regiões do Brasil.

As tensões militares nos confins da América

A Amazônia da segunda metade do século XVIII vivia em uma situação de constante sobressalto, em uma condição militar preventiva. Em toda a documentação consultada o que se percebe é uma tensão permanente das autoridades coloniais e de Lisboa com relação à possibilidade de ocorrer alguma invasão e agressão de potências estrangeiras. Essa Amazônia, “de extraordinárias distâncias”, estava em contato com vizinhos percebidos como potencialmente hostis: espanhóis, franceses, holandeses.

¹¹ Entre outros, ver ROCHA, Rafael. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina. Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará**. Niterói, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2001.; COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. *In: XIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA*, 13., 2001, Vitória. **Programa e Resumos ...** Vitória: Departamento de História UFES/Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 45-46.

¹³ POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Interessante notar que, essa região não viveu uma guerra aberta, direta. No máximo, o que ela experimentou foi a presença de estrangeiros considerados invasores pelas autoridades coloniais portuguesas. Portanto, o que caracteriza o ambiente militar dessa região não foi, de forma alguma, uma guerra de fato, mas, sim, uma ameaça que se fazia permanente, silenciosa, insidiosa e que frequentemente se infiltrava na região considerada de domínio português. Essa situação demandava das autoridades a “cautela com que sempre se deve ter prevenida a defesa”. Nesse contexto, era necessário adotar medidas preventivas: de vigilância nas possíveis entradas, rios e caminhos por onde os vizinhos imperceptivelmente pudessem se fazer presente e, de alguma maneira, ameaçarem a soberania do rei de Portugal. Assim, as palavras recorrentes na documentação desse período sobre essa região são: cautela, prevenção, prudência, suspeita, vigilância e observação.

Nesse ambiente de intensa desconfiança, determinados episódios, mesmo de pequena escala, eram suficientes para deixar as autoridades em estado de alerta. Por exemplo, em maio de 1773 um ‘índio principal’¹⁴ deu a notícia de que tinha visto uma lancha vinda da Ilha de Joanes¹⁵ com uns seis homens de língua desconhecida. Providências foram tomadas, cartas enviadas para as autoridades competentes da região para “*saber a identidade e intenções desses homens*”. O caso acabou não resultando em nada, e nem sequer se soube se, de fato, foi “*verdadeiro aquele sucesso*”.¹⁶

¹⁴ Os denominados índios principais tinham papel social decisivo na organização tribal de seu povo. De acordo com Padre Antônio Vieira: “A cabeça nas aldeias é o índio principal de cada uma”. [apud CARVALHO, Valéria Nely César de. Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 511-540, jul./dez. 2008]. Segundo Manuel Albuquerque, os principais eram índios que se situavam nos limites entre o mundo nativo e o mundo europeu. Transitavam e recriavam os dois mundos aos quais pertenciam. Lideranças de seu povo, mas também intermediários das autoridades colonizadoras. [ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias. **Cadernos do CEOM**, Unochapecó, v. 23, n. 32, p. 203-220, 2010.]

¹⁵ A Ilha Grande de Joanes é uma Ilha fluvial na foz do Rio Amazonas. Território estratégico à época da colonização, pois permitia o acesso através do Rio das Amazonas ao interior do continente e às encostas dos Andes. [MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de; MOTTA, Edilson Nazaré Dias. Antônio de Sousa de Macedo, capitão geral e governador da ilha de Joanes. In: **Actas do Congresso Internacional - Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**. Lisboa, Cham: 2005. p. 5.]

¹⁶ “OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as notícias recebidas de um índio Principal, 1773, Julho, 24 Pará”. AHU, Pará, Cx. 71, doc. 6031.

Outro exemplo clássico, bastante citado na história da região, se deu em 1775 e que deixou as autoridades em estado de pânico, rendendo uma vasta documentação. O episódio se deu numa região cobiçada por portugueses, holandeses e espanhóis: um desertor francês Gervásio Leclerc vindo da colônia holandesa de Suriname, trouxe informações relativas à presença de um pequeno estabelecimento militar espanhol nas proximidades da fronteira do Rio Negro e, ainda alertou sobre os possíveis ataques na região pelas Tropas da Holanda. Apesar de ter sido uma situação bastante complexa e ter levado os portugueses a mudarem sua estratégia de defesa na região, tal tensão não levou a um choque aberto entre as potências envolvidas.¹⁷

Vale notar, ainda, outra situação militarmente diferenciada produzida na região. No contexto de ausência de guerra aberta as autoridades coloniais criavam situações muito peculiares. Para manter a tropa preparada e treinada se valeram de alguns artifícios como o de provocar *“largos sustos, de vez em quando, para que assim o ensino se conseguisse fazer possível e praticável”*, recorriam, também, a exageros, como o da *“suspeita da Guerra por toda a América”*.¹⁸ Se não havia uma guerra real se forjava uma fictícia e o excesso servia para motivar e treinar os homens na defesa contra as possíveis e prováveis forças invasoras. Esses são alguns exemplos das tensões que permeiam o viver nesta região, apenas tensões, sem guerra de fato.

As tensões militares no Centro-Sul da América

Com relação ao Centro-sul da América, vale lembrar que, a partir da determinação régia de 26/1/1765, as Capitânicas de Minas Gerais, São Paulo, e a capital do Rio de Janeiro, ficaram submetidas a uma política militar de cooperação direcionada a atender às questões de defesa ao Sul do Estado. Portanto, desde o Vice-Reinado do Conde da Cunha (1763-1767), a estratégia era elaborada para

¹⁷ Para maiores informações sobre o tema Ver: NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.; Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII: Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. São Paulo: FAPESP/NHII-USP, 1994a. p. 81-96., FARAGE, Nádia, **As muralhas dos sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. e Arquivo Histórico Ultramarino, (AHU), Pará, 1775, entre outros.

¹⁸ *“OFÍCIO do João Pereira Caldas, para o Martinho de Melo e Castro, 1780, Janeiro, 25, Pará”*, ANEXO, AHU, Pará, Cx. 84, doc. 6918.

“que com a união de todos os três Governos, se possa consolidar uma força Superior”,¹⁹ ressaltando que “É, porém, necessário, que sem a menor perda de tempo, se procure em todos os três Governos instruir as Milícias, nos Pontos essenciais de marcharem unidos”.²⁰ Dez anos após essas determinações régias, em 1775, o imperativo de cooperação entre as três Capitanias ainda permaneciam como estratégia principal: “Sendo certo, que nesta união recíproca de poder consiste essencialmente a maior força do Estado, e na falta dela toda a fraqueza dele”.²¹ Assim, tais Capitanias permaneceram com essa missão e encargo por toda a segunda metade do século XVIII.

A região meridional e mais especificamente a Colônia do Sacramento foi um dos principais focos de atenção da Coroa portuguesa na América, o nervo militar do Império. Fundada, em 1680, nas margens do Rio da Prata,²² desde então se tornou uma zona de intenso conflito devido à indefinição dos limites territoriais entre os domínios das Coroas de Espanha e de Portugal. A história de Sacramento é repleta de intensas disputas militares e diplomáticas que marcaram de forma intensa toda a política-militar das Cortes Ibéricas durante toda a segunda metade do século XVIII.

Rodrigo Monteiro sintetiza muito bem o seu contexto bélico quando afirma que, durante os 97 anos de história da Colônia do Sacramento sob tutela portuguesa, a região foi regulada por seis tratados diferentes. O maior período de paz que esta praça conheceu foi de 24 anos entre o cerco espanhol de 1737 e a

¹⁹ “Carta do Conde de Oeiras para o Conde da Cunha, 26/1/1765” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p. 426.

²⁰ “Carta do Conde de Oeiras para o Conde da Cunha, 26/1/1765” In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p. 427.

²¹ “Instrução Militar de Martinho de Melo e Castro para Martim Lopes Lobo de Saldanha, 24/1/1775”, In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII...** Op. Cit., p.624.

²² A fundação Colônia de Sacramento atendia aos planos da Coroa Portuguesa de ampliar as fronteiras ao sul do território luso-americano, bem como aos interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro em reativar o comércio legal e ilegal com as províncias do domínio espanhol. Entrepasto no estuário platino, a Colônia do Sacramento era um ponto estratégico situado perto de Buenos Aires, um dos principais portos de saída da prata castelhana. Para Ferrand Almeida, a fundação da Colônia do Sacramento seria “o resultado de um conjunto complexo de fatores econômicos e políticos”. (Para maiores informações sobre a Colônia do Sacramento, consultar entre outros: ALMEIDA, Luís Ferrand. **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.; HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul**. In: __. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. t. 1.; POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

retomada da Colônia pela Espanha em 1761. Sitiada por quatro vezes, nos anos de 1704 a 1705, 1735 a 1737, em 1761 e 1772 a 1777, e ocupada três vezes pelos espanhóis — de 1705 a 1715, em 1763 e 1777 — Sacramento apresentava uma realidade extremamente violenta e incerta aos habitantes e a quem pretendesse ali se estabelecer. A história da Colônia do Sacramento é, portanto, recheada de inúmeros tratados, frutos de constantes guerras e conflitos, tanto diretos, entre ambas as regiões coloniais, quanto indiretos, por disputas e negociações europeias entre as coroas ibéricas.²³

Pode-se afirmar que se é possível identificar várias circunstâncias militares em comum de Norte a Sul da América Portuguesa a partir de uma análise comparativa convergente, é possível também registrar diferenças resultantes da existência ou não de uma guerra aberta. De forma geral, pode-se afirmar que, a diferença entre o estado de prevenção militar, característica do Norte e o estado de guerra aberta do Centro Sul da América está na intensidade das medidas, das mobilizações e dos recursos a serem acionados. No âmbito da prevenção, estas podem ter intensidade moderada a fraca, apenas um alerta. Numa guerra de fato, as medidas, os recursos e as mobilizações chegam ao extremo das suas possibilidades, mesmo que estas sejam reduzidas e insuficientes.

O projeto militar pombalino e o espaço como ‘*estrutura contínua*’

Partirei do princípio de que, a ausência de uma guerra aberta no Norte da América portuguesa acabou resultando na permanência nas suas forças militares de tendências mais fortemente dispersas e corporativas do que a registrada no Centro-Sul, onde a intervenção do poder régio na organização militar foi mais intensa devido à sua exposição constante ao fenômeno da guerra.

Adotarei como perspectiva fundamental para a análise da segunda metade do século XVIII na América colonial, a presença de duas diferentes concepções de sociedade e poder coexistindo na mesma realidade temporal: as concepções corporativa que permanece predominante na organização da sociedade colonial; e

²³ MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVIII. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME, 1., 2005, Lisboa. **Anais ...** Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005.

a voluntarista, que se “impõe” a partir da segunda metade do século XVIII, representada na Colônia pelos Vice-Reis e Governadores-Generais, e executadas com base nas determinações e instruções enviadas pela Coroa portuguesa.

Na concepção corporativa, a organização do espaço político se estabelece a partir de uma “*estrutura granular*”, isto é, de uma fragmentação do poder pelos diversos centros político-territoriais – as comunidades locais – como sendo o melhor meio de defesa e administração. A voluntarista concebe o espaço como uma “*estrutura contínua*”,²⁴ considerando como condição necessária para a boa administração e defesa territorial uma ordem baseada em um poder único, que se imponha sobre as relações comunitárias e seja superior às diferenças regionais.²⁵ Iniciando, assim, um processo que, na prática estará sujeito a incessantes conflitos e negociações entre as distintas concepções de poder e de espaço, e que colocarão em xeque as questões da eficácia do poder absoluto e centralizador com suas pretensões teóricas de onipotência.

Obviamente, diferentes concepções político-territoriais resultam em diversas estratégias de defesa militar. Em uma “*estrutura granular*” corporativa, com suas particularidades, jurisdições e relativa autonomia, a base da defesa territorial é construída a partir das estratégias locais de combate: emboscadas, assaltos noturnos, surpresas, incêndios e depredações.

Nesse contexto, as tropas militares eram organizadas em função dos perigos e ameaças que se apresentavam ao longo do tempo, desfazendo-se quando eles terminavam. Essencialmente, essas tropas militares eram constituídas por forças locais sem articulação interna e sem saberes técnicos. Elas também não tinham qualquer ligação entre si, não dispendo de uma tática comum pela qual pudessem orientar suas ações durante um combate. O resultado era a difícil manutenção da disciplina no campo de batalha. De acordo com Rui Bebianno:

cada combatente ou grupo de combatentes, movia-se de acordo com objetivos que ele próprio escolhia. Nesse contexto, o chefe militar

²⁴ As expressões “*estrutura granular*” e “*estrutura contínua*”, referentes à organização do espaço, foram citadas por CURTO, Diogo Ramada. **O Discurso Político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Universidade Aberta, 1988. p.179.

²⁵ HESPANHA, António M. **L'Espace Politique dans L'Ancien Régime**. Coimbra: Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983. p.22-44.

apenas podia dar ordens muito gerais, deixando para o final do embate, se vitorioso, a complicada tarefa de voltar a reunir a massa já sem norte.²⁶

Na concepção político-territorial voluntarista, na qual a organização do espaço é percebida como uma “*estrutura contínua*” e global, sob o comando do centro político representado pela Coroa, irradiado para a Colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se outra estrutura militar de defesa. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas:

não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina.²⁷

Ribeiro Sanches, um dos inspiradores da administração pombalina, em seu livro “*Cartas sobre a Educação da Mocidade*” adverte sobre mudanças necessárias na organização militar em prol do estabelecimento da nova ordem:

A força, o ânimo ousado e a valentia já não são bastante para vencer, como quando fazíamos a guerra expulsando os mouros da pátria. A arte da guerra, hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo, necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão.²⁸

Considerando as instruções régias passadas aos governadores, capitães-generais e aos vice-reis, encontram-se referências ao “*Sistema Fundamental que hoje forma o Governo Político, Militar e Civil de toda a América Portuguesa, aplicado a cada uma das capitanias daquele continente, segundo a situação de cada uma delas*”²⁹ estabelecido pelo Marquês de Pombal em 1757. Mais especificamente, a nova estrutura militar planejada pela Coroa portuguesa previa e constantemente reiterava a todos os seus governadores na América Portuguesa a necessidade de

²⁶ BEBIANO, Rui. Elementos de um Barroco Militar. **Revista de Histórias das Ideias**, Universidade de Coimbra, n. 11, 1989. p.117.

²⁷ FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunais, 1912. p. 705.

²⁸ SANCHES, António Nunes Ribeiro, **Cartas sobre a Educação da Mocidade [1759]**. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira, s/d. p. 97.

²⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e a unidade Brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 219, 1953. p. 73.

cooperação militar entre as Capitânicas, “*sendo certo que, nesta recíproca união de Poder consiste essencialmente a maior Força de um Estado e na falta dela toda a fraqueza dele*”.³⁰

De forma que, as Capitânicas, embora administrativamente independentes, eram concebidas como peça de uma engrenagem político-territorial mais ampla – América portuguesa. As Capitânicas faziam parte de um plano militar maior, que visava à defesa territorial da Colônia; estavam sob ordens e diretrizes militares criteriosamente definidas pelo poder central, que determinava a funcionalidade específica de cada Capitania aos seus Capitães-Generais e ao Vice-Rei.

Lisboa determina, ainda, a reorganização do espaço colonial. Concebendo o espaço como uma ‘*estrutura contínua*’, o projeto estava inserido num objetivo geopolítico maior: a estratégia de ocupação e de proteção do território americano. Nesse sentido, Sergio Buarque de Holanda observa que, durante o governo de Pombal foi executada uma estratégia de reordenamento espacial do poder, que levou à transferência da capital do Estado do Maranhão, de São Luís para Belém, na foz do rio Amazonas e o fortalecimento definitivo do Rio de Janeiro como Capital do Brasil. Como resultado define-se dois grandes eixos: um horizontal e acompanhando o grande rio Amazonas; outro oblíquo e seguindo a costa marítima, no Estado do Brasil.³¹

Fundamentalmente, na segunda metade do século XVIII, o sucesso da defesa territorial era entendido como uma consequência do conjunto das forças militares e de sua devida regularização técnica. Para isso, alguns fatores eram importantes: a intensificação do recrutamento militar, propiciando um número maior de tropas no *front* de batalha; o treinamento dos soldados no manejo das armas e, sobretudo, na completa obediência deles às ordens superiores; e a organização das forças militares deveria ser baseada em regras únicas e estáveis, que buscassem uma uniformidade de ação bélica.

³⁰“*Todas as colônias Portuguesas são de Sua Majestade e todos os que as governam são vassallos seu. E nesta inteligência tanta obrigação tem o Governador de uma Capitania de a defender quando for atacada, como de mandar todas as forças dela ao socorro de qualquer outra das mesmas Capitania, que precisar da sua assistência. Sendo certo, que nesta recíproca união de Poder consiste essencialmente a maior Força de um Estado e na falta dela toda a fraqueza dele*”. Cf: Idem.

³¹ HOLANDA. S. B. de. **História geral da civilização brasileira – Tomo I – A época colonial**. São Paulo: Difel, 1960. p. 357. v. 2.

As ordens régias dirigidas aos Capitães-Generais e ao Vice-Rei da Colônia mostram que estes fatores eram alvo das preocupações da Coroa. Era obrigação de seus representantes ultramarinos empenhar esforços para a perfeita manutenção das Tropas de Auxiliares e das Pagas, para que elas se apresentassem bem reguladas, disciplinadas e devidamente aptas para o combate. Assim, Para o treinamento das tropas coloniais, Lisboa contrata, em 1767, o Tenente-General João Henrique Böhm, que se tornou o responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde Lippe,³² referentes à organização militar, à estratégia, à tática, à disciplina, etc.

A nova lógica militar: áreas de guerra aberta e de prevenção militar

Vejamos então, a intensidade da presença da Coroa nos seus domínios ultramarinos através do envio das forças militares com a finalidade de orientar a organização militar e reforçar a defesa, tanto no Centro-Sul, capital Rio de Janeiro, enfrentando uma guerra aberta no Sul da América, como no Norte, capital Belém, em uma situação militar de prevenção.

Depois da transferência da Capital para o Rio de Janeiro, o seu primeiro Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767) solicita à Coroa o envio de Tropas Regulares para a capital. No primeiro semestre de 1767 desembarca no Rio de Janeiro as forças expedicionárias, constituídas por três Regimentos de Infantaria - Moura, Estremoz e Bragança - e um trem de artilharia.

Cada Regimento possuía oito companhias, com 101 homens cada uma, e um efetivo total, da unidade, igual a 862 militares. O Regimento de Estremoz, porém seguiu com apenas 770 homens, permanecendo o restante em Portugal. Estes Regimentos tinham sua organização baseada no Regulamento de 1763, que reformulou o Exército Português, conforme diretrizes do Conde Lippe.³³

Vale notar que, o Tenente-General João Henrique Böhm, encarregado do comando geral de todas as tropas existentes na América Portuguesa, desembarcou,

³² Conde Reinante Guilherme de Schaumburg Lippe, militar prussiano já consagrado por sua carreira, comandou a urgente reorganização de um exército português que permanecia na retaguarda do sistema militar europeu, visivelmente inadequado para a guerra daquele tempo.

³³ MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil - Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, 2000.

em junho de 1767, exatamente no Rio de Janeiro, ponto de convergência dos corpos militares responsáveis pela defesa da Capital e do Sul da América.

No que se refere ao Norte da América Portuguesa, inicialmente, é interessante registrar a avaliação que o primeiro Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no período pombalino, Francisco Xavier Mendonça Furtado (1751-1759) fez das forças militares que encontrou na capital de Belém: “*O pequeno Corpo chamado Militar que aqui há (...) [com] uns homens a que chamam Oficiais, se reduzem a estropiados, velhos e ignorantes*”.³⁴ Eram forças, basicamente, compostas, apenas de companhias avulsas: sem disciplina e saberes técnicos.

Mesmo dispondo de mandado régio para reestruturar as ditas companhias e dar a mesma composição dos regimentos de Portugal, Mendonça Furtado não pôde executá-lo. Em carta ao Marquês de Pombal, ponderou que, para transformá-las em Regimentos, era necessário criar novos postos e aumentar o número de oficiais. Não havia oficiais superiores, apenas capitães e alferes, com os quais o Estado não tinha como arcar.³⁵

Mendonça Furtado trouxe uma tropa com 122 soldados de Portugal, para secundar os trabalhos da comissão de limites encarregada do Tratado de Madrid. Mas, achava imprescindível uma maior organização local das forças militares, para que a delimitação obtivesse sucesso. A saída encontrada pelo governador foi pedir auxílio a Portugal.³⁶ E, foi então que em Lisboa se levantaram de novo dois Regimentos de Infantaria, que entraram na cidade em 1753. Seus soldos e fardamentos seriam fornecidos por Lisboa, poupando à região despesas tão avultadas.

³⁴ “*Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo, Pará, 3/12/1751*” In: MENDONÇA, M. C. de. **A Amazônia na Era Pombalina...** Op. Cit., v. 2. p. 91.

³⁵ BAENA, A. L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. *apud* CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 31-68.

³⁶ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 179.

De acordo com Mendonça Furtado, estes dois Regimentos eram compostos de “quinhentos [500] homens cada um; um para a guarnição desta Praça [Belém] e outro para a fortaleza de S. José de Macapá”.³⁷ Entretanto, ao chegarem em Belém estavam “mais de 300 doentes, não havendo nesta terra Hospital”,³⁸ naturalmente, muitos morreram.

Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena, era de se esperar que a disciplina chegasse a se estabelecer se os Oficiais destes Regimentos, não fossem desviados do Comando para irem governar outras Capitanias. Desta curta permanência dos primeiros Oficiais Superiores no governo dos Regimentos resultou no afrouxamento da disciplina. Além disso, algumas das companhias destes Regimentos foram empregadas em destacamentos ao longo do rio Amazonas, nas fronteiras consideradas mais delicadas.³⁹

Segundo Baena, o problema dessas medidas é que elas não tinham continuidade. Apesar de Mendonça Furtado ter permanecido quase 8 anos à frente do governo do Grão-Pará (1751-1759) ele não conseguiu implementar a reforma militar. A luta contra os jesuítas, a preocupação com a elaboração de um projeto mais efetivo de colonização e com a criação de uma companhia de Comércio na região ganharam prioridade, e para resolver disputas internas, continuava se recorrendo a forças militares recrutadas de última hora entre a população local. O Pará só voltaria a receber um Regimento em 1802, devido às indisposições com o governo francês em relação às fronteiras de Caiena.⁴⁰

Baena escreveu que, o Pará viveu surtos de militarização ao longo dos setecentos e da primeira metade dos oitocentos. Shirley Nogueira afirma que, “o primeiro surto de militarização ocorreu em 1750 com a vinda da primeira comissão

³⁷ Carta ao Governador de Mato Grosso, dando-lhe ciência de S. Majestade ter resolvido mandar para o Pará 2 Regimentos de Infantaria, sendo um para Belém e outro para o Macapá. Pará 18/4/1753. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. v. 1. p. 449.

³⁸ Carta ao Marquês de Tancos, a qual comunica o recebimento dos dois regimentos. Pará, 12/11/1753. Ibidem. p. 537.

³⁹ BAENA, A. L. M. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004. p. 152.

⁴⁰ Idem.

de demarcação chefiada por Mendonça Furtado para cumprir o Tratado de Madri.”⁴¹ A autora concorda com Baena até certo ponto, quando este afirma que, “o Exército no Grão-Pará esteve sujeito antes à ação apenas esporádica do Estado Português, que pouco fazia pela organização efetiva de forças militares”.⁴²

Para Nogueira essa situação se estendeu apenas até meados de 1773. A autora defende que, a partir desse ano ocorreu uma revitalização das forças militares, apesar das considerações em contrário de Baena. Para tanto, Nogueira lembra que foi no ano de 1773 que “o governador João Pereira Caldas recebeu instruções para aplicar, no Estado do Grão-Pará, o regimento militar de 1763, criado pelo Conde de Lippe”.⁴³ Além disso, para evidenciar a revitalização militar da Capitania, a autora faz, também, referências ao ano de 1776 quando o Capitão-General dava instruções a várias vilas sobre a necessidade de treinar as tropas auxiliares.⁴⁴ Procura, ainda, demonstrar a intensa militarização da Capitania a partir da análise do Censo de 1778.⁴⁵

A respeito das considerações de Shirley Nogueira faremos algumas observações e também leituras diversas. Assim, sobre o primeiro surto de militarização: é preciso notar que, a tropa com 122 soldados e os dois Regimentos enviados de Lisboa é o que Shirley Nogueira qualifica como sendo o primeiro surto de militarização da Capitania. Em outros termos, este surto seria composto de 1.000 homens nos dois Regimentos, sendo que 300 chegaram doentes, o que contabiliza, efetivamente, 700 homens prontos e mais os 120, que somam 820 homens. Este seria o surto de militarização de Nogueira.

Evidentemente que, não se pode comparar com os efetivos enviados de Lisboa para o Rio de Janeiro, anos mais tarde, que contabilizam no seu total de 2.497 homens nos três Regimentos que vinham com seus nomes de origem: Moura, Estremoz e Bragança e já organizados conforme diretrizes do Conde Lippe. Devemos, ainda, considerar o envio do General Böhm, responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde Lippe para o Rio de Janeiro e depois para o Sul.

⁴¹ NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada** ... Op. Cit., p. 101.

⁴² BAENA, A.L.M. Ensaio **Corográfico** ... Op. Cit. *apud* NOGUEIRA, Shirley. Op. Cit., p. 100.

⁴³ NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada** ... Op. Cit., p. 101.

⁴⁴ *Ibidem*. p.101.

⁴⁵ *Ibidem*. p.108.

Indiscutivelmente, não se pode comparar, porque as duas regiões estavam em situações militares bem diversas: uma enfrentando uma guerra aberta no Sul e a outra em uma situação militar de prevenção.

Baena, entretanto, destaca que o envio dos dois Regimentos para o Grão-Pará seria algo *“quase único por ter acontecido em um momento de paz tanto no Brasil como na Europa”*.⁴⁶Certo, considerando que a região não estava numa guerra aberta e levando em conta as necessidades surgidas com a aprovação do Tratado de Madrid, Lisboa considerou que, apenas os efetivos desses dois Regimentos e os 122 soldados seriam mais que suficientes para atender as necessidades da Capitania.

Além do que, é preciso considerar que, na definição das fronteiras no Norte da América a estratégia preferencialmente usada pela Coroa Portuguesa foi a diplomacia e não uma política agressiva de guerra. Os dois Regimentos enviados para Belém sequer tinham o nome de origem, porque não tinham origem, foram criadas tão somente para atender as necessidades do Norte da América e, por isso, receberam o nome dos lugares para onde foram enviadas: Regimento da Cidade (Belém) e o outro de Macapá.

Com relação ao governo do Capitão-General João Pereira Caldas (1772-1780) entendemos que, houve, de fato, um esforço mais intenso e sistematizado de organização, militarização e disciplina das forças militares da região. O Governador inclusive apresenta vários planos e projetos de organização militar para as Capitânicas de sua jurisdição. O que é facilmente perceptível pela documentação consultada - correspondências dos Governadores com a Coroa portuguesa no Arquivo Histórico Ultramarino do Projeto Resgate. Temos a intenção de futuramente analisar os planos militares propostos por esse governador para a Capitania do Grão-Pará.

Entretanto, temos uma leitura diversa de Shirley Nogueira quando esta afirma que, a partir do ano de 1773 ocorre uma revitalização militar na Capitania. Considerando que, essa é uma região que não vive um confronto aberto, e sim, uma situação militar preventiva, entendemos que, a revitalização militar não se

⁴⁶ BAENA, A. L. M. *Compêndio das Eras...* Op. Cit., p.35.

conserva e não se sustenta por longos períodos. O vigor militar da região – recrutamento, disciplina, treinos - tende a se enfraquecer, esmaecer. No âmbito da prevenção militar – e não da guerra aberta -, a intensidade das medidas, das mobilizações e dos recursos financeiros a serem acionados tendem a ser de moderada a fraca, apenas um alerta.

É assim que, no ano de 1774, João Pereira Caldas perceptível à situação militar da Capitania que governa, propôs à Coroa um plano denominado de “*Plano dos Regimentos de Infantaria em tempo de Paz*”.⁴⁷ Após considerar todos os gastos com os Regimentos: soldo, farinha e fardamento, o Governador sugere que, se eliminem os gastos inúteis em tempos de paz, reduzindo a tropa paga para 510 praças. Como o perigo externo existe e permanece, o complemento de seu ‘*Plano de Paz*’, evidentemente, considera a possibilidade de Guerra. Dessa forma, o Governador se compromete a recrutar 500 homens para ficar de reserva e, assim, “*sem vencerem soldo, nem fardamento e nem serem obrigados ao serviço diário do mesmo Regimento*”⁴⁸ e que, em caso de Guerra, estes seriam incorporados aos Regimentos. Assim sendo, “*E logo que o Governador General tiver ordem da Corte ou certeza de ser atacado por Inimigos reforçará o sobredito Regimento com as 500 recrutas acima indicadas*”.⁴⁹

Outro argumento de Nogueira para sustentar a ideia de revitalização militar da Capitania se deu no ano de 1776 quando o Capitão-General Pereira Caldas dava instruções a várias vilas sobre a necessidade de treinar as tropas auxiliares.

Tais instruções a que a autora se refere, estão inseridas no contexto da saída da esquadra militar espanhola de Cádiz em direção à América no ano de 1776.⁵⁰ O

⁴⁷ “*Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas dos dois Regimentos de Infantaria da Guarnição do Pará. 1774, Julho, 8, Pará*” AHU, Pará, Cx. 73, Doc. 6149.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Em Lisboa, as notícias da expedição inimiga levantaram inúmeras suposições quanto aos seus possíveis alvos na América. Inicialmente parecia que o ataque seria no Rio da Prata. Mas, pouco depois, o Marquês de Pombal fora advertido de que os espanhóis pretendiam antes abordar algum porto das capitanias do norte. Entretanto, as últimas informações chegadas à Corte de Lisboa especificavam o verdadeiro objeto da expedição inimiga: primeiro invadir a Ilha de Santa Catarina, para então recuperar toda a região meridional até o estuário do Prata. A partir de setembro de 1776 as ordens provenientes de Lisboa direcionaram-se para o municionamento e defesa das praças do sul (BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 21. Ofício de Carvalho e Mello ao Marquês de Lavradio, de 9 de setembro de 1776; BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 31. Carta de Martinho de Mello e Castro ao Marquês de Lavradio, de 11 de Setembro de 1776)

que Lisboa considerou em relação ao litoral do Pará foi a possibilidade de que *“parte daquelas embarcações sejam obrigadas a buscar de arribada este Porto”*.⁵¹ Na verdade, foi uma situação militar excepcional e pontual. Deve-se lembrar que, o que Lisboa considerou foi apenas uma possibilidade, visto que, já se sabia que o ataque seria no Sul da América. Nesse contexto, o Governador teve que responder as questões que a Coroa colocava com relação à defesa e ao treinamento das tropas da Capitania. Da mesma forma, o Governador cobra das várias autoridades da região a *“regularidade de disciplina dos Corpos Auxiliares”*.⁵²

Igualmente, reforçando essa visão, diante do episódio de 1776, isto é, da perspectiva de uma possível entrada das embarcações de guerra espanholas no litoral do Pará, pode-se perceber que, a Capitania se limitou a ficar numa situação de prevenção militar, isto é, a intensidade das mobilizações tendeu a ser de moderada a fraca. É assim que, seu Capitão General, Pereira Caldas, pode se permitir *“executar com bastante prudência”* as movimentações militares e com isso diminuir as suas consequências nas lavouras. Mesmo assim, segundo o governador *“não deixará de ocasionar um sensível atraso às Lavouras”*.⁵³

Foi, portanto, uma situação militar, mais uma vez, caracterizada como preventiva, isto é, *“prevenção da defesa”*, nas palavras do governador Pereira Caldas. O episódio sequer chegou a mobilizar as tropas da Capitania. O próprio governador advertiu as autoridades locais que, *“não se deve entrar em maiores movimentos”* somente se houver *“urgência”*.⁵⁴ E a urgência, o ataque espanhol, não se consumou e as tropas do Norte não precisaram se levantar contra os inimigos externos em defesa da Capitania e do Rei de Portugal. Foram, os inimigos, para o Sul da América e no litoral do Pará tudo não passou de um alerta, apenas um alerta.

Sustentando, ainda, a ideia de revitalização militar da Capitania, Nogueira vai se referir ao censo de 1778 que gerou um quadro sobre o contingente militar recrutado no Grão-Pará. De acordo com a autora, *“os percentuais apresentaram um*

⁵¹ Op. Cit. AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371.

⁵² Idem.

⁵³ AHU, Pará, Cx. 76, Doc. 6371.

⁵⁴ Idem.

padrão elevado de homens incorporados ao Exército".⁵⁵ Nogueira chega a comparar a militarização dos Estados Europeus (antes de 1789) com o Estado do Grão Pará. A conclusão que chega é de que, o Exército na Europa encontrava-se abaixo dos percentuais do Grão-Pará para 1778, que era de 3,0% em relação à população total. Talvez seja por isso que Nogueira qualifica as tropas militares do Grão-Pará como sendo um "*Exército forte e organizado*".⁵⁶

É preciso lembrar à autora que, essa intensa militarização da população masculina que os dados do censo demonstraram não necessariamente corresponde à realidade militar da Capitania. É importante considerar que, era prática comum na época se estabelecer muitas tropas militares com o propósito de haver muitos oficiais. Para se manterem como oficiais, estes formavam listas de pessoas inválidas por idade, enfermidade ou pobreza.

Assim, ocorre a multiplicação das cabeças desses corpos – o número de oficiais. Porém, as cabeças não correspondiam aos corpos, que muitas vezes só existiam nas listas entregues aos governadores, e não raramente com a conivência dos próprios governadores. Os motivos que levavam estes oficiais a se empenhar na obtenção ou manutenção da patente, longe de ser a dedicação ao Real serviço, eram os seus próprios interesses: os cobiçados privilégios e isenções que as patentes representavam.

Essa prática era recorrente nas Capitanias do Centro-Sul envolvidas nas disputas armadas do Prata.⁵⁷ O que constituía matéria especialmente grave, por que as demandas militares eram constantes e acentuadas nessas Capitanias. Se esse desvio acontecia em um contexto de guerra, penso que estava fortemente presente, também, no Norte da América.

Como por exemplo, no ano de 1776, Lisboa interroga o governador Pereira Caldas sobre as forças militares da região, se estas estariam prontas ou se "*seriam*

⁵⁵ Vale notar que, quando menciona a palavra Exército a autora está se referindo as três forças militares terrestres: "*As tropas que formavam o Exército no Grão-Pará dividiam-se em três: ordenanças, auxiliares e regulares*". NOGUEIRA, Shirley. **A soldadesca desenfreada...** Op. Cit., p. 108.

⁵⁶ Ibidem. p. 29.

⁵⁷ Como por exemplo, pode-se citar: "*Carta da Câmara de S. João de E' Rei sobre os Auxiliares que se tirarão p.^a irem p.^a o Rio de Janeiro, 27/7/1775*", In: Antônio de Noronha, Cartas, Livro 2, M. Gerais, 1776-79, BNRJ, p. 4-6.

Corpos aparentes e não de serviço".⁵⁸ Não por outro motivo, a Carta Régia de 1787, fazia parte de um conjunto de documentos que a Coroa julgou importante o governador Francisco de Sousa Coutinho (1790-1803) considerar. Trata justamente da necessária cautela contra a prática desse abuso. Da necessidade de se fazer constantes Revistas nas tropas para averiguar se existem de fato ou se não tem "*outra existência que não [seja] a das Listas e Relações*".⁵⁹ Sem o devido Exame dos corpos militares muitos governantes "*os supuseram formados*" quando na realidade não estavam. A Coroa determina, então, que, estes supostos Corpos sejam "*abolidos e extintos como se nunca houvesse existido*".⁶⁰ Portanto, há que se considerar se essa intensa militarização da Capitania, a que Nogueira se refere, teria mais de aparência do que de realidade, isto é, se só existiria nas listas, nas relações e no censo.

Conclusão

No contexto da América colonial é muito difícil manter o recrutamento, a disciplina e os treinos militares, tanto das tropas regulares como das auxiliares. Mesmo em um contexto de guerra aberta, como no Centro-Sul, os seus Capitães-Generais encontraram imensas dificuldades. É sempre importante considerar os grandes obstáculos enfrentados para tais mobilizações militares como, por exemplo, os seguintes pontos: gastos elevados com soldo, farinha e fardamento, prejudicial à Lavoura, oposição das elites locais e grande recusa da população colonial.

Além desses obstáculos, é preciso ter em conta a problemática situação militar do Império Ultramarino Português: as necessidades bélicas da colônia não eram satisfatoriamente providas por Portugal. Dificilmente a América Portuguesa recebia os materiais e as verbas solicitadas pelos seus governadores. E, quando recebiam, havia uma demora de meses e as relações nunca chegavam completas. O

⁵⁸ *CONSULTA do Conselheiro Ultramarino para rainha, Ant. 1779, Janeiro, 13*", "Anexo de 3/7/1776", AHU, Pará, Cx. 81, Doc. 6704.

⁵⁹ "CARTA do capitão general D. Francisco de Sousa Coutinho, para a rainha sobre o requerimento de João Manuel Rodrigues, em que pede confirmação da carta patente de mestre de campo do corpo da Tropa Ligeira Auxiliar, 1796, Março, 31, Pará." Anexo: cartas régias, certidões, ofício e aviso. ANEXO – Carta Régia de 2/11/1787. AHU, Pará, Cx. 107, Doc. 8428.

⁶⁰ Idem.

que fazia da estrutura militar da colônia excessivamente precária: sem os meios para construir e reformar as fortalezas, sem os meios para manter e formar as tropas militares.

Os Vice-Reis e os seus Capitães-Generais do Centro-Sul tiveram que se empenhar de todas as formas e contra todos os obstáculos para enviarem o maior número possível de homens para o *front* de guerra com o intuito de defender o território do monarca na América meridional. Através do sistema militar de cooperação recíproca: São Paulo, Minas Gerais e a capital do Rio de Janeiro foram as Capitânicas mais pressionadas, exigidas e cobradas pelo Estado Português para a defesa dos territórios ao Sul da América. Muitas ordens, instruções, planos, contra-ordens, circularam entre estas Capitânicas, o Rio de Janeiro e Lisboa, com o intuito do fortalecimento militar da América meridional.

Entendemos que, a constante exposição à guerra, as fortes pressões do Estado Português e a intensidade das mobilizações militares que ocorreram no Centro-Sul acabaram resultando, ao longo desse conflito, em uma tendência de desarranjo e desarticulação contínua das tradicionais formas de organização corporativas, presentes no interior da sociedade e das tropas coloniais.

Por outro, no Norte da América que não se encontrava numa situação de guerra aberta, houve, portanto, pouca necessidade de militarização, organização e mobilização de recursos humanos e materiais. Os embates militares foram substituídos pelos acordos diplomáticos. Concordamos com Ladislau Baena quando afirma que *“não ocorreu no Pará nenhum evento militar que exigisse a organização mais sistematizada das suas forças militares”*. Como consequência da menor intervenção e pressão militar sobre a região, consideramos que, as suas forças militares permaneceram com características fortemente tradicionais e corporativas, isto é, descentralizadas, não técnicas e socialmente comprometidas.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias. **Cadernos do CEOM**, Unochapecó, v. 23, n. 32, p. 203-220, 2010.

- ALMEIDA, Luís Ferrand, **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- BAENA, A. L. M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- ___. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho, 2004.
- BEBIANO, Rui. Elementos de um Barroco Militar. **Revista de Histórias das Ideias**, Universidade de Coimbra, n. 11, 1989.
- CARVALHO, Valéria Nely César de. Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 511-540, jul./dez. 2008.
- CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CURTO, Diogo Ramada. **O Discurso Político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- FARAGE, Nádia, **As muralhas dos sertões**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Felisbello. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunais, 1912.
- HESPANHA, António M. **L'Espace Politique dans L'Ancien Régime**. Coimbra: Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul. In: ___. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. t. 1.

KETTLE, Wesley Oliveira. Domínio, migração e natureza na Amazônia seiscentista (Resenha) **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. p. 209-212.

MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de; MOTTA, Edilson Nazaré Dias. António de Sousa de Macedo, capitão geral e governador da ilha de Joanes. *In: Actas do Congresso Internacional - Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, Cham: 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e a unidade Brasileira. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 219, 1953.

_____. **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. v. 1.

MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colônia do Sacramento no século XVIII. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME*, 1., 2005, Lisboa. **Anais ...** Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. *In: XIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA*, 13., 2001, Vitória. **Programa e Resumos ...** Vitória: Departamento de História UFES/Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 45-46.

MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, 2000.

NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

____.; GOMES, Flávio dos Santos. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista. *In: GOMES, Flávio dos Santos. Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII-XIX*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- Universidade Federal do Pará, 1999.

POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

___ (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

ROCHA, Rafael. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina. Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará**. Niterói, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SANCHES, António Nunes Ribeiro, **Cartas sobre a Educação da Mocidade [1759]**. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira, Porto: Domingos Barreira, s/d.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os governadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). *In*: DORÉ, Andréa;

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. 1 ed. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. v. 1. p. 153-167.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Universidade Federal de Ouro Preto, ICHS, Departamento de História.
R. do Seminário, s/n - Centro, Mariana - MG, 35420-000.
Brasil.

A COMPARAÇÃO ENTRE OS REGIMES RETÓRICOS ANTIGO E MODERNO NO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR DE EDUARDO PRADO (1879-1901)

Rodrigo Perez Oliveira
Universidade Estácio de Sá¹

Recebido: 05/01/2016
Aprovado: 18/06/2016

Resumo: Eduardo Paulo da Silva Prado (1861-1901) foi um importante personagem da história política e intelectual brasileira dos últimos anos do século XIX. Destacando-se como um dos mais aguerridos inimigos da República proclamada pelo golpe militar de novembro de 1889, Prado enfrentou a perseguição da Ditadura florianista. Essa militância monárquica e antirrepublicana foi o aspecto mais abordado da trajetória de Eduardo Prado pelos estudos que já se debruçaram sobre o tema. Pretendo, neste artigo, contribuir para essa discussão através da análise da forma como o autor comparou os regimes retóricos antigo e moderno. No seu esforço de interpretar a realidade brasileira, Prado abordou a *ars rhetorica* de modo a desqualificar a retórica moderna bacharelesca, que ele julgava ser o simples floreio da palavra, e valorizar a retórica clássica, segundo a qual a palavra era um tipo de ação política virtuosa e prudente.

Palavras-chave: Eduardo Prado; Pensamento Político; Regimes Retóricos.

A COMPARISON BETWEEN THE ANCIENT AND MODERN RHETORICAL SCHEMES IN CONSERVATIVE POLITICAL THOUGHT OF EDUARDO PRADO (1879-1901)

Abstract: Eduardo Paulo da Silva Prado (1861-1901) was an important character in the Brazilian political and intellectual history of the last years of the nineteenth century. Standing out as one of the fiercest enemies of the Republic proclaimed by the military coup of November 1889, Prado faced persecution from florianista dictatorship. This antirrepublicana militancy was the most discussed aspect of the path of Eduardo Prado by studies that have considered on the subject. I intend in this article to contribute to this discussion by analyzing the way the author compared the ancient and modern rhetorical schemes. In its effort to interpret the Brazilian reality, Prado addressed the *ars rhetorica* in order to disqualify the scholastic modern rhetoric, which he thought was the simple word flourish, and enhance the classical rhetoric, according to which word was a kind of virtuous political action and prudent.

Keywords: Eduardo Prado; Political Thought; Rhetorical Schemes.

¹ E-mail: rodrigo.perez@estacio.br. Este artigo é uma adaptação do sétimo capítulo da minha tese de doutorado, que foi defendida em outubro de 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), filho caçula de uma das mais importantes famílias da elite cafeicultora paulista,² foi um dos mais atuantes intelectuais brasileiros nas últimas décadas do século XIX. Tendo iniciado a sua trajetória letrada no final da década de 1870, quando começou a escrever uma coluna semanal para o jornal “Correio Paulistano”, Prado visitou os mais diversos gêneros textuais, indo das crônicas políticas à historiografia, passando, também, pela prosa literária, pelas crônicas de costume e pelas narrativas de viagem. O autor não é um desconhecido pela bibliografia especializada no cenário político e intelectual brasileiro finissecular.³ Aqui, neste artigo, pretendo contribuir para a fortuna crítica da obra de Eduardo Prado, problematizando, especificamente, a comparação que ele estabeleceu, no seu esforço de interpretar a realidade nacional, entre os regimes retóricos antigo e moderno. A minha hipótese é que Prado, quando abordou tema da *ars rhetorica*, rejeitou a retórica moderna, considerada por ele o simples floreio da palavra, e valorizou a retórica antiga, o que o levou a mobilizar tópicos formulados por autoridades como Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

Ao examinar o pensamento político de Eduardo Prado na chave da tradição retórica, estou seguindo a trilha analítica aberta por José Murilo de Carvalho, que, em um estudo seminal, propôs que a retórica seja adotada como chave de leitura para a análise do pensamento político brasileiro oitocentista. O autor acredita que, nesse período, os princípios da retórica clássica circularam amplamente no meio

² O núcleo da família Prado era formado por Martinho, Veridiana e seus filhos (Anésia, Antônio, Caio, Martinho Jr, Ana Blandina e Eduardo), todos figuras de destaque na cena cultural, política e intelectual brasileira oitocentista. A família Prado tem especial importância na produção e na agro exportação de café, atividade na qual tem destaque a “Casa Prado & Chaves”, fundada em 1887 e que em pouco tempo se tornou a mais importante exportadora brasileira de café. Ver LEVI, Darrel E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

³ Destaco, entre os trabalhos que se dedicaram à cena intelectual brasileira no final do século XIX, os seguintes estudos, todos devidamente referenciados no final deste artigo: o livro de Roberto Ventura sobre as polêmicas literárias travadas entre os escritores brasileiros da época, os textos de Flora Sussekind, Leonardo de Afonso Miranda Pereira, e Nicolau Sevcenko sobre as relações entre a literatura e a política, e os livros de Alessandra El Far e João Paulo Coelho de Souza Rodrigues sobre a fundação da Academia Brasileira de Letras. Também são importantes o estudo de Ângela Alonso sobre as ideias da chamada “geração de 1870”, os textos de Lilia Schwarcz e Thomas Skidmore sobre o tratamento que a intelectualidade brasileira oitocentista deu ao tema da raça e o livro organizado por Newton Bignoto sobre a importância da tradição republicana nos debates políticos travados no Brasil ao longo do século XIX.

letrado brasileiro. Para Carvalho, “o peso da retórica é facilmente explicado pela análise da tradição escolástica portuguesa, sobretudo a que predominou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra”.⁴ Portanto, meu objetivo, neste artigo, é compreender como Prado mobilizou esses princípios retóricos. Por isso, um documento específico foi fundamental no desenvolvimento da pesquisa: trata-se do “Catálogo da Biblioteca de Eduardo Prado”, que foi organizado pelo livreiro Alfred Gazeau e publicado em 1916. De acordo com o catálogo, no momento da sua morte, Prado tinha, aproximadamente, 14.000 volumes no seu acervo, que são classificados pelo livreiro em diversas categorias, tais como agricultura, almanaques, jurisprudência, religião, história e política. Segundo Gazeau, “por motivos desconhecidos”, a maior parte desse acervo foi parar no *jockey club* de Buenos Aires, onde foi destruída por um incêndio que aconteceu em 1953. O mais importante nesse material, para mim, é o cuidado que o livreiro teve de especificar as edições dos títulos que faziam parte do acervo, o que me permite ter alguma noção a respeito dos interesses bibliográficos de Eduardo Prado. Tenho a clareza de que a presença, por si só, de um determinado livro no acervo do autor não significa, necessariamente, que ele tenha lido o texto e, tampouco, o utilizado nas suas intervenções políticas e intelectuais. Porém, quando somadas à análise do escritos de Prado, as informações contidas no catálogo servem como uma importante ferramenta de análise.

Na posição de um dos principais adversários do regime republicano fundado pelo golpe militar de novembro de 1889, Eduardo Prado costumar ser associado ao movimento monarquista que desestabilizou as novas instituições ao longo da década de 1890.⁵ Neste artigo, tento não ficar restrito à dicotomia

⁴ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000. p 130.

⁵ Esse argumento foi desenvolvido pelos seguintes estudos, todos devidamente referenciados no final deste artigo: o artigo “Monarquismo de Eduardo Prado”, escrito por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, e publicado em 13 de setembro de 1901 no jornal “Comércio de São Paulo”, os artigos escritos pelo Padre Severiano Rezende e publicados no jornal “Diário de São Paulo” em 1908, as biografias escritas por Sebastião Pagano e Cândido da Mota Filho em 1960, na ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Eduardo Prado, o livro de Darrel Levi sobre a trajetória da Família Prado, com ênfase na análise da atuação política dos quatro filhos de Veridiana e Martinho Prado, o livro Maria de Lourdes Mônaco Janotti sobre a atuação dos monarquistas nos primeiros anos da República, o livro de Suely Robles Reis sobre a atuação dos jacobinos floridianistas, o livro de Carlos Henrique Armani sobre a ontologia nacional formulada por

Monarquia X República, o que não quer dizer que eu esteja desconsiderando esse importante aspecto da biografia do autor. Para organizar melhor a minha argumentação, divido este artigo em duas seções, cada uma sendo voltada ao estudo dos textos de Prado nos quais ele se dedicou de forma mais específica ao problema da retórica: na primeira, estou interessado em analisar como Eduardo Prado, na esteira dos valores conservadores que podem ser encontrados nos textos de autores como Edmund Burke (1729-1797) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), definiu o bacharelismo como a fonte maior dos infortúnios da nação. Na segunda parte, eu me debruço sobre o contraponto que Prado apresentou à retórica bacharelesca. Aqui, percebo o uso que o autor fez das tópicas da retórica clássica, ainda que raramente ele tenha feito citado explicitamente as suas referências.

O bacharelismo como a fonte dos infortúnios da nação

Nada mais restaria à espécie humana se não curvar-se sobre os salgueiros da desesperação, se a abstrata retórica metafísica dos senhores deputados se perdesse para sempre no verniz das balaustradas da assembleia, escoando-se pelas frestas das vidraças, volatizando-se no espaço como a poeira soprada pelo vento.⁶ (Grifos Meus)

Em todos os cantos o que se vê, em Montevideo, são muitos generais e alguns soldados, sendo os generais, homens apalavrados de enfeitada conversa, mais parecidos com bacharéis do que com militares. Ainda na manhã em que visitamos a universidade, vimo-los em exercício numa praça. As cores dos uniformes são brilhantes – vermelha, azul, e a regularidade das manobras, perfeita. Mais tarde, indagamos de um oriental se a tropa era disciplinada. Depois de alguma hesitação, disse-nos: - Eles manobram bem.⁷ (Grifos Meus)

Os dois trechos datam de meados da década de 1880, quando Eduardo Prado era um jovem cronista vinculado ao Partido Conservador paulista. Esses escritos de juventude sugerem que o autor tinha uma ativa vida pública antes mesmo da proclamação da República, algo que foi pouco explorado pela

Eduardo Prado, a tese de Carmem Lúcia Tavares Filgueiras sobre análise que Eduardo Prado fez dos EUA, o livro de Carlos Berriel sobre as semelhanças e diferenças existentes entre os textos de Eduardo Prado e seu sobrinho, Paulo Prado, o livro Nancy Leonzo sobre a atuação de Eduardo Prado como um empresário do ramo agroexportador e o artigo de Ângela Alonso sobre a atuação dos monarquistas católicos nos primeiros anos da República.

⁶ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

⁷ PRADO, Eduardo. **Viagens**. São Paulo. Tipografia Salesiana: 1902. p. 34-35.

bibliografia especializada e que tentei examinar com mais cuidado na tese de doutorado que defendi recentemente. A primeira citação foi publicada na coluna “Crônicas da Assembleia”, em 27 janeiro de 1882, quando Prado comentou a “questão dos contratos de imprensa”, que tanto atraía a atenção dos Deputados paulistas. Até o início desse ano, estava vigente o contrato entre o jornal liberal “A Tribuna Liberal” e a Assembleia Provincial, sendo, exatamente, as discussões a respeito da renovação do contrato o tema abordado pelo autor na sua coluna. Como fica claro no trecho, Eduardo Prado ironizou a preocupação dos parlamentares em garantir o registro dos debates legislativos. Ele caracterizou os discursos dos Deputados como “abstrata retórica metafísica”, o que desqualificaria a atuação política dos parlamentares paulistas. Para Prado, “[...] Enquanto os nobres Deputados falam, falam e nada dizem, a vida cotidiana do povo paulista não é considerada uma prioridade pela representação bacharelesca dessa província⁸”.⁹ Argumentação semelhante foi desenvolvida na segunda citação, que faz parte dos relatos das viagens do autor pela América Latina. De acordo com ele, a “enfeitada conversa” e o “estilo bacharelesco” dos militares uruguaios comprometiam a eficiência do Exército daquele país.

Percebo, portanto, em ambas as citações, o mesmo chamado à empiria, à realidade prática da existência, sendo que isso foi feito através da negação de uma certa concepção moderna de retórica. Quando criticou a atuação parlamentar dos Deputados paulistas, caracterizando os seus discursos como “abstrata retórica metafísica”, Prado pôs em prática um dos elementos mais fundamentais do comportamento político/conservador moderno: “o imperativo de que cada ideia deva ser julgada por sua congruência com a realidade”, nas palavras de Karl Mannheim.¹⁰ Esse mesmo tipo de apelo realista pode ser encontrado nos principais representantes do pensamento conservador, como Edmund Burke e Alexis Tocqueville. Os textos desses autores são examinados ao longo desta seção. Munido desse argumento, Prado criticou o comportamento político do Exército brasileiro ao longo ao longo dos anos 1870 e 1880, definiu o “palavrório

⁸PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

⁹MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 124

bacharelesco” como um dos principais problemas da formação social brasileira, o que o aproxima, também, de outros importantes representantes do pensamento político conservador brasileiro, tais como Alberto Torres, Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

Percebo no plano de fundo da crítica de Eduardo Prado ao bacharelismo brasileiro, a crítica ao regime retórico moderno, considerado pelo autor um mero artifício estilístico voltado, tão somente, ao adorno da palavra, sem qualquer preocupação com a dimensão prática do discurso. Essa rejeição à retórica bacharelesca fica clara já em abril de 1880, quando Prado dava seus primeiros passos como cronista político. A essa altura, a Assembleia legislativa paulista discutia o projeto de reforma educacional proposto pelo Deputado Inglês de Souza, vinculado ao Partido Liberal e, portanto, adversário político de Eduardo Prado. Como já podemos esperar, Prado criticou o projeto. Porém, estou interessando, especialmente, na forma como ele ironizou a performance retórica dos parlamentares.

Na primeira seção noturna, os nobres deputados paulistas, à luz dos lampiões de gás, discutiram por horas o projeto de reforma da instrução pública proposto pelo nobre Deputado Inglês de Souza. Admitindo a sua filiação ao credo positivista, o Deputado fez jus à metafísica e especulou até não poder mais, fazendo com que os seus colegas e os poucos cidadãos que ocupavam as galerias aproveitassem a noite para ... dormir.¹¹ (Grifos Meus)

Além de criticar os custos que as sessões noturnas estavam trazendo ao tesouro público, Eduardo Prado utilizou o discurso do Deputado liberal como pretexto para acusar o “despreparo retórico” de alguns dos parlamentares paulistas. Para o autor,

os membros do Partido Liberal citam autoridades de todas as nações, homens que escreveram a partir de outras realidades, para outros públicos. Nenhum deles é útil para a apreciação dos problemas que afligem os habitantes dessa província. Os parlamentares não seguem as lições ministradas pelos mestres da retórica.¹²

¹¹ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 08 de abril de 1880.

¹² Idem.

Prado não citou os tais “mestres da retórica”, cuja leitura, segundo ele, deveria ser obrigatória para os Deputados. Ainda assim, acredito ser possível sugerir algumas possibilidades, levando em consideração o catálogo da sua biblioteca e a sua atuação discursiva. É, justamente, essa o problema que examino na próxima seção. Por ora, sigo na análise da rejeição de Eduardo Prado ao regime retórico moderno, uma rejeição que não era especificamente sua, mas recorrente nos escritores brasileiros que tiveram uma relação mais estreita com a ideologia conservadora moderna. No estudo que citei há pouco, José Murilo de Carvalho destaca a observação feita por Oliveira Viana de que “sem citação de autoridades estrangeiras, nenhum pensador nacional seria levado a sério”.¹³ Segundo Carvalho, o gosto dos oradores brasileiros pelas referências estrangeiras pode ser identificado, também, nos discursos proferidos no Conselho de Estado, que durante o período monárquico representou o mais alto degrau de uma trajetória política.

Tratava-se de um grupo homogêneo de pessoas que não tinha diante de si um auditório diversificado e mal informado que fosse necessário impressionar e convencer pela exibição de erudição. No entanto, lá também, as falas eram marcadas por abundantes citações de autores estrangeiros, além de muitas expressões latinas. O mais curioso é que frequentemente a mesma autoridade era usada para justificar posições divergentes. Podia acontecer também que a citação fosse feita para sancionar um determinado discurso que, no entanto, seria abandonado na hora do voto sobre questões práticas.¹⁴

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho nos apresenta uma argumentação muito parecida com a de Eduardo Prado. Para ambos os autores, as referências internacionais eram mobilizadas artificialmente pelos oradores brasileiros, que as usavam como argumento de autoridade. Em vários aspectos, as interpretações sistematizadas por José Murilo de Carvalho nos seus estudos a respeito da história brasileira oitocentista são semelhantes àquelas que foram desenvolvidas por Eduardo Prado no final do século XIX. Tal semelhança, somada ao fato de que, na efeméride ao centenário da morte de Eduardo Prado, realizada na sede da

¹³ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000. p. 127.

¹⁴ *Ibidem*. p. 128.

Academia Brasileira de Letras em agosto de 2001, José Murilo de Carvalho ter discursado em homenagem à obra do escritor paulista, sugere o seu contato com os textos do autor cuja obra estou examinando. Os vínculos entre a historiografia de José Murilo de Carvalho e a interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado ainda não foram explorados nos estudos dedicados à história da historiografia brasileira. Não é meu objetivo fazê-lo, pelo menos não aqui, neste artigo.

O mais importante para a argumentação que estou desenvolvendo é que ao criticar à retórica bacharelesca brasileira, Prado não está desqualificando a tradição retórica em si, mas sim a falta de interesse por parte dos nossos oradores oitocentistas pelas reais condições do Brasil. O autor parece estar rejeitando, portanto, a apropriação moderna e romântica instituição retórica, segundo a qual a retórica é um “conjunto de tropos e figuras de linguagem voltado aos artifícios do estilo”.¹⁵ Para Prado, então, a “retórica bacharelesca” brasileira era vazia porque estava mais preocupada com a forma do discurso do que com a sua capacidade em compreender e modificar a realidade. Como já comentei antes, o apelo empírico que caracterizou as críticas de Eduardo Prado ao procedimento retórico que ele afirmou ser típico do bacharelismo brasileiro, pode ser encontrado, também, nos textos de outros importantes autores que, entre o final do século XIX e meados do século XX, se empenharam em inventariar os infortúnios da nação. Além da já citada crítica de Oliveira Viana ao “gosto nacional pelas autoridades estrangeiras”, destaco aquele que é um dos principais representantes da vertente autoritária do nosso conservadorismo: Alberto Torres. Escrevendo na primeira década do século XX, Torres criticou o bacharelismo brasileiro de forma bem semelhante àquela que Eduardo Prado fizera poucos anos antes e como Oliveira Viana e Gilberto Freyre fariam alguns anos depois.

Os problemas da terra, da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social ficaram entregues ao acaso; o

¹⁵ GENETTE, Gérard. A retórica restrita. In: COHEN, Jean (Org). **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 16-17. Segundo o autor, o classicismo francês do século XVII, criou um cânone retórico baseado em poetas, como Homero e Virgílio, o que fez com que o pensamento moderno diminuísse a importância dessa tradição, passando a considerá-la na perspectiva puramente estética.

Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos, eram simples bacharéis – doutos parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos nem estadistas; bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas ou vazias.¹⁶

Para Gilberto Freyre,

A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe para a vida brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas e em oposição às portuguesas: revolta de filhos contra país.¹⁷

Temos, portanto, nos textos desses autores, a recorrência da mesma associação entre bacharelismo e “discussão abstrata e vazia” e a mesma definição da perspectiva empírico/realista como a mais adequada para a formulação intelectual e para a ação política. Essa recorrência, de acordo com os estudos de Christian Lynch, não é uma simples coincidência, mas sim a demonstração da força dos valores conservadores no pensamento político brasileiro. Para esse autor, esses valores começaram a se tornar hegemônicos no Brasil já na primeira metade do século XIX.

O discurso político conservador que, entre as décadas de 1830 e 1850, firmou essa ideologia na forma de um modelo institucional, conformou um tipo particular de conservadorismo liberal, que parte de um determinado diagnóstico dito realista ou sociológico da sociedade brasileira, considerada ainda na minoridade devido aos males de sua formação social. A partir desta constatação, prega-se a organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, incumbido de fundar a ordem nacional de cima para baixo e, a partir dela, promover reformas efetivas, mas seguras, no sentido de veicular o progresso nacional.¹⁸

O conservadorismo se estabeleceu como ideologia política a partir dos impactos da Revolução Francesa na cultura política ocidental. Esse é o tema mais abordado pelos autores que, desde o final do século XVIII, estabeleceram os

¹⁶ TORRES, Alberto. A organização nacional. **Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brasil**, n. 11, 3º tri. 1908.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global, 2004. p. 720.

¹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: NUNES, Gabriela; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 23-54. p. 26.

elementos fundamentais da agenda político/intelectual conservadora. Em seu exercício de delimitação das principais características do pensamento conservador, Karl Mannheim chamou atenção para a rejeição conservadora aos “sistemas racionais fechados”, típicos de algumas correntes da filosofia moderna. Nas palavras do autor, “[para um conservador], nada é mais distante dos acontecimentos reais que o sistema racional fechado. Em determinadas circunstâncias, nada contém um impulso mais irracional do que uma visão de mundo intelectualista e totalmente autossuficiente”.¹⁹ Essa rejeição se desdobrou na adesão a um tipo de conhecimento mais atento às condições práticas da realidade, mais empírico, podemos dizer. Para Robert Nisbet, outro importante estudioso do tema, o tipo de conhecimento privilegiado pela “mentalidade conservadora” é o “conhecimento de”,

que adquirimos simplesmente através da experiência, através da revelação da vida ou, pelo menos, de áreas importantes dela. A sua essência é o aspecto prático. Torna-se parte integrante do nosso carácter porque a sua origem está no processo de habituação, na transformação em predisposição generalizada ou instinto do conhecimento adquirido através da experiência consciente ou inconsciente e das experiências e erros vulgares.²⁰

O apreço do conservadorismo moderno ao conhecimento empírico não foi destacado apenas pelos intérpretes que, *a posteriori*, estudaram o tema. Esse apreço pode ser identificado, com alguma facilidade, nos textos dos próprios “pais fundadores” do pensamento político conservador. Alexis Tocqueville, por exemplo, ao comentar o comportamento político dos jacobinos na Revolução Francesa, disse que “estava cheio de palavras abstratas, discursos floreados, sonoras frases feitas e jogos literários”,²¹ impressão que também foi exposta por Edmund Burke, para quem “as reformas somente são úteis quando maturadas à luz da experiência, devendo ser rejeitadas as propostas calcadas apenas em princípios metafísicos, como a dos jacobinos, que com palavras floreadas botaram na cabeça do povo fantasias irresistíveis de liberdade, igualdade e justiça absoluta”.²² Como fica claro,

¹⁹ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.242.

²⁰ NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987. p. 60-61

²¹ TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. UNB: Brasília: 1997. p. 82.

²² BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: EDIPRO: 2014. p. 32.

Tocqueville e Burke criticaram os revolucionários franceses com o mesmo argumento que Eduardo Prado usaria no final do século XIX para apontar os defeitos do bacharelismo brasileiro. Os principais textos de Tocqueville e Burke também compunham o acervo bibliográfico de Prado.²³

A rejeição de Prado ao bacharelismo e à retórica moderna fica ainda mais clara nos textos nos quais ele abordou, no calor dos acontecimentos, a proclamação da República brasileira e o comportamento dos legisladores responsáveis pela consolidação institucional do novo regime. Eduardo Prado estava em Portugal na ocasião do golpe militar que, em novembro de 1889, proclamou a República no Brasil. Por esses tempos, ele circulava pelas rodas intelectuais europeias, especialmente pelo grupo dos escritores portugueses conhecidos como “Vencidos na Vida”. Para os seus biógrafos, Prado estava vivendo um momento de “puro diletantismo e descompromisso com os assuntos da pátria”²⁴ e, por isso, o fim da Monarquia, ao mesmo tempo, “o surpreendeu e despertou nele todo o seu furor patriótico”.²⁵ Ao estudar a trajetória de Eduardo Prado na segunda metade da década de 1880, não identifiquei nem o “descompromisso” do qual fala Cândido da Mota Filho e nem a “surpresa” que, segundo Sebastião Pagano, teria caracterizado a forma como o autor recebeu a notícia da proclamação da República. As correspondências que Eduardo Prado trocou com seus interlocutores portugueses, especialmente com Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, entre 1886 e 1889, demonstram que ele estava bastante atento aos acontecimentos brasileiros.²⁶

Ainda em abril de 1888, portanto, alguns meses antes da intervenção militar que proclamou a República, o jornal português “Correio Mercantil” publicou um pequeno artigo escrito pelo autor, um texto intitulado “Destinos políticos do Brasil”.

No Brasil, os bacharéis a serviço da República se agitam e já contaminam os quartéis, onde a tropa se insufla, contando com o apoio de generais bacharéis

²³ De acordo com o catálogo, Prado, de Tocqueville, tinha uma edição, de 1874, do “O Antigo Regime e a Revolução”, uma de 1878 do “A Democracia na América”, ambas em língua francesa. Já de Burke, consta o “Considerações sobre a Revolução Inglesa”, de 1881, em língua inglesa.

²⁴ MOTA, FILHO Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 203.

²⁵ PAGANO, Sebastião. **Eduardo Prado e sua época**. São Paulo: O Cetro, 1967. p. 89-90.

²⁶ Analisei a interlocução de Prado com esses escritores portugueses no sexto capítulo da já citada tese de doutorado que desenvolvi nos quadros do Programa de PósGraduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ver OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Op .Cit.

que agem com o politicismo típico dos pronunciamentos retóricos. Continuará a existir a monarquia? Continuará a existir o Brasil unido?²⁷

Esse texto quase não atraiu a atenção dos estudiosos que, desde a primeira década do século XX, se debruçaram sobre a trajetória político/intelectual de Eduardo Prado. Talvez, por isso, tenha se fortalecido a percepção de que o autor recebeu com surpresa a notícia da Proclamação da República, evento que teria sido o responsável pelo fim da sua apatia política e do seu desinteresse pelas questões nacionais. José Honório Rodrigues foi um dos poucos intérpretes a chamarem atenção para esse texto, dizendo que Prado desejava

fazer a minoria dirigente brasileira, monarquista ou republicana, uma séria advertência sobre os perigos que ameaçavam o Brasil na sua unidade e integridade. (...) Mas ele chegou tarde, quando a conspiração ia longe demais para fazê-la parar e os conservadores e liberais monarquistas estavam paralisadas pela abolição da escravatura.²⁸

O Brasil estaria, portanto, para Eduardo Prado, vivendo uma crise provocada pelo descompromisso do bacharelismo com a realidade e pela insubordinação e indisciplina que agitavam os quartéis. Esses mesmos argumentos foram retomados pelo autor quando, apenas um mês após a proclamação da República, foi publicado, na “Revista de Portugal”,²⁹ o seu primeiro texto sobre a proclamação da República, o primeiro de uma série de seis artigos que tiveram grande repercussão,³⁰ no Brasil e na Europa, e que se tornariam as mais

²⁷ PRADO, Eduardo. **Jornal Correio Português**. Abril de 1888.

²⁸ RODRIGUES, José Honório. **A História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1973. p. 74.

²⁹ A “Revista de Portugal” foi um dos principais empreendimentos literários de Eça de Queirós, já tendo sido objeto de estudos que se debruçaram sobre a trajetória desse romancista português. Para Miranda Andrade, a publicação “chegou a ser a expressão mais elevada da intelectualidade portuguesa. O seu alto nível cultural – e não se faz uma afirmação meramente retórica – deu-lhe foros de categorizada revista europeia”. O autor afirma que o objetivo de Eça de Queirós era “projetar na Europa as produções literárias portuguesas, as obras artísticas, o desenvolvimento científico, o pensamento nacional, enfim sua contribuição cultural ao debate europeu”. A Revista de Portugal circulou entre julho de 1889 e maio de 1892. Ver ANDRADE, Miranda. **Eça de Queiroz e a Revista de Portugal**. 1 ed. Lisboa: Revista Ocidente, 1984. p. 26.

³⁰ Os artigos dos “Fastos” tiveram grande repercussão, sendo traduzidos e publicados em jornais alemães, ingleses e franceses. No Brasil, os textos circularam amplamente pelas províncias, o que fez com que o governo da República tenha enviado o jornalista Eduardo Salomonde à Europa para tentar rebater as críticas de Eduardo Prado. Era um momento no qual a jovem República ainda buscava o reconhecimento internacional e, por isso, era necessário defender a imagem do novo Regime. O jornal “A República Portuguesa” foi o principal espaço utilizado por Salomonde na sua defesa, contando para isso com o ajuda do publicista português José Pereira de Sampaio, o Bruno,

importantes páginas do pensamento político brasileiro restaurador, fazendo de Eduardo Prado o principal inimigo da imprensa republicana brasileira.³¹

Ora, em todo o país em que houver um partido adverso à forma de governo, partido ardente e exacerbado pela impossibilidade de legalmente realizar a sua ambição, e ao lado desse partido houver um exército tão justamente descontente de si mesmo e de todo o mundo, como o exército brasileiro, o acordo entre essas duas forças será fatal porque lógico.³²

Com essas palavras, Eduardo Prado, assinando o pseudônimo “Frederico de S.”, iniciou o artigo “Os Acontecimentos do Brasil”, que foi publicado na edição de dezembro de 1889, na “Revista de Portugal”, tendo sido o primeiro dos seis textos que, até maio de 1890, se dedicariam à análise dos primeiros passos da República brasileira. Já nessas primeiras linhas, o autor apresenta aquele que seria o seu principal argumento na explicação dos fatores que levaram à extinção Monarquia: a proclamação da República teria sido o resultado da união dos bacharéis insatisfeitos com os militares indisciplinados.

Nos artigos dos “Fastos”, Prado criticou, especialmente, a formação dos militares do Exército brasileiro, que, segundo ele, desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870), estavam mais preocupados com as discussões doutrinárias do que com as especificidades práticas do seu ofício. “Muitos dos oficiais brasileiros são apenas bacharéis de espada; eles prezam mais do que tudo as graduações do seu curso matemático, e o título de bacharel ou de doutor é por eles mesmos anteposto à designação das suas patentes”.³³ Contemporaneamente aos fatos, Prado examinou a conjuntura política brasileira, buscando compreender os

que foi um dos principais adversários que Eduardo Prado enfrentou na sua campanha internacional contra a República.

³¹ Para a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, as discussões provocadas pelos textos de Eduardo Prado foram publicados na “Revista de Portugal” representaram o primeiro grande constrangimento para as novas instituições. Segundo a autora, “as ideias de Eduardo Prado serviram como uma plataforma da base ideológica do grupo em formação. Conseguindo denunciar escândalos, sobre membros do governo, militares banqueiros e comerciantes, e também comprovar com fatos as violações das liberdades públicas e privadas, seus artigos constituíram-se em uma sistematização do discurso monarquista em um primeiro momento” (p. 34). A autora afirma, também, que os veículos da imprensa republicana se esforçaram em desqualificar as críticas de Prado, atacando a “Revista de Portugal” por “por veicular, no exterior, uma visão míope e detratora da realidade nacional” (p. 35). Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³² PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 2.

³³ *Ibidem*. p. 26.

motivos que levaram os militares do Exército a proclamarem a República e, segundo ele, instaurarem um governo tirânico que, ao contrário da Monarquia, não respeitava as liberdades mais fundamentais. Em um primeiro momento da sua análise, ainda no calor dos acontecimentos, o autor afirmou que a contaminação do Exército pelo bacharelismo havia sido a principal causa do fim do regime político governado pelo Imperador D. Pedro II.

O soldado brasileiro que, na Guerra do Paraguai, mostrou uma bravura tão constante, uma abnegação tão comovente nos maiores sofrimentos, tem ainda hoje as mesmas qualidades. Infelizmente, não é boa a direção dada a essas qualidades. O oficial novo é de um tipo bem diferente do antigo. Já não existe mais o velho militar, descendente direto da milícia portuguesa das campanhas peninsulares, raça de oficiais aguerridos nas lutas do Sul do Brasil, que salvou a unidade do país sufocando as revoltas, sustentou a honra brasileira e defendeu a civilização, destruindo as tiranias militares de Rosas e de Lopez. Não eram talvez muito instruídos esses bravos; mas eram claros exemplos de fidelidade à honra dos seus juramentos. As suas ideias simples, feitas mais de sentimento e hábitos de dedicação do que de complicados raciocínios, não lhes permitiam sutilezas e distinções, quando se tratava do dever militar. O oficial novo, no Brasil, ouviu nas escolas maior número de professores. Esses professores (pelo menos muitos deles) ou são bacharéis discursadores, ou são militares de livro francês, filosofantes do positivismo, desses que para a exposição dessa escola tiverem a habilidade de criar no Brasil uma retórica especial.³⁴ (Grifos Meus)

O autor divide, como podemos perceber, os oficiais do Exército brasileiro em dois tipos: o velho, que tinha como modelo o soldado especializado na técnica da guerra, que lutou pela pátria nos campos paraguaios, e o novo, que teria perdido o interesse pelos assuntos práticos da profissão das armas e se tornado um bacharel dado às especulações teóricas. Para Prado, Benjamin Constant foi o modelo típico desse “bacharel de fardas”, o grande responsável pela corrupção do Exército brasileiro com os pronunciamentos políticos: “Benjamin Constant corrompeu a inteligência da mocidade ensinando-lhe a doutrina endeusadora da tirania, que se chama positivismo”.³⁵ As críticas de Eduardo Prado a Benjamin Constant ficaram bem explícitas na análise que o autor fez a respeito do projeto de reforma do ensino militar, que foi apresentado por Constant em abril de 1890. Definindo o projeto como um “preâmbulo humanitário”, Prado o caracterizou

³⁴ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 25.

³⁵ PRADO, Eduardo. **Jornal A Bomba**. 09 de novembro de 1894.

como “uma coletânea de ciências inúteis, que mostra como o seu redator não tolera os militares que se contentam com as glórias puras de sua nobilíssima profissão”.³⁶

À sombra dos seus numerosos empregos, o sr Benjamin Constant conspirou contra as instituições que jurara defender e inculcou o espírito de indisciplina no exército brasileiro, que dos seus antigos mestres tinha recebido lições mais úteis e, sobretudo, exemplos mais nobres.³⁷

Acredito que os textos dos “Fastos” não devem ser lidos na perspectiva de uma manifestação antimilitar, mas sim como um exercício de interpretação que apontou a politização do exército, após o final da Guerra do Paraguai, como o principal elemento de crise da Monarquia. Porém, ainda que estivesse falando no calor dos acontecimentos e comprometido com o projeto da restauração monárquica, Prado teve o cuidado de não fundamentar a sua análise da crise política da década de 1880 em apenas um elemento. Para ele, o militarismo político pode ser explicado, também, pela influência perniciosa de Benjamin Constant e do positivismo, mas não só. No diagnóstico do autor,

Será, porém, injusto quem só condenar os militares; menos dignos e mais audazes, nas valentias sem perigo, são os bacharéis ministros, antigos advogados e jornalistas encanecidos na prática inveterada do artigo em favor de todas as liberdades e do arrojado em defesa dos direitos do homem em geral (e dos raros clientes em particular).³⁸

Os bacharéis civis teriam, de acordo com o autor, contaminado o Exército com suas pregações filosóficas e com a defesa “de todas as liberdades” e dos “direitos do homem”. Na citação, ainda que não tenha se aprofundado nessa discussão, Prado, ao novamente criticar o bacharelismo brasileiro, parece ter apontado para outro problema do comportamento político/intelectual bacharelesco, algo que não se restringe, apenas, ao desapego às condições práticas da existência: a importância, considerada inadequada pelo autor, atribuída à filosofia moderna, especialmente ao princípio do Direito Natural.³⁹ Ainda sobre o

³⁶ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura...** Op. Cit., p. 108.

³⁷ PRADO, Eduardo. **Fastos da Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 123.

³⁸ *Ibidem.* p. 23.

³⁹ Novamente, remeto o leitor à minha tese de doutorado, especialmente ao quinto capítulo, onde examino o tratamento que Prado deu à filosofia do direito natural.

militarismo político e a suas relações com a proclamação da República, Prado argumentou que

Os militares, como grande parte da população do Rio de Janeiro e das cidades do Brasil, sofrem de um nervosismo especial, talvez próprio nos países quentes, onde a ociosidade é comum; onde a razão é de impressões fáceis; onde a palavra, sob a forma de discurso, é um prazer, que na função ativa do orador, quer na função passiva de ouvinte, e é, em todo caso, a mais barata das distrações.⁴⁰

O governo monárquico cometeu um erro imenso deixando ao ensino militar o seu caráter exclusivamente teórico. O sr Dom. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão abacharelar o oficial do exército, que agora naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante.⁴¹

Para o autor, o tão nefasto militarismo político pode ser explicado, também, pela influência do clima e pelo próprio temperamento “bacharelesco” do Imperador D. Pedro II. Naquilo que se refere à associação do bacharelismo militar ao clima, Prado destaca os efeitos deletérios da natureza sobre a formação do caráter do brasileiro e aponta para aquela que, pouco tempo depois, se tornaria a grande característica da sua interpretação do Brasil: a definição da natureza como um obstáculo à implantação da civilização nos trópicos, o que valoriza, ainda mais, a ação colonial portuguesa, e católica, na América. Essa interpretação teve eco na produção ensaística que na primeira metade do século XX tratou o problema da nacionalidade brasileira. Remeto-me, aqui, especialmente, aos textos de Gilberto Freyre.⁴²

Até mesmo o Imperador D. Pedro II, a quem Eduardo Prado tanto estimava, foi responsabilizado pela grande mal que teria sido a politização do exército. O autor definiu o Monarca como o “primeiro dos bacharéis”, como o “Rei Civil que se preocupou mais em ler os últimos compêndios franceses do que enxergar os reais riscos que ameaçavam o seu trono”. Portanto, a extinção da Monarquia se explicaria, também, segundo Prado, pelo “espírito bacharelesco” do próprio

⁴⁰ PRADO, Eduardo. **Fastos da ditadura...** Op. Cit., p. 26.

⁴¹ *Ibidem*. p. 26.

⁴² Outra vez, direciono o leitor à minha tese de doutorado, especificamente ao oitavo capítulo, onde me debruço sobre a interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado. OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Op. Cit.

Imperador, que “com seu pacifismo civilista” teria transformado o Exército em uma instituição de “formação de bacharéis”, quando deveria ser “uma corporação disciplinada, técnica e obediente”. Esse argumento teve eco na historiografia brasileira, o que torna Eduardo Prado uma das principais matrizes para os estudos que, até os nossos dias, se debruçaram sobre o problema da crise da Monarquia.⁴³

É importante deixar claro que, como eu já comentei antes, ao criticar à retórica bacharelesca brasileira, Prado não está desqualificando a tradição retórica em si, mas sim a falta de interesse por parte dos nossos oradores oitocentistas pelas reais condições do Brasil. Isso fica claro em um texto datado de novembro de 1889.

O bom gosto retórico, a própria e simples clareza da língua, são coisas adversas à pompa dos ditirambos bacharelescos, o apego aos autores estrangeiros ou à fúria das invectivas, muito eloquentes em nossa terra, mas impossíveis no meio europeu, sempre existente na proporção justa entre os fatos e a linguagem que os aprecia.⁴⁴

O que seria esse “bom gosto retórico” do qual nos fala Eduardo Prado?

A mobilização das tópicas da retórica clássica

Os nobres Deputados liberais, que defendem com unhas e dentes o projeto do sr Inglês de Souza, não se cansam de citar Hipeau e outros escritores estrangeiros como floreio de argumentação. Os ilustres parlamentares esqueceram, ou jamais aprenderam, as lições retóricas ministradas por aqueles que deveriam ser referência para todos os moradores da Assembleia provincial.⁴⁵ (Grifos Meus)

A citação faz parte da coluna “Crônicas da Assembleia”, publicada no jornal “Correio Paulistano” em abril de 1880. Nesse momento, Prado era um jovem cronista de vinte anos que dividia seu tempo entre os estudos jurídicos na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo e atuação política junto ao Partido Conservador, do qual seu irmão mais velho, Antônio, era o principal líder. Para o autor, os Deputados liberais demonstravam grande despreparo retórico, na

⁴³ Entre os autores que, de alguma forma, herdaram a interpretação desenvolvida por Eduardo a respeito da proclamação da República brasileira, destaco Gilberto Freyre, José Murilo de Carvalho, Vitor Izecksohn, Renato Lemos e Frank MacCam. Todos esses estudos estão devidamente referenciados no final deste artigo.

⁴⁴ PRADO, Eduardo. “Jornal do Comércio”. 27 de novembro de 1889. (Coletâneas, v. 1, p. 237).

⁴⁵ PRADO, Eduardo. **Correio Paulistano**. 08 de abril de 1880.

medida em que “esqueceram, ou jamais aprenderam” as lições retóricas verdadeiramente úteis ao exercício da vida política. Como Prado não estava preocupado em discutir teoria política, não há, na maioria dos seus escritos, um esforço deliberado de apontar as suas referências. Porém, uma leitura atenta de alguns dos seus textos, à luz da tradição retórica clássica e do já citado catálogo da sua biblioteca, permite, espero, arriscar algumas hipóteses.

Para Prado, a “boa retórica” seria aquela na qual as técnicas são aplicadas “segundo as medidas do cálculo racional de uma técnica específica que é mobilizada no ato contingente da invenção,”⁴⁶ para utilizar as palavras de Robert Klein. Essa perspectiva contingencial⁴⁷ de retórica não é nada moderna.⁴⁸

A quem fitam as pessoas, atônitas, quando ele fala? A quem aplaudem? A quem tomam, diria eu, por um deus entre os homens? – Os que falam com nitidez, de maneira explícita e profusa, cujas palavras e argumentos são apresentados com completa clareza e que, ao proferirem um discurso, são capazes de atingir uma espécie de rimo, falando da maneira que chamo de enfeitada.⁴⁹

Todos os *genera* de discurso público que empregamos são não apenas variáveis em si, mas tem de ser *accommodata* – adaptados ou

⁴⁶ KLEIN, Robert. La théorie de l'expression figurée dans les traités italiens sur les imprese, 1555-1612. In: __. **La forme et l'intelligible**. Paris: Gallimard, 1970. p. 136.

⁴⁷ A perspectiva contingencial da retórica já foi destacada por importantes estudiosos do tema. Por exemplo, segundo Galen Strawson, a unidade básica da retórica não é a palavra, mas sim o enunciado, entendo enunciado por “a relação linguística estabelecida num ato de fala entre uma caracterização (ou um predicado) e uma identificação (ou a situação e a posição de um sujeito lógico)”. Portanto, o enunciado somente existe na contingencialidade da experiência, o que faz com que a instituição retórica deva ser vista mais como um conjunto de procedimentos orientação à acomodação às circunstâncias práticas do que um sistema fechado e universalmente aplicável sob quaisquer circunstâncias. Ver STRAWSON, Galen. **Mental Reality**. Nova York: Library of Congress, 1994. A reflexão desenvolvida por Paul Ricoeur é semelhante. O filósofo francês lembra a fórmula do ato de fala, que, segundo ele, é o fundamento da instituição retórica latina: “Alguém fala alguma coisa sobre alguma coisa para alguém”. A partir dessa fórmula básica, Ricoeur aponta três características da instituição retórica, em todas elas sendo a contingencialidade um elemento fundamental: “1. “Alguém fala”: um ato contingente de enunciação constitui um processo de identificação gramatical e lógica que inventa a ‘primeira pessoa’ e o tempo da sua fala; 2. “alguma coisa sobre alguma coisa”: o ato contingente que inventa a enunciação do sujeito lógico e gramatical produz um enunciado, que relaciona um sentido a uma referência e a uma significação; 3. “para alguém”: o ato de enunciação que constitui a 1ª pessoa e o enunciado constitui simultaneamente o destinatário, ‘2ª pessoa’”. Ver RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996. p. 93.

⁴⁸ A dimensão circunstancial da instituição retórica já pode ser percebida com alguma clareza nos textos de Aristóteles, que define a retórica como “a faculdade de descobrir especulativamente aquilo que, em cada caso, pode ser adequado para persuadir”. Ver ARISTÓTELES. **Organon IV. Les réfutations sophistiques**. Trad. et notes par J. Tricot. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1939. p. 78.

⁴⁹ QUINTILIANO. **Instituta Oratoria**. Michigan: Michigan Univesty Press, 1990. p. 210.

acomodados – à compreensão popular e ao vulgo em geral, sendo preciso evitar qualquer tipo de enfeite exagerado.⁵⁰

As citações foram extraídas de dois dos principais manuais da tradição retórica latina, ambos pertencentes à biblioteca de Eduardo Prado, cujo catálogo, como já comentei em outros momentos, foi publicado em 1916.⁵¹ Os textos foram classificados com a rubrica “Linguística e Literatura”. Trata-se do “*Instituta Oratoria*”, de Quintiliano, e o “*De Oratore*”, de Cícero. Em ambos os textos, existe o esforço de conciliar a precisão retórica, que é definida como “clareza” por Quintiliano e “acomodada” por Cícero, com o adequado enfeitamento da palavra. Para os teóricos, o orador precisa ser capaz de falar com clareza e com pertinência, sem que “haja nada que pareça impróprio ou supérfluo.”⁵² Quando Prado define a “retórica bacharelesca” brasileira como “imprópria”, “superficial” e “inútil”, ele parece estar querendo dizer que aos nossos oradores do século XIX faltava a capacidade de falar com clareza e de forma adequada às circunstâncias, para que, de fato, o discurso fosse eficaz na compreensão e na resolução dos problemas apresentados pela experiência.

Essa reivindicação de clareza e objetividade, entretanto, não fez com que Prado tenha deixado de reconhecer a importância do embelezamento da palavra. Em um texto publicado, em 1897, na coluna “Livros Novos”, da Revista Moderna, onde Prado resenhava os livros recém-publicados no Brasil e em Portugal, o autor disse que “o dom de bem falar, quando é resultante do dom de bem compreender, e quando o falar sempre com elegância, é a expressão elevada e instintiva de um sentir sempre nobre – teve, em todos os tempos, e terá sempre, uma influência avassaladora, enquanto os homens viverem em sociedade.”⁵³

A nobreza da fala está, para Prado, na associação entre o “dom de bem compreender” e a “elegância”, sendo o estilo valorizado como um elemento fundamental para o exercício retórico, pois, somente assim, “o escritor é capaz de presentear o seu leitor com um texto útil e belo”.⁵⁴ Para o autor, um dos principais

⁵⁰ CÍCERON. *De oratore*. Madri: Gregos, 2002. p. 42.

⁵¹ GAZEAU, Alfred. *Catalogue de la bibliothèque de Eduardo Prado*. São Paulo. Typ. Brasil de Rotschilld e Cia, 1916.

⁵² QUINTILIANO. *Instituta Oratoria*. Michigan: Michigan Univesty Press, 1990. p. 213.

⁵³ PRADO, Eduardo. *Revista Moderna*. 05 de outubro de 1897. (Coletâneas, v. 1, p. 267).

⁵⁴ Idem.

defeitos da “retórica bacharelesca brasileira” era “o estilo por demais empolado, de frase longa, torturada, difícil e obscura”. Da mesma maneira como fizeram os teóricos latinos da retórica, Prado não dissociou a forma do conteúdo, e considerou a beleza do estilo um importante atributo para o discurso, desde que isso não compromettesse a abordagem clara e útil da realidade, entendendo por “utilidade” a capacidade do discurso em “abordar rigorosamente a realidade, sem maiores voos fantasiosos”.⁵⁵

Como eu já disse, em nenhum momento das suas críticas ao “palavrório bacharelesco” brasileiro, Prado citou as referências que estavam no seu horizonte de “boa retórica”. Porém, penso não ser um absurdo sugerir que ele tinha em mente, justamente, as recomendações apresentadas pelos retóricos latinos, como Cícero e Quintiliano. Por exemplo, ao comentar o romance “Passionário”, do escritor pernambucano Theotonio Freire, Eduardo Prado disse que “o possível mérito do romance se dissipa no hercúleo esforço do escritor em enfeitar demasiadamente a sua linguagem, o que traz grande prejuízo à clareza da estória”.⁵⁶ Novamente, o problema, para Prado, não parece estar, em si, no embelezamento da palavra, mas no excesso, no exagero, o que o aproxima da noção *ornato*, que é bastante valorizada pela tradição latina, sendo parte constitutiva da *elocutio*, que junto com a *inventio* e com a *dispositio*, forma o conjunto dos procedimentos constitutivo da instituição retórica.⁵⁷

Para Quentin Skinner, a *elocutio* foi o procedimento mais abordado tanto nos manuais de retórica latinos como nos renascentistas, sendo considerada “o poder do orador de despertar as emoções da plateia”.⁵⁸ Ao examinar importantes tratados dessa tradição retórica, entre eles os já citados “*Instituta Oratoria*” e “*De oratore*”, Skinner afirma que esses autores definiam o *ornato* como um “equipamento para a batalha”, que deveria ser usado com “adequação” pelo

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Ibidem. p. 272.

⁵⁷ HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica e discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013. Para o autor, a *inventio* era o exercício de encontrar os lugares comuns adequados à circunstancialidade do discurso, o que significa uma importante diferença em relação à noção moderna de originalidade. Já *dispositio* consiste no ordenamento do discurso, ou seja, na escolha do gênero (se prosa ou verso) no qual o orador dá forma à sua fala, sendo necessário adequar o gênero à circunstância da argumentação.

⁵⁸ SKINNER, Quentin. **Razão e República na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 92.

orador. Portanto, o *vir civilis*, de acordo com os teóricos latinos da retórica, deveria ser capaz de adequar a escolha das palavras à circunstância do discurso, o que envolve, entre outras coisas, a natureza do assunto abordado e as características do público para o qual se fala. Em nenhum momento, Prado utilizou o termo “ornato” para criticar o estilo “pomposo” e “superficial” dos oradores e escritores brasileiros, mas me arrisco a propor que era algo parecido com essa concepção de embelezamento discursivo, discreto e regrado, que ele tinha em mente quando definiu como requisitos para a “boa e útil retórica” a clareza, o tratamento empírico da realidade e a elegância. Em algum momento, ele deve ter folheado os seus exemplares de Cícero e Quintiliano.

Como já comentei antes, longo de 1897, Eduardo Prado escreveu, na Revista Moderna,⁵⁹ a coluna “Livros Novos”, onde resenhava alguns textos recentemente publicados. Na edição de outubro de 1897, Prado criticou o livro “*L’Oeuvre Internationale*”, do escritor carioca Sebastião Magalhães Lima (1850-1928), um defensor do sistema republicano federativo de governo. Para Magalhães Lima, “tem-se dito que as contínuas agitações das Repúblicas americanas são um argumento poderoso contra o federalismo. Os que sustentam esta opinião não deixam-se enganar por aparências ilusórias. Os piores servidores não podem obscurecer a excelência de um princípio”.⁶⁰ A crítica de Eduardo Prado ao argumento de Magalhães Lima nos ajuda a compreender o que o autor entendia por “boa e útil retórica”.

Fica, então, reduzida a nada o valor da experiência na ciência social? Assim parece, porque, apesar dos fatos em contrário, o sr Magalhães Lima diz que Federação e Paz são expressões semelhantes. O sr Magalhães Lima segue até ao fim do seu folheto exprimindo os seus *pia desideria*: paz, fraternidade, amor, etc, etc. Cita muito e esclarece pouco, e o leitor chega à última página sem ter descoberto o remédio prometido no capítulo primeiro. Ainda desta vez não ficou resolvido o velho problema da felicidade dos homens.⁶¹ (Grifos Meus)

⁵⁹ A “Revista Moderna” foi um periódico de variedades editado por Martinho Carlos Arruda Botelho que circulou em Portugal no final da década de 1890, sendo um espaço de encontro para a intelectualidade luso-brasileira da época.

⁶⁰ LIMA, Luís Magalhães. *L’Oeuvre Internationale*. Paris: Giard & Brière, 1897. p. 27.

⁶¹ PRADO, Eduardo. *Revista Moderna*. 05 de outubro de 1897. (Coletâneas, v. 1, p. 288-289).

Para Prado, o grande problema do livro de Magalhães Lima era, justamente, o pouco valor que a abordagem atribui à experiência concreta, como, por exemplo, o funcionamento dos governos republicanos na América Latina. Eduardo Prado, portanto, priorizava o estudo das experiências sociais, em detrimento das abstrações filosóficas. É exatamente por se limitar ao plano do pensamento, que o argumento de Magalhães Lima, para utilizar as palavras do próprio Eduardo Prado, “cita muito e esclarece pouco”. Como deveria se comportar, então, o homem público interessado na interpretação da realidade? O próprio Eduardo Prado, na polêmica travada com o médico positivista Luís Pereira Barreto⁶² (1840-1923), esclarece a questão.

Em abril de 1901, no jornal “O Estado de São Paulo”, Pereira Barreto publicou o artigo “O século XX sob o ponto de vista brasileiro”, onde se propôs a analisar “os motivos que justificam o atraso da nação,”⁶³ tema sobre o qual os intelectuais brasileiros estavam se debruçando na época.⁶⁴

Nenhum país oferece tamanha variedade de condições climáticas com o Brasil, que tem todo o território navegável, de norte a sul do território. O mundo da ciência contempla com admiração os extraordinários recursos que nos dão as nossas disposições topográficas.⁶⁵

Ao elogiar, dessa forma, as condições naturais do Brasil, Pereira Barreto estava se apropriado da interpretação desenvolvida pelo historiador britânico

⁶² Segundo Ivan Lins, Pereira Barreto é o principal nome do positivismo brasileiro independente, não tendo tido, jamais, vínculos mais estreitos com o Apostolado Positivista, fundado e comandado por Miguel de Lemos e Teixeira Mendes. O autor argumenta, também, que Pereira Barreto, com o seu livro “As Três Filosofias”, foi o pioneiro na divulgação das ideias de Augusto Comte no Brasil. Na época, o livro gerou muita polêmica entre os próprios positivistas, chegando a ser definido por Miguel Lemos como uma “manta de retalhos escandalosamente plagiados”. Na interpretação de Ivan Lins, os conflitos que foram travados entre Pereira Barreto e o Apostolado Positivista podem ser interpretados na perspectiva da dicotomia heterodoxia X ortodoxia. Enquanto Pereira Barreto era um “vulgarizador” da doutrina de Comte, tendo o objetivo de difundir as ideias do filósofo no Brasil, os membros do Apostolado afirmavam ser necessário não “macular a doutrina do mestre francês”. Ver LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962. p. 57.

⁶³ BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo**. 25 de abril de 1901.

⁶⁴ Sobre os debates que, no final do século XIX, abordaram o problema das relações entre a natureza e a nacionalidade brasileira, remeto o leitor ao estudo de Márcia Naxara. Ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

⁶⁵ Idem.

Henry Thomas Buckle (1821-1862), que era bastante conhecida na época.⁶⁶ De acordo com a interpretação de Luciana Murari, autora de um importante estudo sobre a circulação das teses de Buckle pela historiografia brasileira finissecular,

Em suas teorias, o naturalista afirmava que, nos países quentes e de solo fértil, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho. (...) Em síntese, o principal argumento de Buckle sobre o Brasil era que, diante do esplendor da natureza, o país não deixava espaço para os homens, reduzidos à insignificância frente à majestade natural que os cercavam.⁶⁷

Portanto, para os autores que seguiram as trilhas de Buckle, entre os quais Luciana Murari insere os nomes de Capistrano de Abreu e de Oliveira Viana, a fertilidade e opulência da natureza eram, ao mesmo tempo, virtudes e catalisadores de um vício, pois acomodado com as “facilidades da terra”, o brasileiro havia se tornado um tipo social preguiçoso e indolente. O que mais irritou Eduardo Prado foi o fato de Pereira Barreto ter atribuído à formação católica a responsabilidade pelo atraso do Brasil.

Habitamos o mais belo, o mais rico, o mais favorecido, o mais fácil, para a vida, de todos os países da terra. Somos, porém, um povo que nada tem feito, por viver atrasado, peiado, atado, paralisado, desinteressado das coisas deste mundo, porque vivemos enfeitados pela preocupação da outra vida e do sobrenatural, fruto da perniciosa influência do catolicismo português.⁶⁸

Pereira Barreto tocou em um tema bastante sensível para Eduardo Prado, que, desde meados da década de 1890, estava estudando a história da colonização portuguesa nos trópicos americanos. Prado considerou o texto de Pereira Barreto uma ofensa àquilo que, para ele, era o elemento mais valioso da nacionalidade

⁶⁶ Henry Thomas Bukcle considerava o Brasil o exemplo mais claro dos efeitos deletérios que a natureza opulenta e fértil podem ter na formação do caráter nacional de um povo. De acordo com o historiador inglês, “Todo o Brasil, apesar de suas várias vantagens aparentes, sempre permaneceu totalmente incivilizado; seus habitantes vagam selvagens, incompetentes para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza colocou em seu caminho. Os nativos, como todos os povos na infância da sociedade, são avessos ao empreendimento e, ignorantes com as artes devido a impedimentos físicos, nunca tentaram lidar com as dificuldades que impediram seu progresso social.”. Ver BUCKLE, Henry **Thomas. History of civilization in England (vol. I)**. London: Longmans, Green and C.O., 1908. p. 79.

⁶⁷ MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 75.

⁶⁸ BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo**. 25 de abril de 1901.

brasileira: o catolicismo legado pela colonização portuguesa. Não estou interessado, neste artigo, em analisar esse aspecto da interpretação do Brasil desenvolvida por Eduardo Prado, mas sim na crítica que ele fez ao método analítico desenvolvido pelo seu interlocutor. Para Prado, o letrado deveria, sempre, partir da realidade, evitando fundamentar a sua análise em formulações tão somente abstratas. Vejamos como o próprio autor desenvolveu essa reflexão:

O otimismo anticientífico do escritor quer fazer caber no mesmo saco muitos proveitos contraditórios, como se fosse possível sustentar uma tese científica apenas com abstrações, sem nenhum apreço pela realidade concreta da nossa natureza. Esta noção de nossas imensas riquezas, noção originada da vaidade ignorante, passou agora a ser o que o Dr Barreto tem do Brasil. É a mais falsa, perigosa e enganadora das ilusões. As coisas são o que são e não o que queremos que elas sejam. O Dr Barreto, porém, vive feliz, porque a sua visão das coisas é o reflexo exato dos seus desejos. E logo traz essas coisas a público, como ele as vê, e é inegável que o ilustre clínico vê errado.⁶⁹ (Grifos Meus)

Na citação, Prado, novamente, nos apresenta alguns valores pertencentes ao repertório da tradição clássica, como, por exemplo, o compromisso da formulação discursiva com a realidade prática e o seu objetivo de modificá-la em função do bem comum. Temos aqui, portanto, a correlação entre o discurso e a atuação política, tal como podemos perceber nos textos de importantes autoridades clássicas, como, por exemplo, Aristóteles, que abordou o problema da ação política no tratado “Ética a Nicômaco” (pertencente ao acervo bibliográfico de Eduardo Prado, segundo o catálogo organizado por Alfred Gazeau). Nesse texto, Aristóteles, de acordo com a interpretação de Hans George Gadamer, criticou a ideia platônica de bem comum, considerada pelo Estagirita como uma “generalidade vazia”. Essa crítica, ainda segundo as considerações de Gadamer, faz de Aristóteles “o fundador da ética como disciplina independente da metafísica”.⁷⁰ As palavras do filósofo grego parecem confirmar a interpretação do intérprete alemão.

Uma vez que a presente investigação não visa ao conhecimento teórico como as outras — porque não investigamos para saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos bons, do contrário o nosso estudo seria inútil —, devemos examinar agora a natureza dos atos, isto é, como

⁶⁹ PRADO, Eduardo. **Coletâneas. Vol 4.** São Paulo: Tipografia Salesiana, s/d. p. 169-170.

⁷⁰ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 47.

devemos praticá-los; pois que, como dissemos, eles determinam a natureza dos estados de caráter que daí surgem.⁷¹

Aqui, Aristóteles está investindo de valor uma sabedoria prática e atenta às especificidades da experiência, diferente do conhecimento abstrato e teórico tão caro a Platão. Contudo, é necessário ter alguma cautela para não estabelecermos uma ruptura demasiadamente radical entre a discussão ética desenvolvida por Aristóteles e a metafísica platônica, pois ambos os filósofos não separam o conhecimento do domínio da ética, pensada aqui como a “busca pelo bem”. A grande novidade trazida por Aristóteles é, exatamente, o enfoque na dimensão circunstancial desse comportamento ético/epistemológico, pois “as explicações que buscamos devem estar de acordo com os respectivos assuntos”. O que Aristóteles parece estar reivindicando é a adequação entre o exercício epistemológico e o fenômeno analisado, entre a atuação política e as especificidades da situação. É importante dizer que, para o grego, esse saber prático não é, necessariamente, superior ao saber proveniente da metafísica, sendo, tão somente, mais adequado ao estudo dos assuntos humanos. Diz o filósofo que “(...) as questões de conduta e do que é bom para nós não têm nenhuma fixidez, pois não há arte ou preceito que os abranja a todos, mas as próprias pessoas atuantes devem considerar, em cada caso, o que é mais apropriado à ocasião”.⁷²

Não se trata, aqui, portanto, da simples desqualificação da abstração platônica, mas sim na afirmação de que as “coisas humanas” não são compatíveis com a rigidez teórica, que se demonstra “útil nos estudos dos assuntos da matemática”. Portanto, é como se Aristóteles estivesse interessado em desenvolver uma abordagem adequada ao esforço de compreensão dos assuntos humanos, abordagem que não tem teor exclusivamente epistemológico, mas que visa, também, orientar a ação política. É, justamente, esse saber ético/político, de natureza prática e voltado para a singularidade da experiência, que Aristóteles chama de *phronesis*.⁷³ Porém, é preciso tomar cuidado, adverte Gadamer, para não

⁷¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultura, 1991. p. 30.

⁷² *Ibidem*. p. 31.

⁷³ A *phronesis* aristotélica já foi tema de diversos estudos, sendo, portanto, impossível, nos limites deste artigo, inventariar toda essa fortuna crítica. Por isso, destaco os estudos que foram mais importantes para a reflexão que desenvolvo neste artigo: os de Gadamer, já devidamente referenciados no corpo do texto, os de Alasdair MacIntyre e os de Paul Ricoeur. O filósofo inglês

imputarmos ao Estagirita a posição de pioneiro nos debates filosóficos a respeito dos saberes práticos. Platão, antes de Aristóteles, já o tinha feito, mas de maneira ligeiramente distinta.

Uma técnica se aprende e pode ser esquecida; pode-se perder uma habilidade. Mas o saber ético nem se aprende nem se esqueceu. Ele não é como o saber de uma profissão que se pode escolher; não se pode recusá-lo e escolher um outro saber. Pois, ao contrário, o sujeito da *Phronesis*, o homem, se encontra desde já em “ação numa situação” e, assim, sempre obrigado a possuir um saber ético e a aplicá-lo segundo as exigências de sua situação concreta.⁷⁴

Portanto, enquanto Platão definiu a *techné* como algo similar ao “ofício do artesão”, Aristóteles pensou a *phronesis* na perspectiva da vida política, como uma espécie de comportamento obrigatório para o cidadão que deseja ser virtuoso. Por isso, apesar de ambas serem conhecimentos de tipo prático, a *techné* e a *phronesis* não devem ser tomadas como equivalentes. Seja como for, o mais importante para a minha discussão é o fato de Eduardo Prado, aparentemente, ter seguido a fórmula aristotélica nas suas considerações político/epistemológicas. O autor jamais chegou usar o termo *phronesis*, mas estou convencido de que ele, ao valorizar muito mais o conhecimento prático do que o teórico, se colocou na tradição inaugurada pelo Estagirita.

Por exemplo, ao comentar os seus estudos sobre a Companhia de Jesus no período colonial, Prado disse ser o seu trabalho “histórico e descritivo, de natureza prática, e não especulativa e teórica”. Ao priorizar esse tipo de conhecimento, mais

Alasdair MacIntyre é um dos principais analistas contemporâneos da *phronesis* aristotélica, sendo um defensor da retomada da ética aristotélica das virtudes como tradição de pesquisa racional em “resposta à crise moral moderna”. Nas palavras do próprio autor, “a insistência de Aristóteles de que as virtudes encontram seu lugar, não na vida do indivíduo, mas na vida da cidade e que o indivíduo só é realmente inteligível como *politikón zóon*” (p.82). Já Paul Ricoeur questiona a percepção de que a ética aristotélica possa, de fato, ser um horizonte eficiente para as relações políticas contemporâneas, sendo necessário, portanto, a revisão das formulações do grego, com o objetivo de adaptá-las às conjunturas do nosso tempo, o que, nas palavras de Ricoeur, “é um esforço de adaptação que é a parte fundamental do *corpus* aristotélico”. Apesar das diferenças nas abordagens dos dois autores, ambos, tal como Gadamer, situam a *phronesis* no plano da ação prática, diferenciando-a da metafísica platônica. Ver MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de Quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Loyola, 1991.; RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990 e ainda CARVALHO, Helde Buena Aires de. **Tradição e racionalidade na filosofia de Alasdair MacIntyre**. São Paulo: Unimarco, 1999.; ver também CARVALHO, H. B. A. de. **Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional**. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 31-64.

⁷⁴ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 52.

atento aos fatos do que às estruturas, Prado estava mobilizando algo muito próximo à proposta epistemológica que Aristóteles desenvolveu no “Ética a Nicômaco”. O esforço de Eduardo Prado em defender esse conhecimento prático e voltado ao bem comum é especialmente perceptível nas críticas que ele fez aos legisladores republicanos, onde ele confrontou, entre outros, Rui Barbosa (1849-1923) e o publicista português José Pereira de Sampaio (1857-1915), mais conhecido como Bruno, que foi o mais destacado defensor da República brasileira na imprensa portuguesa finissecular. Ao se debruçar sobre o tratamento que Rui Barbosa e Bruno deram às instituições Republicanas, Prado utilizou um termo que, até então, pouco havia aparecido nos seus escritos: a “prudência”.

Para ele, [Rui Barbosa], tudo parece simples, tudo imagina possível. O direito de fazer leis é considerado pelo ilustre Ministro como uma espécie de solução milagrosa para todos os problemas sociais e políticos. O Dr Rui Barbosa já é considerado na Europa um estadista da estirpe hispânica: pouco prudente e exagerado nas suas ambições salvadoras.⁷⁵ (Grifos Meus)

O sr Bruno, homem pouco prudente, tem muita fé nesse remédio simples, que julga próprio para curar todos os males. (...) [Por isso], o sr Bruno escreve um livro só para aconselhar a Portugal que adote a República, como já fez o Brasil. (...) Diante das necessidades sociais do século novo, vir declarar que o remédio para os males humanos é a República, é uma manifesta confissão de atraso. É participar de uma superstição tão pouco científica, como qualquer outra superstição.⁷⁶ (Grifos Meus)

O autor utilizou esse conceito na perspectiva de uma tradição filosófica que, herdeira da *phronesis* aristotélica, inseriu a *prudentia* no universo das discussões a respeito do “bom governo”. De acordo com o catálogo da biblioteca de Eduardo Prado, constava no seu acervo bibliográfico, pelo menos, escritos de três dos autores que se destacaram nas discussões a respeito da *prudentia*: Tomás de Aquino, Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini. É certo que Prado, em nenhum momento, citou esses nomes, mas, me parece que, de alguma forma, ele estava inspirado pelos escritos desses autores.

De acordo com os estudos de Michel Senellart, os escritos de Tomás de Aquino, em especial a “Suma Teológica”, que constava no acervo bibliográfico de

⁷⁵ Ibidem. p. 16.

⁷⁶ PRADO, Eduardo. **Revista Moderna**. 15 de abril de 1898. (Coletâneas, v. 1, p. 394-395)

Eduardo Prado, apresentam os fundamentos de “uma nova base da ética governamental”.⁷⁷ Para o autor, a reflexão ética desenvolvida por Tomás de Aquino é a matriz da concepção moderna de “arte de governo”, entendida como o esforço do “bom governante” em compreender as condições práticas da realidade na qual ele exerce seu poder e agir de acordo com as condições apresentadas pelas circunstâncias.

O discurso da disciplina cede então o lugar ao discurso da arte: nascimento propriamente dito da arte de governar, os príncipes sendo investidos, nessa nova economia natural, da plenitude do *regimen*. Longe portanto de o pensamento medieval completar-se e resumir-se na obra de Tomás, ele sofre nesta uma mudança que o desliga da sombria obseção da carne rebelde e o orienta para o inventário industrioso das positivities terrestres.⁷⁸

Para Senellart, a novidade da argumentação tomista já pode ser identificada no tratado “*De Regno*”, que é um texto “tipicamente medieval por inúmeros aspectos, revelando, porém, um novo estilo de reflexão política”. Tomás de Aquino teria, então, ainda segundo as considerações de Senellart, tratado a função real de uma forma distinta da tradição consagrada na época, que era baseada nos escritos de Isidoro de Sevilha.⁷⁹

Servindo-se da forma convencional dos *Specula*, Tomás de Aquino modifica suas articulações internas a fim de deslocá-la de uma economia punitiva da disciplina a uma economia diretiva do governo. Passagem de um mundo oprimido pela catástrofe da queda a um mundo ordenado em uma hierarquia de fins. É essa *order finium* que Maquiavel irá rejeitar, mas esse gesto, em seu corte, prolongará a passagem efetuada por Tomás de Aquino à condução dos negócios humanos.⁸⁰

Ao formular a sua interpretação nesses termos, Senellart questiona a rigidez com a qual Maquiavel costuma ser definido como o fundador da ciência política

⁷⁷ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 167.

⁷⁸ Ibidem. p. 172.

⁷⁹ Ao escrever sobre as relações entre os poderes temporais e religioso, Isidoro de Sevilha, nas suas “Etimologias”, que costuma ser considerada a primeira enciclopédia da tradição cristã, argumentou que é “na incapacidade da fala que residia a necessidade do governo temporal, este sendo reparando pela força o fracasso da prédica” (p. 177). Isidoro de Sevilha, portanto, examinou o Estado a partir da sua natureza divina, tendo sido um dos principais responsáveis pela sistematização do conceito de “Monarquia Teocrática”. Ver RIBEIRO, D. V. **A sacralização do Poder Temporal: Gregório Magno, e Isidoro de Sevilha** In: SOUZA, José Antônio de C. R. (Org.). **O Reino e o Sacerdócio – O pensamento político na Alta Idade Média**, s/d. p. 91-112.

⁸⁰ Ibidem. p. 174.

moderna, tornando, assim, menos precisas as fronteiras que separam o medievo da modernidade. O que mais me interessa nos estudos de Michel Senellart é a sua análise a respeito da *prudentia regnativa*, que é um dos principais temas abordados por Tomás de Aquino na “*Suma Teológica*”, “que deslocou para o terreno empírico um certo número de temas edificantes, o que levou ao reconhecimento de uma relativa autonomia da prática governamental”.⁸¹ O autor está sugerindo, portanto, que Tomás de Aquino, de forma relativamente inédita, sistematizou uma reflexão política baseada nos princípios práticos do ato de governar e não na idealização teológica transcendental, como era feito até então.

Tomás estabelece uma distinção entre o *regimen*, como princípio constituinte da sociedade, e a *gubernatio*, como aplicação concreta das técnicas diretivas e a análise que ele oferece da prudência dos reis na *Suma Teológica*, demonstram uma atenção nova às realidades práticas e contingentes.⁸²

As próprias palavras de Tomás de Aquino confirmam a interpretação de Senellart, na medida em que sugerem o compromisso com a razão prática, com uma perspectiva empírica da realidade, para manter a formulação que está sendo tão importante para a reflexão que venho desenvolvendo neste artigo: “A arte e a prudência [concernem] às realidades contingentes, mas a arte tem por objeto as coisas que se fazem (*factibilia*), isto é, constituídas em uma matéria exterior, como uma casa, uma faca e coisas semelhantes, e a prudência, as ações (*agibilia*), as quais têm sua existência no próprio agente”.⁸³

Ao definir a *prudentia* desta forma, Tomás de Aquino estava seguindo Aristóteles, naquilo que refere ao elogio da “virtude específica que permite ao homem, nas coisas contingentes, atingir racionalmente seus objetivos”.⁸⁴ Essa apropriação somente foi possível, ainda de acordo com os estudos de Senellart, em virtude de um intenso movimento de redescoberta do *corpus* aristotélico, que resultou, a partir do século XII, na publicação de diversas traduções dos textos do filósofo grego, empenho que encontrou em Tomás de Aquino um dos seus principais entusiastas. Entre os textos que foram redescobertos nesse momento,

⁸¹ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 189.

⁸² Idem.

⁸³ AQUINO, Tomás de. *apud* SENELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006. p. 192.

⁸⁴ Idem.

Senellart destaca o “Ética a Nicômaco”, que, como sabemos, foi onde Aristóteles deu os contornos mais claros à sua concepção de *phronesis*. Essa discussão a respeito da capacidade de cálculo prudencial do “bom governo” continuaria sendo desenvolvida pelos autores que, posteriormente, seriam fundamentais para a consolidação da tradição republicana.

Em um estudo dedicado à concepção de “bom governo” desenvolvida nos escritos de Francesco Guicciardini, o historiador brasileiro Felipe Charbel Teixeira afirmou que o autor florentino buscou

equilibrar e conciliar os valores fundamentais do *bom governo* com a defesa dos preceitos empíricos da *arte do estado*, de modo a ressaltar a possível complementaridade entre ações estratégicas que busquem resultados eficientes e os valores fundamentais, coletivamente compartilhados e estabelecidos, de uma República bem-ordenada: em suma, um melhor governo possível.⁸⁵

Existe no pensamento político republicano de Guicciardini, segundo o intérprete brasileiro, a mesma percepção que quatrocentos anos mais tarde se faria presente, também, nos textos de Eduardo Prado: o bom governo não é aquele que resolve todos os impasses da sociedade, mas sim aquele que, dentro das limitações impostas pelas circunstâncias, faz o melhor possível. Da mesma maneira como Senellart atribuiu à *prudentia* tomista a herança da *phronesis* aristotélica, Felipe Charbel situa o “olhar agudo e penetrante”, que Guicciardini acreditava ser fundamental para a prudência governativa, na esteira da “filosofia prática aristotélica”, argumentando que, “na busca do equilíbrio entre uma moral ideal e as possibilidades efetivas do agir, Aristóteles parte da observação dos próprios desígnios que os agentes se impõem, de suas condutas e motivações, no sentido de delimitar os bens por eles almejados”.⁸⁶

Os estudos de Gadamer sobre a *phronesis* aristotélica, de Senellart sobre a *prudentia* tomista e de Felipe Charbel sobre a teoria republicana do bom governo apontam para a existência de uma importante tradição político/epistemológica no pensamento ocidental. Essa tradição teve vida longa, chegando até o século XIX,

⁸⁵ SILVA, Felipe Charbel Teixeira da. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325- 349, 2007. p. 328.

⁸⁶ Ibidem. p. 329.

quando foi apropriada por Eduardo Prado. Por isso, e é esse argumento que estou tentando sustentar neste artigo, a semelhança entre os escritos de Eduardo Prado com os textos de autores como Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Tomás de Aquino, Maquiavel e Guicciardini é tão perceptível. Essa semelhança não é nada fortuita, sendo, ao contrário, o resultado do diálogo do autor com a tradição retórica que delineou a arena da política como o lugar do conhecimento prático, do cálculo circunstancial, e não das idealizações abstratas, como propuseram os sistemas filosóficos modernos, como o iluminismo, o positivismo e o marxismo.

Conclusão

Neste texto, meu esforço foi o de visitar a extensa obra de um dos mais importantes escritores brasileiros do final do século XIX. Como não seria possível uma apreciação mais global dos escritos de Eduardo Prado, optei por um recorte temático, que, como o leitor pôde perceber ao longo dessas trinta páginas, priorizou o tratamento que ele deu ao tema da retórica. Outros recortes temáticos seriam possíveis. Por exemplo, em 1893, foi publicado o livro “A Ilusão Americana”, certamente um dos mais conhecidos de toda a bibliografia eduardiana. Nesse texto, Prado examina a história das relações internacionais americanas ao longo do século XIX, com o objetivo de criticar a “Doutrina Monroe”, segundo a qual a diplomacia republicana estreitava os laços com os EUA. Se o meu esforço de análise tivesse estado concentrado nesse livro, seria possível ter examinado como Prado abordou o tema da temporalidade, da crítica historiográfica ou da relação entre o republicanismo moderno e as virtudes políticas clássicas.

Nos tempos da faculdade de direito, em 1881, Prado, junto com Raul Pompeia, Afonso Celso e Assis Brasil, dirigiu um pequeno jornal estudantil chamado “A Comédia”.⁸⁷ Se tivesse me debruçado sobre esse periódico, seria possível compreender como Eduardo Prado mobilizou valores constitutivos do repertório do direito natural, o que demonstra como a sua adesão ao conservadorismo moderno somente pode ser percebida com mais clareza a partir

⁸⁷ O jornal “A Comédia” foi um periódico formado por jovens escritores, como, por exemplo, Raul Pompeia, Afonso Celso e Assis Brasil, sendo, nas palavras de Brito Broca, “uma espécie de laboratório para escritores que teriam destaque na vida literária brasileira do final do século XIX”. Com uma tiragem pequena, o jornal circulou por apenas um ano, sendo Eduardo Prado, que em uma referência direta ao Partido Conservador inglês assinava seus textos com o pseudônimo *Tory*, um dos seus redatores e escritores mais participativos. Ver BROCA, Brito. **A Vida literária no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 79.

do final da década de 1880. São, portanto, várias as possibilidades de analisar uma produção tão extensa como a de Eduardo Prado. Como já comentei em outros momentos deste artigo, explorei esses e outros aspectos do pensamento político desse autor na minha tese de doutorado.

Aqui, neste trabalho, estive interessado, especialmente, em compreender como Prado utilizou os valores da tradição retórica no seu esforço de interpretar a realidade nacional. Em um momento no qual a política e a sociedade brasileiras passavam por profundas transformações, Eduardo Prado se mostrou um importante ator político, tendo sido protagonista tanto nas disputas entre os Partidos Liberal e Conservador, nos últimos anos da Monarquia, como nos conflitos entre monarquistas e republicanos, nos primeiros anos da República. Ao se manifestar publicamente, Prado, entre outras coisas, definiu o bacharelismo como a causa maior dos infortúnios da nação. Para o autor, o bacharelismo se caracterizava pela retórica vazia, adornada e sem compromisso com a realidade prática, diferente da retórica clássica, essa sim, prudente, adequada, de estilo sóbrio e voltada à ação pública efetiva. O que estava em jogo para Eduardo Prado, portanto, era o delineamento de certa proposta de atuação discursiva e, principalmente, de homem público.

O Brasil, para Eduardo Prado, precisava de líderes aptos a compreender os verdadeiros dilemas da nação e de atuar no sentido de resolvê-los, o que envolveria, também, a capacidade de performance retórica verdadeiramente virtuosa, entendendo o termo à luz de autoridades clássicas como Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Ainda hoje, quando mais de cem anos nos afasta do cenário no qual Eduardo Prado escreveu, o seu diagnóstico parece ser algo coerente.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

ARISTÓTELES. **Organon IV. Les réfutations sophistiques.** Trad. et notes par J. Tricot. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1939.

_____. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Nova Cultura, 1991.

BARRETO, Luís Pereira. **O Estado de São Paulo.** 25 de abril de 1901.

BUCKLE, Henry Thomas. **History of civilization in England (vol. I)**. London: Longmans, Green and C.O., 1908.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**.

CÍCERON. **De oratore**. Madri: Gregos, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global, 2004.

GAZEAU, Alfred. **Catalogue de la bibliothèque de Eduardo Prado**. São Paulo: Typ. Brasil de Rotschilld e Cia, 1916.

PRADO, Eduardo. **Jornal Correio Paulistano**. 27 de Janeiro de 1882.

___ . **Viagens**. São Paulo. Tipografia Salesiana: 1902

___ . **Jornal Correio Português**. Abril de 1888.

___ . **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

___ . **Jornal A Bomba**. 09 de novembro de 1894.

___ . **Revista Moderna**. 05 de outubro de 1897.

QUINTILIANO. **Instituta Oratoria**. Michigan: Michigan Univesty Press, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. Brasilia: UNB, 1997.

TORRES, Alberto. A organização nacional. **Revista Trimestral do Instituto Histórico do Brasil**, n. 11, 3º tri. 1908.

Bibliografia específica:

ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 85, p. 131-148, nov. 2009.

ANDRADE, Miranda. **Eça de Queiroz e a Revista de Portugal**. 1 ed. Lisboa: Revista Ocidente, 1984.

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da Nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Vida literária no período de Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. *In*: SILVA, Fernando Teixeira; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: UNESP, 2003. p. 83-105.

BROCA, Brito. **A Vida literária no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CARVALHO, Helde Buenes Aires de. **Tradição e racionalidade na filosofia de Alasdair MacIntyre**. São Paulo, Unimarco, 1999.

__. Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais de pesquisa racional. *In*: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2^a ed. Petrópolis, Vozes, 2001. p.31-64.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a Retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p. 123-152, 2000.

FELGUEIRAS, Carmen Lúcia Tavares. **O Futuro e suas Ilusões. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e Eduardo Prado**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999.

FILHO, Cândido Mota. **A Vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GENETTE, Gérard. A retórica restrita. *In*: COHEN, Jean (Org). **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 15-34.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica e discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul/dez. 2013

IZECKSOHN, Vitor. **O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KLEIN, Robert. La théorie de l'expression figurée dans les traités italiens sur les imprese, 1555-1612. *In*: __. **La forme et l'intelligible**. Paris: Gallimard, 1970.

LEONZO, Nancy. **A historiografia antirrepublicana: a obra de Eduardo Prado**. São Paulo: USP, 1993.

LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. *In*: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. **O Brasil Imperial**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009. v. 3.

LEVI, Darrel E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LIMA, Luís Magalhães. **L'Oeuvre Internationale**. Paris: Giard & Brière, 1897.

- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). *In*: NUNES, Gabriela; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de Quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Loyola
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MCCAM, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O conservadorismo de Eduardo Prado: a combinação dos repertórios antigo e moderno do pensamento político ocidental (1879-1901)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2015.
- PAGANO, Sebastião. **Eduardo Prado e sua época**. São Paulo: O Cetro, 1967.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da república**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, D. V. A sacralização do Poder Temporal: Gregório Magno, e Isidoro de Sevilha. *In*: Souza, José Antônio de C. R. (Org.). **O Reino e o Sacerdócio – O pensamento político na Alta Idade Média**, s/d. p. 91-112.
- RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.
- _____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. **A História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1973.
- SEHELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: 34, 2006.
- SILVA, Felipe Charbel Teixeira da. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. **Dados- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325- 349, 2007.

SKINNER, Quentin. **Razão e República na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1999.

STRAWSON, Galen. **Mental Reality**. Nova York: Library of Congress, 1994.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n. 1150, ap. 906.
Rio de Janeiro- RJ. CEP: 22.060-002.
Brasil.

NOTÍCIAS DE ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS ITALIANAS NA IMPRENSA DE CAXIAS DO SUL/RS E JUIZ DE FORA/MG (1880 - 1914)

Maysa Gomes¹
Universidade FUMEC/MG e UFMG

Terciane Ângela Luchese²
Universidade de Caxias do Sul/RS

Recebido: 26/02/2016 Aprovado: 10/05/2016
--

Resumo: Este estudo discute a inscrição social das escolas étnicas italianas nas cidades de Caxias do Sul, RS e Juiz de Fora, MG. Nosso objetivo é analisar e compreender a promoção da escolarização de crianças filhas de imigrantes no contexto de grupos sociais distintos. Consideramos as relações sociais oriundas da vida dos imigrantes e investigamos como estes elementos se relacionam com a construção de um processo educacional escolar e cultural a partir das notícias publicadas nos jornais. Selecionamos alguns aspectos presentes nos impressos pesquisados tais como: a organização, os professores e sua formação, bem como os rituais, a exemplo das festividades decorrentes de datas comemorativas e dos exames escolares, para o período de 1880 a 1914, período mais intenso de investimentos nesse tipo de organização escolar. Tomamos como referencial teórico a História Social e Cultural, e, metodologicamente, efetivamos a análise documental principalmente de jornais como *O Cosmopolita* (Caxias do Sul) e o *Jornal do Comércio* (Juiz de Fora) além de outras fontes. Pensar como eram dadas a ver as escolas italianas em dois espaços geográficos diferenciados, comparando-os, torna-se relevante para compreendermos as singularidades e as interlocuções dos processos históricos educacionais.

Palavras-chave: Escolarização; Sociedade; Imprensa; Escolas italianas; Etnicidade.

NEWS ABOUT ETHNIC ITALIAN SCHOOLS AND ASSOCIATIONS IN THE PRESS OF CAXIAS DO SUL/RS AND JUIZ DE FORA/MG (1880 - 1914)

Abstract: This study discusses the social position of Italian ethnic schools in the cities of Caxias do Sul, RS and Juiz de Fora, MG. Our aim is to analyze and understand the promotion of immigrants' children school attendance in the context of different social groups. We consider social relations originated from immigrants' life and we investigated how these elements relate to the fact of building an educational schooling and cultural program from news published on newspapers. We selected some present aspects in researched printed material such as: organization, teachers, and their education, as well as rituals; for example, parties due to commemorative dates and school exams during the period from 1880 to 1914. This period is particularly intense in investments in this kind of school organization. We considered as theoretical reference Social and Cultural

¹E-mail: maysa@fumec.br.

²E-mail: taluches@ucs.br.

history, and, methodologically, we did the analysis of documents, mainly of newspapers as *O Cosmopolita* (Caxias do Sul) and *Jornal do Comércio* (Juiz de Fora) apart from other sources. To think about how Italian schools were shown in two different geographic spaces, comparing them to each other is relevant to understand singularities and interlocutions of historic educational processes.

Keywords: School attendance; Society; Press; Italian schools; Ethnicity.

Introdução

A presença italiana no Brasil, tema de diversos trabalhos, ainda resguarda inúmeras possibilidades e perspectivas de estudo, dada a sua importância e influência nos cotidianos locais. Neste contexto, as cidades que acolheram imigrantes tornaram-se lugares plurais, onde as diferentes culturas se mesclavam. Nesta pluralidade da vida, diferentes espaços - sociais, culturais e escolares - eram compartilhados e anunciados em jornais. Assim aconteceu em Caxias do Sul/RS e em Juiz de Fora/MG.

No Rio Grande do Sul, a chegada de imigrantes italianos ocorreu intensamente a partir de 1875. A maioria estabeleceu-se em colônias, criadas pelo governo provincial em áreas de terras 'devolutas', sendo uma das mais importantes, a Colônia Caxias (depois, município de Caxias do Sul). Nessas colônias, tudo estava por fazer, mas a colonização foi breve e o crescimento intenso. Já em Minas Gerais, a vinda de imigrantes italianos apresentou outra dinâmica, a exemplo de Juiz de Fora, que em fins do século XIX era um centro político, industrial e comercial consolidado economicamente, com grande concentração populacional. Além de abrigar a hospedaria de imigrantes, acumulou experiências de movimentos comerciais, industriais, operários, uma significativa concentração de imigrantes em sua área urbana com suas respectivas organizações que tinham vínculos com a instrução.

Objetivamos, assim, analisar e compreender a promoção da escolarização de crianças filhas de imigrantes italianos no contexto de grupos e circunstâncias sociais distintas, bem como suas relações com a construção de um processo educacional escolar e cultural. Nossa principal fonte de pesquisa são as notícias publicadas nos jornais *O Cosmopolita* (Caxias do Sul) e o *Jornal do Comércio* (Juiz de Fora), além de outras fontes complementares. Buscamos os aspectos constitutivos do modo como essas escolas se constituíram e foram apresentadas,

principalmente sua organização e as festividades decorrentes de datas comemorativas e dos exames escolares. O recorte temporal da análise se estende de 1880 a 1914, período mais intenso de investimentos nesse tipo de organização escolar.

As abordagens sobre os processos educacionais efetivados no contexto da História Social e Cultural trazem a marca da ampliação das fontes e das temáticas viabilizando a reflexão sobre a educação como uma prática social. Destacam a necessidade de estender o olhar sobre a história da educação ampliando as perspectivas analíticas para contextos diferenciados em que a educação se desenvolve. Assim sendo, ampliar o conceito de educação, principalmente nos trabalhos em história da educação, considerando-a como prática social vivenciada de diversos modos por grupos sociais distintos ao longo da história, se torna fundamental. Essa ampliação permite buscar as experiências educacionais produzidas por diversos grupos sociais na socialização de indivíduos cujo contexto educativo auxilia na compreensão do sistema escolar. Como alerta Demartini

É necessário captar as diferenciações sociais existentes e como os problemas educacionais são vivenciados e representados por cada grupo para escaparmos de leituras lineares dos vários períodos que esquecem que somos desde nossas origens uma sociedade multifacetada, extremamente hierarquizada e tratam a população brasileira como se fosse um grupo homogêneo.³

Esta sociedade multifacetada abrigou os diversos segmentos da população *nacional* e também grupos de *estrangeiros* ou *imigrantes*, que no seu interior estabeleceram relações complexas e muitas vezes contraditórias. Quando consideramos a educação como prática social, devemos levar em conta a distinção social do imigrante e suas manifestações, bem como as relações estabelecidas pelos diferentes grupos de imigrantes entre si e com a sociedade, inclusive na conformação dos quadros de sua educação.

Os problemas educacionais e a atuação do Estado explicitam diversas vivências e representações construídas pelos grupos sociais. As diferentes formas

³ DEMARTINI, Zeila de B. F. Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, L. (Org.) **História e História da Educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 65 - 78. (Coleção Educação Contemporânea). p. 71.

de educar ou de partilhar de uma educação oficial foram características de grupos sociais como negros e imigrantes,⁴ que culminaram, muitas vezes, na criação de outras formas paralelas de instrução ou em uma inserção diferenciada na escola pública.

Diante destas demarcações, observamos que as publicações na imprensa sobre a instrução, principalmente no *O Cosmopolita* e no *Jornal do Comércio*, se constituem em uma série documental e uma fonte para a história da educação. Concordamos com Faria Filho⁵ no sentido de que "nos jornais encontramos como que 'um retrato em branco e preto' da realidade".⁶ Isso vale tanto para o Império quanto para a República.

Embora saibamos das distinções que se apresentam no caráter da forma e das ideias veiculadas pela imprensa, também não desconhecemos a participação e defesa de diferentes interesses, muitas vezes antagônicos. A publicação de dados, matérias, descrições, enfim, informações sobre a instrução constituem uma fonte essencial às construções históricas, especialmente para a educação. Isso torna os jornais uma fonte privilegiada pela periodicidade e regularidade de sua publicação, como no caso dos jornais analisados. Como ainda expõe Faria Filho,

Também aqui, como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.⁷

Metodologicamente, efetivamos a análise documental dos jornais e procuramos também as informações contidas na legislação e em relatórios e mensagens dos presidentes de Províncias e Estados, bem como em relatórios consulares.

⁴ Sobre a escolarização de imigrantes italianos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, consultar, respectivamente, Gomes (RODRIGUES, Maysa Gomes. **Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2009.** 401 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.) e Luchese (LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: UCS, 2015.).

⁵ FARIA FILHO, L.M. de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: ARAÚJO, J. C. de S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 133-150.

⁶ Ibidem. p. 134.

⁷ Idem.

O fenômeno emigratório italiano precisa ser visto na conjugação de elementos políticos, econômicos e culturais que promoveram tal processo. A entrada de imigrantes no Brasil, durante o século XIX, também estava relacionada com o processo de modificação e modernização das estruturas sociais e econômicas vigentes no período. Entretanto, transformações mundiais e internas anunciavam novas necessidades, entre elas, a entrada de estrangeiros europeus e o fim da escravidão. Neste contexto histórico mais amplo encontravam-se Caxias do Sul, Juiz de Fora e suas diferentes experiências sociais. Enquanto em uma temos processo de colonização de terras “devolutas” e o incentivo à agricultura, noutra, a presença do imigrante é relacionada a atividades urbanas. Pensar como eram dadas a ver as escolas italianas nestes espaços geográficos diferenciados, comparando-os, permite compreender as singularidades e as interlocuções dos processos históricos educacionais.

1. Caxias do Sul (RS), imigrantes italianos, sociedade e imprensa

A vinda de imigrantes para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi incentivada, durante o século XIX, como já referido, pelo governo imperial e provincial, com o objetivo de povoar as terras devolutas, bem como motivar a produtividade agrícola. Ao findar o século XIX, os italianos constituíram a maioria dos imigrantes que ingressavam Província. Recebendo terras na encosta da serra, tiveram como único auxílio garantido o lote vendido a crédito. O ideal de imigrante para as autoridades gaúchas era o agricultor casado, o qual, com mais facilidade, estabelecer-se-ia definitivamente e passaria a produzir para sustentar a família. No caso da colônia Caxias, fundada e colonizada a partir de 1875, o solo não era considerado dos mais férteis, mas possibilitava o cultivo de cereais.⁸ Ao chegarem em seus lotes, as famílias iniciavam de imediato a tarefa de construir um abrigo temporário e desmatavam uma área próxima para o início do cultivo. Estudando a formação econômica da região colonial, especialmente a de Caxias, Giron afirma que

[...] os produtores diversificavam suas atividades, dada a ausência inicial de dinheiro para o consumo, passando a produzir nas colônias os bens

⁸ RELATÓRIO DO MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1876.

necessários para a sua sobrevivência, pequenos artesanatos [...] surgiram em todas as linhas e núcleos coloniais. O mesmo colono podia ser agricultor e sapateiro [...].⁹

Ocupados os lotes principais das linhas e travessões, em 12 de abril de 1884, através do Decreto nº 9182 a colônia Caxias foi elevada à condição de povoação comum e passou a ser administrada pelo município de São Sebastião do Caí, como distrito. No relatório do Ministério da Agricultura de 1888, a sede da Colônia Caxias é descrita como um local de grande prosperidade. A povoação de Santa Tereza de Caxias tinha o aspecto de uma cidade que se edificava e reedificava. A velha e primitiva casa de tábuas rachadas cedia espaço às construções mais aperfeiçoadas de madeira serrada, aplainada, falquejada, pintada e decorada; e esta, por sua vez, era substituída por modernas casas de pedra e cal, de tijolo, mista de madeira e pedra ou madeira e tijolo; a telha substituía o zinco, que havia substituído as tabuinhas (*scândoles*). Aos domingos, afirmava o relator, realizavam-se festas e milhares de pessoas, vindas da colônia e de fora (de cima da Serra, de São Sebastião do Caí e de outras localidades) animavam o povoado. Abria-se o teatro à noite e as bandas de música percorriam as ruas; os cafés, botequins, hotéis regozijavam; nos mercados vendiam-se os produtos do pombal, da leiteria, do pomar, da lavoura e os da pequena indústria - chapéus de palha, cadeiras rústicas, entre outros. Produtos como o vinho, os sacos com cereais, as aves, os ovos, os laticínios, o trigo, as viandas de gado suíno e de outros rebanhos, salames, salsichas, gêneros importados, de barro, obras de ferro feitas na colônia, rodas de fiar, fusos, obras de vime, trabalhos de indústria doméstica feminina, miudezas, produtos de diferentes espécies, tudo ali era vendido, trocado ou comprado. Era a feira. Na sede podia surgir uma ou outra alteração, mas, no geral, tudo se passava em paz e boa ordem, indo o feirante acabar o dia a dançar em seu travessão, ao som de uma gaita ou outra música barata e fácil de obter.¹⁰ O comércio não fechava aos domingos pela manhã e muitos colonos afluíam para a vila para assistir à missa, aproveitando para fazer também seus negócios.

Após a Proclamação da República, considerando as pressões e insatisfações

⁹ GIRON, Loraine. A formação econômica regional. **Enfoque - revista da Fundação da Região dos Vinhedos**, Bento Gonçalves, n. 63, p. 18 – 27, dez. 1986. p. 12

¹⁰ RELATÓRIO DO MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1888. p. 75.

de comerciantes e industrialistas da Região Colonial Italiana, o General Candido José da Costa, Presidente da Província, elevou pelo Ato 257, de 20 de junho de 1890, a freguesia de Santa Tereza de Caxias a município, com a denominação de Caxias.

Importante salientar que a criação do município, o processo crescente de urbanização e industrialização promoveram melhorias nas estradas, construção de pontes e pontilhões, aberturas de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização de códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável, recolhimento de lixo e dos cabungos. Assuntos como higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos encaminhados. Em 1895, foi instalado o telégrafo. Em 08 de julho de 1901 foi fundada a Associação Comercial de Caxias. Em 1906, a instalação da rede telefônica; em 1910, a construção da ferrovia ligando o município à capital; em 1913 chegou a energia elétrica. Surgiram bancos, clubes e cinemas... O isolamento regional começava a ter fim e o crescimento industrial, no período de 1913 a 1920, somado com as condições mundiais pós Primeira Grande Guerra, mudaram em definitivo a paisagem de Caxias. Na promoção dos produtos coloniais, foram organizadas exposições, como a Exposição Agropecuária de Caxias (1912) e a Exposição Agrícola e Industrial de Caxias (1913), com amostras de produtos de todos os municípios vizinhos. Eram o germe da Festa da Uva.

Com relação à imprensa, em Caxias circulavam jornais e periódicos como o *La Tribuna* e *La Patria de Roma* e aqueles impressos em São Paulo como o *Il Corriere della Domenica*, *La Tribuna Italiana* e *Il Fanfulla*, como relatou o professor e agente consular Humberto Ancarini em 1904.¹¹ Mas as tipografias locais não tardaram a surgir, com a produção de jornais e pasquins, impressos em italiano ou com sessões em dialeto e português e com finalidades diferenciadas, circulando intensamente no município e região. O primeiro jornal foi *O Caxiense* impresso em outubro de 1897, vinculado ao Partido Republicano e, como muitos outros que

¹¹ ANCARINI, Humberto. Relatório: A colônia italiana de Caxias, Rio Grande do Sul, Brasil, 1905. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A Itália e o Rio Grande do Sul**. IV. Porto Alegre: EST, 1983. p. 58.

surgiriam, teve vida efêmera. Em janeiro de 1898, surgia o *Il Colono Italiano*, como resposta católica ao jornal *O Caxiense*, considerado veículo de informação dos maçons. As disputas políticas, religiosas e culturais marcaram presença nas páginas dos jornais e pasquins que circularam. Dentre esses, um dos jornais desses primeiros tempos que perdurou um pouco mais e atingiu considerável tiragem foi *O Cosmopolita*. De propriedade de Maurício Nunes de Almeida, assumia-se, já na capa, como 'órgão defensor dos interesses da colônia' e iniciou com tiragem de mil exemplares.

É nas páginas de *O Cosmopolita* que foram publicadas diversas matérias sobre as escolas vinculadas à Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles. Em outros periódicos, as notícias também circulavam, mas em quantidade bem mais restrita. Assim, é importante considerar que uma forma de associação comum entre os imigrantes foi a criação das sociedades de mútuo socorro que ofereciam, de modo geral, proteção aos integrantes. Os nomes das sociedades lembravam algum herói italiano ou membro da Casa Real da Itália. Buscavam difundir o sentimento de italianidade com a comemoração das datas nacionais italianas, o culto à memória da família real e dos heróis da península, as campanhas para a arrecadação de donativos enviados para a Itália, a escolarização e a prestação de auxílio aos associados.

Em Caxias, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles foi fundada em 1887, com o intuito de manter o prestígio da coletividade italiana e o 'bom nome da Itália', a cultura do sentimento patriótico, prestando aos associados auxílio material e moral. Possuía sede própria com escola italiana e outros espaços para conversa e estudo, para recreação e discussão. Em 1925 eram cerca de 400 sócios e promoviam anualmente festividades de integração e comemoração de aniversário,¹² que podem ser entendidas com as funções de intermediar e preservar os laços com a pátria de origem - *italianità*.

¹² CROCETTA, Benedetto. Un cinquantennio di vita coloniale. In: **Cinquantenario della colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875 - 1925**. 2ª ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p. 357 - 462 (fac-símile de 1925). v. 1. p. 376; 377.

1.1. Educação e escolas

Em Caxias e região, os imigrantes e descendentes tiveram acesso a três tipos principais de escolas: as escolas públicas (municipais e estaduais), as confessionais e as escolas étnico-comunitárias. No caso das últimas, elas surgiram pela necessidade e absoluta ausência de iniciativas em maior número, nos primeiros anos, por parte do poder público. Diferenciam-se já que as escolas étnico-comunitárias rurais eram aulas em que a pessoa da comunidade que 'mais sabia' assumia a docência, ensinando as noções básicas de escrita, leitura e cálculo. E, na maioria dos casos, o catecismo. Já aquelas localizadas na área urbana, em geral, foram resultado do empreendimento das Sociedades de Mútuo Socorro. Com relação às escolas, em 1908, descreveu o cônsul De Vellutis

Nos centros urbanos e nas sedes das colônias rurais, essas escolas são mantidas pelas Associações Italianas ou melhor, surgem sob seus auspícios. No mínimo, são as associações que fornecem o local e os móveis e utensílios necessários. Nas colônias, entre as linhas que não contam com escolas brasileiras, os nossos compatriotas procuram sustentar as próprias custas, uma pequena escola para seus filhos, confiando-a a algum colono mais instruído do lugar. Existem também algumas associações de fabriqueiros de várias capelas das linhas que se esforçam em manter abertas pequenas escolas italianas. Em geral, pode-se afirmar, com certa satisfação que, os nossos compatriotas têm amor à sua escola italiana. Mas os sacrifícios que eles fazem não são suficientes e tem que lutar com grandes dificuldades para conceder uma remuneração para eles sempre pesada, aos professores que são mais pobres do que eles. Afora poucas, a maior parte das nossas escolas tem uma vida difícil. Elas atravessam, enfim, neste momento um período muito crítico. Por um lado, a crise econômica, agravada pelas recentes calamidades, colocou muitos colonos numa situação de miséria. Por outro lado, soma-se a isso a invasão de congregações francesas que, expulsas de seu país, vieram refugiar-se nesse Estado, instalando nas colônias escolas para ambos os sexos, as quais fazem grande concorrência às nossas, porque admitem gratuitamente alunos pobres, cobrando apenas dos que podem pagar.¹³

De Vellutis sinaliza para as dificuldades das escolas ditas italianas e para o trabalho ali realizado. O ensino era em italiano (em geral dialetos como o vêneto) e, em alguns períodos, as escolas receberam material didático do Governo Italiano. Ressalta-se que os imigrantes falavam os dialetos maternos de suas respectivas

¹³ DE VELLUTIS, Relatório do Cav. Francesco. Régio Cônsul de Porto Alegre. **O Estado do Rio Grande do Sul e a Crise Econômica durante o último quinquênio**. Fevereiro de 1908. p. 348; 350.

regiões de origem, conheciam mal o italiano, o que, de certa forma, dificultava, inicialmente, o uso dos livros didáticos.

Entre os anos de 1891 e 1896, assumiu como agente consular, em Caxias do Sul, Domenico Bersani, tendo sido também Inspetor Escolar oficial das escolas de língua italiana existentes nas léguas que constituíam Caxias.¹⁴ A importância do professor como elemento de ligação entre os imigrantes, a cultura e língua italianas foi reconhecida pelo governo da Itália que, no final do século XIX, designou o professor-agente, com o objetivo de fazer a ligação entre os imigrantes e as autoridades consulares italianas.¹⁵ Umberto Ancarini e Luigi Petrocchi foram professores e agentes consulares enviados da Itália para Caxias e Bento Gonçalves. Bagé, Porto Alegre e Alfredo Chaves foram municípios que também receberam professores com formação e que assumiam a tarefa de agentes consulares, concomitantemente. Coube ao Cônsul Ciapelli coordenar os primeiros anos de trabalho dos professores e agentes consulares locais. Tal situação foi fartamente anunciada no jornal *O Cosmopolita*:

O nosso amigo José Chiaradia, presidente da sociedade Operária Príncipe de Nápoles, recebeu um ofício do Sr. Agente Consular do Reino da Itália nesta vila, comunicando-lhe que já seguiu de Porto Alegre o Sr. Ancarini que aqui vem substituir aquele agente e exercer o cargo de professor a expensas do governo da Itália.¹⁶

Na mesma edição, mas publicado na seção italiana, anunciava-se novamente:

Provisão para nossas escolas coloniais. O Régio Ministério dos Fazeres Exteriores comunicou ao Cônsul Cav. Ciapelli que partiram para a Capital [Porto Alegre] o professor Ancarini e o Sr. Mantovani. Este será destinado para agente consular com o encargo de ensinamento em Alfredo Chaves. O professor Ancarini será destinado do Real Consulado para a colônia Caxias. O mesmo Ministério informou ao Cav. Ciapelli que decidiu enviar um professor para a escola de Bagé e um outro para a nova escola de Porto Alegre, dependente da União Meridional Vittorio Emanuele III. [tradução nossa].¹⁷

¹⁴ ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1864 - 1970**. 2ª ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971. p. 22.

¹⁵ DE BONI, Luís A. **Bento Gonçalves era assim**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: FERVI, 1985. p. 71.

¹⁶ O COSMOPOLITA, 12 jun. 1904.

¹⁷ Idem.

O envio de diversos professores italianos para escolas mantidas por associações no Rio Grande do Sul é foi noticiado e celebrado como iniciativa especial. O professor Ancarini conhecia grego, francês e tinha formação. Ele chegou a ser premiado pela publicação do livro *Novo Método para o Ensino da Língua Italiana* (para alunos gregos). O livro fora escrito na época em que Ancarini atuara como professor de italiano em um ginásio na Grécia, antes de ser enviado para o Brasil. Um importante detalhe é que sua nomeação, inicialmente, era para atuar em Alfredo Chaves, mas chegado em Porto Alegre foi destinado pelo consulado para Caxias, “querendo aliar a importância do nomeado à do local.”¹⁸

No mês de julho de 1904, foram feitos vários anúncios pela Sociedade Príncipe de Nápoles acerca do funcionamento da nova escola italiana, sita em sua sede. Era destinada aos meninos e teria como professor principal Umberto Ancarini. Publicava, também, as disciplinas a serem ministradas:

A partir do endereçamento do Cav. Enrico Ciapelli, Cônsul da Itália, que tanto preza em seu coração a instituição das escolas italianas nas colônias do Rio Grande do Sul, o Governo Italiano aderindo também ao interesse da Sociedade Operária Príncipe de Nápoles que sempre procurou para instituir uma escola italiana em Caxias, que enviava como encarregado da dita escola o Prof. Cav. Umberto Ancarini. Se traz ao conhecimento dos habitantes desta vila que no próximo mês será aberta a Escola Italiana Masculina de grau inferior e superior na sede da sociedade anteriormente nominada, que com patriótico sentimento, é seu promotor. O ensinamento compreenderá das seguintes matérias: Língua italiana. Língua portuguesa. Língua francesa. História Italiana e Brasileira. Geografia. Matemática. Geometria. Desenho. Caligrafia. Canto. Ginástica e exercícios militares. As inscrições dos alunos serão recebidas todos os dias pelo Sr. Mario Marsiay secretário da Sociedade Príncipe de Nápoles.[tradução nossa].¹⁹

Ensino de 3 idiomas, desenho, canto, ginástica, exercícios militares, entre outras matérias. Portanto, um currículo muito diferente daquele das escolas italianas rurais. Cabe ressaltar que Ancarini dava aula para os meninos e esposa, Iró Ancarini para as meninas. Esse fato também foi anunciado pelo jornal *O Cosmopolita*: “[...] escola privada italiana feminina, foi aberta em sua própria residência pela senhora Iró Ancarini, e conta já, após 3 meses, com 18 alunas,

¹⁸ O COSMOPOLITA, 26 nov. 1904.

¹⁹ O COSMOPOLITA, 17 jul. 1904.

pertencentes às melhores famílias locais”.²⁰

A escola mantida pela sociedade cobrava mensalidade, mesmo dos filhos dos associados. Os valores a serem pagos, os diferentes graus de ensino e, novamente o currículo, foram noticiados:

Sociedade Operária de M. S. P. de Nápoles - A Sociedade traz ao conhecimento dos sócios e dos habitantes de Caxias que no dia 8 de agosto próximo será aberta a Escola Masculina, dirigida pelo Prof. Cav. Umberto Ancarini. O ensinamento na dita escola será de grau inferior e superior compreenderá das seguintes matérias: Língua italiana, portuguesa e francesa - História Italiana e Brasileira - Geografia - Matemática - Geometria - Desenho - Caligrafia - Canto - Ginástica e exercícios militares. A taxa mensal a pagar-se é a seguinte: 1ª. Classe Elementar - Rs. 1\$500 por filho dos sócios e 2\$ para os não sócios. 2ª. Classe Elementar - Rs.1\$500 por filho dos sócios e 2\$ para os não sócios. 3ª. Classe Elementar - Rs. 2\$000 por filho dos sócios e 2\$500 para os não sócios. CURSO SUPERIOR - Preços a serem combinados com os pais segundo o curso. Quanto antes, será aberto um Curso Noturno para os adultos com ensino das seguintes matérias: língua italiana, gramática, aritmética e caligrafia. A taxa mensal pelo ensinamento, que será ensinado três vezes por semana, em dias que serão combinados, é de Rs. 2\$000; e para aqueles que desejam também aprender Desenho, a taxa será de Rs. 3\$000. As inscrições são recebidas todos os dias pelo Secretário da Sociedade. Caxias, 26 de julho de 1904. Giuseppe Chiaradia - Presidente. Mario Marsiay - Secretário. [tradução nossa].²¹

Além da aula diurna foi oferecida outra oportunidade para aqueles que desejassem se alfabetizar - o ensino noturno, para adultos. Chamam atenção, também, as matérias a serem ensinadas, incluindo o desenho e o ensino de três idiomas - o italiano, o português e o francês. Em início de agosto, a Sociedade publicou novamente anúncio sobre o Curso Noturno no *O Cosmopolita*.²²

Ancarini mostrou-se um professor dedicado já que mesmo em sábados e domingos não se privava de ensinar, oferecendo oportunidade para os adultos mais pobres, que desejassem aprender a ler. É no *O Cosmopolita* que localizamos o anúncio em que se dizia: “A Sociedade traz para o conhecimento dos sócios e não sócios que o prof. Cav. Umberto Ancarini nos dias festivos dará gratuitamente na sede social um curso de leitura de língua italiana para os adultos”.²³ Os anúncios e

²⁰ O COSMOPOLITA, 31 jul. 1904.

²¹ O COSMOPOLITA, 31 jul. 1904.

²² O COSMOPOLITA, 06 ago. 1904.

²³ O COSMOPOLITA, 27 ago. 1904.

a diversidade de possibilidades poderia incitar a interpretação de que o Professor Ancarini estivesse encontrando dificuldades em amearhar alunos para suas aulas. Mas é o próprio Ancarini, em relatório de 1905, que narra que “[...] na vila abriu-se há oito meses uma escola masculina italiana, com sede na Sociedade Príncipe de Napoli, contanto atualmente com 25 inscitos”.²⁴ E, no mesmo relatório, registrou observações pessoais sobre a instrução na Região, especialmente em Caxias. Segundo ele, o governo do Estado provia o melhor que podia a instrução nos municípios. Eram mantidas 20 escolas mistas, dispersas pelas diversas linhas, frequentadas por alunos que não distassem mais de meia hora a cavalo do local da escola. O município de Caxias mantinha outras 4 escolas rurais, onde ensinavam a língua portuguesa. Informava que a população escolar pública era, em média, de mil alunos e que o governo fornecia gratuitamente às escolas livros e material escolar. Ao visitar colonos nas diversas léguas, o referido professor falara com os mesmos e buscara persuadi-los da importância da escola. E constatou que

[...] muitos desejariam vivamente ter uma escola, dirigida por algum colono, para dar aos filhos um pouco de instrução. E não seria difícil encontrar nos diversos travessões alguém que se encarregasse do ensinamento do italiano, dando-se-lhe, naturalmente, uma pequena retribuição mensal, que seria paga pelos alunos. Seria preciso, também dar aos alunos um subsídio em livros, cadernos e penas e uma recompensa ao final do ano, a título de encorajamento.²⁵

Ancarini sugeriu que o governo italiano subsidiasse tais iniciativas, multiplicando a rede de escolas que ensinassem o italiano. Foi uma preocupação do professor a falta de proximidade nas relações, inclusive, comerciais da Itália com o “próspero estado sulino onde tantos compatriotas haviam se estabelecido e progrediam”.²⁶ Em tempos já passados, registrou Ancarini, teria havido muitas outras iniciativas de escolas italianas empreendidas pelos colonos, mas que tiveram vida breve, seja pela falta de apoio ou de material escolar.

Na prática, a expansão das escolas públicas, gratuitas e com ensino do português, aos poucos foi se sobrepondo e no caso de Caxias, em particular,

²⁴ ANCARINI, Humberto. Relatório: A colônia italiana de Caxias, Rio Grande do Sul, Brasil, 1905. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A Itália e o Rio Grande do Sul. IV**. Porto Alegre: EST, 1983. p. 57.

²⁵ Ibidem. p. 56.

²⁶ Ibidem. p. 57.

ganhando ênfase ao lado das escolas confessionais, em detrimento das escolas étnicas, que em 1910 já haviam, praticamente, desaparecido.

2- Juiz de Fora (MG): imigrantes italianos, sociedade e imprensa

A imigração oficial mineira, ou seja, subvencionada pelo Estado, teve a duração de doze anos no período imperial de 1867 - 1879, conforme descreve Monteiro.²⁷ Não alcançando os objetivos estabelecidos, foi retomada na década de 1880 pela edição de várias leis e regulamentos que culminaram com novas tentativas para a introdução de imigrantes.

Essas ações viabilizaram a política de imigração em Minas Gerais no fim do período imperial, com a criação do Serviço de Imigração e Colonização, da Inspetoria-Geral de Imigração e da Hospedaria de Imigrantes em Juiz de Fora, demonstrando o investimento da província neste setor e lançando aquelas que seriam as diretrizes encontradas pelos governos republicanos.

Monteiro²⁸ e Oliveira²⁹ estudaram em suas pesquisas o movimento de entrada e saída de imigrantes da Hospedaria Horta Barbosa, de Juiz de Fora, para o período de 1894-1906. Os anos de maior fluxo imigratório registrados foram os de 1896-1897 e dentre as diferentes nacionalidades que aqui aportaram, “cerca de 90% vieram da Itália, seguido depois de 3% de espanhóis.”³⁰

A análise de Oliveira³¹ correspondente ao período de 1896-1906 identificou que de um total de 24.512 imigrantes saídos da hospedaria, cerca de 2.804 tiveram como destino o município de Juiz de Fora, ou seja, 1.253 para a zona rural e 1.551 para a zona urbana, para a cidade. O dado importante, é que a maior parte destes imigrantes se fixou na zona urbana espontaneamente, o que significa dizer que vieram em busca de oportunidades para o trabalho na cidade.

Nos anos iniciais da República em Minas, a política de educação assumiu uma dinâmica que se movimentou entre as propostas de remodelação do ensino

²⁷ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

²⁸ Idem.

²⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Niterói, 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

³⁰ Ibidem. p. 107.

³¹ Ibidem.

dadas pelas constantes e nem sempre bem sucedidas reformas educacionais. A constatação de que a instrução pública necessitava ser radicalmente transformada remontava aos Relatórios dos Presidentes da Província.

No conjunto da legislação, a leitura relativa ao ensino particular e o ministrado por associações, destacou que estes estabelecimentos estariam sujeitos à fiscalização das autoridades da instrução do Estado no que dizia respeito à moralidade, estatística e higiene, podendo ser livremente exercido. Assim, a ação do Estado deveria se limitar à fiscalização de algumas condições, sendo este ensino exercido livremente desde que a moralidade, a higiene e a estatística estivessem nos padrões exigidos pelas autoridades estaduais.

Se as muitas histórias se desenvolveram nas variadas tramas do tecido social mineiro, Juiz de Fora se constituiu em um cenário plural para os grupos de imigrantes. A cidade, em seu crescimento e diversidade, contava com o funcionamento de diversas escolas, em um panorama que congregava diferentes níveis de ensino e a instrução pública – municipal e estadual – muitas instituições particulares, escolas vinculadas às religiões católica e protestante, além de escolas italianas e alemãs e diversas sociedades. Em 1892, o Almanak de Juiz de Fora apresentava a cidade e seus empreendimentos, suas gentes, associações, beneméritos, serviços, bancos etc. A descrição dos serviços e do progresso da cidade, orgulho do almanaque, contemplava também os serviços filantrópicos e de atenção à pobreza, mostrando, pelo elogio à benemerência, a existência de uma população pobre, que, a julgar pelo número de entidades e serviços, não era pequena. A existência de investimentos, bancos, sociedades anônimas com grande capital subscrito, e cifras vultuosas em transações bancárias e comerciais, convivia com uma pobreza socialmente demarcada e grandes contrastes sociais.

A tessitura educacional em Juiz de Fora, para o final do século XIX, além das escolas particulares citadas pelo Almanak de 1892, era constituída pelas escolas públicas estaduais e municipais. Além dos almanaques e álbuns publicados na cidade, as publicações nos jornais contemplavam com especial atenção a educação e quase sempre eram acompanhadas de comentários e discussões.

A inscrição da educação nas páginas do Jornal do Comércio foi feita ao longo do tempo, ora com o intuito de refletir, defender ou criticar atos do governo,

muitas vezes em matérias sobre as demandas da instrução, noutras sobre os métodos e os progressos da educação em diferentes países. Fato é que, a progressista Juiz de Fora e suas modernas instituições, não poderiam ficar à margem da evolução dos processos sociais, educacionais e políticos.

Neste contexto, a vida social, os imigrantes e as escolas constituíram-se em objetos de matérias veiculadas nos impressos e de estudos sobre a cidade. Em relação aos italianos, Christo³² percorreu a trajetória de seu movimento associativo em Juiz de Fora, anterior a 1888, demonstrando a existência de um significativo número de italianos na cidade, bem como de associações a eles relacionadas.

Dentre estas, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, ou Sociedade Umberto Primo, como ficou conhecida, tinha por finalidade o mútuo socorro, a beneficência e a instrução. Esta Sociedade era aberta aos brasileiros que tivessem o perfil exigido e que fossem convidados por um associado a participar, mas não admitia analfabetos. Sobre esta sociedade, Casarin informou que em 1889 começou a funcionar a escola italiana "por iniciativa de Alfonso Colucci, um relojoeiro italiano e tesoureiro da Sociedade Umberto I, e as aulas eram dadas pelo italiano Eugenio Villani. Esta Sociedade era formada em grande parte por negociantes italianos bem sucedidos da cidade de Juiz de Fora."³³

A existência desta Escola, vinculada à Sociedade Italiana Umberto Primo datada de 1889, precedeu a fundação da Escola Italiana Regina Margherita, por Amália Ongaro de Battisti em 1892. Isso demonstra que, em 1892, já havia demanda para duas escolas italianas em Juiz de Fora. Neste contexto, a população atendida pela escola Regina Margherita era oriunda das camadas mais populares, em sua maioria filhos de trabalhadores.

Das publicações sobre a Sociedade Italiana no Jornal do Comércio, sobre suas atividades e festas, observamos que geralmente contavam com a participação dos alunos das escolas Umberto Primo e Regina Margherita. Contavam ainda com uma Sezione Italiana criada neste jornal em 15 de fevereiro de 1901, e publicações

³² CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Italianos: trabalho, enriquecimento e exclusão. *In*: BORGES, Célia Maia (Org). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

³³ CASARIN, Heliane. Juiz de Fora, 2008. Entrevista concedida a Maysa Gomes Rodrigues.

de crônicas e matérias sobre as datas nacionais e acontecimentos italianos, muitas vezes no idioma italiano, como no 20 de setembro, que se desdobrava em solenidades e diversas manifestações festivas em Juiz de Fora.

As relações diplomáticas (com as representações da Itália na cidade, no Brasil e na Itália), faziam parte destas publicações, inclusive destacando a participação de vários agentes diplomáticos nos eventos da Sociedade e na promoção destes. Encontramos também festas alusivas ao aniversário da Constituição Italiana³⁴ e a reprodução, na íntegra de discurso proferido por Enrico Ferri na Câmara dos Deputados da Itália na discussão sobre o orçamento das Relações Exteriores, tratando da emigração para a América do Sul e para o Brasil.³⁵

Esses apontamentos demonstraram uma dinâmica social da associação Umberto Primo, que dentre os valores e laços culturais de uma pátria distante, conseguiu a aproximação desta no compartilhamento de uma nacionalidade que foi reconhecida, dentro e fora do grupo, pelos eventos e pela participação desta sociedade na vida cultural juiz forana. Tudo isso mediado pelas apresentações dos alunos das escolas italianas.

2.1 Educação e escolas

O conjunto das fontes analisadas nos permitiram traçar um perfil da Escola Italiana Regina Margherita, que entre os anos de 1894 e 1898 atendeu a mais de 100 alunos por ano, dos quais muitos eram nascidos na Itália. Além do ensino elementar, era dotada de aula noturna e um asilo infantil, pois muitas mães italianas eram trabalhadoras. A Escola Regina Margherita recebia material didático do governo italiano, como outras escolas vinculadas a Associações Benéficas.

No final do século XIX para o início do XX houve uma progressiva redução do número de alunos, que passou de uma média de 100 alunos por ano para 62 alunos em 1900 e 64 em 1901. Outro aspecto relevante é que, embora fosse facultada ao Estado a fiscalização das escolas particulares, esta escola contava com seu inspetor e inspetora, respectivamente, Joaquim Magrini e d. Maria Luiza Longhi.

³⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, 01 jun. 1902.

³⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, 24 jun. 1909.

Em entrevista realizada com Casarin,³⁶ obtivemos algumas informações sobre a escola Umberto Primo. De suas características mais importantes, a localização, o funcionamento e o ensino, Casarin afirma que: “A Escola ficava dentro da Sede da Sociedade. Inicialmente funcionou nos turnos da manhã e tarde, oferecendo aulas de Italiano, Francês, Geometria, Geografia, Aritmética, Caligrafia, História Antiga e Moderna”.³⁷ Acrescentou ainda que

Era uma escola particular, mista e freqüentada tanto por filhos de membros da Sociedade Umberto I, como por filhos de italianos operários, sapateiros, alfaiates etc. Digo isso porque em 1910, aproximadamente, a Professora e Diretora Teresa Ermínia Breviglieri reclama de inadimplência e ressalta que tem aluno muito pobre que não paga.³⁸

Era, portanto, uma escola particular, que, como a escola Regina Margherita recebia auxílio do governo Italiano, nos moldes de outras escolas vinculadas às associações, e seu funcionamento dependia destes auxílios e do pagamento de contribuições, como se dá a ver.

Uma outra forma de escolarização das crianças filhas de imigrantes italianos se fez presente no município foram as aulas em fazendas, sobre as quais encontramos anúncios nos jornais, como no caso da Fazenda Boa Vista, ministradas por um professor italiano e com características étnicas. Isso indicou que os modos de instrução das crianças filhas de imigrantes em Juiz de Fora foram tão diversificados quanto a cidade.

As poucas notícias sobre as escolas italianas encontradas no Jornal do Comércio, nos anos 1905 e 1907, foram relativas aos exames escolares. Em solenidades realizadas no teatro e presidida pelo Conde Siciliani de Monreali, com a presença de autoridades civis e militares, além da imprensa, onde foi feita a distribuição de prêmios aos alunos das escolas Regina Margherita e Umberto Primo. Outras informações elucidaram a realidade das escolas italianas de Juiz de Fora no período de 1908 e 1910. Dentre elas, o número de alunos de 1908, que era, para a escola Regina Margherita de 37 alunos e para a Escola Umberto I era de 57

³⁶ CASARIN, Heliane. Op. Cit.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

alunos. Em 1910, para a escola Umberto I eram 50 alunos inscritos, 23 do sexo masculino e 27 do feminino e a frequência era de 35 alunos. Estes dados demonstraram o declínio do número de alunos.

3- Processo educacional, processo social: sociabilidades e visibilidades

A organização das escolas italianas e suas experiências sociais nos permitem o estabelecimento de algumas relações para as cidades de Juiz de Fora e Caxias do Sul, especificamente no que tange à escola Umberto Primo, vinculada à Sociedade Italiana.

Havia uma uniformidade na estruturação das escolas, com pequenas distinções entre as matérias lecionadas. Quando analisamos o ensino de línguas, observamos que o ensino do italiano, francês e português, foi característico da Umberto I de Juiz de Fora e da Escola Italiana de Caxias do Sul. Para outras disciplinas, podemos distinguir a História, que na escola de Caxias do Sul compreendia História Italiana e Brasileira, na Umberto I era História Antiga e Moderna.

Diferenciavam-se ainda Canto, Desenho, estas duas matérias não foram elencadas para a escola Umberto Primo de Juiz de Fora. No entanto, considerando as apresentações feitas pelos alunos de peças teatrais, inclusive de ópera e cantos diversos, declamações de poemas clássicos, nas festividades da Sociedade Umberto I em Juiz de Fora, podemos depreender que noções educação artística, incluindo de canto e artes, estivessem presentes na organização da escola. Em relação à Ginástica e exercícios militares, consideramos que a escola de Caxias do Sul se tratava de uma escola para o sexo masculino.

Quanto à organização das classes, a diferenciação é menor, pois a estruturação da Escola Umberto I apresentou as classes 4^a, 3^a, 2^a e 1^a e 1^a superior e inferior; e a Escola Italiana de Caxias do Sul, a 1^a, 2^a e 3^a, explicitando que o “ensinamento na dita escola será de grau inferior e superior”. Neste sentido, entendemos que havia nestas escolas dois graus de ensino distintos - inferior e superior, e que estes eram divididos em números de classes correspondentes às matérias lecionadas em cada uma.

As experiências educacionais dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul,

uma das formas de educação para as crianças nas áreas rurais, foi a criação de “aulas” com a contratação de professor para ensinar os conhecimentos elementares de leitura, escrita e cálculos. Outras características que apresenta a partir do depoimento de um imigrante, que eram escolhidas as pessoas mais aptas da comunidade para que ensinassem a leitura, a escrita e a fazer contas e, portanto, não eram professores formados.

Ao compararmos com a escola da Fazenda Boa Vista em Juiz de Fora, podemos afirmar que esta se distingue do que foi descrito, na medida em que receberam material didático, e, a atuação do professor demonstrou o nítido objetivo de “‘inculcar’ nos pequenos italianos seus alunos, filhos de camponeses da Fazenda, o amor ao estudo da língua italiana”, e não apenas a escrever, ler e contar, numa clara demonstração de preservar e difundir a cultura de sua terra natal, o que ressaltou a sua característica de *étnica*.

No entanto, a escola Umberto Primo era vinculada e funcionava na Sociedade Italiana de mesmo nome. Kreutz nos auxilia a compreensão de sua estruturação quando esclarece que estas escolas étnicas vinculadas a associações de mútuo socorro eram:

escolas laicas, geralmente de boa qualidade, em que também eram aceitos alunos não pertencentes ao grupo que mantinha a escola. O currículo, além de atender às exigências nacionais, era complementado por aspectos da cultura do respectivo grupo étnico, ficando o mais próximo possível ao currículo praticado no país de origem. Essas escolas eram em número reduzido, normalmente não passavam de uma ou duas nos centros urbanos maiores, com um número suficiente de imigrantes para mantê-las.³⁹

Entendemos assim, que o curso elementar apresentava essas características nas duas escolas, Regina Margherita e Umberto Primo, e em relação à proximidade da cultura do grupo étnico, conforme Kreutz analisa, as descrições das festas e eventos com a participação dos alunos das escolas, não deixam dúvida desta relação. Mesmo porque, em Juiz de Fora, os grupos organizados de imigrantes ganharam as páginas dos jornais e as ruas da cidade, com seus artigos publicados,

³⁹ KREUTZ, manuscrito, p. 2 *apud* LUCHESE, Terciane Â. Imigrantes italianos e suas escolas no Rio Grande do Sul, Brasil. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. *Anais...* Porto: s.n, 2008. p. 3.

festejos e eventos, inclusive religiosos. Não podemos esquecer que, se essa visibilidade dos italianos era tão nítida nestas escolas, o mesmo não aconteceu com os filhos de italianos que frequentavam as escolas públicas até a implantação dos grupos escolares.

A partir de 1908, os exames dos grupos escolares em Juiz de Fora tornaram-se eventos concorridos, à altura da instituição que promoviam. Constituíram-se em um elemento que reforçava a aposta na Reforma da educação e nos grupos, implementada em 1906, como caminho acertado para a instrução do povo.

A realização dos exames escolares, além da visibilidade dada ao processo educacional, demarcava individualmente uma construção coletiva, ou seja, expressava os resultados da ação do governo que cuidava da instrução e de seus cidadãos. Um governo republicano, enfim, premiando e divulgando o promissor caminho da instrução, pela difusão do ensino elementar.

Por isso, a importância da festa. Se antes na cidade uma expressão das escolas italianas, a *Festa Escolar* foi oficialmente instituída para ser realizada na data da Proclamação da República, e noticiada pelo Jornal do Comércio de 16 de agosto de 1905. Esta festa aconteceria após a realização dos exames, onde alunos e professores seriam premiados, traduzindo a visibilidade de um governo que queria demonstrar sua proximidade e sua preocupação com a educação e por ela, abraçava alunos e professores por meio da premiação.

Sobre estes exames, na medida em que constam os nomes de alunos, foi possível identificar alguns dos sobrenomes italianos. Identificamos nos exames do ano de 1910, no exame de 12 classes, a presença de cerca de 50 alunos que exibiam sobrenomes nitidamente italianos.⁴⁰

Nos exames de 4 classes no dia 18 de novembro do mesmo ano, contabilizamos 17 alunos com sobrenomes italianos.⁴¹ Na continuação da publicação destes exames em 23 de novembro, foram publicados os resultados de exames de mais 4 classes e identificamos com sobrenomes italianos cerca de 26 alunos.⁴²

⁴⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, 19 nov. 1910.

⁴¹ JORNAL DO COMÉRCIO, 22 nov. 1910.

⁴² JORNAL DO COMÉRCIO, 23 nov. 1910.

Isso mostrou a disseminação das crianças italianas nas escolas públicas de Juiz de Fora, particularmente nos grupos escolares. Nesse ínterim, novamente uma semelhança com Caxias, já que a maioria dos alunos que frequentavam as escolas públicas era de ascendência italiana.

Pensamos que em fins do século XIX, o atendimento de grande número de crianças filhas de italianos pelas escolas Regina Margherita e Umberto Primo, determinou a invisibilidade destes nas escolas públicas. No entanto, a consolidação da instrução pública bem como a adaptação à nova pátria foram fatores que podem ter determinado a redução do número de alunos das escolas étnicas e particulares e a maior frequência às escolas públicas.

A partir de 1904, como uma tendência, começamos a perceber o surgimento de sobrenomes italianos nas atas de exames publicadas, e constatamos para 1910, o aumento destes sobrenomes nos exames dos grupos escolares, além da ausência de publicações sobre as escolas Regina Margherita e Umberto Primo. Em relação a esta última, deparamos com uma situação muito diferente da encontrada no início da pesquisa, ou seja, com uma situação de crise. Um dos fatores declarados era a transferência dos alunos para os grupos escolares e a baixa frequência dos alunos filhos de imigrantes italianos.

Não sem motivos, entre os alunos que haviam concluído o curso nos grupos escolares, nos exames de 1909, identificamos sobrenomes como Colluci e Picorelli.⁴³ Já entre os alunos aprovados nos exames dos grupos escolares, encontramos sobrenomes como Fortini, Arcuri, Vilani, Falci, Notaroberto, Donnarumma, Picorelli.⁴⁴ Estes sobrenomes estavam vinculados à fundação da Sociedade Umberto Primo e à participação em suas diversas atividades ao longo do período estudado. No Arquivo Público Mineiro, identificamos na série *Papéis Findos*, da 6ª Seção para o ano de 1912, alguns papéis administrativos da Diretoria dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, e neles, uma relação dos melhores alunos do 2º Grupo Escolar desta cidade, onde constavam os sobrenomes Picorelli, Fortini e Toschi. No caso de Caxias, as famílias mais enriquecidas – de imigrantes e descendentes – encaminhavam seus filhos para as escolas da capital gaúcha e

⁴³ JORNAL DO COMÉRCIO, 30 jan. 1910.

⁴⁴ JORNAL DO COMÉRCIO, 22 e 23 nov. 1910.

noticiavam, por vezes em primeira página, o excelente desempenho obtido.

A notoriedade da instituição Grupos Escolares com toda a carga de novidade e propaganda que os cercaram, fizeram com que adquirissem centralidade como a aposta republicana na reforma da instrução em Minas, tornando-se o espaço visível da civilização e do progresso e, também, um espaço de partilha, entre o governo e seus cidadãos, pelas festas e prêmios escolares. A aposta do governo do Estado na instrução pública primária gerou prestígio e instituiu uma modernidade pedagógica capaz de atrair as camadas médias e mais abastadas da população, até mesmo de imigrantes, àqueles espaços inovadores.

Os Grupos Escolares se instalaram na cidade de Juiz de Fora, e em sua trajetória levou a população urbana para suas salas de aula. Nesta população, um significativo número de alunos descendentes de italianos. Era esse talvez, o caminho republicano que mais de perto falava à causa: o “remodelamento social pelo ensino primário racionalmente distribuído”, integrando os imigrantes, pela educação, à nacionalidade brasileira. No caso gaúcho, especialmente para Caxias, a instalação do Colégio Elementar José Bonifácio foi o marco no sentido de escola graduada, que a partir de 1912, inclusive, ocupou a sede da Sociedade Príncipe de Nápoles para suas atividades.

Considerações Finais

Um elemento importante em relação à colonização em Minas é que esta se construiu com características étnicas de menor impacto, pois, a presença de elementos nacionais nas colônias foi registrada desde o Império, ou seja, as colônias em Minas não foram constituídas exclusivamente por estrangeiros. Isso indicou um outro tipo de relação entre eles e a sociedade, onde a manutenção dos laços culturais encontrava outro lugar específico, que não o lugar geográfico de seu estabelecimento. Não obstante as iniciativas governamentais, igrejas e associações apareceram como lugares sociais em que se desenvolveram sociabilidades, inclusive a promoção da escolarização de crianças filhas de imigrantes. No caso do Rio Grande do Sul, apesar da fixação de imigrantes italianos também na capital, a maioria foi direcionado para a colonização de núcleos em que tornaram-se predominantes, mas isso não impediu que o desejo de aprender o português que

facilitava as atividades econômicas se sobrepusesse a outros sentimentos de pertencimento étnico.

No contexto de movimentação da instrução pública mineira rumo à remodelação do ensino, as escolas particulares italianas continuaram em sua atuação social e na instrução, e com notícias mais escassas nos jornais a partir da instalação dos grupos escolares pela Reforma educacional de 1906.

Temos, portanto, importantes distinções sobre os imigrantes italianos radicados em Juiz de Fora, que nos ajudam a compreender as sociabilidades criadas nesta cidade enquanto organizações de grupos que mantinham uma certa etnicidade. No entanto, no trato sobre essa questão, podemos perceber que a diferenciação social por meio do trabalho, implicou em determinados tipos de inserção na sociedade e o estabelecimento de relações diferenciadas dentro das mesmas nacionalidades, onde a etnicidade não foi capaz de superar a distinção social.

Quando consideramos as políticas empreendidas pelo governo gaúcho, de forte inspiração positivista, a educação primária pública recebeu dois tipos de investimentos principais: subvenção de professores e investimento na instalação de colégios elementares, com ensino graduado. Caxias e região, demandaram as escolas públicas, gratuitas, com ensino de português e as escolas étnicas foram sendo suprimidas já na década de 1910. No caso da classe social abastada e emergente de Caxias, os filhos eram encaminhados para estudarem em escolas confessionais, prioritariamente na capital gaúcha.

Referências

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1864 - 1970**. 2ª ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

ALMANAK DE JUIZ DE FORA. **Juiz de Fora**: Leite Ribeiro e Companhia, 2º ano, 1892.

ANCARINI, Humberto. Relatório: A colônia italiana de Caxias, Rio Grande do Sul, Brasil, 1905. *In*: DE BONI, Luis A. (Org.). **A Itália e o Rio Grande do Sul**. IV. Porto Alegre: EST, 1983.

CASARIN, Heliane. **Banco de dados sobre a imigração italiana em Juiz de Fora e**

Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora, 2008. Não publicado.

CASARIN, Heliane. Juiz de Fora, 2008. Entrevista concedida a Maysa Gomes Rodrigues.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Italianos: trabalho, enriquecimento e exclusão. *In: BORGES, Célia Maia (Org). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora.*** Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

CROCETTA, Benedetto. Un cinquantennio di vita coloniale. *In: **Cinquantenario della colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875 - 1925.*** 2ª ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. 1. p. 357 - 462 (fac-símile de 1925).

DE BONI, Luís A. **Bento Gonçalves era assim.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: FERVI, 1985.

DEMARTINI, Zeila de B. F. Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. *In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J.C., SANFELICE, L. (Org.) **História e História da Educação.*** 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 65 - 78. (Coleção Educação Contemporânea)

FARIA FILHO, L.M. de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. *In: ARAÚJO, J. C. de S.; GATTI JÚNIOR, D. (Orgs.) **Novos temas em história da educação brasileira.*** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 133-150.

GIRON, Loraine. A formação econômica regional. **Enfoque - revista da Fundação da Região dos Vinhedos,** Bento Gonçalves, n. 63, p. 18 - 27, dez. 1986.

LUCHESE, Terciane Â. Imigrantes italianos e suas escolas no Rio Grande do Sul, Brasil. *In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. **Anais...*** Porto: s.n, 2008.

____. Â. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: UCS, 2015.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920).** Niterói, 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

RODRIGUES, Maysa Gomes. **Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2009. 401 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989.

VEIGA, Cynthia Greive; RODRIGUES, Maysa Gomes. Etnicidade e História da Educação. *In*: MORAIS, C. Cardoso; PORTES, E. Antônio; ARRUDA, M^a Aparecida (Org.). **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 27-57.

Legislação

LEIS Mineiras referentes à Imigração e Educação. Belo Horizonte, 1888-1918. (Arquivo Público Mineiro)

Relatórios

MINAS GERAIS. **Fallas e Mensagens dos Presidentes do Estado ao Congresso Mineiro**. Ouro Preto: Belo Horizonte, 1880-1914. Disponível em: <www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em: nov. 2011.

MINAS GERAIS. **Papéis Findos**, 6^a Seção ano de 1912. (Arquivo Público Mineiro).

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1876.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1888.

DE VELLUTIS, Relatório do Cav. Francesco. Régio Cônsul de Porto Alegre. **O Estado do Rio Grande do Sul e a Crise Econômica durante o último quinquênio**. Fevereiro de 1908.

Jornais

CORREIO DE MINAS. Juiz de Fora, de 13 nov. 1895 a 1 jan. 1907.

JORNAL DO COMÉRCIO. Juiz de Fora, de 23 dez. 1896 a 23 dez. 1912.

O PHAROL. Juiz de Fora, de 11 nov. 1889 a 20 set. 1901.

O COSMOPOLITA. Caxias, semanal, de 1902 a 1904.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Maysa Gomes. Universidade FUMEC – FCHSS. Rua Cobre n. 200. Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - MG, CEP: 30.310-190. Brasil.

Terciane Ângela Luchese. Universidade de Caxias do Sul, Bloco E, R. Francisco Getúlio Vargas, 1130, CEP: 95.070-560, Caxias do Sul, RS. Brasil.

ANNA RIBEIRO E JOAQUIM NABUCO ENTRE “DOIS MUNDOS” ESCRAVISTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA RECEPÇÃO DE *A CABANA DO PAI TOMÁS*

Marcelo Souza Oliveira¹
Universidade Federal da Bahia
Instituto Federal Baiano

Rogério Barreto Santana²
Universidade Federal de Ouro Preto

Recebido: 01/04/2016 Aprovado: 20/06/2016
--

Resumo: O artigo traça uma análise comparativa entre as representações da escravidão nas memórias *Minha Formação* (1900), de Joaquim Nabuco (1849-1910), e *Longos serões do campo* (1992), de Anna Ribeiro (1843-1930), no que concerne a apropriação que ambos fizeram do romance *A cabana do pai Tomás* (1852). Observamos que as posições de um abolicionista e de uma escravocrata marcaram diferenciações e pontos de interlocução na recepção e (re)significação dessa obra. No limite, é possível inferir, a partir dos atores analisados, que o discurso senhorial não foi totalmente rompido com o fim da escravidão no Brasil, em 1888.

Palavras-chave: Escravidão no Brasil; Joaquim Nabuco; Anna Ribeiro.

ANNA RIBEIRO AND JOAQUIM NABUCO BETWEEN "TWO WORLDS" SLAVE: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE RECEPTION OF *UNCLE TOM'S CABIN*

Abstract: The article draws a comparative analysis among the representations of the slavery in the memory books *Minha Formação* (1900), by Joaquim Nabuco (1849-1910), and *Longos Serões do Campo* (1992), by Anna Ribeiro (1843-1930), in what concerns the reception that both did of the romance *A Cabana do Pai Tomás* (1852). We observed that the positions of an abolitionist and of slavocrat marked differentiations and concordance points in the reception and resignification of this work. Ultimately, it is possible to infer, from the actors analyzed, the manor speech was not completely broken with the end of slavery in Brazil, in 1888.

Keywords: Slavery in Brazil; Joaquim Nabuco; Anna Ribeiro.

Introdução

Recordo hoje com íntima satisfação o procedimento de minha mãe com os escravos. Creio não ser atribuível somente ao bom coração e a ter sido criada em uma casa onde eram os escravos tratados com humanidade. (...). Em minha mãe, a virtude da caridade mais se manifestava tratando-se os pobres escravos, porque seu ânimo generoso sempre tomava parte do fraco contra o forte, o opressor. [...]

¹ E-mail: marcelo.oliveira@catuifbaiano.edu.br.

² E-mail: rogeriobsantana@hotmail.com.

Repetia sempre minha mãe a frase de Mistress Stowe em *A Cabana do Pai Tomás*: “Tratem-nos como homens, e eles procederão como homens; tratem-nos cães e eles procederão como cães”. Isto citava ela procurando convencer os outros, porque antes de conhecer o livro de Mistress Stowe, já professava ideias idênticas às da benemérita autora norte-americana.³

[...] Estive envolvido na campanha da Abolição e durante dez anos procurei extrair de tudo, da história, da ciência, da religião, da vida, um filtro que seduzisse a dinastia; vi os escravos em todas as condições imagináveis; mil vezes li a *Cabana do Pai Tomás*, no original da dor vivida e sangrando; no entanto a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida. Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.⁴

Relatos como esses ocuparam lugar comum entre aqueles que experienciaram o ambíguo cenário da crise do sistema escravocrata e do Império.⁵ O que não parecia nada ordinário, entretanto, era a referência constante a uma mesma obra literária por parte de duas construções históricas com propósitos dissonantes, como as que serão examinadas neste artigo. De um lado, estava a ex-senhora de engenho do Recôncavo da Bahia, Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930); de outro, encontrava-se um dos abolicionistas mais conhecidos e discutidos dos últimos tempos, o pernambucano Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910). Enquanto eles se distanciaram pelas suas trajetórias de vida, estratégias, escolhas e posicionamentos políticos, algo aparentemente inusitado os aproximaria, favorecendo assim o diálogo entre os atores: a leitura de *A Cabana do Pai Tomás*, romance abolicionista escrito pela

³ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 31 e 32. (Esse livro foi organizado postumamente pelos descendentes de Anna Ribeiro, a partir de caderninhos escritos pela autora por volta de 1920).

⁴ NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005 (1900). p. 136 e 137.

⁵ GILENO, Carlos Henrique. **Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império**. São Paulo: Annablume, 2013.

autora norte americana Harriet Beecher Stowe, em 1852, que tematizou, por sua vez, a escravidão como aspecto central da sua obra.⁶

A Cabana do Pai Tomás foi um dos livros mais lidos e comentados durante mais de um século, não só nos Estados Unidos, como em vários países do continente americano, incluindo aí o Brasil. Ao retratar e, ao mesmo tempo, denunciar a escravidão sob o viés senhorial, evidenciou fictícia história do Pai Tomás, um velho e bondoso escravo que foi obrigado a deixar a sua casa e família quando cedido a um mercador de escravos para o pagamento de dívidas do seu senhor, o Sr. Shelby. Nesse contexto, Mrs. Stowe narraria com astúcia às desventuras, os maus-tratos e a fé descomunal dele ante um mundo escravista. Porém o diferencial do enredo ainda estaria por vir: a execração do abolicionismo pelos protagonistas da história, sobretudo na medida em que se estabeleceu no livro um contraponto entre a subserviência do Pai Tomás e a bondade de dois dos seus amos: Sr. Shelby e Saint Claire.

O leitor pode, e com toda razão, perguntar-se sobre a relevância, hoje em dia, de um estudo comparado entre Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco, e também questionar-se acerca da pertinência da busca de possíveis relações entre autores com intenções e abordagens tão diversas, em se tratando de narrativas destoantes. Nesse sentido, enfatizaremos a hipótese de que o argumento abolicionista de Joaquim Nabuco não teria rompido totalmente com o discurso escravocrata, uma vez que, assim como Anna Ribeiro, ele retomaria em seu livro de memórias características muito caras aos discursos senhoriais inerentes aos últimos anos da escravidão no Brasil, como, por exemplo, os efeitos “traumáticos” da abolição para a aristocracia, o saudosismo dos “bons” tempos do cativo e a visão paternalista diante da figura dos escravos, vistos, na maioria das vezes por certos setores da sociedade, como seres passíveis e carentes de tutela. Tais concepções ajudaram a reforçar, em muitos aspectos, preconceitos reproduzidos atualmente, sendo fruto

⁶ Dissertação de mestrado recente teceu análise substantiva sobre o romance: BRAGA, Marcelle Danielle de Carvalho. **Um mosaico de fatos: produção e circulação de literatura sobre a escravidão nos Estados Unidos em meados do século XIX – A Cabana do Pai Tomás e os romances anti-tom’s.** Ouro Preto, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, 2014.

de uma longa história de escravidão em que o negro e os brasileiros, de modo geral, não ficaram isentos.

Procuraremos nos textos de Anna Ribeiro e Nabuco, de acordo com o que nos assegura Carlo Ginzburg,⁷ isolar dos testemunhos voluntários o núcleo de testemunhos involuntários mais profundos, lendo-os contra as intenções de quem os produziu. O “fio e os rastros” da análise das obras *Longos serões do campo: infância e juventude* (1992), de Anna Ribeiro, e *Minha Formação* (1900), de Joaquim Nabuco, serão as recepções que seus autores promoveram da leitura de *A Cabana do Pai Tomás*. Partiremos então da premissa de que o abolicionista Nabuco e a ex-senhora de engenho Anna Ribeiro vislumbraram naquele romance histórico aspectos que envolviam as relações entre senhores e escravos, bem como a ótica senhorial do processo. Igualmente, perceberiam o livro como uma ferramenta útil na pedagogia, tratamento e conformação daqueles “pobres” cativos.⁸

Por meio dos métodos peculiares à história comparada,⁹ apreciaremos as distinções e similitudes presentes nos escritos de Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco, tendo em vista as singularidades desses dois agentes, tais como seus lugares na sociedade, suas origens, formações e atuações intelectuais. Identificaremos, concomitantemente, que as posições de um abolicionista e de uma ex-senhora de engenho puderam marcar consideráveis diferenciações e pontos de interlocução na recepção e (re)significação que ambos compactuaram da obra de Stowe.

Neste artigo, portanto, nos cercaremos dos pressupostos da História Cultural e, mais especificamente, dos conceitos utilizados por Peter Burke (recepção) e Roger Chartier (apropriação). Esses pesquisadores nos auxiliaram a compreender as ideologias e a difusão das ideias de Stowe no pensamento dos personagens oitocentistas. Com isso, investigaremos as obras de Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco valendo-nos não apenas das motivações que determinadas ideias possam

⁷ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo, 2007. p. 10-12.

⁸ Para uma leitura que evidencia o tema da administração escrava: MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 87-216.

⁹ Diversas análises, dentro e fora do país, têm se destacado nos últimos anos sobre o tema. Um exemplo, nesse sentido, pode aqui ser mencionado quanto à problematização do método em estudos sobre escravidão comparada: KOLCHIN, P. L'approche comparée de l'étude de l'esclavage: Problèmes et perspectives. In: COTTIAS, M; STELLA, A; VINCENT, B. (Ed.) **Esclavages et dépendances serviles: Histoire comparée**. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 283-301.

ter exercido sobre eles, mas, especialmente, do contexto social de produção das narrativas, entre outras coisas, assinalado por transformações nas relações entre senhores e escravos.

Notas Biográficas sobre Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco

Como sugere Angela Alonso, a chamada geração brasileira de 1870, a qual se inscreveram Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco, não se desvinculou totalmente de uma tradição de pensadores que tendeu a interpretar a nossa história como uma progressão de estágios civilizatórios.¹⁰ Não obstante, as particularidades históricas de cada um dos indivíduos aqui estudados puderam nos surpreender quanto aos diferentes caminhos e trajetórias de vida percorridos pela dupla até a leitura de *A Cabana do Pai Tomás*.

Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930) foi uma senhora de engenho que testemunhou dois fortes momentos da história da elite baiana do Recôncavo oitocentista: em sua infância e juventude, viveu o enriquecimento e ostentação da elite açucareira, da qual a sua família era uma das mais tradicionais do Império: “[...] uma espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era segunda nobreza do país, como era na França a magistratura”.¹¹ Já quando casada, conviveu com o retrocesso econômico, agravado pela abolição dos escravos.¹² Cônjuge do médico e senhor de engenho Sócrates Bittencourt - primeiro Intendente de Santana do Catu -, a devotada esposa empenhou-se, entre as décadas de 1860 e 1880, em cuidar de seus três filhos, de seu pai e dos serviços domésticos junto aos escravos.¹³

Embora também conhecida como uma mulher “do lar”, Anna Ribeiro se destacaria por outro motivo. Escritora detalhista, ela seria uma das poucas mulheres da sua família (e por que não estender a compreensão para boa parte do

¹⁰ ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 161. Sobre a geração de 1870, a autora também escreveu: ___. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

¹¹ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 09.

¹² OLIVEIRA, Marcelo Souza. Uma senhora de engenho intelectual: literatura, história e tipologia social em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930). **Gláuks**, v. 7, n. 1, p. 119-148, 2007.

¹³ OLIVEIRA, Marcelo Souza. Amável redentora: modelos femininos em Letícia de Anna Ribeiro. **Revista de História e estudos culturais**, ano 5, v. 5, n. 3, jul.-set. 2008.

Império) a aprender a ler e escrever. Não só isso. Tornar-se-ia a romancista que mais publicou na Bahia entre 1882 e 1930, dedicando-se a produzir para as jovens “sinhazinhas”. No campo da Literatura, difundiria inúmeros contos, artigos, romances e poesias.

Na fase da sua formação, publicou dois romances, e isso se deu antes mesmo da abolição da escravatura, quando ela contaria (motivada pelos discursos abolicionistas, particularmente os de Castro Alves) os “horrores da nefanda instituição”: *A filha de Jephthé* (1882) e *O Anjo do Perdão* (1885). Ainda jovem, a autora manteve contatos diretos com os discursos do poeta condoreiro, no momento em que residia em Salvador, com o seu marido, então estudante da faculdade de Medicina. Frequentou, entre outros ambientes, o renomado teatro São João, local das apresentações do poeta baiano. Apesar de sua deflagrada admiração por Castro Alves, Anna Ribeiro jamais defendeu, como ele, uma abolição sumária. Nela prevaleceria o sentimento de classe, típico dos proprietários escravocratas que acastelavam uma emancipação de tipo lento e gradual, sem grandes agitações.

Já na segunda fase, notamos um silêncio literário que perdurou dezesseis anos até a publicação de *Helena* (1901). A partir daí, Anna Ribeiro escreveria mais quatro obras, a saber, *Dulce e Alina* (1901), *Lúcia* (1903), *Violeta & Angélica* (1906), *Marieta* (1908) e, finalmente, *Letícia* (1908). Todas, podemos afirmar, foram contextualizadas nos tempos da abolição, sendo que, em duas delas, seus efeitos se tornaram fundamentais para a compreensão do todo das tramas. Após novo jejum literário de trezes longos anos, ela retomaria com *Abigail* (1921), deixando, por último, obra inédita com o título de *Suzana*.

Uma leitura cruzada da produção da letrada imperial revela que, enquanto em suas memórias os assuntos ligados à comprovação de uma possível ascendência “nobre” e de uma vida de ostentação e riqueza prevaleceram, observa-se, já na sua literatura, que os temas mais recorrentes correspondiam às desventuras da elite baiana com a decadência socioeconômica de fins do Império e início da República. Dito de outra forma, se em sua autobiografia Anna Ribeiro deflagrou suas “relembrações autorizadas”, em sua produção intelectual, por seu

turno, a mesma camuflaria aquilo que podemos denominar de “memórias subterrâneas”.

Em suma, a Literatura em Anna Ribeiro teve como uma de suas funções “dizer o indizível”, funcionando como uma “válvula de escape” para a expressão dos traumas de uma elite em declínio. Anna Ribeiro tanto escreveu tipos sociais em suas narrativas quanto se espelharia em algumas de suas criações (principalmente as heroínas), mostrando às jovens leitoras seus padrões de comportamento ante “os tempos difíceis”. Em sua obra, representando a tradição e os “bons costumes”, retomou, ainda, aspectos da vida baiana e narrou, sempre na ótica de uma ex-senhora de engenho saudosista, como já vimos dito, o declínio da Monarquia e o início da República.

Em 1849 nasceu em Recife Joaquim Nabuco, contemporâneo de Anna Ribeiro. Filho do senador José Tomás Nabuco de Araújo - "o Estadista do Império" - e da irmã do marquês do Recife Francisco Pais Barreto - Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo -, atuou como jurista, jornalista, diplomata, orador, poeta, memorialista e político no Segundo Reinado, exercendo cargos de suma importância, como o de adido da Legação Brasileira nos Estados Unidos (1876), o de deputado (1878 e 1885) e o de embaixador em Washington.¹⁴

Estudou humanidades no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras. Em 1865, seguiu para São Paulo, onde fez os três primeiros anos de Direito. Formou-se no Recife, em 1870. Com uma educação requintada, Nabuco se destacou na sociedade de corte, equilibrando-se entre a reforma e a tradição.¹⁵ Sua vida política foi marcada por fases bem distintas: o da formatura em Direito até a Abolição; a da Abolição até sua entrada a serviço do governo republicano, mesmo sem abandonar o ideal monarquista; e a da aceitação da República até a tomada de partido do Brasil contra os embates territoriais com a Inglaterra e a defesa do pan-americanismo.

¹⁴ Aspectos da vida e do pensamento de Joaquim Nabuco são encontrados em: SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: Um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

¹⁵ ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 16.

Atraído pela política interna do país, especialmente após a morte de seu pai,¹⁶ elegeu-se deputado geral por sua província, passando a residir no Rio de Janeiro. Sua entrada para a Câmara marcou o início de sua campanha abolicionista, que logo se tornou causa nacional, na defesa da qual ele tanto cresceu na admiração de muitos brasileiros. De 1881 a 1884, Nabuco viajou pela Europa. Em 1883, em Londres, publicou *O Abolicionismo*, uma das principais obras do letrado. De regresso ao país, reelegeu-se deputado por Pernambuco, retomando o lugar de líder da campanha abolicionista. Ao ser proclamada a República, em 1889, permaneceu fiel às suas convicções monarquistas, embora ocupando, no corpo dela, cargo diplomático até a sua morte, em 1910.

São vastas as contribuições do Nabuco escritor. Sua obra vai desde a produção de jornais, periódicos, panfletos, discursos e impressos, passando por poesias e críticas literárias, até a formatação de livros relevantes sobre o período em que viveu e atuou. Joaquim Nabuco acreditava que seus feitos deveriam ser conservados no sentido de proporcionar às futuras gerações narrativas explicativas sobre a história do Segundo Reinado do Império do Brasil.¹⁷

Os últimos dez anos da vida de Nabuco seriam marcados pela nostalgia, fase em que o autor escreveu *Minha Formação* (1900), importante livro de memórias onde se percebe o paradoxo de quem foi educado por uma família escravocrata, mas que optou pela luta em favor dos escravos. Nabuco dizia sentir “saudade do escravo”, pela generosidade dele, num contraponto ao egoísmo do senhor. E sentenciou: “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”. Tal olhar, igualmente compartilhado por Anna Ribeiro, expressava a natureza dúbia da relação senhor/escravo, em que esse último era vítima e algoz de um sistema que “pensava por ele”.

¹⁶ Sobre o assunto, ver livro em que Joaquim Nabuco biografava o pai, contando, ao mesmo tempo, uma determinada narrativa sobre a história política do Império do Brasil: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949 (1899).

¹⁷ Uma leitura possível das apropriações que a historiografia da escravidão no Brasil realizou das ideias de Nabuco é vista em: COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco: entre a política e a história**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 59.

Entre “dois mundos” escravistas: *Os longos serões do campo e Minha Formação*

Em suas memórias, a escritora baiana Anna Ribeiro registrou a ostentação e a “nobreza” dos antigos senhores e senhoras de engenho da Bahia Oitocentista. A afirmação de uma origem “nobre”; a opulência expressa nas volumosas festas na casa-grande, e a “abastança” de que se gabava a elite senhorial são argumentos utilizados pela autora para firmar-se como descendente e representante dessa ordem. Mesmo sendo bastante detalhista, a memorialista confessava que algumas informações sobre episódios contados por ela em uma ocasião podiam ter ocorrido em outras, o que enuncia o caráter seletivo das memórias.¹⁸ No que tange a essa questão, Ecléa Bosi reitera que é preciso reconhecer que muitas das ideias ou lembranças não são vividas pela própria pessoa: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro de si, que acompanha sua vida e são enriquecidas por experiências e debates. Parecem tão familiares que é difícil identificá-las objetivamente. Elas são formuladas por outrem, e as pessoas, simplesmente, as incorporam ao seu cabedal.¹⁹

Ao propor uma releitura dessas memórias, apreende-se então a respeito dos grupos com os quais a autora se identificava e como ela mesma se percebia, criando um sistema de imagens.²⁰ No momento da escrita estava assim em jogo não só a conservação das memórias de sua família, mas sua identidade individual e do grupo social ao qual pertencia. Conforme Peter Burke, as memórias são construídas por grupos sociais. Embora se reconheça que a lembrança fique a cargo dos indivíduos, de fato são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e como algo deverá ser lembrado.²¹

Nesse sentido, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de

¹⁸ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 46.

¹⁹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 407.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. p. 204.

²¹ BURKE, Peter. **Varieties of History Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 70.

uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. As lembranças de Anna Ribeiro, nessa perspectiva, expressam momentos gloriosos e festivos, como se o tempo da narrativa não fosse à sombra do tempo dos episódios narrados. Reforça-se, desse modo, a valorização do tempo passado em função do tempo presente.

A relação entre senhores e escravos, bem como as percepções de escravidão da autora são descritos de forma romântica em *Os longos serões do campo*. Em seu livro de memórias, ao relatar a partilha dos escravos pertencentes ao avô e tia, já falecidos, a narradora conta que essa situação provocou a separação dos cativos entre os herdeiros. Mas a família respeitou os laços familiares dos escravos, o que consistia num dos preceitos fundamentais de humanização dos subalternos. A memorialista descreve que todos os escravos correram aos pés de sua mãe, “porque ela os tinha em alta estima e os tratava quase como filhos”. Os cativos tinham medo de ir parar nas mãos de um dos tios de Anna Ribeiro, muito conhecido pela violência com que agia contra os escravos:

Minha mãe insistiu com Antonio Florêncio, pai de Manuel Paulino, um ancião bom e respeitável, para que ele se valesse da autoridade de pai para interceder pelos escravos. Aos escravos ela aconselhou que, se algum problema houvesse, fossem procurar o sábio ancião. Insistiu, ainda, que não deixassem de rezar e deu, aos que não tinham, imagens e registros de Nossa Senhora e de santos, dizendo-lhes que os tomassem por seus patronos. Deu-lhes também úteis conselhos, que os guiaram pelo caminho do dever, repetindo, talvez sem muita convicção, o dito usual: Não há mal senhor para o escravo bom. Acenou-lhes – e isto convictamente – com eterna recompensa que aguarda, na outra existência, os que sofrem com paciência os trabalhos desta vida, prometida por Cristo nestas palavras: Bem aventurados os que choram, porque serão consolados.²²

Prosseguindo as recordações sobre a partilha dos escravos de seus parentes, Anna Ribeiro descreve como eram tratados os escravos, dentro do engenho onde foi criada:

Naquele tempo em que os escravos eram considerados como seres muito inferiores ao senhor, acarretou-lhe isto algumas críticas de espíritos atrasados (...). Tendo ocasião não temia afrontar a opinião contrária, dizendo que o escravo era semelhante e como tal devíamos tratá-lo. Era lamentável, então, ver como até pessoas de boa índole eram

²² BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 31.

duras para com esses infelizes, pelo conceito errôneo de que as fazia encarar como seres muito diferente de nós. Usavam das frases mais ferinas para rebaixá-los, e, à força de humilhações e maus-tratos, chegavam eles às vezes a tal aviltamento, que se diria, não pertencerem, na verdade, à espécie humana. Entretanto, nas casas onde eram tratados com humanidade, encontravam-se belos espécimes nessa raça desprezada.²³

Nesse mesmo trecho, ela mostra a importância dos “manuais para moças” como forma de conferir sentido ao mundo, referindo-se claramente ao romance *A cabana do Pai Tomás*. Ao destacar a importância desse romance para a sua formação, lembra que sua mãe sempre repetia: “tratem-nos como homens, e eles procederão como homens; tratem-nos cães e eles procederão como cães”. A eficácia da fórmula para entender as relações senhor/escravo, na opinião de Anna Ribeiro, foi tanta, que em *Letícia* (1908), outro romance de sua autoria, indicou-a para as suas leitoras na voz do Senhor de engenho Travassos, pai da protagonista da trama:

[...] Sempre ouvi dizer que a escravidão traz vileza, mas eu muitas vezes respondia a essa máxima que julgava sedição (sic) com a frase da autora da *Cabana do Pai Tomás*. Tratem-nos como cães e eles vos tratarão como cães e eles procederão como cães: tratem-nos como homens e eles procederão como homens.²⁴

As mesmas frases repetidas por sua mãe seriam proferidas pelo personagem do mundo fictício criado por Anna Ribeiro. Não se pode deixar de notar, porém, que se, por um lado, no seu livro de memórias, a letrada rememorou um mundo “quase patriarcal”, harmonicamente composto por senhores/agregados/escravos; seria em *Letícia*, por outro lado, que ela discutiria a derrocada desse mundo e os traumas vividos pela elite após o fim da escravidão, como veremos mais adiante.

Diferentemente da narrativa de Anna Ribeiro, Joaquim Nabuco pautar-se-ia na crítica ao sistema escravista, perspectiva essa que acentua, ainda mais, as peculiaridades da trajetória de vida do abolicionista em comparação com a da ex-senhora de engenho. Na sua autobiografia, Joaquim Nabuco deixaria suas memórias, mas também seu pensamento político e uma análise profunda sobre as coisas de seu tempo. *Minha Formação* é um testemunho valioso daquele que foi

²³ Ibidem. p. 31.

²⁴ Ibidem. p. 68.

educado em um ambiente aristocrático e que, no entanto, passou sua existência voltada para a emancipação dos escravos. Dois capítulos de *Minha Formação – Massangana e A abolição* – lançam-nos mão de alguns aspectos bastante esclarecedores acerca das redes de sociabilidade em que Joaquim Nabuco estava inserido.

O primeiro, Massangana, é o nome de um engenho localizado no município do Cabo, em Pernambuco, onde Joaquim Nabuco passou a infância, morando com sua madrinha. Após a morte dela, ocorrida em 1857, o engenho viveria na memória de Nabuco como aquele espaço feliz da sua infância. A inversão feita por Nabuco, ao tratar da infância no vigésimo capítulo do livro ao invés de contá-la no início da obra, rompe com o tipo clássico de autobiografia. Além disso, enfatiza a questão da liberdade dos escravos como uma imagem constante em sua vida, enraizada já na sua infância: momento em que Nabuco tem a sua educação religiosa, é criado por uma ama-de-leite escrava e sente a falta de convívio com seus pais, os quais se encontravam na Corte.²⁵

No capítulo intitulado *A abolição*, Nabuco trata do movimento abolicionista que se iniciou em 1871, prolongando-se até 13 de maio de 1888, quando a lei Áurea foi assinada e a escravidão se tornou extinta no Brasil. O escritor registra nessa parte de seu livro duas amizades que lhe foram, politicamente, muito reveladoras: a amizade com André Rebouças e com Joaquim Serra. Importante observarmos que ele reproduz nesse capítulo uma carta e cita um trecho do diário de André Rebouças, realizando assim uma mistura de gêneros. Joaquim Nabuco, o qual afirma que seu arquivo é a sua contribuição para o estudo da Abolição, escreve em seu livro: “compare-se nesse ponto o que ela foi no Brasil com o que foi na América do Norte. No Brasil, a escravidão é uma fusão de raças; nos Estados Unidos, é a guerra entre elas”.²⁶

No conjunto da obra, segundo seus críticos, atesta-se ainda o mais contundente relato do sentimento de crise que acometeu as elites imperiais no contexto republicano e a mais vigorosa defesa de um futuro pautado pela tradição

²⁵ MARTINS, Matheus; TEIXEIRA, Marcos. Engenho, percurso e formação: um estudo das memórias de Joaquim Nabuco. *Revista de Literatura - 2005*, Belo Horizonte, p. 33-62, 2004.

²⁶ Idem.

brasileira. Um relato político apresentado com a elegância literária de que somente Nabuco seria capaz, pois, nele a literatura e a política caminhavam juntas, ou melhor, eram tidas como partes indissociáveis da imaginação estética aplicada à produção de uma *grande obra*, fosse ela o texto, a sua vida pública ou a nação.²⁷ *Minha Formação*, como afirma Gilberto Freyre no seu nono prefácio, converte-se em um dos primeiros e mais relevantes livros de cunho autobiográfico na tradição do pensamento brasileiro, uma vez que ao escrever suas memórias, Nabuco não só abordou aspectos marcantes da sua trajetória política-literária-existencial, como também contribuiu para explicar o momento em que viveu e atuou.

As diferentes intenções de narrativa são bastante evidentes em *Longos serões do campo* e *Minha Formação*. No entanto, não são só diferenças que marcam essas obras. Elas fazem parte, praticamente, de um mesmo contexto de produção (o pós-abolição), em que a escravidão é retomada e rende um novo sentido, agora saudosista. Tanto Anna Ribeiro quanto Joaquim Nabuco se apoiaram, em algumas passagens de seus textos, nas leituras de *A Cabana do Pai Tomás*, romance que serviu de “estímulo” para que os autores compreendessem melhor as relações entre senhor e escravo, assim como a forma de tratamento do primeiro frente ao último, que, por sua vez, portava-se, para os escritores, ora como vítimas, ora como algozes de um sistema opressor. Esse pensamento, contudo, ganha destaque quando os autores propõem interpretações acerca do processo de abolição, que deveria acontecer, no seu entender, sob o alicerce senhorial e por meio de uma transição da escravidão para a liberdade lenta, gradual e sem experiências traumáticas.

Até então, percorremos as diferentes trajetórias de vida e narrativas produzidas por Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco dentro do contexto da crise do sistema escravocrata e do Império. Mas, em que medida a recepção da leitura de *A Cabana do Pai Tomás* por esses autores pode nos ajudar a compreender alguns pontos de interlocução entre os discursos senhorial e abolicionista? Como Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco leram *A Cabana do Pai Tomás*? O que os aproxima ou, de alguma maneira, os distancia?

²⁷ MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2002.

Recepção, apropriação e [re]significação das leituras de *A cabana do Pai Tomás*

A Cabana do Pai Tomás é, antes de tudo, um manifesto abolicionista. A história focaliza a vida do Pai Tomás, um escravo afro-americano. Todos os personagens, escravos seus amigos e proprietários de escravos, giram em torno dele, a figura central. A trama caracteriza o conflito vivido entre os escravos norte-americanos e os ricos proprietários de terras no sul dos Estados Unidos. Um fato marcante da obra, ainda, é a venda e o afastamento de “Tom” da família devido às dificuldades econômicas pelas quais o seu dono passava.²⁸ Stowe detalha também - a partir de representações de determinadas práticas²⁹ - sobre o comércio legal de seres humanos e a forma desumana com que os senhores tratavam os negros a fim de obterem mais lucros em suas propriedades. Apesar disso, no romance, Pai Tomás se expressa através da generosidade, principalmente no caso em que procura ajudar seu amigo escravo Cassy a fugir, fato esse que resulta na morte do protagonista. Ao morrer, ele perdoa todos aqueles que o mataram. No livro, portanto, seu perdão evidencia o resgate do valor religioso da fé e, mais que isso, o reforço do imaginário do escravo como um ser resignado, dedicado, obediente e, sobretudo, leal ao senhor.

Das leituras de *A Cabana do Pai Tomás*, Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco extraíram um profundo aprendizado. Muitos dos temas discutidos em *Longos serões do campo* e *Minha Formação* seriam apropriados da obra de Stowe.³⁰ Ao ter, então, contato com *A Cabana do Pai Tomás*, Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco não apenas “receptionaram” a leitura da obra, como também se apropriaram dela e (re)significaram-na dentro do contexto no qual estavam inseridos. Nesse sentido, o exame de *Os longos serões do campo* e *Minha Formação* revela que seus idealizadores, apesar de se manterem passivos à leitura do romance de Stowe,

²⁸ LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

²⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n 5, 1991.

³⁰ Tais apropriações são aqui trabalhadas, como mencionamos ainda na introdução, dentro da perspectiva da História Cultural, uma vez que seu enfoque direciona a nossa análise para os mecanismos de produção e de recepção, que, por sua vez, são formas de produção cultural. BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 58. Como também propõe Chartier: “o social só faz sentido nas práticas culturais e as classes e grupos só adquirem alguma identidade nas configurações intelectuais que constroem”. CHARTIER, Roger. Op. Cit.

procuraram adequá-lo às suas pontuais exigências. Embora tivessem intenções de produção diferenciadas, tanto Anna Ribeiro quanto Joaquim Nabuco relataram em suas narrativas impressões acerca do momento histórico em que viveram e operaram. Assim, ambos recorreram ao passado escravista, no tempo da abolição e da implantação da República, para (re)lembrar os “bons tempos” de luta contra a escravidão (Joaquim Nabuco) ou de auge da família patriarcal (Anna Ribeiro), não rompendo totalmente com o discurso senhorial, tampouco com o fim da escravidão. Nas palavras de Joaquim Nabuco:

Nada mostra melhor do que a própria escravidão o poder das primeiras vibrações do sentimento... Ele é tal, que a vontade e a reflexão não poderiam mais tarde subtrair – se à sua ação e não encontram verdadeiro prazer senão em se conformar... Assim eu combati a escravidão com todas as minhas forças, repeli-a com toda a minha consciência, como a deformação utilitária da criatura, e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também minha alforria, dizer o meu *nunc dimittis*, por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo; e, no entanto, hoje que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: **a saudade do escravo**.³¹ [grifo nosso]

Saudade do escravo? Essa passagem de *Minha Formação* é, no mínimo, curiosa quando pensamos na contradição que há em um abolicionista alegar um sentimento de nostalgia e saudade do tempo da escravidão. Nos últimos anos, inclusive, houve um intenso debate em torno desse trecho da obra de Joaquim Nabuco.³² Para todos os efeitos, o que interessa notar é o fato de que o abolicionista não sentia saudade da escravidão enquanto instituição. Nabuco sentia falta, pelo contrário, das lutas contra o sistema, do clima de abolição e dos fervorosos discursos por ele realizados dentro e fora do Parlamento, especialmente quando se elegeu deputado, por duas vezes, em Recife.³³ Nabuco tinha saudade, no limite, dos “bons tempos da escravidão”, em que ocupava o lugar de abolicionista, de político e de intelectual na sociedade. Tinha saudade também da Monarquia que se findara; tinha saudade, enfim, dos tempos em que o Brasil precisava de pessoas como ele para pensar as reformas.

³¹ NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 137.

³² Uma versão polêmica desse debate é extraída em: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco?. **Estud. afro-asiát.**, v. 23, n. 1, jan./jun. 2001.

³³ NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1988.

Em outra passagem, Anna Ribeiro descreve de forma nostálgica e saudosista o sentimento de que a estrutura rural e senhorial se esvaia:

Tinha eu tão pouca idade, que não sei bem se as recordações que conservo foram todas desse primeiro jantar que me lembro de ter assistido, talvez algumas sejam de outros que participei, porque eram a repetição daquele com pequena diferença. A civilização parecia estacionária naquele abençoado cantinho onde se vivia uma vida quase patriarcal.³⁴

O “cantinho quase patriarcal” dá a ideia da perfeição que aquele mundo representava para a elite senhorial, resvalando entre o viver calmo dos longos serões e as celebrações temporãs. As festas, também presentes no romance de Stowe e inscritas, em alguns momentos da obra no universo discursivo do personagem Pai Tomás, contavam com a participação de cantores que entoavam músicas acompanhadas por violão. Era essa, até mesmo, uma oportunidade para que os jovens arranjasse casamento, visto que era um dos poucos momentos que as moças apareciam em público.

Eram momentos reservados para o encontro da elite, sendo apenas permitida a presença de agregados que “mereciam” certa estima dos proprietários. Por vezes, ao final da festa, os escravos pediam aos senhores para festejarem também, e, caso fosse permitido, dançavam sambas e lundus no terreiro do engenho. Essas “concessões” oferecidas pelo “sinhozinho” compunham estratégias bem delimitadas, e visavam ao estabelecimento de relações “harmoniosas” entre senhores e escravos.³⁵

A escravidão, a abolição e seus efeitos, o fim da Monarquia e o início da República, são temas que se entrelaçam quando Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco escrevem suas obras. Se as analisarmos criticamente, veremos que, na realidade, os autores partem de lugares e olhares diferentes, ou melhor, muito diferentes! Todavia, uma leitura ainda mais atenta nos permitirá perceber que tanto a ex-senhora de engenho quanto o abolicionista nutriram, em suas narrativas, discursos voltados à representação de um passado que estava mais ligado às heranças da

³⁴ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 46.

³⁵ Ibidem. p. 54.

escravidão do que, propriamente, relacionado com a ruptura de um sistema que, segundo eles, degradava escravos e senhores.

Nesse sentido, Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco lamentavam não só os efeitos das mudanças individualmente, como também lastimavam tais mudanças no cenário local e nacional. Para Joaquim Nabuco:

A questão é que essa raça ainda não tem as garantias necessárias para o homem livre trabalhar. **Se há queixas de que o negro é vadio, de que é ladrão, vagabundo**, pergunta: qual foi a raça no mundo que jamais aprendeu a respeitar a propriedade senão pela educação que recebeu nessa propriedade? Há raça que, privada de tudo, já atingiu a qualquer grau de moralidade possível? A educação se faz na prática pela liberdade, pela moralidade, pelo trabalho. Como educaram os fazendeiros aos ex-escravos para exigir deles hoje procedimento diverso? Não os educaram absolutamente: pensaram que nunca havia de chegar o momento de libertação, não os prepararam para serem os seus trabalhadores livres. Não é uma acusação que o orador faz aos fazendeiros; nunca atacou a classe agrícola, ataca o sistema que é seguido.³⁶ [grifo nosso]

Assim como Joaquim Nabuco, visto por Vamireh Chacon como um “revolucionário-conservador”, Anna Ribeiro, em *Letícia*, faz alusão aos últimos acontecimentos ocorridos na Bahia e no Brasil:

Dera-se o golpe de Estado que acabara com o elemento servil. Esta medida necessária, pode-se até dizer imprescindível em um país que se preza de civilizado, foi extemporânea e imprevidente, que acarretou as mais desastrosas consequências. Extemporânea, porque o golpe foi dado ao começar a colheita, e os lavradores além de ficarem sem os escravos, perderam sua safra que os reduziu à situação mais precária. Imprevidente, porque passo algum deu o governo para a garantia dos ex-senhores nem para a organização do trabalho dos libertos. **Entregando-se estes à vadiagem**, daí há pouco tempo, de fome, e aqueles a conhecer as **privações da pobreza**, tão dura de sofrer quando se está habituado ao conforto da abundância.³⁷ [grifos nossos]

Nas suas memórias, Anna Ribeiro narrou, obviamente, apenas o que elegeu como “memorável”. Foi em romances como *Letícia* que, sob a égide da prosa ficcional, ela expôs o caráter “traumático” do fim da escravidão para o seu grupo social. São então memórias subterrâneas, inscritas nas metáforas dessa

³⁶ CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador**. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 43.

³⁷ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. Op. Cit., p. 40-41.

modalidade de escrita, que, como afirmamos acima, denotam o imaginário e a formação das memórias da elite sobre esse evento.

Seja nas memórias, romances ou nos relatos feitos pelos antigos senhores de escravos, a abolição aparece como ruptura decisiva dos padrões, etiquetas e valores estabelecidos na ordem escravista. Havia um interesse político e ideológico dos senhores em conceber a abolição nesses termos. A ideia de ruptura servia como importante argumento para mostrar o quanto a classe senhorial havia sido abandonada e injustiçada pela decisão do governo imperial de abolir a escravidão. E, mais que isso, havia também o fato de que a abolição não fora precedida nem pela indenização, nem por leis complementares que garantissem algum controle sobre os libertos. Muitos senhores de grandes engenhos na Bahia, como Anna Ribeiro, denunciavam em diversos artigos publicados na imprensa que o “13 de maio” significou “a perturbação geral do trabalho”, em consequência da “desmoralização” e das fugas por “ingratidão”; alegaram “preguiça” desmedida por parte dos libertos e que estes nada mais fizeram senão “vadiar”, “sambar” e “embriagar-se”. Além de viverem “naturalmente” as paixões mais “desregradas”, os “vícios” e a prática da “desobediência”.³⁸

Em carta a André Rebouças (1893), Nabuco também protestou pelos últimos ocorridos:

Os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando escravos, porque hoje são livres, isto é, responsáveis, antes eram máquinas, cuja sorte Deus tinha posto em outras mãos. Hoje estas reminiscências [da abolição] produzem uma tristeza, uma melancolia indizível... Quantos idílios! [...]. Quantas ilusões!... Julgávamos que restituída a liberdade dos escravizados, ia nosso país iniciar um período de paz, de felicidade e de incessante progresso; - “Idade de Ouro” que os filantropos supõem sempre chegada e que, no entanto, ainda está longe, muito longe, nos séculos por vir.³⁹

As queixas de Nabuco ao amigo André Rebouças representam a inquietação daqueles que encabeçaram parte do movimento abolicionista. Assim como a

³⁸ Fraga Filho deu conta da matéria em: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. São Paulo: Unicamp, 2006.

³⁹ NABUCO, Joaquim. Registro de Correspondência. **Carta a André Rebouças**. Fundação Joaquim Nabuco – Recife (FJN)/LABHOI-UFF (cópia digitalizada), Coleção André Rebouças: Registro da Correspondência, Vol IV (1891-1892); Registro da Correspondência, Vol V (1892-1893).

escravocrata Anna Ribeiro, Joaquim Nabuco se mostrou descontente com os resultados do fim da escravidão no Brasil. Se para o abolicionista a emancipação dos escravos haveria de ser feita através de uma lei votada em Parlamento, e não em quilombos ou nas ruas,⁴⁰ para a ex-senhora de engenho a abolição também deveria ocorrer de maneira pacífica e sem grandes perturbações sociais.⁴¹ Daí a necessidade de as elites brasileiras pensarem os rumos do país, não deixando o escravo tomar a iniciativa do processo que findaria com o sistema escravista, como exemplarmente demonstraria o caso do Haiti.⁴²

Dessa maneira, o escravo era apresentado na visão de Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco como um ser pacífico e incapaz de pensar sozinho ou de agir conscientemente, um “incivilizado” e carente de tutela. Como uma criança, o cativo precisaria de um “pai” para nortear suas condutas. Tanto em *Longos serões do campo* quanto em *Letícia*, as estratégias de estigmatização reconstruíam imagens de senhores e senhoras de engenhos “bons”, escravos “resignados” que reconheciam os esforços de seus amos e escravos “ingratos” e “rebeldes”. Já nos discursos de Joaquim Nabuco, é recorrente aparecer um maniqueísmo envolvendo senhores egoístas e escravos solidários e generosos, em que esses últimos, quando revoltados, configuravam-se apenas como vítimas de um sistema opressor. Do ponto de vista legal, o caso do escravo Tomás atesta o caráter dessa afirmação. Réu de morte defendido em júri pelo até então estudante de Direito no Recife Nabuco, o preto Tomás seria acusado de matar, em 1868 (após ser amarrado e açoitado publicamente), um de seus perseguidores. Preso, processado e condenado à pena de morte, o cativo fugiria uma vez mais, depois de sentenciado, fazendo nova vítima: o guarda da prisão. Em sua defesa, o advogado Nabuco alegaria que, tais crimes, foram, na realidade, impulsionados por outros dois: a escravidão e a pena de morte. O argumento dele não podia ser mais claro: sem a escravidão, não haveria o primeiro assassinato. Por sua vez, sem a pena de morte, não existiria a

⁴⁰ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 18.

⁴¹ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 41 e 42.

⁴² O assunto é amplo e muitos pesquisadores já se debruçaram sobre a questão. Boa parte da bibliografia a qual nos referimos foi comentada e discutida no artigo de MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. **Revista de Índias**, v. LXXI, n. 251, 19-52, 2011.

fuga e, conseqüentemente, o segundo homicídio. No fundo, Tomás seria apenas um fruto amargo de leis, de uma sociedade e de um sistema de produção, no entender de Nabuco, “corrompidos”.⁴³

E foi nesse sentido que a leitura e apropriação de *A Cabana do Pai Tomás* se tornou referência na vida e na obra de Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco, uma vez que as ideias do romance resvalaram-se sobre o pensamento [paternalista] trabalhado em *Os longos serões do campo* e em *Minha Formação*.⁴⁴ Muitas das passagens da obra da estadunidense inspiraram os nossos oitocentistas. Stowe, que conheceu de perto o cenário que narrou, concluiria assim o seu opúsculo:

Nenhum de vocês haverá de sofrer o que ele sofreu. Mas não se enganem. Agora vocês estão livres. Lembrem-se sempre, porém, do velho Pai Tomás. Por sua **resignação, fidelidade e bondade, e pelo seu grande amor a Deus**, ele morreu mais livre do que muitos que já nasceram livres. Paz à sua alma.⁴⁵ [grifo nosso]

Ora, a lição que tiramos com a abordagem de Stowe é que a dominação existe e deve ser legitimada. Só que, contudo, essa dominação deve se expressar por meio de uma forma branda e paternal, em que uma classe domine a outra hegemonicamente. Sendo os conflitos, assim, exibidos não como forma de resistência na luta de classes ou uma contra hegemonia, mas sim representados pela resignação do escravo, que é o elo mais fraco do conflito e, portanto, mais generoso e mais digno da verdadeira liberdade: a divina.

No capítulo intitulado “Patrícios e Plebeus”, do livro *Costumes em comum*, Thompson demonstra que o conceito de *Paternalismo* não comporta uma relação, mas implica o oposto, ou seja, uma via de mão única, sugerindo manipulação. Nesse viés, a história se passa no nível superior, em que convivem a astúcia, a habilidade, o plano e a iniciativa, pouco importando o que vem debaixo. Ademais, Thompson sugere que o paternalismo parte de uma relação mutuamente consentida, no qual um tem noção do seu poder e o outro assume o caráter de submissão. De tudo isso

⁴³ NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 58-60.

⁴⁴ O capítulo intitulado *Massangana* é aquele em que Nabuco retoma a sua infância e os seus primeiros contatos com a escravidão. Nele o autor faz referência ao romance abolicionista de Stowe.

⁴⁵ STOWE, Harriet B. **A Cabana do Pai Tomás**. 2ª ed. Reform. São Paulo. Ediouro, 2001. p. 174.

resulta o não reconhecimento do conflito de classes e, destarte, o desconhecimento da história das classes subalternas.⁴⁶

Dito isso, *A Cabana do Pai Tomás* fundamenta as bases do pensamento paternalista apropriado e (re)significado por muitos abolicionistas e senhores de engenhos a partir da segunda metade do século XIX, como foi o caso dos autores aqui analisados. Anna Ribeiro e Joaquim Nabuco aproximam-se quando retomam o discurso senhorial em suas narrativas, no contexto saudosista do pós-abolição. A recepção que ambos promoveram da leitura de *A Cabana do Pai Tomás* serve-nos de ponto de apoio para compreender o argumento de que os oitocentistas não romperam totalmente com a escravidão em tempos em que ela, felizmente, não mais existia.

Conclusão: dois atores entre a escravidão e a liberdade

Muito ainda poderia ser escrito sobre Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt e Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. Se, por um lado, a biografia e as duas representações de mundo escravista, como elucidadas, de certa forma distanciam os agentes históricos em foco; por outro lado, a recepção, apropriação e [re]significação que ambos materializaram a partir do romance abolicionista *A Cabana do Pai Tomás* denunciam uma aproximação das narrativas produzidas, sobretudo no sentido de uma leitura paternalista, senhorial e saudosista daqueles tempos de escravidão, retratados, agora, por sua vez, numa época bem diferente: a de liberdade.

As representações de Anna Ribeiro sobre a queda da instituição escravista guardaram certa proximidade com as dos numerosos senhores e senhoras do Recôncavo baiano que, assim como ela, se “despediam” do cativo. Preocupavam-se assim com a extinção lenta e gradativa da escravidão, bem como com a permanência das relações paternalistas que, na ótica senhorial, ajudariam a conformar o quadro de dominação existente. Corroborando então com a manutenção de um determinado pacto social, mesmo com a desarticulação do sistema as elites baianas defenderiam o posicionamento de que o Estado deveria

⁴⁶ THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

“amparar” os outrora donos de escravos, legando a eles certos “direitos”, como, por exemplo, o de indenização por “abrirem mão” da propriedade escrava, “concedendo-lhe” a desejada liberdade. Com efeito, ao não ocorrer o que esperavam, as elites baianas, tão bem lembradas na autora de Longos serões do campo, adotariam um discurso de que o fim do escravismo, da forma como se deu, provocou-lhes um efeito traumático, além de constituir-se como a causa maior do seu declínio econômico e político.

Quanto a Joaquim Nabuco, o seu perfil de liderança no movimento abolicionista - motivado, em muitos aspectos, pela sua capacidade de articulação social e política e pela sua habilidade em interagir com grupos de abolicionistas internacionais -, ainda no contexto de desagregação do sistema escravista, pareceu ter sido deixado inteiramente de lado dois anos depois da abolição, quando escreveria o seu livro de memórias. Seu ativismo e militância da juventude, na década de 1870, e o seu reformismo social, na década de 1880, contrastariam, sem dúvida, com a sua fase mais nostálgica, nos anos de 1900. Contudo, se tais personagens, inseridos numa mesma figura, devem ser explicitados e lembrados tendo em vista o contexto histórico que marcou suas “diferentes vidas”, é porque, no fundo, todos eles, de alguma forma, estariam entrelaçados à escravidão. Em síntese, uma frase aqui já mencionada retoma, antes, uma ideia, porém igualmente uma visão de mundo que, acreditamos, facilmente caberia em quaisquer momentos da trajetória de Nabuco, seja na escravidão ou na liberdade: *“a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”*.

Em outras palavras, resumidamente, o fim da escravidão no país evidenciaria “efeitos traumáticos” em abolicionistas como Nabuco, mas também na própria classe senhorial de Anna Ribeiro, ainda que a sua derrocada final ocupasse, há muito, o seu horizonte de expectativas. Tais sequelas, por mais que se tente pensar o contrário, não seriam simplesmente esquecidas naquela realidade. Daí que extraímos o argumento de que o abolicionismo de Joaquim Nabuco não teria causado um apartamento completo com o discurso senhorial de Anna Ribeiro. Daí que os nossos atores extrairiam, portanto, a experiência conjunta da leitura do romance de Mrs. Stowe.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco?. **Estud. afro-asiát.**, v. 23, n. 1, jan./jun 2001.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo: Infância e juventude**. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. **Leticia: Romance original**. Salvador: Litho-Typ. E Encadernação Reis & Cia, 1908.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, Marcelle Danielle de Carvalho. **Um mosaico de fatos: produção e circulação de literatura sobre a escravidão nos Estados Unidos em meados do século XIX – A Cabana do Pai Tomás e os romances anti-tom's**. Ouro Preto, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.
- BURKE, Peter. **Variiedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.
- COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco: entre a política e a história**. São Paulo: Annablume, 2003.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. São Paulo: Unicamp, 2006.
- GILENO, Carlos Henrique. **Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império**. São Paulo: Annablume, 2013.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo, 2007.

- KOLCHIN, P. L'approche comparée de l'étude de l'esclavage: Problèmes et perspectives. In: COTTIAS, M.; STELLA, A.; VINCENT, B. (Ed.) **Esclavages et dépendances serviles: Histoire comparée**. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 283-301.
- LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. **Revista de Índias**, v. LXXI, n. 251, p. 19-52, 2011.
- MARTINS, Matheus; TEIXEIRA, Marcos. Engenho, percurso e formação: um estudo das memórias de Joaquim Nabuco. **Revista de Literatura**. Belo Horizonte: Associação Pré-UFMG, 2004.
- MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2002.
- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- __. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- __. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- __. **Campanha abolicionista no Recife**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1988.
- __. **Um estadista do Império**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- __. Registro de Correspondência. **Carta a André Rebouças**. Fundação Joaquim Nabuco – Recife (FJN)/LABHOI-UFF (cópia digitalizada), Coleção André Rebouças: Registro da Correspondência, Vol IV (1891-1892); Registro da Correspondência, Vol V (1892-1893).
- OLIVEIRA, Marcelo Souza. **Uma senhora de engenho no mundo das letras**. Salvador: EDUNEB, 2009.
- __. Amável redentora: modelos femininos em Letícia de Anna Ribeiro. **Revista e História e estudos culturais**, ano 5, v. 5, n. 3, jul.-set. 2008.
- __. Uma senhora de engenho intelectual: literatura, história e tipologia social em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930). **Gláuks**, v. 7, n. 1, p. 119-148, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: Um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

STOWE, Harriet B. **A Cabana do Pai Tomás**. 2ª ed. Reform. São Paulo. Ediouro, 2001.

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *In*: __. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Marcelo Souza Oliveira. Rua dos Antúrios, 295, Planalto II.

Catu-BA. CEP: 48.110-000. Brasil.

Rogério Barreto Santana. Rua das Massarandubas, quadra 02, casa 04.

Bairro: São Félix, Valença-BA. CEP: 45.400-000. Brasil.

DE ÍNDIOS, CAMPONESES, BANDIDOS E DOENTES: A FACETA POPULAR DA REVOLUÇÃO MEXICANA NOTICIADA POR GRANDES JORNAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS – UMA ANÁLISE COMPARADA (1910-1914)

Natally Vieira Dias¹

Departamento de História
Universidade Estadual de Maringá

Recebido: 01/04/2016
Aprovado: 13/05/2016

Resumo: Este artigo compara a repercussão dos primeiros anos da Revolução Mexicana nos grandes diários brasileiros e argentinos, representados por *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo* e *Minas Gerais*; *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*. O foco do trabalho é compreender como um movimento de intensa participação popular, sobretudo camponesa, foi interpretado e noticiado por órgãos de imprensa ligados a grupos das elites sociais de seus respectivos países e marcadamente vinculados ao universo urbano.

O uso do método comparativo permitiu aprofundar a análise no sentido de colocar em destaque as nuances envolvidas nas interpretações produzidas pelos editores dos jornais sul-americanos, evidenciando elementos como a dissociação das facetas política e social do processo revolucionário mexicano e, sobretudo, as diferentes identificações – como camponeses, índios, etc. – dos grupos populares que participaram da Revolução Mexicana.

Palavras-chave: Revolução Mexicana; Participação Popular; Imprensa Sul-Americana.

DE INDÍGENAS, CAMPESINOS, BANDIDOS Y ENFERMOS: LA FACETA POPULAR DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA NOTICIADA POR GRANDES PERIÓDICOS BRASILEÑOS Y ARGENTINOS: UN ANALISIS COMPARATIVO (1910-1914)

Resumen: Este artículo compara la repercusión de los primeros años de la Revolución Mexicana en grandes diarios brasileños y argentinos, representados por *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo* y *Minas Gerais*; *La Prensa*, *La Nación* y *La Razón*.

El objetivo principal es comprender cómo ese movimiento de gran participación popular, sobre todo campesina, fue interpretado y noticiado por órganos de prensa vinculados a grupos de las élites de sus respectivos países y señaladamente afines al universo urbano.

A través de la comparación se profundiza el análisis en el sentido de poner en tela los matices de las interpretaciones producidas por los editores de los periódicos sudamericanos, evidenciando elementos como la disociación entre las facetas política y social del proceso revolucionario mexicano y, principalmente, las distintas identificaciones – como campesinos, indios, etc. – de los grupos populares que participaron en la Revolución Mexicana.

Palabras clave: Revolución Mexicana; Participación Popular; Prensa Sudamericana.

¹E-mail: natyvdias@gmail.com.

A Revolução Mexicana foi um evento histórico de grande repercussão internacional, tendo sido um dos mais noticiados pelas agências transnacionais de notícias antes da eclosão da Primeira Guerra. A grande imprensa latino-americana, como um privilegiado espaço do debate político da época, desenvolveu interpretações e suscitou discussões sobre os acontecimentos mexicanos desde o início do movimento revolucionário. Neste artigo, apresentamos uma análise comparativa de como os eventos dos primeiros anos da Revolução Mexicana – principalmente a participação popular no movimento revolucionário – repercutiram em alguns dos principais jornais brasileiros e argentinos da época: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro; *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Minas Gerais*; e os portenhos *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*.²

A modalidade da história comparada empregada neste trabalho remonta à bem conhecida proposta de Marc Bloch, de comparar sociedades sincrônicas e geograficamente próximas, partindo de um fenômeno histórico específico.³ Como bem sintetizou José D'Assunção Barros como sendo característico dessa “história comparada probematizadora”, trata-se de “examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas”.⁴ Acreditamos que uma análise desse tipo apresenta-se bastante pertinente em estudos sobre países latino-americanos, já que os “paralelismos históricos”⁵

²A escolha dos jornais para a comparação procurou contemplar a região mais expressiva de cada país dos pontos de vista político, cultural e econômico, o que fez com que, no cenário brasileiro, não nos ativésemos aos periódicos da então capital federal. No caso argentino, ao contrário, todos os diários tomados como fonte são de Buenos Aires, já que a cidade concentrava uma proeminência nacional quanto aos três aspectos. No contexto brasileiro, o jornal *Minas Gerais* possui uma especificidade na comparação com os demais, por tratar-se do órgão oficial do governo do estado. Consideramos que a escolha de um jornal mineiro é de grande relevância, já que o estado era uma das principais forças políticas do país à época; no entanto, o mais importante periódico noticioso de Minas era o próprio diário oficial, que dedicava, inclusive, um significativo espaço aos assuntos internacionais. Assim, atentando-nos para a necessidade de levar devidamente em conta a especificidade deste jornal ao compará-lo com os outros estudados, consideramos que utilizá-lo na comparação também permite enriquecer a análise com a inclusão de uma “voz do poder”.

³BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: __. **Mélanges historiques**. Tomo 1. Paris: SEVPEN, 1963. p. 18-19. As citações e referências indiretas à bibliografia em língua estrangeira foram traduzidas pela autora deste artigo.

⁴BARROS, J. D'A. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007. p. 20.

⁵A expressão é do historiador francês Alain Rouquié e refere-se aos grandes marcos históricos que perpassam a história dos países latino-americanos, tais como a colonização, iniciada no século XVI, e as independências políticas em inícios do XIX. (ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente: introdução à América Latina**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 28). Para o período abordado neste

existentes entre essas sociedades tendem a potencializar a percepção de similitudes e também tornar mais evidentes as especificidades de cada contexto nacional, quando tomamos conjunto continental como referência.⁶

Assim, empregamos a comparação como base metodológica para analisar como um movimento revolucionário de inegável alcance popular, como o iniciado em 1910 no México, foi interpretado por setores das elites político-intelectuais à frente de órgãos da grande imprensa⁷ em dois outros cenários nacionais (Brasil e Argentina), que apresentavam demandas políticas e sociais semelhantes às existentes no contexto mexicano.

O processo revolucionário iniciado em 1910 no México foi o primeiro e mais radical dos movimentos de derrubada da ordem oligárquica que marcaram a primeira metade do século XX na América Latina. Muitas das demandas sociais envolvidas na Revolução Mexicana – tanto reivindicações trabalhistas quanto de reforma agrária, que incluíam desde uma distribuição mais justa da terra até a manutenção das terras comunais indígenas – encontravam-se presentes em outros países latino-americanos, o que transformava a experiência revolucionária daquele país em um possível catalisador de movimentos sociais em outros países da região. Além da existência de demandas sociais semelhantes, a notícia da deflagração do

artigo, destacamos como elemento sincrônico dessas sociedades a intensa modernização socioeconômica experimentada desde as últimas décadas do século XIX e comportada, no plano político, por regimes oligárquicos, tais como a ditadura de Porfirio Díaz no México, o regime do “unicato” do Partido Autonomista Nacional (PAN) na Argentina e a Primeira República no Brasil.

⁶Sobre os usos da história comparada em estudos sobre sociedades latino-americanas, consultar: PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

⁷O termo “grande imprensa” refere-se aos grandes jornais-empresa latino-americanos surgidos na segunda metade do século XIX, no contexto da modernização, caracterizados por grandes tiragens, preços mais acessíveis, informação ágil e significativo espaço para publicidade, sendo definidos por sua independência estrutural em relação ao Estado ou a quaisquer grupos políticos aos quais pudessem se vincular. À exceção do jornal *Minas Gerais*, que era o diário oficial do governo do estado, todos os outros órgãos de imprensa analisados neste trabalho possuíam tal perfil. O próprio jornal mineiro, apesar de seu caráter oficial, cumpria também o papel de imprensa de notícias no período, visto que ainda não havia uma grande imprensa consolidada em Minas. A respeito do desenvolvimento histórico da imprensa brasileira, o clássico livro de Nelson Werneck Sodré, **História da imprensa no Brasil**, continua sendo uma referência obrigatória. Em obra mais recente, Marialva Barbosa desenvolve uma análise sobre o tema, circunscrevendo-se à cidade do Rio de Janeiro: **História social da imprensa. Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. No caso da Argentina, são fundamentais os trabalhos de Sylvia Saítta, especialmente o artigo “El periodismo popular en los años veinte”. In: FALCÓN, R. **Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 229-282; 435-469.

movimento mexicano encontrou, no Brasil e na Argentina, cenários políticos de muita tensão, marcados por fortes debates e divisões dentro das próprias elites políticas a respeito da necessidade, ou não, de uma maior abertura de seus regimes oligárquicos.

No caso argentino, em 1910 a ala reformista do Partido Autonomista Nacional (PAN) – que dominava a política do país no período – assumiu o poder e, em 1912, aprovou uma lei que instituía o voto secreto e obrigatório a todos os homens maiores de 18 anos. Desde então, até os resultados práticos dessa lei potencialmente democratizante – que viriam nas eleições de 1916 –, o cenário político argentino esteve profundamente marcado pelo debate entre os partidários do reformismo e os que pretendiam conservar a ordem oligárquica.⁸ Discussões semelhantes ocorriam no Brasil e giravam em torno das feições do regime republicano recém instalado. Especificamente no período analisado, a candidatura e posterior eleição do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, aprofundou ainda mais o debate, recolocando a questão do militarismo que havia dominado o início da República, principalmente a partir das intervenções militares realizadas pelo governo federal nos estados que não haviam aderido à candidatura do marechal.⁹

No caso brasileiro, a difícil situação política foi agravada pela emergência de intensos conflitos sociais, principalmente no campo, conferindo um caráter crítico ao governo heremista. As intervenções militares nos estados acabaram desencadeando disputas locais e, em alguns casos, intensificando os conflitos sociais rurais, que foram outro grande foco de tensão do período. Um dos conflitos mais emblemáticos desse contexto ocorreu no Ceará, onde a intervenção federal, em 1912, desembocou numa longa luta de facções, que durou até 1914. A disputa entre as elites locais, agravada pela intervenção, ligou-se, ainda, ao conflito popular de origem religiosa que envolvia o padre Cícero, na região de Juazeiro, e acarretou

⁸ Sobre a ordem oligárquica argentina e os debates e disputas que marcaram o cenário político do país no período abordado, consultar: BOTANA, N. **El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916**. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.; BOTANA, N.; GALLO, E. **De la república posible a la república verdadera (1880-1910)**. Buenos Aires: Emecé, 2007.

⁹ As intervenções federais foram realizadas com apoio do Exército e sob o respaldo do recurso intervencionista disposto na Constituição, sendo justificas como necessárias para a “salvação da democracia”, em nome da “depuração do regime republicano”. Cf. SOUZA, M. C. C. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 204.

uma forte mobilização de grupos de cangaceiros. Contemporaneamente aos conflitos no nordeste, desencadeou-se, na região sul, a Guerra do Contestado. Esses dois conflitos, caracterizados enquanto “manifestações políticas da religiosidade popular”,¹⁰ encontravam suas raízes na situação de marginalização das populações camponesas, que não se distanciava muito daquela enfrentada por boa parte dos mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário.

Foi, portanto, em meio a conturbados cenários nacionais que brasileiros e argentinos tomaram conhecimento do início da revolução do México, um movimento que emergia de críticas ao sistema político muito semelhantes às existentes em seus próprios países, mas que logo se radicalizava incorporando demandas sociais e deitando abaixo a ordem oligárquica através das armas e com enorme participação popular.

A Revolução Mexicana via agências transnacionais de notícias: origens de uma visão pejorativa dos revolucionários mexicanos

A repercussão dos acontecimentos dos primeiros anos da Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos foi bastante significativa, se considerarmos que se tratavam de eventos ocorridos em um espaço geograficamente distante e sem implicações diretas sobre os dois países sul-americanos. Entre 1910 e 1914, centenas de notas telegráficas e pequenas notícias sobre o México foram publicados em grandes órgãos de imprensa, tanto do Brasil quanto da Argentina, e, no mesmo período, a situação mexicana também ganhou destaque em editoriais e artigos assinados em importantes jornais de ambos os países.

A presença sistemática do processo revolucionário mexicano na imprensa sul-americana se explica, em grande medida, pela intensa difusão internacional que o tema alcançou, através das agências de notícias, que configuravam, já naquele momento, uma rede mundial de informação dominada por grandes

¹⁰ HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 123.

agências transnacionais.¹¹ Como os jornais brasileiros e argentinos não possuíam enviados no México e, em geral, não tinham acesso direto a fontes mexicanas, a imprensa internacional foi sua principal fonte de informações sobre os acontecimentos do país revolucionário.

A dependência quase que exclusiva de informações fornecidas pelas agências de notícias, no que dizia respeito aos assuntos internacionais, criava um cenário que tendia à homogeneização do discurso dos jornais no âmbito da publicação de notas informativas sobre acontecimentos ocorridos em outros países. Essa tendência excedia à dimensão do conteúdo e permeava, inclusive, a forma dessas notícias, que quase nunca extrapolava o formato típico da nota telegráfica. Obviamente esse panorama teve implicações importantes sobre a abordagem do tema da Revolução Mexicana nos jornais analisados. Pelo menos no início do movimento mexicano, o assunto tendeu a ser tratado de forma fragmentária e descontextualizada, a partir do “padrão do ‘fato’”, “normatizado e controlado pelas agências [de notícias]”. Como mostram os estudos de Maurice Mouillaud sobre a relação entre forma e conteúdo no discurso da imprensa, é esse “padrão” informacional que submete os acontecimentos, independentemente de sua natureza ou origem, a um mesmo formato, baseado no princípio da agilidade, o que implica fatalmente na descontextualização dos acontecimentos, decorrente da priorização da informação em detrimento da análise.¹²

Em relação ao conteúdo, as notícias reproduzidas pelos jornais estudados permitem observar que circulavam pela imprensa internacional informações predominantemente negativas e inclusive pejorativas em relação ao México, aos mexicanos e ao movimento revolucionário que ocorria naquele país. De uma forma geral, o discurso veiculado pelas notas telegráficas distribuídas pelas agências de notícias esteve caracterizado pela ênfase na violência do processo revolucionário, com destaque para supostos atos de barbárie atribuídos genericamente aos

¹¹As principais agências de notícias do período eram a francesa Havas, a alemã Wolff e a estadunidense Associated Press. Sobre o surgimento e a história das agências internacionais de notícias, ver: REYES MATTA, F. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: _____. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 55-72.

¹²MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 32-5.

“revolucionários mexicanos” ou, em grande parte dos casos, aos “zapatistas”. Em geral, costuma-se identificar que “o telégrafo estadunidense foi o responsável por difundir, nos dois lados do Atlântico, falsas notícias, muitas vezes injuriosas, a respeito do México e de sua Revolução.”¹³ Mas a questão da produção e veiculação de notícias detratadoras e infundadas sobre os revolucionários mexicanos durante a guerra civil parece ser ainda mais complexa.

De fato, é possível atribuir principalmente aos Estados Unidos e, mais particularmente, à agência Associated Press – que já estava incluída no cartel da informação ao lado da francesa Havas, da inglesa Reuther e da alemã Wolff – a origem da maior parte das notícias sobre o México revolucionário que circulavam internacionalmente. Essa situação decorria do fato de que essas agências operavam por meio de um sistema de intercâmbio de notícias, pelo qual a estadunidense era a responsável pela captação das mesmas em toda a América do Norte. No caso das informações sobre o México, a situação que se configurava era a seguinte: embora, pelo sistema de acordos que vigorava entre as agências, a francesa Havas fosse a responsável pela distribuição de notas telegráficas para a América do Sul, as notícias referentes à parte norte do continente eram, em geral, captadas pela estadunidense Associated Press.¹⁴ Essa situação é evidenciada nas páginas dos jornais estudados, posto que a grande maioria das notícias sobre o México, tanto no caso do Brasil quanto no da Argentina, apontava a agência Havas como fonte das informações, mas, em sua maior parte, essas mesmas notas indicavam os Estados Unidos como lugar de onde teriam se originado as informações. Algumas vezes as notas remetiam diretamente sua origem à agência estadunidense, mas mesmo quando se tratavam de notícias que apontavam a Havas como fonte, seu lugar de origem era normalmente atribuído aos Estados Unidos.

Por outro lado, é necessário ressaltar que o aspecto geral das notícias detratadoras dos revolucionários mexicanos, reproduzidas nos jornais sul-

¹³YANLELEVICH, P. **Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930**. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997. p. 83-4.

¹⁴Sobre a atuação das agências transnacionais de notícias através do sistema de acordos no período abordado, cf. REYES MATTA, A evolução histórica... Op. Cit. e BARBIER, F.; LAVENIR, C. B. **Historia de los medios: de Diderot a Internet**. Buenos Aires: Colihue, 2007. p. 147-174.

americanos a partir das informações provenientes da imprensa internacional, revelam exatamente os mesmos traços da “visão contra insurgente”, identificada pela historiadora Daniela Marino como tendo sido produzida por órgãos de imprensa de dentro do próprio México. Segundo a autora, o principal alvo desse discurso foi o movimento liderado por Emiliano Zapata, cuja organização foi questionada e enfatizado seu suposto estado primitivo e semisselvagem. Os camponeses sulistas foram descritos por meio do emprego de termos barbarizantes, tais como “hordas”, “ferozes” e “bandidos”, e seu principal líder identificado como “o Átila do sul”. A ênfase desse tipo de notícias recaiu quase sempre em fuzilamentos e outros atos de barbárie supostamente praticados pelos zapatistas, além da difusão de rumores de assassinato dos principais líderes do movimento. Ainda segundo Marino, o fato do zapatismo ter sido o movimento revolucionário mais estigmatizado pelo discurso contra insurgente pode ser explicado, em grande medida, por sua composição social majoritariamente indígena, além de camponesa e analfabeta.¹⁵

No que diz respeito à apropriação que os jornais argentinos e brasileiros fizeram das informações que circulavam sobre o México através da imprensa internacional, cabe notar que, ainda que essas notícias tenham influenciado diretamente suas abordagens sobre a Revolução Mexicana, as interpretações produzidas pelos editores dos periódicos em momento algum foram condicionadas pelas notas recebidas. Ao contrário, mesmo no início do movimento mexicano, quando os diários sul-americanos praticamente se limitaram à publicação de notas telegráficas, as referências que fizeram aos acontecimentos do México foram muito distintas e a simples seleção das notas recebidas, realizada pelos editores de cada um dos jornais, atesta a diversidade de abordagens possíveis unicamente com a reprodução dessas.

¹⁵MARINO, D. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política en México, 1870-1919. **Historia Mexicana**, v. 48, n. 2, p. 236, 1998. Disponível em <http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_1872_16020.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Entre informação e opinião: o movimento revolucionário mexicano à luz dos debates políticos no Brasil e na Argentina

Os primeiros eventos relacionados ao processo revolucionário mexicano repercutiram quase imediatamente nos jornais analisados. No mesmo dia estabelecido pelo Plano de Madero (Plan de San Luis Potosí)¹⁶ para o início dos levantes no México, OESP publicou a primeira nota a respeito, na qual destacava a relevância do movimento de oposição à ditadura de Porfirio Díaz:

Em vésperas de revolução? - Graves conflitos entre as tropas federais e os insurretos em Puebla - Muitos mortos e feridos - México, 19 (H.)¹⁷

Chegam notícias de Puebla [...] anunciando graves conflitos entre as tropas federais e as forças organizadas dos adversários do general Porfirio Díaz, presidente da república. [...] O sr. Madero, chefe opositor e ex-candidato à presidência da República, sendo entrevistado por um jornalista, que lhe pediu o seu parecer sobre o movimento insurrecional de Puebla, declarou que tal agitação é o prenúncio seguro de que a revolução não pode mais sequer ser evitada. “É apenas questão de dias, concluiu Madero, mas não há dúvida de que hoje ou amanhã há de rebentar a revolução, porque o povo já está farto de suportar a ditadura do general Díaz”.¹⁸

Observe-se que o jornal já se refere a “forças organizadas”, sob a liderança de Madero, e aponta a longa ditadura como o motivo de insatisfação do “povo”. Nos meses seguintes, o jornal paulista continuou noticiando o movimento e dando destaque para sua abrangência, reproduzindo informações telegráficas como a

¹⁶ Manifesto publicado por Francisco Madero, que havia concorrido com Porfirio Díaz nas eleições presidenciais de 1910, as quais, mais uma vez, deram a vitória ao ditador. Após ser preso, acusado de incitar a desordem, Madero foi para o Texas, de onde passou a liderar uma insurreição nacional para derrubar Díaz através das armas. Publicou, então, o *Plan de San Luis Potosí*, no qual declarou nulas as eleições, desconheceu as autoridades porfiristas e conclamou a população a uma insurreição nacional em 20 de novembro de 1910. O *Plan de San Luis* conseguiu reunir em torno da figura de Madero as mais diversas aspirações e demandas. Além de membros das próprias elites, insatisfeitos com a centralização política do porfiriato, a insurreição maderista foi apoiada pelos camponeses, tendo em vista que o Plano também previa a restituição das terras usurpadas às comunidades camponesas durante o porfiriato.

¹⁷ As letras que aparecem entre parênteses no início das notas referem-se à sua origem. A letra “H”, como neste caso, corresponde à agência francesa Havas que, junto com a estadunidense Associated Press – representada pela letra “P” – apareceu como fonte da grande maioria das notícias sobre o México publicadas tanto pelos diários argentinos quanto pelos brasileiros.

¹⁸ OESP, 20 nov. 1910, *Telegramas do Exterior*, 1ª pág. (A grafia de toda a documentação foi atualizada e/ou traduzida, conforme o caso, visando facilitar a leitura).

seguinte: “é opinião geral que o general Porfirio Díaz e sua política cairão desta vez”.¹⁹

O argentino *La Prensa* deu a mesma tônica aos acontecimentos, publicando notas, como a seguinte, que destacavam o avanço do movimento revolucionários: “continua se estendendo o movimento revolucionário no México. As informações recebidas a respeito são contraditórias, mas tudo indica que o atual movimento é de uma importância excepcional. [...] O manifesto de Madero circula com grande profusão.”²⁰

La Nación, por sua vez, poucos dias após o início dos levantes no México, dava destaque a um pronunciamento oficial, do ministro mexicano da Guerra, no qual ressaltava o controle da situação por parte das autoridades porfiristas, afirmando que “a tranquilidade renasc[ia] em todas as localidades sublevadas e que a autoridade do governo e[ra] restabelecida em toda a república”.²¹ Assim como *La Nación*, os brasileiros *Gazeta de Notícias* e *Minas Gerais* tenderam a minimizar o alcance do movimento revolucionário desde as primeiras notas que publicaram a respeito. Nos diários carioca e mineiro, entretanto, essa disposição se revestiu de uma estratégia discursiva mais elaborada.

Em uma das primeiras notas que publicou sobre o movimento mexicano, intitulada “Agitação no México”, o jornal *Minas Gerais* citou rapidamente os conflitos entre tropas federais e revoltosos em El Paso del Norte e Zacatecas e deteve-se em contar a história de cada uma das cidades, ressaltando a exuberância dos monumentos, igrejas e conventos de Zacatecas. Certamente essas informações ajudavam a situar os leitores, ao agregar referências sobre o México, mas não há dúvida de que a ênfase nos aspectos históricos e turísticos das cidades mexicanas implicava num significativo desvio de atenção em relação ao tema dos conflitos que se desenrolavam no país. Embora o jornal mineiro não tenha informado a seus leitores, esses comentários foram reproduzidos da *Gazeta de Notícias*, que havia publicado exatamente o mesmo texto, dois dias antes, sob a forma de uma “Nota da

¹⁹Idem, 21 abr. 1911.

²⁰*La Prensa*, 24 nov. 1910, *Boletín Telegráfico*, p. 11.

²¹*La Nación*, 25 nov. 1910, *Telegramas*, p. 7.

Redação”, incluída logo após a reprodução de um telegrama que informava sobre os conflitos mexicanos.²²

O mesmo ocorreu, alguns meses depois, em relação a um comentário sobre a suposta concessão do princípio de não-reeleição pelo ditador mexicano. Os editores de *Minas Gerais*, novamente sem explicitar, reproduziram outra “Nota da Redação” da *Gazeta de Notícias*, na qual se afirmava que, devido a suposta decisão de Porfirio Díaz, o movimento revolucionário deveria terminar em pouco tempo, ao que acrescentaram: “como se sabe, mais pelas complicações exteriores do que pelo poder mesmo dos revolucionários, a revolução no México ia abrindo um abismo insondável para a grande República espanhola da Norte-América.”²³

Portanto, mesmo com a iminência da queda da ditadura, os jornais carioca e mineiro continuaram minimizando a importância do movimento revolucionário no México. Em ambos essa disposição não se esgotou no início da revolução, ao contrário, revelou-se como uma tendência contínua, não só de minimizar seu alcance mas, sobretudo, de defender a ordem estabelecida.

Na Argentina, também *La Nación* seguiu minimizando o alcance do movimento revolucionário mexicano, apesar da iminente queda da ditadura. Ao receber notícias a respeito da renúncia de Díaz, o diário portenho acrescentou o seguinte comentário às notas recebidas:

pode ser que não seja tão delicada a situação do governo, que ainda conta com o exército, nem tão brilhante a dos revolucionários, os quais, por sua vez, têm interesses em dar informações alarmantes [...]. Apesar das notícias alarmantes que chegam dos Estados Unidos, parece certo que a revolução não conseguiu se impor em nenhum centro de importância [...]²⁴

A leitura dessas primeiras notícias publicadas pelos jornais brasileiros e argentinos sobre o México revolucionário indicam que suas abordagens guardam uma relação muito próxima com as posições por eles assumidas nos cenários políticos nacionais. Salta aos olhos o fato de que os diários que se identificavam a uma tendência mais conservadora em relação à política oligárquica em seus

²²*Gazeta de Notícias*, 22 nov. 1910, *Boletim Telegráfico*, Nota da Redação, p. 4; *Minas Gerais*, 24 nov. 1910, “Agitação no México”, p. 6.

²³*Minas Gerais*, 05 abr. 1911, *Diversas*, p. 6.

²⁴*La Nación*, 08 mai. 1911, p. 9.

próprios países deram destaque para pronunciamentos oficiais do governo mexicano e ressaltaram a superioridade das forças governamentais, procurando minimizar a importância do movimento revolucionário. Entre os diários argentinos analisados, essa abordagem foi empregada somente por *La Nación*, o único que comportava um discurso crítico à perspectiva de democratização da política nacional, um dos efeitos esperados da reforma eleitoral de 1912.²⁵ No caso brasileiro, o mesmo tipo de abordagem predominou tanto no oficial *Minas Gerais*, quanto na *Gazeta de Notícias*, jornal cujo perfil editorial era marcado por um discurso de independência política.²⁶ Já nos diários que se identificavam a uma postura mais crítica à ordem política em seus cenários nacionais – OESP, no caso brasileiro,²⁷ *La Prensa* e *La Razón* no argentino –,²⁸ a ênfase das interpretações

²⁵ Sobre a posição política de *La Nación* no período e sua histórica identificação aos interesses das elites sociais, consultar: SIDICARO, R. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario "La Nación", 1909-1989**. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

²⁶ Um dos pilares que sustentavam o auto discurso da *Gazeta de Notícias* era a distância que o periódico assumia em relação aos partidos e às disputas facciosas, apresentando-se como uma imprensa independente de qualquer vinculação partidária. Para se ter uma ideia da posição assumida pelo jornal no contexto estudado, basta citar que este foi o único dos grandes diários da capital a não tomar partido na disputa que se estabeleceu entre hermetistas e civilistas – alcunha empregada para caracterizar a oposição à candidatura e posterior governo do marechal Hermes, devido a sua identificação militar. Para maiores detalhes do alinhamento dos grandes jornais cariocas nessa disputa, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966. p. 375.

²⁷OESP era, no período estudado, a principal tribuna da oposição civilista e havia atuado como plataforma da campanha de Rui Barbosa, que concorrera com o marechal Hermes à presidência. O jornal paulista sustentou o discurso civilista não apenas no contexto eleitoral, mas manteve uma posição crítica de corte antimilitarista ao longo de todo o governo do marechal. Para uma perspectiva histórica da posição ideológica do jornal, consultar: PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

²⁸ No cenário argentino, tanto *La Prensa*, que era o maior jornal do país, quanto *La Razón*, possuíam um perfil de tendências democratizantes, o que se manifestou politicamente no apoio de ambos à lei de reforma eleitoral, aprovada em 1912. *La Prensa*, a pesar de mais identificado às disputas políticas que permeavam as elites dominantes, demonstrava, desde sua fundação, em 1869, uma certa "inclinação popular". Seus primeiros números foram distribuídos gratuitamente e, nos anos seguintes, o jornal passou a prestar gratuitamente alguns serviços aos leitores. No início do século XX, para além de um jornal diário com preço acessível, *La Prensa* oferecia a seu público leitor serviços médicos e jurídicos, além do acesso a uma biblioteca com cerca de 25.000 volumes e também aulas de música. (SAÍTTA, Sylvia. **Regueros de tinta. El diario "Crítica" en la década de 20**. Buenos Aires: Sudamericana, 1998. p. 30-31). Por sua vez, o surgimento de *La Razón*, em 1905, marcou a emergência de um novo momento na imprensa argentina, como primeiro diário criado e dirigido por um jornalista profissional, Emilio Morales, e cujo perfil editorial fazia das classes populares o seu público-alvo. O jornal se eximia de vinculações partidárias e dedicava bem menos espaço que os dois maiores diários argentinos – *La Prensa* e *La Nación* – à discussão política, destacando-se o caráter informativo da publicação. *La Razón* era um jornal vespertino e saía em três edições diárias (com as peculiares denominações de 3ª, 4ª e 5ª edição), o que lhe permitia adiantar muitas das notícias publicadas no dia seguinte pelos matutinos. Sobre a história do jornal,

sobre a situação mexicana, desde o início, tendeu a ser colocada nas causas e proporções tomadas pelo movimento revolucionário.

Mas, com o desenrolar da revolução no México, as percepções dos editores dos jornais sobre a situação mexicana passaram a apresentar nuances e meandros bem mais intrincados. Dos diários de tendência política reformista, apenas *La Razón* se posicionou desde o início firme e definitivamente contra o governo e a personalidade do ditador mexicano, a quem qualificou de “um novo Ramsés”. O jornal portenho celebrou a luta revolucionária no México afirmando: “o povo mexicano, habituado já a uma longa e perniciosa dominação militar, tão absoluta quanto mansa, tinha finalmente que sacudir a pesada servidão que lhe impunha o chefe dessa ditadura, general Díaz.”²⁹

Já *La Prensa* e OESP, inicialmente apresentaram leituras ambíguas sobre Porfirio Díaz e seu governo, procurando encontrar um meio termo entre sua política autoritária e o progresso material alcançado em seus sucessivos mandatos. O diário portenho declarou explicitamente sua dificuldade em avaliar a questão. Referiu-se a Díaz como “mandatário, que durante trinta anos governou o México, fazendo irrisórias as práticas republicanas”; entretanto, destacou: “é muito difícil julgá-lo com critério desapassionado, mas não se pode deixar de reconhecer que realizou grandes e positivos progressos em sua pátria.”³⁰ Por sua vez, os editores do jornal paulista, na primeira matéria que publicaram sobre o movimento revolucionário mexicano, destacaram: “pode-se achar tirânico e ferrenho o seu longo domínio no México – e muitos já o têm achado – mas [...] o México, incontestavelmente desenvolveu, desenvolveu-se [*sic*] e progrediu sob o seu governo.”³¹ A ambiguidade desses discursos revela as dificuldades encontradas por grupos das elites latino-americanas ao tentar equacionar a defesa de valores políticos liberal-democráticos com as cristalizadas concepções positivistas, baseadas na dogmática cientificista de uma evolução no sentido do progresso

consultar: PERALTA, D. **El periodismo según “La Razón” a fines de la etapa Cortejarena (1917-1921)**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005. p. 6. (Publicación electrónica) <www.ungs.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 24 mai. 2008.

²⁹*La Razón*, 02 dez. 1910, “El general Porfirio Díaz, un nuevo Ramsés II”, p. 4, 4ª ed. e 04 mai. 1911, “Revolução Mexicana: Porfirio Díaz em perigo”, 1ª pág., 4ª ed.

³⁰*La Prensa*, 19 mai. 1911, “A situação mexicana”, p. 11.

³¹OESP, 25 nov. 1910, “A insurreição mexicana”, p. 6.

material, amparada pela ordem social, que ainda se constituíam numa “linguagem de época” no alvorecer do século XX.³²

La Nación e *Minas Gerais*, por seu turno, expressaram uma defesa sem reticências do porfirismo e de seus métodos. Tal perspectiva, inclusive, levou ambos os diários a veicularem uma imagem pitoresca do ditador mexicano, o que, em grande medida, permitia ofuscar a relevância tomada pelo movimento revolucionário. Quando Porfirio Díaz ainda resistia à oposição generalizada contra seu governo, *La Nación*, num tom bastante sentimental, acrescentou o seguinte comentário às notas publicadas: “O general Díaz decidiu morrer no serviço da nação e nem sua filha Carmencita, a quem adora, consegue fazê-lo mudar de opinião.”³³ Já o diário *Minas Gerais*, transformou num gesto generoso a renúncia do ditador mexicano – realizada, de fato, sob efeito da intensa mobilização contrária a sua permanência no poder –, ao reproduzir parte de uma entrevista que supostamente foi concedida pelo então ex-ditador a um jornalista francês, a bordo do navio rumo à Europa. Falando sobre sua “voluntária abdicação”, Díaz teria afirmado: “eu não queria que se derramasse inutilmente o sangue de meus patrícios. O meu lema era: nada de guerra civil”. O mexicano teria justificado sua atitude dizendo que o conflito poderia implicar no “abalo do crédito” mexicano e ressalta que “o exército legal não sofreu nenhuma derrota”. Ao final da entrevista, questionado se pretendia voltar um dia ao seu país, teria declarado dramaticamente: “deixei o México sem pensar em voltar ali. Mas se, um dia, houver uma complicação internacional [...] então nada e ninguém serão capazes de reter-me a finalizar a minha vida como a iniciei como moço: com as armas na mão...”³⁴ Temos, assim, a figura heroica de Porfirio Díaz veiculada pelo jornal mineiro.

Em que pesem as diferentes perspectivas adotadas, até a primeira vitória da Revolução Mexicana, com a derrubada da ditadura porfirista, o elemento mais marcante em relação a todos os jornais analisados é o fato de que o interesse dos editores desses órgãos de imprensa pelos acontecimentos mexicanos não excedeu

³²A respeito da predominância da matriz positivista na América Latina nesse período, consultar: FUNES, P.; ANSALDI, W. Patologias y rechazos. El racismo como fator constitutivo de la legitimidad política del orden oligárquico y la cultura política latinoamericana. **Cuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, Nueva Época**, México, v. 1, n. 2, p. 193-229, 1994.

³³*La Nación*, 08 mai. 1911, *Telegramas*, p. 7.

³⁴*Minas Gerais*, 21 jul. 1911, “O presidente Porfirio Díaz, uma entrevista”, p. 6.

muito à reprodução de informações recebidas das agências transnacionais de notícias, às quais, por vezes, acrescentavam um pequeno comentário. Mas, com o prolongamento da guerra civil no México, o assunto passou a ganhar espaço também em editoriais e artigos assinados e, à medida que tornava-se mais evidente o sentido social do movimento revolucionário mexicano – que contava com a participação massiva de setores populares –, os jornais passaram cada vez mais a explorar a questão do “caráter” da população mexicana como base para explicar a instabilidade política do país. Isso ocorreu mesmo em jornais, como OESP e *La Prensa*, que inicialmente se posicionaram de forma mais favorável ao movimento revolucionário.

Os grandes jornais brasileiros e argentinos frente à faceta popular da Revolução Mexicana

Quando, no México, o assassinato do presidente Madero, no início de 1913, abriu um dos períodos mais convulsionados da Revolução Mexicana, OESP publicou uma análise da situação, assinada por um de seus principais colaboradores, Aguiar Andrade, na qual afirmava o seguinte: “Madero quis governar com a constituição, parecendo ignorar que o povo mexicano[,] em sua grande maioria composto por *peones*, raça inferior e semisselvagem, ainda está longe de poder compreender o alcance de um governo dessa natureza.”³⁵ Como se pode depreender do excerto citado, apesar da ocorrência da palavra “raça”, o tom pejorativo utilizado para se referir aos mexicanos não remetia diretamente a uma caracterização étnico-racial, mas principalmente a uma identificação social e muito claramente a seu pertencimento ao mundo rural. Essa percepção dos mexicanos, com sua perspectiva pejorativa em relação ao universo camponês, foi a mais recorrente nos jornais brasileiros, o que levanta um importante elemento de comparação em relação aos jornais argentinos, nos quais podemos identificar majoritariamente uma associação pejorativa dos revolucionários mexicanos à figura do “índio”.

³⁵AGUIAR ANDRADE. “A revolução no México”. OESP, 27 fev. 1913, p. 4.

Nem mesmo *La Prensa*, que buscou insistentemente aproximar as realidades argentina e mexicana, destacando o autoritarismo político como um problema comum a ambos os países, escapou dessa perspectiva. Segundo o maior jornal argentino, ainda que o contexto político de seu país apresentasse um quadro semelhante ao mexicano, “não chegamos aos extremos do México, porque aqui, felizmente, atuam poderosos fatores de salvação: a superioridade do grau médio intelectual das massas, o predomínio da raça européia.”³⁶ Assim, na percepção dos editores de *La Prensa*, em comparação com o México, no caso argentino o fator racial correspondia a um dos principais elementos de “superioridade” do país, o que tornava possível à Argentina alcançar a constituição de uma sociedade democrática sem a necessidade de uma guerra civil. Por outro lado, *La Nación*, em sua característica defesa da ordem porfirista, encontrou, na herança indígena mexicana, a explicação para as guerras e violências que assolavam o país. Na visão dos editores do jornal, o México, “sob a enérgica administração de Porfirio Díaz[,] havia conseguido nos enganar com uma aparência de tranquilidade e trabalho”, mas voltava a “atrair a atenção do mundo [...]. Em dois dias a capital do antigo império asteca voltou a presenciar as matanças do tempo de Montezuma.”³⁷

Muito embora os três diários argentinos tenham mobilizado, indistintamente, argumentos de tipo racial em suas análises sobre o México revolucionário, apenas *La Razón* produziu uma interpretação essencialmente racista³⁸ dos eventos que se desenrolavam naquele país. Ao comentar a situação mexicana após o assassinato de Madero – comandado pelo general Victoriano Huerta juntamente com Félix Díaz, sobrinho de Don Porfirio –, os editores do jornal portenho consideraram que o episódio se constituía numa “restauração” da “arcaica entidade política”, operada pelo sobrinho do antigo ditador, “retrato moral

³⁶*La Prensa*, 27 fev. 1913, “A herança de um despotismo”, p. 9.

³⁷*La Nación*, 12 fev. 1913, “A revolução no México”, p. 9.

³⁸Empregamos o termo racismo – conforme definido por Tzvetan Todorov, para identificar o uso de teses pretensamente embasadas em argumentos científicos nas análises das supostas diferenças raciais entre os grupos humanos, que marcaram o pensamento ocidental durante o século XIX – para diferenciar esse tipo de argumento do racismo enquanto uma manifestação da vida ordinária. Evidentemente, a perspectiva racista não exclui – na verdade tende a aprofundar – os posicionamentos racistas. Sobre o pensamento racista europeu, ver: TODOROV, Todorov. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. A respeito da apropriação das teses racialistas europeias pelas elites intelectuais latino-americanas entre fins do século XIX e inícios do XX, consultar: FUNES; ANSALDI. *Patologias...* Op. Cit.

e político do tio”. Nesse contexto, para criticar a política porfirista, “seus homens e seus métodos”, recorreram à origem genética dos Díaz, sobre a qual teceram o seguinte comentário:

De pai espanhol e mãe índia mestiça, de raça mixteca, pura até a geração anterior, [Porfirio] Díaz é, pois, um mestiço, como seu irmão mais novo Félix, o pai do homem a quem atribuímos maior influência que o próprio Huerta na atualidade do México. [...] Acaba-se de ensaiar nas cabeças de Madero e de Pino Suárez seus métodos, utilizados por seus homens. Logo veremos a sorte que eles reservam a seu desgraçado país.³⁹

Não apenas nesse caso, mas em várias das interpretações sobre a situação mexicana veiculadas por *La Razón*, os supostos elementos raciais, genéticos, atuaram como o principal parâmetro de explicação dos comportamentos políticos dos mexicanos, configurando uma análise marcada pelo determinismo biológico, pelo qual o elemento racial condicionaria os caracteres morais dos indivíduos. Nessa perspectiva, os editores do jornal argentino consideraram que o governo de Madero devia ser entendido como “um breve interregno”, numa história de anarquia e violência, e concluíram que a suposta “inferioridade racial” dos mexicanos seria o principal entrave para a consolidação de um governo estável no país. Com o prolongamento da guerra civil no México, o jornal, que havia criticado duramente o porfirismo, acabou veiculando a defesa da necessidade de um governo autoritário como único remédio para a situação mexicana. Mais uma vez, o aspecto racial apareceu como elemento central para a compreensão da situação do país revolucionário, sendo que, segundo a opinião dos editores de *La Razón*:

A anarquia na qual até hoje se debate o México prova que seu povo merecia e necessitava da férrea ditadura com que Don Porfirio no início dominou suas indômitas paixões, até aquietar seus levantiscos partidos e subordinar ao trabalho, à ordem e ao sossego absolutos as energias poderosas da raça.⁴⁰

Dessa forma, o critério racial, identificado às noções de anarquia e violência política, acabou se tornando o traço predominante nas representações da revolução, dos revolucionários e da população mexicana, de forma geral, veiculadas por *La Razón*. Não deixa de ser interessante, portanto, contrastar o

³⁹*La Razón*, 26 fev. 1913, “Os homens e seus métodos”, p. 3, 4ª ed.

⁴⁰*La Razón*, 03 jul. 1915, “General Porfirio Díaz: morte ontem em Paris”, p. 10, 3ª ed.

caráter racialista das análises desenvolvidas pelos editores do jornal com o fato de este mesmo periódico ter sido o único dos analisados, incluindo argentinos e brasileiros, em que a questão social apareceu de forma mais contundente nas interpretações sobre a Revolução Mexicana.

A ênfase dada exclusivamente por *La Razón* aos elementos sociais envolvidos no processo revolucionário mexicano relaciona-se diretamente ao fato de este jornal ter sido o único dos analisados a publicar textos enviados do próprio México, escritos por observadores diretos dos eventos mexicanos. Inicialmente, trataram-se de artigos enviados, em 1914, por Tito L. Foppa, um membro da diplomacia argentina no país revolucionário. Sua interpretação sobre a Revolução Mexicana, veiculada através das páginas de *La Razón*, aparece bem resumida na seguinte passagem:

Madero foi o líder do movimento político, mas conhecendo a existência da agitação agrária, fez de ambas as aspirações um só programa vinculando a segunda ao primeiro. [...] [ele] sofreu a influência dos senhores latifundiários e, de boa ou má fé, esqueceu os compromissos mais sagrados firmados durante sua campanha. [...] Os camponeses se lançaram novamente à revolta e o governo Madero, como o de Díaz anteriormente e o de Huerta depois, organizou tropas e mobilizou soldados para combater e exterminar o zapatismo, como se fosse fácil exterminar em um dia o que há um século é uma questão de vida ou morte para 13 milhões de seres. [...] [Madero] não soube ou não quis levar até o fim a revolução que, partindo de Morelos, até hoje é a mesma que açoita os campos do México.⁴¹

Assim, na perspectiva do diplomata argentino, reproduzida nas páginas de *La Razón*, a questão da terra no país revolucionário era “um problema secular econômico cujas raízes históricas encontravam-se na conquista” e “a repartição da terra fatalmente ter[i]a que se realizar, mais cedo ou mais tarde, se de fato se quise[sse] restabelecer a normalidade no México”.⁴²

Ora, a questão agrária não era um problema tão crucial na Argentina – cuja população já era majoritariamente urbana no período –, ao contrário do que ocorria no México e no Brasil; portanto, enfatizar a luta pela terra como um aspecto central da Revolução Mexicana não tinha o mesmo peso que dizê-lo, por

⁴¹FOPPA, Tito L. “Do país da tragédia”, *La Razón*, 02 mai. 1914, p. 4, 3ª ed.

⁴²Ibidem. 01 mar. 1914, p. 5, 3ª ed.

exemplo, no país vizinho. Ainda assim, os outros diários portenhos, *La Prensa* e *La Nación*, desviaram-se das reivindicações sociais, predominantemente agrárias, do processo revolucionário mexicano. Mas queremos chamar a atenção para o fato de que, o próprio *La Razón*, apesar de ter destacado a questão agrária como elemento central na Revolução Mexicana, assumiu uma postura de afastar-se da principal questão social que poderia gerar ressonâncias em seu país.

Enquanto na América Latina, de forma geral, os principais conflitos sociais do período localizavam-se fundamentalmente no campo – identificados com a questão da terra, sob as diversas formas que esta adquiria nacional ou regionalmente –, na Argentina a “questão social” referia-se, sobretudo, ao mundo urbano, caracterizado por uma precoce organização sindical – de caráter nacional e proeminência anarquista – e pela combatividade do movimento operário, sobretudo por meio das greves.⁴³ Já a questão agrária, além de não se apresentar como uma temática tão central para o país platino, também configurava-se de maneira muito distinta da situação mexicana (e brasileira), posto que referia-se fundamentalmente a conflitos entre estancieiros e colonos em torno dos preços dos arrendamentos.⁴⁴

Nesse sentido, é importante destacar que, quando o diplomata argentino, Tito Foppa, enviou seu primeiro artigo do México para *La Razón*, o fez sob a forma de uma resposta ao editor do jornal portenho, que lhe questionara sobre o caráter do processo revolucionário mexicano, no sentido de entender se tratava-se de um movimento anarquista. O questionamento é, em si mesmo, bastante revelador, pois

⁴³A Federação Obrera Argentina (FOA), criada em 1901, conseguiu reunir dezenas de organizações sindicais de todo o país, e definiu a greve geral como principal instrumento de luta. Os socialistas, que criticavam o voluntarismo e a violência que envolviam esse tipo de protesto, deixaram a organização no ano seguinte. A partir de então, os anarquistas tornaram-se hegemônicos no movimento operário argentino e, em 1905, o comunismo anárquico foi aprovado como a direção política da central sindical, cujo nome foi alterado para Federação Obrera Regional Argentina (FORA). Sobre a forte atuação do movimento operário argentino e as ações repressoras do governo durante as primeiras décadas do século XX, consultar: BEIRED, José Luis Bendicho. **Movimiento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.; SURIANO, Juan. **Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)**. Buenos Aires: CEAL, 1989.

⁴⁴Ao contrário do mundo urbano argentino, que esteve marcado pelos conflitos sociais nas primeiras décadas do século XX, a situação no campo, de uma forma geral, foi menos tensa. O conflito de maior repercussão foi a greve dos colonos arrendatários de Santa Fé, em 1912, movimento que ficou conhecido como Grito de Alcorta. Ver: BONAUDO, M.; BANDIERI, S. La cuestión social agraria en los espacios regionales. In: FALCÓN, **Nueva historia argentina...** Op. Cit., p. 229-282.

mostra que a grande preocupação dos editores de *La Razón* se concentrava no perigo de uma revolução libertária. Assim, ao desmentir o caráter anarquista do processo revolucionário mexicano, a resposta do diplomata argentino ganhou destaque em *La Razón*, expressa de forma taxativa: “não é um movimento anarquista o que está se desenvolvendo no México [...] Zapata e Eufemio não são apóstolos de nenhuma tendência ou escola filosófica, eles são camponeses [...] cujas aspirações não vão além do reparto de terras.”⁴⁵ Se tal interpretação ressaltava a atuação camponesa, sem dúvida fundamental na Revolução Mexicana, ao mesmo tempo permitia afastar os olhares da mobilização anarquista, que também se fazia presente naquele processo revolucionário.

Embora não fosse comparável à magnitude da mobilização camponesa, o movimento anarquista marcou o processo revolucionário no México, principalmente através da propaganda do Partido Liberal Mexicano – organização de caráter anarquista –, por meio de seu “periódico de combate”, *Regeneración*.⁴⁶ O alcance do jornal libertário excedeu em muito o contexto mexicano, tendo chegado a circular em grandes cidades da América do Sul, como a própria Buenos Aires, além do Rio de Janeiro e de São Paulo. No período estudado, o periódico mexicano era lido por anarquistas na Argentina e no Brasil e constituía-se numa das principais fontes de informação que estes possuíam sobre a Revolução no México.⁴⁷ Nesse sentido, é possível supor que certamente o artigo de Tito Foppa não ganharia o mesmo destaque em *La Razón* caso sua resposta fosse positiva, no sentido de afirmar tratar-se de uma exitosa revolução libertária o processo que ocorria no México.

⁴⁵FOPPA, Tito L. “Do país da tragédia”, *La Razón*, 01 mar. 1914, p. 5, 3ª ed.

⁴⁶*Regeneración* foi fundado em 1900 e, apesar de suspenso em alguns períodos por falta de recursos financeiros e pelas constantes prisões dos redatores, continuou sendo publicado até 1918, circulando pelo México durante praticamente todo o período da guerra civil e impulsionando as classes trabalhadoras à ação direta, para a efetivação de uma revolução social. Sobre a atuação dos anarquistas mexicanos através do *Regeneración*. Cf. BARTRA, Armando. ***Regeneración, 1900-1918: la corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate***. México: Era, 1985.; PAULA, M. C. M. S. ***Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano***. Franca, 2005. 123 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Franca, 2005.

⁴⁷Sobre a circulação de *Regeneración* na Argentina e no Brasil e as leituras dos anarquistas sul-americanos em relação à Revolução Mexicana, consultar: YANKELEVICH, ***Miradas australes...*** Op. Cit.; e SOUSA, F. S. ***Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)***. Jundiaí: Paco, 2011.

Além disso, é necessário destacar que o endosso, por *La Razón*, da proeminência da reivindicação agrária na Revolução Mexicana não significa que os editores do periódico manifestassem qualquer tipo de apoio à ação das classes populares no movimento. Ao contrário: enquanto a questão agrária no México e a participação camponesa no processo revolucionário apareceram no jornal de maneira contundente – ainda que de forma pontual, apenas nos artigos de Tito Foppa –, a desqualificação da ação das massas indígenas no movimento mexicano foi continuamente operada pelo diário portenho. Os artigos do diplomata argentino, que destacavam a questão social envolvida no processo revolucionário do país do norte, rapidamente foram substituídos, nas páginas de *La Razón*, por textos do jornalista italiano Luigi Barzini, enviado do *Corriere della Sera* ao México; sua abordagem depreciativa dos mexicanos, realizada a partir de critérios raciais, expressava grande sintonia com a percepção dos editores do jornal argentino.

As análises do jornalista italiano, reproduzidas em *La Razón*, além de enfatizar os aspectos mais sombrios do processo revolucionário, colocavam em destaque, de forma extremamente negativa, a participação indígena na Revolução Mexicana, como se pode observar no seguinte trecho em que o referido jornalista apresenta sua visão do panorama mexicano em meados de 1914:

Tudo está queimado, destruído, demolido. [...] São as primeiras marcas da revolução que passa como um cataclismo... Na manhã obscura, cinza, triste e fria, no meio de solidões imensas, o espetáculo dessa ruína é angustioso. [...] De nosso trem descem alguns soldados das forças irregulares com grandes *sombreros*, carabina nas costas, cartucheira na cintura e arrastando o laço. Nenhum deles fala; não se ouve nada; a melancolia mexicana chega a uma intensidade fúnebre. Ao redor dos fogões de arbustos se aquecem grupos de soldados. [...] Estão silenciosos, sem nenhum gesto, na imobilidade característica dos índios, a imobilidade instintiva dos povos caçadores.⁴⁸

O quadro desolador, apropriadamente intitulado de “A devastação”, foi traçado por Luigi Barzini numa de suas “Notas de viagem no México”, publicada em *La Razón* apenas dois dias após a reprodução do último artigo de Tito Foppa. Enquanto um observador *in loco*, Barzini dificilmente conseguiria negar a participação popular, mais precisamente indígena, no processo revolucionário

⁴⁸BARZINI, Luigi. “A devastação”. *La Razón*, 04 mai. 1914, *Notas de viagem no México*, p. 5, 3ª ed.

mexicano; mas podia, como o fez, optar por colocar em primeiro plano a destruição causada pelas batalhas e os pretensos aspectos morais/raciais dos “pele-vermelhas”, como costumava se referir aos indígenas.

Conforme mostramos, *La Razón* foi o único dos jornais analisados que veiculou uma interpretação fundamentalmente racista da Revolução Mexicana, embora os demais jornais argentinos também tenham manifestado, em maior ou menor medida, a percepção de que compartilhavam de uma autoimagem da Argentina como “nação branca”, o que, também em todos, desembocou num olhar de “superioridade” em relação ao México. Uma visão depreciativa do “México indígena” transpareceu de forma latente nos diários argentinos independentemente de seus posicionamentos em relação à Revolução Mexicana. Já no caso dos jornais brasileiros, mais do que à figura do “índio”, os revolucionários mexicanos tenderam a ser identificados como camponeses, sendo descritos também de forma pejorativa e sua ação analisada sob as lentes estigmatizadoras das elites urbanas à frente dos grandes diários.

A posição dos grandes jornais brasileiros em relação aos intensos conflitos rurais que marcavam o Brasil no período ajuda a entender a abordagem utilizada em relação ao caso mexicano, cujas notícias que chegavam pelo telégrafo informavam uma situação bastante semelhante à nacional. No caso da *Gazeta de Notícias*, a postura do jornal se esclarece de forma absoluta no seguinte comentário de seus editores ante as notícias publicadas sobre o acirramento dos conflitos em Juazeiro e no Contestado:

Continuam, e cada vez mais deprimentes para os créditos do país, os grupos sediciosos e guerrilheiros em alguns estados do sul e do norte. [...] Esses bandos de perturbadores das administrações estaduais não podem continuar a sua impune assolação. [...] Quer se denominem revolucionários no Ceará, quer sejam conhecidos por fanáticos no sul, em Santa Catarina, o que não resta dúvida é que os presidentes dos estados que tal gente infesta precisam usar de processos definitivos para acabar, de vez, com semelhante e inexplicável desordem permanente. [...] É assombroso, pois, que passem meses e meses e um país, constitucionalmente constituído, cruze os braços diante de tanta carnificina, por motivos de inexplicáveis conciliábulo[sic] partidários, como se fosse possível considerar acontecimentos políticos assassínios e assaltos inspirados em ódios pessoais. [...] Para um governo realmente digno desse nome, o caso desse coronel como do monge Cícero não é,

não pode ser mais que um caso de polícia, que de ser liquidado em 24 horas, nem que seja preciso mobilizar o exército.⁴⁹

A passagem citada, sobre a situação do campo no Brasil, nos remete ao mesmo padrão do tratamento dado pelo jornal à participação popular no processo revolucionário mexicano: a simples descrição de situações de violência atribuídas às “atitudes ameaçadoras” dos camponeses “revolucionários”, completamente deslocadas de quaisquer reivindicações políticas ou sociais, sugerindo atos de puro vandalismo.⁵⁰ O mesmo ocorreu no jornal paulista, que publicou inúmeras notas como a seguinte: “os zapatistas torturaram, mutilaram e queimaram os passageiros do trem por eles assaltado em Ixtapa, México.”⁵¹ Mas o fator mais importante a destacar, em relação a esse aspecto, é que, sobretudo no caso do jornal *Minas Gerais*, o mesmo “protótipo” das notícias barbarizantes que circulavam pela imprensa internacional sobre os camponeses revolucionários mexicanos – que envolvia principalmente os zapatistas – foi utilizado para descrever os conflitos rurais que se desenrolavam no cenário brasileiro.

Assim, os leitores do diário mineiro eram informados de que, no México, “num ataque de zapatistas contra um comboio, os atacantes praticaram as mais revoltantes barbaridades contra os passageiros que lhes caíram nas mãos, dos quais muitos foram torturados e queimados, num saque desenfreado”. Enquanto isso, no Brasil, “continua[va]m chegando [...] notícias dos horrores praticados pelos cangaceiros, saqueando as casas de famílias e cometendo toda espécie de depredações.”⁵² Como se pode perceber, as notas citadas descrevem de forma bastante semelhante as supostas ações de “zapatistas” e “cangaceiros”, de maneira que permitem estabelecer uma analogia entre ambas figuras, às quais se atribui atos de barbárie descritos de forma sintética e absolutamente descontextualizada.

Essa estratégia discursiva foi sistematicamente empregada pelo jornal *Minas Gerais* – e, em menor escala também pela *Gazeta de Notícias* – principalmente nos períodos de exacerbação dos conflitos rurais no Brasil. No caso específico desse jornal, uma visão ainda mais fortemente pejorativa dos

⁴⁹*Gazeta de Notícias*, 03 jan. 1914, *Boletim Telegráfico*, p. 5.

⁵⁰*Ibidem*. 19 mar. 1912, p. 7.

⁵¹OESP, 14 ago. 1912, *Telegramas do Exterior*, p. 2.

⁵²*Minas Gerais*, *Telegramas e Notas do Exterior*, 14 ago. e 02 jun. 1912, p. 4.

camponeses revolucionários mexicanos foi veiculada através de um texto em que a imagem dos zapatistas foi associada ao nefasto elemento da enfermidade. Trata-se de uma nota, publicada em meados de 1913, situada na seção “Diversas”, que reunia pequenos textos que, em geral, não traziam assinatura ou identificação da fonte das informações. Tal foi o caso da nota em questão, na qual se lê o seguinte:

Entre os exércitos que se dilaceram no México, um existe, certamente o mais estranho que se conhece[,] encerrando o poder supremo do terror. Trata-se de um exército composto exclusivamente de soldados leprosos. É o exército do famoso general Zapata [...]. Sabe-se que a lepra no sul do México é uma moléstia comum, encontram-se lá leprosos com rostos horrivelmente mascarados de branco ou de vermelho ou de negro. Desses homens, reunidos, resolveu fazer uma força o general revolucionário, que mantém em permanente terror e sobressalto o governo da convulsionada república.⁵³

A associação do movimento revolucionário de origem camponesa a uma doença pode ser facilmente relacionada à predominância, na época, de teorias biologicistas de interpretação da realidade social, pensada enquanto um organismo que precisa funcionar harmonicamente. Conjugadas a um posicionamento que visava a conservação da ordem estabelecida, próprio de um jornal oficial, essas teorias levavam à interpretação dos conflitos sociais como “moléstias” que precisavam ser extirpadas, justificando-se, assim, o uso de métodos autoritários e violentos para a eliminação de quaisquer “sedições”. Não por acaso, tanto a aproximação das figuras de zapatistas e cangaceiros quanto a identificação do movimento camponês mexicano a uma enfermidade foram construções discursivas utilizadas por órgãos de imprensa que assumiam uma posição fortemente autoritária no cenário nacional, defendendo uma repressão violenta aos movimentos rurais no Brasil, como os diários *Minas Gerais* e *Gazeta de Notícias*.

O caso da nota citada, que opera a identificação dos zapatistas a um “exército de leprosos”, merece ser destacado não tanto por seu caráter exemplar, posto que tratou-se de uma ocorrência tópica e em um jornal oficial. Mesmo assim, acreditamos que essa nota torna-se representativa do conteúdo mais corrente das notas publicadas pelos jornais, tanto brasileiros quanto argentinos, durante os

⁵³*Minas Gerais*, 15 jul. 1913, “Diversas”, p. 3.

primeiros anos da Revolução Mexicana, na medida em que condensa de forma hiperbólica os principais elementos que caracterizaram seus discursos sobre a participação popular no movimento revolucionário. Além da descontextualização, a atribuição de atos bárbaros genericamente aos “revolucionários mexicanos” – descritos como índios, camponeses ou mesmo como bandidos – sem a existência de uma fonte de informação claramente identificada são o denominador comum entre o texto sobre a “moléstia zapatista” e inúmeras notas telegráficas que circulavam pela rede internacional da informação e que foram amplamente reproduzidas pelos jornais analisados.

Algumas considerações sobre as abordagens dos jornais em relação ao México revolucionário e as perspectivas analíticas abertas pelo uso da comparação

A análise comparativa da repercussão dada pelos grandes jornais brasileiros e argentinos aos eventos dos primeiros anos da Revolução Mexicana permitiu colocar em evidência dois elementos principais: por um lado, a multiplicidade de abordagens sobre o México revolucionário e sua relação com os posicionamentos assumidos pelos jornais nos principais debates político-ideológicos que marcavam seus contextos nacionais; por outro lado, o fato de que uma visão pejorativa em relação à participação popular no movimento revolucionário mexicano perpassou o discurso de todos os jornais analisados – tanto os brasileiros quanto os argentinos e independentemente das posições que assumiram frente a questão política mexicana – e converteu-se a abordagem predominante, à medida que tornava-se cada vez mais patente o sentido social que permeava a Revolução Mexicana.

Esse último aspecto pode ser facilmente explicado quando levamos em conta que os grandes jornais diários eram produzidos por setores das elites político-intelectuais de seus países, predominantemente identificadas aos centros urbanos. Mais do que uma localização geográfica, a cidade também representa um lugar social, o que configura-se num elemento de fundamental importância para a compreensão do olhar dos produtores desses periódicos em relação a um processo histórico cuja marca característica foi a participação massiva de populações

camponesas. Portanto, pensar os discursos dos jornais de grandes cidades sul-americanas sobre o México revolucionário não deixa de ser pensar as “leituras” da Revolução Mexicana realizadas pela “cidade modernizada” e letrada.⁵⁴

Mas o uso do método comparativo possibilitou ir além dessa constatação inicial da existência de uma dicotomia rural *versus* urbano nas interpretações dos grandes diários brasileiros e argentinos sobre o processo revolucionário mexicano, permitindo identificar que, no cenário argentino, tal dicotomia envolvia fortemente uma conotação racial, diferenciando-se, nesse aspecto, do caso brasileiro. A explicação para esse elemento remonta ao processo histórico de formação do Estado nacional argentino, que envolveu o extermínio de populações indígenas de parte de seu território – através de ações militares conhecidas como “campanhas do deserto”, que só terminaram em fins do século XIX –⁵⁵ e configurou um cenário marcado pela negação da presença indígena no país.

Como mostra a historiadora Mónica Quijada, embora boa parte das populações indígenas tenha permanecido no território argentino, as diferenças étnicas rapidamente foram traduzidas por caracteres sociais, identificadas à “marginalização” e “pobreza”. Nesse sentido, muito mais do que o extermínio físico dos indígenas, a “conquista do deserto” marcou o início da construção de um mito nacional, que passava pela auto identificação da nação argentina como “de raça branca”, sendo que a grande afluência de imigrantes europeus no período “contribuiu para dar uma aparência de ‘realidade demográfica’” a essa “elaboração identitária.”⁵⁶

Ora, no período abordado, exatamente essa presença indígena, negada pelo discurso oficial, ganhava o cenário público na Argentina, expressa em diversos levantes desencadeados por comunidades originárias da região do Chaco, recentemente incorporadas ao território nacional e forçadas a trabalhar nos

⁵⁴ Sobre os efeitos intensificadores da modernização sobre esse lugar social historicamente ocupado pela “cidade letrada” na América Latina, consultar: RAMA, Á. La ciudad modernizada. In: _____. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

⁵⁵ A respeito das Campanhas do Deserto, consultar: PASSETTI, G. **Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

⁵⁶ QUIJADA, M. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, W. (Coord.). **Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente**. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 432-433, 436.

canaviais do norte.⁵⁷ Essas revoltas apareciam noticiadas pelos principais diários portenhos normalmente sob o título “Assalto de índios.”⁵⁸ Já no cenário brasileiro, no mesmo período em que eram noticiados os eventos mexicanos, desenrolavam-se intensos conflitos rurais – com destaque para os de Juazeiro e Contestado – cujas raízes na marginalização social das populações camponesas não se distanciavam muito da situação enfrentada por boa parte dos camponeses mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário.

Realizadas em meio a esses cenários, o que as abordagens dos jornais analisados sobre a Revolução Mexicana sugerem – explicitamente ou de forma mais sutil, mas não menos reveladoras – é a consciência, por parte dos produtores desses órgãos de imprensa, de que muitos dos dilemas mexicanos encontravam-se presentes também nos contextos nacionais em que a situação do México era noticiada. Nesse sentido, destacar ou minimizar a importância dos acontecimentos mexicanos; ressaltar, negar ou desqualificar a participação popular – camponesa ou indígena – no processo revolucionário daquele país denotava muito mais do que tratar do México. Significava propriamente trazer ou não à discussão certos conflitos, reivindicações e contestações latentes naqueles cenários nacionais em que a Revolução Mexicana era noticiada. Evidentemente, como órgãos ligados às elites dominantes em seus países, os diários analisados não tinham interesse em ressaltar o caráter social de uma revolução que seguia vitoriosa. Dessa forma,

⁵⁷Embora a situação da chamada “pampa próspera” representasse a maior parte do mundo camponês argentino, a realidade do norte do país apresentava-se de maneira bem mais precária, além de marginalizada no conjunto nacional. Desde as últimas décadas do século XIX, boa parte da força de trabalho para a produção açucareira desenvolvida nas províncias do norte era recrutada entre comunidades indígenas da região do Chaco, que haviam sido incorporadas à órbita estatal no período e obrigadas a submeter-se a sistemas de coação do trabalho. Ver: CAMPI, D. Economía y sociedad en las provincias del norte. In: LOBATO, M. Z. (Dir.). **Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 71-118.

⁵⁸*La Prensa*, 22 jun. 1911, p. 10; *La Nación*, 14 mai. 1912, p. 11. Sob os títulos “assalto de índios” ou “malón de índios” os periódicos publicaram notícias de levantes indígenas no Chaco austral, em Salta e outras localidades do nordeste e noroeste argentino. Essas referências remetem à memória oficial da construção do Estado nacional na Argentina, a um imaginário em relação aos indígenas, construído no século XIX, que relacionava a figura do “índio” ao rapto de mulheres ou ataques a populações brancas indefesas, visando justificar as campanhas do deserto e os massacres das populações nativas que eram levados a cabo no período. Consultar a respeito: QUIJADA, M. ¿“Hijos de los barcos” o diversidad invisibilizada? La articulación de la Población Indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). **Historia Mexicana**, v. 53, n. 2, 2003, p. 469-510. Disponível em <http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_2080_18117.pdf> (Acesso em: 20 out. 2009).

sobressaem em seus discursos sobre o México precisamente as estratégias que lhes permitiram desqualificar ou desviar-se dessa faceta fundamental da Revolução Mexicana.

Se no que dizia respeito à dimensão política do movimento revolucionário mexicano – basicamente a luta contra a ditadura de Porfirio Díaz – as semelhanças nos posicionamentos dos jornais analisados frente aos eventos mexicanos independeram de seu pertencimento a contextos nacionais distintos; no âmbito da abordagem dada por esses mesmos jornais à intensa participação popular na revolução do México essa tendência se inverteu. Ainda que visões pejorativas dos camponeses revolucionários tenham sido veiculadas por todos os jornais analisados, a comparação entre Brasil e Argentina possibilitou identificar o caráter específico que essas abordagens ganharam nos periódicos de cada um desses países, conforme demonstramos.

Dessa forma, o desenvolvimento da análise confirmou que a comparação pode ser, como sugere a historiadora francesa Élise Julien, uma “salvaguarda preciosa” contra as “falsas similitudes” e também contra “oposições simplistas”⁵⁹ – que, no caso específico deste estudo, poderiam derivar tanto de uma simples associação dos jornais a seus respectivos países quanto da identificação de seu pertencimento a um mesmo lugar social, identificado às elites, independentemente do país em questão. O uso do método comparativo mostrou-se, de fato, indispensável para a percepção das nuances envolvidas nas interpretações dos jornais sul-americanos sobre o México revolucionário. A grande contribuição da comparação, neste caso, residiu na sua capacidade de levantar novas questões, o que permitiu enriquecer o estudo com problemáticas que certamente não seriam identificadas em uma análise restrita a um único contexto nacional. Nesse sentido, resulta bastante apropriada a proposição de Marc Bloch de que esta “boa ferramenta” serve-nos, mais do que à “interpretação dos fenômenos”, “primeiramente” à sua própria “descoberta”.⁶⁰

⁵⁹JULIEN, E. Le comparatisme en histoire. Rappels historiographiques et approches Méthodologiques. **Hypothèses: travaux de L'École doctorale d'Histoire**, Paris, Sorbonne, v. 1, n. 8, p. 190, 2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-hypotheses-2005-1-page-191.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

⁶⁰BLOCH, M. **Pour une histoire...** Op. Cit., p. 19.

Referências Bibliográficas

- BARBIER, F.; LAVENIR, C. B. **Historia de los medios: de Diderot a Internet**. Buenos Aires, Colihue, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História social da imprensa. Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARROS, J. D'A. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007. p. 20.
- BARTRA, Armando. **Regeneración, 1900-1918: la corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate**. México: Era, 1985.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BLOCH, M. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *In: ____*. **Mélanges historiques**. Paris: SEVPEN, 1963. t. 1. p. 16-40.
- BONAUDO, M.; BANDIERI, S. La cuestión social agraria en los espacios regionales. *In: FALCÓN, R (Org.)*. **Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 229-282.
- BOTANA, N.; GALLO, E. **De la república posible a la república verdadera (1880-1910)**. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- CAMPI, D. Economía y sociedad en las provincias del norte. *In: LOBATO, M. Z. (Dir.)*. **Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 71-118.
- FUNES, P.; ANSALDI, W. Patologías y rechazos. El racismo como factor constitutivo de la legitimidad política del orden oligárquico y la cultura política latinoamericana. **Cuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, Nueva Época**. México, v. 1, n. 2, p. 193-229, 1994.
- HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.)*. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 122-160.

JULIEN, E. Le comparatisme en histoire. Rappels historiographiques et approches Méthodologiques. **Hypothèses: travaux de L'École doctorale d'Histoire**. Paris, Sorbonne, v. 1, n. 8, p. 191-201, 2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-hypotheses-2005-1-page-191.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MARINO, D. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política en México, 1870-1919. **Historia Mexicana**, v. 48, n. 2, p. 236, 1998. Disponível em: <http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_1872_16020.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 32-5.

PASSETTI, G. **Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

PAULA, M. C. M. S. de. **Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano**. Franca, 2005. 123p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Franca, 2005.

PERALTA, D. **El periodismo según "La Razón" a fines de la etapa Cortejarena (1917-1921)**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005. p. 6. (Publicación electrónica) <www.ungs.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 24 mai. 2008.

PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

QUIJADA, M. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, W. (Coord.). **Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente**. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 425-450.

_____. ¿"Hijos de los barcos" o diversidad invisibilizada? La articulación de la Población Indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). **Historia Mexicana**, v. LIII, n. 2, p. 469-510, 2003. Disponível em:

<http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_2080_18117.pdf> (Acesso em 20 out. 2009).

RAMA, Á. La ciudad modernizada. *In: ___. La ciudad letrada*. Montevidéo: Arca, 1998. p. 61-82.

REYES MATTA, F. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. *In: ___. A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 55-72.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente: introdução à América Latina**. São Paulo: Edusp, 1991.

SAÍTTA, Sylvia. **Regueros de tinta. El diario “Crítica” en la década de 20**. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

_____. El periodismo popular en los años veinte. *In: FALCÓN, R. Nueva historia argentina (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 435-469. t. 4.

SIDICARO, R. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario “La Nación”, 1909-1989**. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, F. S. **Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SOUZA, M. C. C. O processo político partidário na Primeira República. *In: MOTA, C. G. (Org.). Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 162-226.

SURIANO, J. **Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)**. Buenos Aires: CEAL, 1989.

TODOROV, Todorov. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

YANLELEVICH, P. **Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930**. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí. Praça Independência, n. 385 – Centro. CEP: 86870-000. Ivaiporã – Paraná. Brasil.

HISTÓRIA COMPARADA, HISTÓRIA TRANSNACIONAL E CINEMA: DIÁLOGOS E UM ESTUDO DE CASO

Flaviano Bugatti Isolan¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Recebido: 20/05/2016
Aprovado: 20/06/2016

Resumo: No âmbito da história comparada, são múltiplas as possibilidades de interação com outras áreas de conhecimento e tendências historiográficas. O presente artigo tem por objetivo introduzir um diálogo com a história transnacional a partir do cinema, considerado aqui como um campo de interseção entre a história comparada e a história transnacional. O estudo de caso será apresentado a partir da análise de dois filmes – *Anjos do Inferno* (*Hell's Angels*; United Artists/1930) e *Heróis do Mar* (*Morgenrot*; Ufa/1932-33) - e de sua recepção na imprensa brasileira no período.

Palavras-chave: História Comparada; História Transnacional; Cinema e Recepção.

COMPARATIVE HISTORY, TRANSNATIONAL HISTORY AND CINEMA: DIALOGUE AND A CASE STUDY

Abstract: In the context of comparative history, there are multiple possibilities of interaction with other areas of knowledge and historiographical trends. This article aims to introduce a dialogue with the transnational history from the cinema, considered here as an intersection field between the comparative history and transnational history. The case study will be introduced by the analysis of two films *Hell's Angels* (United Artists/1930) and *Morgenrot* (Ufa/1932-33) - and its reception in the Brazilian press on the period.

Keywords: Comparative History; Transnational History; Cinema and Reception.

Desde as formulações pioneiras feitas por Marc Bloch, passando pelas discussões mais atuais, o campo de atuação da História Comparada (HC) sempre foi considerado um campo de olhares plurais ou de múltiplas observações. Mesmo que ainda se discuta seus contornos ou sua “rubrica própria”,² a HC deve ser vista sempre como um campo que estabelece conexões interdisciplinares com outros campos da própria História. Afinal, se comparar significa refletir sobre dois ou mais campos de análise ou estabelecer uma comunicação possível entre várias histórias, a análise deve estar aberta para as várias possibilidades de abordagem, tendo em vista os diferentes contextos (macro e micro), os objetos/fontes de

¹ E-mail: flavianoisolan@hotmail.com.

² BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

pesquisa e, por conseguinte, as diversas possibilidades teóricas e metodológicas no âmbito da pesquisa histórica.

Uma discussão que diz respeito à HC, seus alcances e limites, é colocada pelo campo da chamada História Transnacional (HT). Alguns estudiosos dos chamados processos históricos transnacionais definem seu campo de atuação e sua metodologia a partir de uma crítica ao conceito de HC – pelo menos àquele conceito mais tradicional de HC, onde predomina um enfoque político que compara casos com fronteiras nacionais bem definidas. Uma História Transnacional não seria, contudo, uma aversão ao nacional, uma vez que a nação ainda seria algo a ser estudado, porém esta não emolduraria o estudo como algo incontornável. A HT sairia, portanto, da esfera estreitamente política, diplomática ou econômica para a esfera cultural, privilegiando os intercâmbios culturais e as circulações transnacionais.³

Para além da construção de campos diferenciados ou mesmo de espaços teórico-metodológicos opostos entre HC e HT, alguns estudiosos da HC apostam em uma perspectiva histórica englobante, onde o sentido de comparação é ampliado para além da continuidade espacial e do isolamento geopolítico, ou onde a noção de tendências comparativas em uma determinada pesquisa dá lugar a uma análise sobre “transferência cultural”.⁴ O ato de comparar acabaria, portanto, significando necessariamente promover conexões interdisciplinares ou com as várias esferas do campo da própria História. Ou nas palavras de Frederick Cooper, “comparação sugere as múltiplas possibilidades, caminhos e becos que existem dentro da história de forma mais ampla. Uma abordagem global e interativa à história precisa de comparação, e comparação precisa de uma análise global e interativa”.⁵

E é a partir deste ponto que começam as intersecções entre HC e HT. Segundo José Barros, a variação na escala da comparação – o âmbito civilizacional,

³ WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 13-29, 2013; COHEN *apud* BARROS, 2014.

⁴ ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Genèses**, v. 17, n. 1, p. 112-121, 1994.

⁵ COOPER, F. *apud* PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 64-84, 2012.

nacional, regional, local, intraurbano etc – acaba desembocando, por fim, na possibilidade de comparar grupos étnicos ou identitários, práticas culturais mais específicas, realidades literárias, isto é, um campo de vários interesses.⁶ No mesmo sentido, mesmo que defenda que a HT signifique uma certa renovação da abordagem comparativa, ou mesmo que esta última acabe sendo deslocada pela primeira, Bárbara Weinstein afirma que uma análise transnacional, deve procurar as “zonas de contato” – pontos não necessariamente físicos nem geográficos, mas espaços que tendam a ser transnacionais. Tais zonas poderiam ser também comunidades de discurso e conhecimento que levem em conta o conceito ou imagem de “circulação cultural”.⁷

O trabalho de análises comparativas e transnacionais pode ser, enfim, parte de um mesmo campo historiográfico, onde há mais complementação do que exclusão. E um exemplo que permite observar e trabalhar essa interseção entre HC e HT é o cinema.

O cinema como o campo de interseção

Dentro dessa discussão sobre os métodos comparativos e transnacionais, o cinema acaba sendo um objeto de estudo reivindicado por ambos. Mesmo que não falem explicitamente, pode-se perceber o cinema como um objeto/fonte para se estudar o papel da cultura ou dos intercâmbios culturais nos estudos que abordam realidades ou contextos distintos.

A própria relação entre História e Cinema já traz implícito, em certa medida, o exercício de comparar ou analisar/cruzar diferentes contextos ou diferentes narrativas sobre um tema ou um período histórico. Ao se analisar, por exemplo, como um filme de um determinado país aborda um tema ou um acontecimento – histórico ou não, baseado em fatos reais ou fictícios -, deve-se levar em conta os vários olhares e narrativas com os quais o filme explícita ou implicitamente se relaciona: qual a conjuntura histórica em que o filme foi produzido; com quais outras narrativas - outros filmes ou outras artes - o filme dialoga; qual os

⁶ BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p. 71.

⁷ WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 13-29, 2013. p. 20.

significados que podem ser apreendidos a partir da análise de suas imagens, montagem, enredo...; a que grupo ou tipo de produções cinematográficas, contemporâneas ou não, o filme pode ser associado; qual o nível de “ficção e realidade” que seu enredo e suas imagens trazem à tona; como se deu a *recepção* do filme e os sentidos que ela acabou produzindo. Tudo isso mostra que o cinema, e suas várias possibilidades de relação com a História, estende sua complexa malha para além dos sistemas localizados de produção. O exercício da comparação é, assim, ampliado para além dos processos ou contextos históricos limitados por fronteiras físicas ou meramente “nacionais”, possibilitando outros modos de conduzir análises que entrelaçam diferentes realidades ou narrativas. A análise comparativa, e que lida com diferentes realidades que se entrecruzam, passa a ser também uma análise de diferentes discursos e produções de sentido.

Um enfoque comparativo que tem como objeto o cinema - no caso deste artigo, que pretende trazer um estudo de caso sobre cinema e recepção -, permite estabelecer análises para além da simples comparação entre duas realidades nacionais, ampliando as possibilidades de intercâmbios e comparações na esfera política e cultural, internacional e nacional, bem como em relação à produção de discursos na esfera social, que dizem respeito a ideologias e identidades.

Um filme, enquanto fonte histórica, oferece sua gama de elementos para serem analisados (imagens, enredo, cenário, narrativa...), cujo produto final é uma forma de contar a História ou uma história. Utilizar o cinema como fonte de estudos comparativos significa estabelecer que o olhar comparativo que conduzirá a análise será feito a partir do(s) filme(s) em questão. As possibilidades de estabelecer comparações tendo o cinema como objeto são múltiplas: pode-se analisar, por exemplo, filmes de um mesmo país sobre um determinado tema; filmes de diferentes países sobre um determinado tema; filmes produzidos (por um país ou por diferentes países) dentro de um mesmo recorte de tempo; filmes de países distintos produzidos em épocas distintas... O recorte do objeto e do campo de análise depende, obviamente, dos objetivos traçados para a pesquisa.

Um elemento a mais que se pode colocar nessas análises é a recepção dos filmes, ou seja, como os filmes foram recebidos ou “lidos” pelo público. Ou já em uma abordagem comparativa: analisar ou comparar os sentidos e valores

atribuídos aos filmes por aqueles que os produziram, com os sentidos e valores atribuídos pelo público, ou parte dele, na época em que foram produzidos. Em uma perspectiva histórica é impossível chegar a esta última instância, qual seja, o público propriamente dito que assistiu ao(s) filme(s) e os efeitos e construções de sentidos resultantes. O que se faz possível, contudo, é realizar uma aproximação com estes sentidos e significações. A imprensa, como sujeito construído da recepção, é um meio que possibilita esta aproximação. Um estudo que envolve, portanto, cinema e imprensa, ou como a imprensa assimilou e divulgou os filmes de uma determinada produção em uma determinada época, vai ao encontro desse movimento de ampliar e aprofundar a abordagem comparativa, trazendo para análise não apenas o filme e seu contexto de produção, mas privilegiando também os contextos de sua circulação e apropriação. O historiador pode, assim, alternar cruzadamente narrativas diversificadas e abrir espaço em seu texto para várias vozes que se entrecruzam.

Considera-se, portanto, um estudo sobre cinema e recepção também como uma possibilidade de trabalhar o agrupamento de vários campos historiográficos, ampliando e aprofundando as perspectivas comparatistas, uma vez que vários campos da história se fazem presentes: história política, história das relações internacionais, história social, análise do discurso, relação cinema e história. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é fazer da análise de dois filmes – a produção norte-americana *Hell's Angels* (United Artists/1930) e a produção alemã *Morgenrot* (Ufa/1932-33) - e de sua recepção no Brasil, como um exemplo de como o cinema pode ser considerado um ponto de confluência ou interseção entre os estudos de história comparada e transnacional.

Reconstruir ou (re)escrever parte da história de um período a partir da comparação de dois filmes já se constitui por si só como um exercício de comparação ou de múltiplos olhares. Ou, em outras palavras, uma tentativa de escrever uma história comum a partir de duas lentes (as dos dois filmes), trazendo análises de diferentes discursos, mas que mesmo assim são partes comuns da mesma história que se quer escrever. E quando falamos em filmes de diferentes países e ainda colocamos como objeto da pesquisa como foi a recepção desses filmes (via imprensa) em um terceiro país, ampliamos ainda mais o exercício de

cruzar diferentes realidades, campos históricos, atores e discursos. Nesse sentido, a pesquisa ganha uma multiplicidade de temas e discursos a serem analisados, assim como uma interação maior de agentes e produtores de sentido, os quais transcendem as fronteiras nacionais e uma história meramente “política”. A análise dos filmes em questão – que no Brasil receberam os títulos de Anjos do Inferno e Heróis do Mar – e suas exibições no mercado cinematográfico brasileiro no período, bem como sua divulgação na imprensa, permitem abordar ou pelo menos perpassar uma série de fatores: a história do cinema no período e seus filmes sobre a I Guerra; a utilização do cinema desde o começo da I Guerra como instrumento de política cultural externa; as imagens dos filmes sobre o inimigo e suas concepções de estado e sociedade, moral e honra; a exibição destes filmes nos cinemas brasileiros em um contexto onde modernização e construção de valores nacionais eram pauta nos meios políticos e sociais, como a imprensa; qual o papel da imprensa e seus encartes cinematográficos neste contexto, como veículo de (re)leituras e propagação dos valores dos filmes e, desse modo, como produtores de sentidos que disputam, enquanto discursos produzidos, um papel na construção da história e da memória. Todos esses fatores, ao serem cruzados, interconectados e comparados, abrem a possibilidade de aprofundar e ampliar o campo de pesquisa.

Mais importante do que escolher o que se comparar é ter a noção que a HC deve ser percorrida por uma problematização bem definida. Ao escolher essas duas produções de começos da década de 1930, levamos em consideração, em primeiro lugar, a hipótese de que uma representava uma resposta política à outra no campo cinematográfico. A produção alemã Heróis do Mar (1932-33) foi uma “reposta” à produção norte-americana Anjos do Inferno (1931) no que tange o tema da I Guerra e os conflitos militares entre a Alemanha e a Inglaterra. Resposta essa que era coerente com o papel atribuído ao cinema desde os anos da I Guerra na política cultural alemã no âmbito das relações internacionais. Nesse contexto, resposta essa também coerente com o papel do cinema na “guerra das imagens” – adaptando um termo de Sege Gruzinski⁸ - e suas funções de vender a imagem de

⁸ GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

um país no exterior. E em segundo lugar, essas duas produções, além de terem alcançado grande sucesso em seus países e no exterior, são representativas de um período – começo da década de 1930 – do mercado cinematográfico brasileiro, quando este começa a se consolidar em termos modernização e aumento do número de salas de exibidoras, dos escritórios representantes de produtoras de vários países e também dos encartes cinematográficos nos jornais, que eram parte integrante desses mercados e cuja crítica cinematográfica começava a ganhar ares mais profissionais. Nesse contexto, o cinema já era o mais moderno e popular meio de entretenimento, pelo menos nas grandes cidades brasileiras, onde se concentrava o mercado exibidor brasileiro, tendo nas páginas da imprensa dedicadas à sétima arte espaços que refletiam em parte as discussões políticas e ideológicas da conjuntura nacional e internacional.

Nesse período de começos da década de 1930, uma disputa da qual o Brasil (e o continente sul-americano) acabaria sendo palco começava a ganhar cores mais nítidas. Essa disputa se deu no âmbito das políticas culturais externas, principalmente de EUA e Alemanha, as quais visavam garantir - ou combater - a hegemonia política e a influência cultural “inimiga”, e com isso atingir os objetivos de suas políticas externas. Uma das armas dessa disputa era o cinema, e ao longo da década de 1930 o cinema alemão será o maior concorrente das produções norte-americanas no Brasil, mesmo que em termos quantitativos não consiga abalar a hegemonia de Hollywood. A análise comparativa, portanto, dessas duas produções e de como elas foram divulgadas na imprensa brasileira (ou em parte dela) no período mostra o começo dessa disputa e alguns alcances e limites das estratégias dessas políticas culturais.

Anjos do Inferno e Heróis do Mar: cinema, política cultural e imprensa

O cinema, desde sua transformação em um moderno meio de comunicação de massas a partir da primeira década do século XX, já era utilizado como um instrumento de política cultural exterior, e os exemplos da indústria cinematográfica tanto dos EUA como da Alemanha atestam isso. Ambos os países montaram suas indústrias de filmes através de política estatal e capital privado e, principalmente após a I Guerra, suas indústrias cinematográficas faziam parte da

Kulturpolitik no âmbito das relações internacionais. No caso norte-americano isso se mostrava efetivo nos anos finais da I Guerra, quando os grandes estúdios de Hollywood já se lançavam hegemônicos no mercado internacional com o objetivo de “sell America to the World”. A Alemanha, ao final da guerra, montou sua indústria cinematográfica já com objetivo de intergrá-la a sua política cultural exterior. A Ufa - Universum Film A.G. - foi criada em 1917, após a fusão das firmas cinematográficas mais importantes, com objetivos de concentrar a distribuição dos filmes, a fim de que o cinema alemão apoiasse a política militar do Estado. Seu objetivo inicial era reportar as operações militares e fazer contraponto à propaganda inimiga - principalmente ao cinema norte-americano e francês - distribuindo filmes destinados a reabilitar a reputação da Alemanha imperial no estrangeiro. Ao longo da década de 1920, a Ufa tornou-se a maior produtora de cinema da Europa, e desde a subida de Hitler ao poder, em 1933, até o final da II Guerra, permaneceu, junto com as outras produtoras menores, sob a égide do Ministério da Instrução e Propaganda do regime nacional-socialista.

O mercado cinematográfico brasileiro foi se desenvolvendo desde a década de 1920 sob a batuta dos grandes estúdios produtores de Hollywood - Metro, Paramount, Fox, Warner e RKO -, responsáveis por cerca de 90% dos filmes exibidos no país. Além da quantidade maior de produção, esses estúdios já possuíam escritórios de representações exclusiva, o que trazia grande vantagem na distribuição de películas no mercado brasileiro em comparação com as produtoras europeias. Desde os anos iniciais da década de 1920, contudo, correspondentes da imprensa alemã de cinema já apontavam o mercado brasileiro como um potencial alvo para os filmes alemães, principalmente devido ao grande número de imigrantes e descendentes nas regiões sul e sudeste. Ao mesmo tempo, reivindicavam, a exemplo dos estúdios norte-americanos, a abertura de um escritório de representação exclusiva para que os filmes pudessem conquistar uma parcela desse mercado, concorrendo com a distribuição mais ágil e efetiva dos filmes norte-americanos - a Ufa teria seu distribuidor exclusivo apenas a partir de dezembro de 1931, com a fundação da Art Films, que ao longo da década teria sua matriz localizada no Rio de Janeiro, filiais em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba e agências espalhadas por outras capitais e cidades do país.

Junto com o mercado cinematográfico, os espaços na imprensa brasileira dedicados ao cinema também foram se desenvolvendo e aprimorando. No início da década de 1930, o que caracterizava a crítica e os encartes cinematográficos na imprensa brasileira era a predominância e a consolidação do padrão e das referências do mundo do cinema norte-americano, que ditava o modelo de editoração das revistas especializadas e ocupava os maiores espaços das seções de cinema nos jornais. A imprensa refletia em suas páginas a hegemonia dos filmes de Hollywood nas salas de cinema. Anúncios e críticas de filmes de outros países eram em menor quantidade e tamanho. Um artigo publicado em um jornal do Rio de Janeiro, em 1932, constatava que “a arte cinematográfica é uma expressão *yankee* por excelência” e apontava a necessidade de profissionalização da crítica cinematográfica na imprensa brasileira para “poder levar em consideração de forma séria “as produções estrangeiras – alemãs, francesas, escandinavas e russas – que eram exibidas nos cinemas nacionais.⁹ Em relação às produções alemãs, estas começaram a chegar em maior número aos cinemas brasileiros e, conseqüentemente, a ocupar com mais frequência as páginas da imprensa a partir dos anos 1930, através do trabalho da antes mencionada Art Films. Os filmes alemães terão sua melhor fase no mercado cinematográfico brasileiro entre 1933-1936, coincidindo com o melhor momento das trocas comerciais entre Brasil e Alemanha. Após esse período, devido aos acontecimentos políticos – Estado Novo, crise diplomática com a Alemanha, começo da II Guerra na Europa e pressão dos EUA – e à crise nos negócios entre a Art Films e a Ufa, há uma gradativa diminuição do número de exibições de filmes alemães nos cinemas brasileiros, até sua interrupção em 1942, que duraria até o final da guerra.

Foi no começo da década de 1930, portanto, que os filmes alemães começam a consolidar seu espaço como os principais concorrentes das produções norte-americanas, mesmo que a hegemonia destas não fosse afetada. Também a partir desse período que Estados Unidos e Alemanha se tornam os principais concorrentes nas relações comerciais e políticas com o Brasil, e que o mercado cinematográfico brasileiro se consolida como campo de disputa das políticas

⁹ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 8 jun. 1932.

culturais exteriores dos dois países. É nesse contexto que duas das maiores produções do cinema mundial no período chegarão aos cinemas brasileiros: *Anjos do Inferno* e *Heróis do Mar* podem ser vistos, assim, como objetos de análise do cinema enquanto instrumento de disputa política e cultural no âmbito das relações internacionais. Também as formas de representação que os dois filmes apresentavam, bem como as interpretações e produção de sentido produzidas a partir da relação com a recepção (imprensa brasileira), são elementos que atuavam interligados ao mesmo contexto e que se integram à análise histórica do período.

O filme *Anjos do Inferno* (*Hell's Angels*; United Artists/1930) foi produzido pelo industrial, aviador, produtor e diretor de cinema Howard Robard Hughes Jr.. Howard Hughes já havia produzidos outros filmes na década de 1920, mas foi com a grande produção sobre a aviação inglesa na I Guerra que teve seu nome ligado aos grandes sucessos de Hollywood – aficionado pela aviação, Huhes montou durante a década de 1930 sua própria empresa e em 1939 acabou comprando a companhia aérea TWA (Trans World Airlines). *Anjos do Inferno* levou cerca de quatro anos para ser produzido e estreou mundialmente em novembro de 1930, sendo considerado na época o filme mais caro já produzido.

Já a partir da década de 1920, a I Guerra foi tema de inúmeras produções de diversos países. Com a derrota na guerra, a imagem de “inimigo” da Alemanha era veiculada também nos filmes dos países vencedores, os quais mostravam a Alemanha como o “inimigo estrangeiro”, portadora de uma cultura – “militarismo prussiano” - oposta aos valores da democracia liberal. *Anjos do Inferno* é um exemplo dessas produções.

O filme conta a história de dois irmãos ingleses que na I Guerra se alistam na Royal Air Force. O enredo mostra as desventuras dos irmãos nas batalhas aéreas contra a Alemanha, suas diferentes personalidades (o mais velho defende ideais patrióticos e de honra, enquanto o mais novo se mostra um desinteressado político), as desventuras do triângulo amorosos em que se envolvem e também alguns personagens das forças armadas alemãs que se destacam na trama. Um destes é o jovem alemão Karl, que vive na Inglaterra e é colega de estudos dos dois irmãos em Oxford, quando eclode a guerra. Karl é convocado para se alistar e lutar

pela Alemanha. Karl é um pacifista, não que ir para guerra lutar pelo seu país e chega a proferir frases como *"I love England"*, mas não escapa da convocação. Durante uma batalha, quando um Zeppelin sobrevoa Londres com missão de bombardear pontos estratégicos da cidade, Karl é o responsável por indicar o momento e os alvos do bombardeio, e quando o faz, indica a posição errada para que as bombas caiam em um lago. O comandante do Zeppelin é apresentado como uma caricatura do que seria um oficial alemão, um neurótico fascinado pela guerra que não mede esforços em sacrificar vidas para lutar em nome de seu país. Frases como *"os senhores estão preparados para morrer pela sua pátria?"* são proferidas pelo comandante. Quando o Zeppelin é perseguido pelos aviões da Royal Air Force, o subcomandante propõe voluntariamente o suicídio dele e de alguns oficiais da tripulação para deixá-lo mais leve e ter chances de escapar do ataque. Aos gritos de *"Por Deus, pelo Reich e pelo Kaiser!"* se atiram do Zeppelin. Para deixar o Zeppelin ainda mais leve, o comandante corta também o cabo que ligava a cápsula das bombas ao Zeppelin, *"em nome do Kaiser e da Pátria"* o jovem Karl é sacrificado. Quem mostra um heróico sacrificio é um aviador ingles que atira seu avião contra o Zeppelin derrubando-o finalmente. Na parte final do filme, os dois irmãos ingleses são feitos prisioneiros do exército alemão após serem capturados em uma missão. O capitão alemão, que os tinha como prisioneiros, também é apresentado com feições e gestos caricaturais. Este exige que os irmãos digam quando será o próximo ataque da Royal Force sob pena de serem executados. Mostrando um verdadeiro patriotismo, o irmão mais velho mata o mais novo, que se deixa executar, já que havia perdido o controle emocional e ameaçava trair seu proprio exército. No final, o irmão mais velho é executado por não delatar a próxima ação do exército inglês. O capitão alemão ainda reconhece a atitude: *"A Inglaterra é uma nação mais corajosa"*. A cena final mostra a vitória inglesa sobre os alemães na batalha.



Figura 1: Cartaz e cenas de Hell's Angels (Anjos do Inferno)¹⁰

No Brasil, Anjos do Inferno teve sua estréia em maio de 1931, mas desde julho de 1930 já havia anúncios e matérias nos encartes de cinema da imprensa. Era comum no período as seções de cinema dos jornais anunciarem uma grande produção muitos meses antes de seu lançamento. Era uma estratégia dos produtores, que conseguiam assim manter quase que diariamente, durante um longo tempo, notas, reportagens e críticas nos espaços da imprensa. Em novembro de 1930, o jornal Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, após quase seis meses de notas e propaganda sobre o filme, anuncia que a estreia de Anjos do Inferno seria realizada apenas na próxima temporada do ano seguinte.¹¹ O filme teve sua estreia em 18 de maio de 1931, no Cine Capitólio, uma das grandes salas “lançadoras” da Cinelândia carioca. Ficou em cartaz no Capitólio até junho e depois circulou por outros cinemas dos centros e dos bairros. Ao final do ano foi considerado um dos grande sucesos da temporada, junto com Luzes da Cidade, de Charles Chaplin. Anjos do Inferno ficou em cartaz em cinemas do Rio de Janeiro até fevereiro de 1932 – era comum também no período um filme de grande sucesso ficar um longo tempo em cartaz, circulando por vários cinemas, uma vez que as agências distribuidoras fechavam contratos em separado com cada sala exibidora ou com algum exibidor dono de uma rede de cinemas.

¹⁰ Disponíveis em: <http://cinemalivre.net/imagens/capas/anjos_do_inferno_1930_o.jpg>; <<http://4.bp.blogspot.com/5fhHA60008E/UFkqaUIHjJI/AAAAAAAAADDw/mv00LOp25Yo/s1600/Hell's+Angels+-+Anjos+do+Inferno+-+Howard+Hughes+-+1930+-+Legendado+1.jpg>>; <http://br.web.img3.acsta.net/c_300_300/medias/nmedia/18/65/53/61/19172477.jpg>. Acesso em 02 mai. 2016.

¹¹ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 9 nov. 1930.

A divulgação de Anjos do Inferno foi além da constante e longa presença nas páginas da imprensa. Atendendo aos interesses da política cultural exterior, a United Artists convidou comandantes militares e alunos da Escola de Aviação Militar e da Escola Naval brasileiras para uma sessão especial de pré-estreia, também no Cine Capitólio, uma semana antes da estreia oficial.¹²

O tempo que Anjos do Inferno ocupou as páginas da imprensa foi, portanto, de praticamente dois anos - tendo como fonte principal o jornal Diário de Notícias e secundariamente a revista Cinearte, ambos do Rio de Janeiro. A divulgação mais intensa foi de janeiro a maio de 1931, quando se deu sua estreia, e as páginas do Diário de Notícias apresentavam na seção “Cinematographia” artigos e comentários sobre o filme, sua produção e filmagens, sobre o director e os atores, além de fotos de cenas e do elenco. Desde meados de 1930, contudo, o filme já era anunciado frequentemente nas páginas do jornal como um “épico”, “a maior realização da história do cinema”, “ansiosamente aguardado”¹³ – geralmente as grandes produções eram anunciadas de forma eufórica, sempre enaltecendo as inovações e realizações da “sétima arte”, e nunca de forma definitiva, pois uma próxima grande produção poderia ser também anunciada como a próxima maior realização do cinema. Com Anjos do Inferno não foi diferente, e outros elementos justificavam ainda mais a linguagem hiperbólica sobre o filme: ainda durante sua produção, Anjos do Inferno já era considerado o filme mais caro até então realizado, e suas cenas que incluíam batalhas aéreas filmadas com pilotos profissionais faziam da “técnica” do filme uma característica sempre destacada. Junto com a técnica, e levando em conta que se tratava de um filme de guerra, o “realismo” do filme era também um aspecto sempre destacado. Foi no começo da década de 1930 que a sonorização chegou ao cinema, associando à experiência cinematográfica som e vozes sincronizados com as imagens, trazendo para a noção interpretativa dos filmes uma busca cada vez mais “realística” do real. O Diário de Notícias apresentava Anjos do Inferno como o melhor resultado até então dessa associação entre a técnica cinematográfica e a ideia de “realismo”:

¹² Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 6 mai. 1931.

¹³ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, respectivamente 5 out. 1930; 16 dez. 1930; 1 jan. 1931.

[Anjos do Inferno] supera tudo o que já se fez”, “[...] sem falhas, sem defeitos, sem um único ponto que pudesse ser atacado de inverossímil”, “[...] todo ese movimiento febril passa num minuto diante dos olhos da plateia, dando uma visão real dos fatos.¹⁴

Seguindo a lógica do *star system* dos estúdios de Hollywood, as páginas do Diário de Notícias davam espaço para fotos e textos sobre os atores e diretores do filme. O diretor Howard Hughes, mesmo sendo herdeiro de uma grande fortuna, foi apresentado como uma *self-made man* em uma biografia publicada, segundo a qual Anjos do Inferno seria uma espécie de resultante de sua carreira de industrial apaixonado pela aviação e de produtor e diretor de cinema.¹⁵ Um maior destaque nas páginas do Diário de Notícias ganhou a atriz Jean Harlow, que protagonizava o triângulo amoroso com os dois irmãos na primeira metade do filme - o filme acabou sendo a grande catapulta da atriz em Hollywood.

Em suas reportagens, o Diário de Notícias destaca o papel feminino e transgressor de Jean Harlow no filme, como uma *femme fatale* que fascinaria o público como uma mulher independente - “figura diabólica de uma mulher (...) que tem a volúpia de seduzir e desprezar os homens”-,¹⁶ fazendo com que o próprio filme, ou ato de assistí-lo, seja reconhecido como uma transgressão à moral vigente: “o enredo tem o sabor delicioso das coisas proibidas”;¹⁷ “(Jean Harlow) tem qualquer coisa de diabólico e divino ao mesmo tempo”.¹⁸

Assim como em relação à técnica do filme, também na lógica do *star system* o “realismo” de produções consideradas inovadoras como esta era invocado. As pesquisas e investimentos de Howard Hughes teriam contribuído para as cenas de guerra no ar e para a construção de um Zeppelin utilizado nas filmagens, resultando no realismo da representação da guerra que o filme levaria às telas. Da mesma forma, a figura feminina interpretada por Jean Harlow, “perversa” ou “humana”, teria tido a aprovação da opinião daqueles que viveram a experiência do *front*, ou seja, tal figura seria fruto da realidade da própria guerra.¹⁹ Em um período de inovações nas técnicas cinematográficas, o “realismo” era, portanto, a

¹⁴ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 3 mai. 1931.

¹⁵ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 6 abr. 1931.

¹⁶ Diário de Notícias. 13 mai. 1931.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Diário de Notícias. 17 mai. 1931.

¹⁹ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 25 jan. 1931.

grande qualidade divulgada – e buscada – pela crítica de cinema. Nesse quesito, *Anjos do Inferno* acaba sendo um dos grandes referenciais. Desde a biografia de seu diretor, passando pela produção, técnica e bastidores das filmagens (além de constantes incidentes, dois pilotos teriam morrido em uma filmagem de cena de guerra aérea), até o produto final na tela de cinema (que traria em seu enredo a “psicologia” e os “detalhes subjetivos” dos personagens²⁰), *Anjos do Inferno* era anunciado nas páginas do *Diário de Notícias* como a conjunção de todos esses elementos e, portanto, um ponto alto da arte cinematográfica. A revista *Cinearte*, que apresentava uma crítica mais especializada de cinema, fez críticas ao enredo filme, principalmente à prática dramática, à atuação de alguns atores, afirmou que algumas cenas foram copiadas de outros filmes e que *Anjos do Inferno* não atingia ainda da qualidade de enredo de uma outra grande produção do período sobre a I Guerra, *Nada de Novo no Front* (USA; Universal/1930). Mas também segundo a revista, a qualidade técnica do filme, principalmente as tomadas aéreas e cenas de guerra, fazia de *Anjos do Inferno* um filme de guerra acima da média.²¹

Além das discussões sobre o filme propriamente dito, *Anjos do Inferno* foi tema de divergências políticas e diplomáticas no período. O caráter anti-alemão do filme, ou pelo menos suas imagens que representavam de forma estereotipada os oficiais alemães, foram motivos de protestos da Sociedade dos Proprietários de Cinema da Alemanha. Uma nota na sessão de cinema do *Diário de Notícias*, enviada de Berlim e publicada em junho de 1931, informava que *Anjos do Inferno* era considerado pelos críticos em geral um dos filmes mais germanófilos até então produzido, e que a Sociedade dos Proprietários de Cinema da Alemanha exigia a retirada imediata do filme do mercado germânico, ameaçando tomar medidas não somente na Alemanha, como também em outros países de língua alemã.²² Em outubro do mesmo ano, a Sociedade enviou um ofício à *United Artist* solicitando que fosse suspensa a exibição do filme fora dos Estados Unidos. Segundo a revista *Cinearte*, que publicou esta última nota, a medida seria desnecessária, uma vez que o filme já teria sido visto por “80% do povo do mundo” e não seria ofensivo à

²⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1931.

²¹ *Cinearte*. Rio de Janeiro, 3 jun. 1931.

²² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1931.

Alemanha, conforme afirmava a Sociedade dos Proprietários de Cinema daquele país.²³

No Brasil, nos meses de junho e julho de 1931, *Anjos do Inferno* foi motivo da primeira reclamação oficial da Legação Alemã - órgão oficial do governo alemão no Brasil, que em 1936 seria promovida à Embaixada - no que dizia respeito ao cinema e às relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. O representante da Legação Alemã escreveu diretamente ao ministro brasileiro das relações exteriores, Afrânio de Melo Franco, solicitando que as cenas do filme que ofendessem o exército ou o sentimento patriótico alemão fossem censuradas. *Anjos do Inferno* não foi nem censurado, nem proibido, o que gerou reclamações por parte dos órgãos alemães, que se mantiveram vigilantes. Tanto que após *Anjos do Inferno*, outros filmes exibidos no Brasil ao longo da década de 1930 foram considerados ofensivos à imagem da Alemanha e dos alemães e foram motivos de reclamações e solicitações de censura ou proibição. Colocando em pauta manutenção das boas relações entre os dois países, os órgãos de representação do governo alemão no Brasil se reportavam aos órgãos de censura brasileiros e até mesmo aos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, os quais, em nome das boas relações entre os dois países, acabavam por censurar ou proibir tais filmes.²⁴

Todas essas questões apresentadas na imprensa brasileira sobre o filme *Anjos do Inferno* também estiveram presentes quando da divulgação e críticas a respeito do filme *Heróis do Mar*, produção alemã de 1932/33, que significou uma resposta no campo cinematográfico da Alemanha a *Anjos do Inferno*.

Na virada da década de 1920 para os anos 30, parte das produções alemãs, assim como o próprio ambiente cinematográfico e artístico do país, refletiam as polarizações políticas do país. Por um lado, eram produzidos filmes ligados a

²³ Cinearte. Rio de Janeiro, 21 out. 1931.

²⁴ Exemplos de filmes que geraram reclamações por parte dos órgãos alemães no Brasil: *Mamba* (Tiffany Products Ltda, 1930); *The W. Plan* (British International Pictures Ltda, 1930); *Companheiros de Guerra* (Metro, 1931); *Prisioneiros de Guerra* (*Everything is Thunder*; Gaumont British Picture, 1936); *Depois...* (*The Road Back*; Universal Pictures of Brasil, 1937). Até o rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, em 1942, os órgãos representantes do governo alemão ainda exerceram influência sobre a exibição de filmes no Brasil considerados ofensivos à Alemanha. Um outro exemplo é a produção de Charles Chaplin, *O Grande Ditador* (*The Great Dictator*; 1940), cuja exibição no Brasil foi permitida pelo governo brasileiro apenas em maio de 1942.

artistas de esquerda que expunham facetas da crise e da decadência social, além de críticas às tendências belicistas, autoritárias e conservadoras de setores da sociedade alemã (*Viagem de mae Krause ao Paraíso*/1929; *Berlim-Alexanderplatz*/1931; *Kuhle Wamp*/1932, entre outros); por outro, eram produzidos filmes que simbolizavam uma ode à grande nação alemã unificada e à ação rumo a uma “nova” ordem (*O Último Pelotao*/1930; *O concerto de flauta de Sanssouci*/1930; *O Rebelde*/1932; entre outros). A Ufa, sob a administração de Alfred Hugenberg desde 1927, visava recuperar o sucesso financeiro ao mesmo tempo que se aliava a princípios políticos conservadores e preparava o terreno para a ascensão de Hitler ao poder mediante a produção destes filmes que exaltavam o nacionalismo alemão e combatiam preceitos progressistas ou da esquerda do campo político – o próprio Hugenberg se tornaria Ministro da Economia, Agricultura e Alimentação do primeiro gabinete de Hitler, em 1933.

Morgenrot (1932) foi a primeira grande produção da Ufa que se destacou por ser o cartão de visitas da grande produtora alemã para os novos detentores do poder. Antes da subida de Hitler ao poder, a Ufa já trabalhava na produção deste que pode ser considerado seu primeiro filme de propaganda para o regime nazista. A produção ficou sob comando de Güther Stapenhorst, que até sua emigração em 1935, foi responsável pela produção de uma série de comédias de sucesso e alguns filmes de propaganda. A direção ficou a cargo de Gustav Ucicky, contratado pela Ufa desde 1929 e que se tornaria um dos principais diretores de filmes de propaganda durante o regime nazista. O roteiro era de Gerhard Menzel, autor de teatro que desde 1932 trabalhava como roteirista da produtora alemã. Ucicky e Menzel produziram, até o fim da II Guerra, filmes de propaganda. Sua estréia foi assistida por Hitler e seu *staff* em um grande evento no Ufa-Palast em Berlim, em 2 de fevereiro de 1933, três dias após ter prestado juramento oficial como Chanceler no Parlamento alemão.

Morgenrot, cujo título pode ser traduzido por “alvorecer vermelho” - já anunciando a fatalidade romantizada da Morte -, é um filme ambientado na I Guerra e dedicado aos 6000 marinheiros alemães mortos e 199 submarinos alemães afundados no conflito. A guerra perdida ainda era motivo de lamúrias nos setores conservadores e nostálgicos alemães e o filme seria, a exemplo de outros,

uma revanche pela derrota e pelas humilhações do Tratado de Versalhes. O filme conta a história de um submarino alemão tem por missão afundar um cruzador inglês em águas do campo inimigo durante a I Guerra. Após cumprir a missão com sucesso, o submarino encontra um navio sem bandeira – uma armadilha inglesa – o qual avisa um torpedeiro inglês. O submarino é depois atingido pelo torpedeiro e afunda, sobrevivendo apenas dez dos 31 homens, que ficaram presos em uma repartição onde não entrara água. Enquanto os familiares ainda comemoravam em terra a notícia da missão cumprida pelo marinheiros, o ponto alto do filme é mostrado quando são encontrados no submarino apenas oito equipamentos de mergulho. O espírito de camaradagem é evocado: *“Todos ou nenhum!”*. O comandante pergunta ao seu oficial se seria certo aceitar esse sacrifício. O oficial responde: *“Eu poderia morrer dez, cem vezes pela Alemanha!”*. A sentença do filme é dada pelo comandante: *“de viver, nós alemães talvez entendemos pouco, mas sabemos morrer gloriosamente”*. Desobedecendo o comandante, o oficial e mais um homem se suicidam com tiros e garantem a sobrevivência do restante do grupo. O filme era para glorificar o espírito de sacrifício dos alemães. Nas palavras do oficial, a mística da Morte: *“Talvez a morte seja o único acontecimento na vida”*. E nas do comandante, a sua razão: *“Quem deixa sua vida pela de um irmão, descansa em paz”*.



Figura 2: Cartaz e cenas de Morgenrot (Heróis do Mar)²⁵

25

Disponíveis

em:

<http://filmeshdcompletos.com/uploads/movies/covers/2015/05/thumbs/morgenrot_tNone_jpg_290x478_upscale_q90.jpg>;

<<http://www.the->

Distribuído pela Art Films com o título de Heróis do Mar, o filme teve estréia simultânea no Brasil nos dias 12 de junho de 1933, no Cine Alhambra, no Rio de Janeiro e no Cine Odeon, em São Paulo. Assim como ocorreu com de Anjos do Inferno, a divulgação do filme alemão também serviu de interesse à política cultural exterior. A Art Films ofereceu no dia 30 de maio, no Cinema Alhambra, no Rio de Janeiro, uma exibição especial de pré-estréia às autoridades da Marinha de Guerra do Brasil, que contou com a presença do Ministro da Marinha, oficiais e marinheiros²⁶.

Na imprensa brasileira, ainda antes da sua pré-estreia, no dia 28 de maio, Heróis do Mar recebia sua primeira crítica - um dos maiores textos sobre um filme publicado em um jornal brasileiro no período. A crítica, assinada por uma correspondente internacional, foi publicada pelo *Diario de Noticias*, do Rio de Janeiro. A análise feita pelo artigo não era apenas sobre o filme, mas também sobre os valores da cultura (ou da “raça”) germânica, que estariam representados em uma grande produção como “Heróis do Mar”:

Os alemães têm no cinema, como os russos – conquanto por motivos diferentes – uma superioridade que ninguém lhes pode imitar: material humano de primeira ordem. Artistas produzidos por uma raça vivida, modelada nas cruzeiras das transformações violentas das guerras, crises (...). Raça trabalhada pela cultura e por uma soma de ideais que se infiltram até nas camadas mais baixas. Raca philosophica, que faz de uma doutrina uma religião. (...) Raça de super-homem, de poetas e oradores. Raça que perdeu a ingenuidade há muitos seculos. Para essa gente, a crueldade inspirada num ideal é um requinte do espírito (...). Mas esse tipo humano superior em inteligencia a nós outros americanos tem um prestígio imenso sobre nossa ignorancia cãndida de europeus deserdados (...)²⁷

Segundo o artigo, a “raça” “originária” alemã já trazia as marcas profundas da cruzeira da vida, seu heroísmo e belicosidade, ao contrário de seus descendentes americanos, que seriam mais passivos ou donos de uma “ignorancia cãndida”. No caso da comparação entre os dois filmes em questão, aqui entra um ponto central: a

savoisien.com/blog/public/img5/morgenrot_33.jpg>;<<http://www.filmhistory.at/IMAGES/adele.jpg>>. Acesso em 02 mai. 2016.

²⁶ *Diario de Noticias*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1933.

²⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1933.

construção de sentidos sobre o filme alemão *Heróis do Mar* – ou sobre os valores que ele transmitiria - era feita a partir de um contraponto com os valores de filmes norte-americanos, a exemplo de *Anjos do Inferno*.

Heróis do Mar pode ser considerado uma resposta a *Anjos do Inferno* no que tange à I Guerra e suas representações, ou às representações das forças armadas de Inglaterra e Alemanha no conflito. Ao contrário de *Anjos do Inferno*, *Heróis do Mar* não faz usos de caricaturas sobre o inimigo – que aliás nunca aparece de forma personificada -, nem traz em seu enredo algum romance. Se em *Anjos do Inferno* o *front* de batalha é aéreo com tomadas em grandes planos, em *Heróis do Mar* o *front* é naval. O filme se passa praticamente todo no cenário claustrofóbico de um submarino, de onde devem ser transmitidos e abstraídos a experiência e o drama da guerra, bem como os valores e a abnegação dos marinheiros alemães, contrapondo as representações estereotipadas e puramente belicistas dos oficiais e soldados alemães de *Anjos do Inferno*.

Assim como no filme da United Artists, a técnica cinematográfica e o “realismo” seriam características destacadas em *Heróis do Mar* pelas páginas da imprensa brasileira. Mas se em *Anjos do Inferno*, o “realismo” transmitido pelo filme era fruto principalmente da técnica avançada de produção e filmagem, o realismo de *Heróis do Mar* advinha não apenas da técnica cinematográfica, mas também da capacidade de mostrar na telas o lado mais “humano”, ou mais próximo do que seria a *psiqué* humana, de seus personagens:

Expressões profundas, nenhuma futilidade (...), nenhuma expressão ou qualquer sentimento que pudesse enfraquecer sua tempera de aço. Super-homens? Não, homens apenas, mas homens de verdade.

Heróis do Mar, ao contrário dos filmes americanos de guerra que sempre procuram o lado técnico ou sentimental do assunto, enfrenta vários aspectos do patriotismo alemão (...).²⁸

Comparando a análise das figuras femininas principais dos dois filmes, pode-se notar novamente que a qualidade de representar um personagem mais próximo do que seria a realidade era atribuída ao cinema alemão. Mesmo que, conforme as críticas mencionadas anteriormente, a personagem de Jean Harlow

²⁸ Idem.

em Anjos do Inferno fosse considerada verossímil, a construção e reconhecimento de seu “feminino” não ía além dos limites da mulher “divina e diabólica”²⁹ que uma estrela de Hollywood deveria assumir. A principal personagem feminina de Heróis do Mar era a velha mãe do comandante alemão, ou seja, o contrário de uma *femme fatale* de Hollywood. Na crítica sobre Heróis do Mar, a análise feita sobre a figura feminina não faz uma comparação direta com a do filme norte-americano, mas destaca o valor dos papéis femininos das “raças originárias” em contraposição aos papéis femininos produzidos pelos Estados Unidos:

Tomemos como ejemplo uma estrela yankee: não tem um detalhe que impressione e o conjunto nos comunica uma impressão de igenuidade, de graça jovem. Mesmo nos tipos tropicais, em que a impressão é mais intensa, há uma grande frescura, uma ignorancia pacífica ao lado de uma exaltação de sensualidade e mais nada.³⁰

Em Heróis do Mar, a mãe do comandante alemão, ao saber que outras vidas foram sacrificadas, mesmo que a dos inimigos, se compadece e se coloca como uma guardiã moral contra o flagelo da guerra: “me alegro pelos nossos soldados que cumpriram seu dever, mas nao há motivos para se alegrar se muitos tiveram que morrer”. Os valores atribuídos à figura feminina da mãe do comandante em Heróis do Mar não diziam respeito, portanto, a atributos físicos ou sensuais, mas sintetizavam os grandes valores nacionais e e uma moral irrepreensível e exemplar frente ao martírio da guerra:

Compreende-se como a influência de certas inteligencias femininas foi absolutamente decisiva na vida de um Goethe ou de um Wagner. A figura da velha mãe (...) que a guerra martirizou a ponto de lhe aniquilar o patriotismo é impressionante. A dor lhe abateu o orgullo e permitiu pensar nos adversários mortos (...).³¹

As qualidades destacadas pela crítica publicada no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, seriam seguidas por outros jornais. Na imprensa brasileira, Heróis do Mar seria considerado em geral como um filme de guerra inovador, que superava a técnica de mostrar “scenas e mais cenas de bombardeio” ou de dar “tiros a esmo”,

²⁹ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 17 mai. 1931.

³⁰ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 mai. 1933.

³¹ Idem.

valorizando por sua vez o “lado humano”³². Os comentários na imprensa brasileira destacavam o caráter “humano” e “realista” do filme, bem como uma “ética moral”, presente no enredo do filme. Nesse quesito, e fazendo novamente uma comparação direta com Anjos do Inferno, pode-se atribuir a Heróis do Mar o objetivo de contrapor e recuperar a imagem dos soldados alemães no conflito. No filme norte-americano, esses eram apresentados de forma geral como estereótipos de uma mentalidade nacionalista, belicista e doentia (casos dos oficiais) ou simplesmente obedientes e doutrinados (caso dos soldados). Em Heróis do Mar, o nacionalismo dos oficiais e soldados é mostrado como algo autêntico e natural, o sacrifício pela pátria é algo voluntário e não apenas fruto de obediência cega advinda de ordem de superiores.

O artigo termina como uma ode à “alma germânica” e também ao nazismo - este último representado no final do filme pela bandeira com a cruz suástica -, que seriam a continuidade de outros símbolos do “espírito guerreiro alemão”:

(...) ‘A guerra é que nos faz unidos’, tal qual se pronuncia Hitler. E o filme termina com a bandeira da Cruz Suástica hasteada gloriosamente como um símbolo do velho espírito guerreiro alemão que veio da glória de Frederico, o Grande, sintetizou-se em Bismarck, fez-se filosofia em Nietzsche, doutrina em von Bernhardt e espetáculo em Guilherme II. A guerra destruiu a teoria da força, mas a infatigável alma da Alemanha ressuscita nos ardores fermentes do hitlerismo.³³

Segundo o artigo de Diário de Notícias, Heróis do Mar seria fruto da cultura/raça alemã, que se traduzia no filme em espírito guerreiro, nacionalismo e valores morais. Por isso, ou somado a isso, o filme seria uma tradução mais fiel da realidade, indo além da qualidade técnica e apresentando personagens mais próximos de uma certa cultura ou de uma pretensa “condição humana”. Esse lado ético e realista era a marca que diferenciava Heróis do Mar de filmes de guerra norte-americanos, como Anjos do Inferno, que, “romantizados”, mostravam sempre a vitória do bom contra o mau. Heróis do Mar mostrava a visão dos derrotados e como estes superavam a derrota com uma vitória moral.

³² Folha da Manhã, São Paulo, 11 jun. 1933.

³³ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 mai. 1933.

E justamente essa questão da “moral” seria outra característica destacada pela imprensa brasileira em relação ao filme alemão. Se Anjos do Inferno acabou ofendendo a “moral” ou a honra alemã – de acordo com órgãos de representação do governo alemão, que solicitaram no Brasil a censura de algumas cenas -, o filme Heróis do Mar para as críticas da imprensa brasileira representou um exemplo de postura e honra por parte dos marinheiros alemães frente a seus inimigos. No começo dos anos 1930, com o nazismo recém chegando ao poder, as produções alemãs tinham ainda o cuidado de produzir filmes que, mesmo tendo a guerra ou conflitos diplomáticos em seus enredos, não afetassem as relações com outros países. Mesmo assim, de acordo com alguns círculos diplomáticos ingleses, o filme teria ferido os códigos de ética da guerra ao mostrar que o ataque ao submarino alemão no filme teria sido fruto de uma emboscada inglesa – um navio sem bandeira teria servido como “isca” para o torpedeiro inglês. Na época, o ministro do exterior da Grã-Bretanha teve que rebater algumas críticas feitas ao filme, que o acusavam de mostrar a Marinha Real da Grã-Bretanha agindo de forma ardilosa contra os submarinos alemães durante a I Guerra. O ministro teria afirmado que “a Marinha Real da Grã-Bretanha cumpre neste filme um papel justo e correto. Não é possível portanto falar em um prejuízo nas relações anglo-germânicas”³⁴. Sobre esse fato, as críticas na imprensa brasileira corroboraram o argumento de que no filme presidiu um critério de justiça e de moral no que diz respeito à guerra entre Alemanha e Inglaterra. Segundo o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre,

o que o transforma numa película digna dos apaludos de todas platéas cultas é o seu lado moral. Presidiu-o um critério de tal justiça que o próprio almirante da Marinha Real da Grã-Bretanha classificou-o de ‘o mais cavalheiresco dos filmes de guerra’.³⁵

Em outra edição, o jornal destacava, de uma forma um tanto ingênua, as intenções “cavalheirescas” do filme: “Hoje começa a esboçar em todo o mundo um movimento de repulsa aos flagelos das guerras. O mundo moderno talvez se reconheça no grau máximo da civilização”³⁶. Nessa mesma linha, o jornal Folha da

³⁴ Film Kurier, Berlin, 14 fev. 1933.

³⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, 08 out. 1933.

³⁶ Correio do Povo, Porto Alegre, 21 set. 1933.

Manhã, de São Paulo, chegou a afirmar que Heróis do Mar transmitiria inclusive uma mensagem pacifista:

aquele filme de guerra visava justamente apagar dos espíritos que se ressentiam ainda dos amargores da luta quaesquer vestígio de partidarismo, unindo a consciência de todos os povos numa única repulsa aos sacrifícios em massa de milhares de vidas para satisfação na maior parte dos casos de pequeninas ambições nacionalistas (...).³⁷

Heróis do Mar, todavia, já demonstrava a inclinação política da Ufa frente aos apelos ideológicos e à ascensão do nacionalsocialismo. A ideologia nazista já estava presente no filme com sua máquina de guerra, com a bandeira suástica e seu surdo e violento apelo à mística da morte - um dos fios condutores da psicologia nacional-socialista. Nas críticas da imprensa brasileira, porém, o filme não foi associado diretamente aos apelos ideológicos do nazismo, mas sim a valores considerados condizentes com o germanismo e seus princípios de “sangue e solo”. Louvores à “raça”, à “cultura guerreira germânica”, bem como ao patriotismo e à postura moral dos personagens do filme, foram os valores atribuídos ao filme. Valores esses que também faziam parte do universo ideológico do nacionalsocialismo, o qual acabava tendo, mesmo que de forma indireta, um espaço de divulgação nas críticas da imprensa brasileira sobre o cinema alemão.

Começando pelo artigo primeiramente mencionado do jornal Diário de Notícias (Rio de Janeiro), Heróis do Mar seria o primeiro filme alemão a compilar e inaugurar na imprensa brasileira um campo discursivo que representaria, destarte, os valores dos filmes alemães exibidos no Brasil ao longo da década de 1930. Campo discursivo esse construído a partir das diferenças frente aos valores atribuídos às produções norteamericanas, como no caso do filme Anjos do Inferno.

Considerações finais

No exercício de uma história comparada, a percepção de um determinado acontecimento ou processo histórico pode contribuir para transformar a análise de outro. Em outras palavras, abre-se a possibilidade da prática da “iluminação recíproca”, onde os traços fundamentais de um objeto colocam em relevo os

³⁷ Folha da Manhã, São Paulo, 10 nov. 1933.

aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro.³⁸ Se colocarmos os preceitos de história transnacional como uma escala de inscrição da história comparada, abrimos a possibilidade de trabalhar em uma zona de interseção, indo além da comparação de duas histórias nacionais, onde o país (a fronteira nacional) e a história política são em geral a arena principal. Essa zona de interseção pode ser representada pelo cinema e suas múltiplas possibilidades de pesquisa.

Ao se comparar, por exemplo, dois filmes de países diferentes e colocar como objeto de análise a “recepção” desses filmes em um terceiro país, amplia-se a pesquisa para além da esfera política e diplomática, abrindo espaços para os intercâmbios culturais e cotidianos, ou seja, espaços que tendem a ser transnacionais e que incluem, além do político, comunidades de discurso, contextos de circulação, apropriação e construção de sentidos.

A comparação feita a partir da recepção (via imprensa) no Brasil dos dois filmes analisados - *Anjos do Inferno* (USA/1930) e *Heróis do Mar* (Alemanha/1932-33) -, permite ampliar o campo de abordagem para além do contexto de produção, englobando além das relações internacionais e o papel do cinema como instrumento de política cultural exterior, a história social e suas amplas possibilidades de abordagem.

Ambos os filmes permitem analisar as imagens e representações da I Guerra como um campo de disputa no âmbito das relações internacionais e o papel do cinema como um instrumento da política exterior. Ainda durante os anos da I Guerra, as potências ocidentais vitoriosas na guerra empregavam o cinema com esse intuito, representando Alemanha como a grande inimiga - militar e cultural - causadora da guerra. No final da guerra, a fundação da Ufa na Alemanha teria como objetivo principal produzir filmes para contrapor esta propaganda inimiga, atendendo também aos objetivos de sua política cultural exterior. Mais de uma década depois, filmes como *Anjos do Inferno* e *Heróis do Mar* ainda faziam parte desse tipo de produção. O período da produção de ambos os filmes, porém, é outro. O começo da década de 1930 marca a modernização da arte cinematográfica com a

³⁸ BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. p.17.

chegada da sonorização e das grandes produções em maior escala, bem como e a consolidação do cinema enquanto moderno meio de entretenimento mundo afora. No que diz respeito à Alemanha e seu cinema, a história da Ufa será uma representante desse período de mudanças no contexto internacional, e a produção do filme *Morgenrot* (Heróis do Mar) surge como uma resposta à *Anjos do Inferno*, salvaguardando a imagem da Alemanha na I Guerra, mas também anunciando que será dessa mesma Alemanha e do valor de suas forças armadas que se extrairá a base moral e em parte ideológica para os detentores do poder no novo estado (nazista) que estava surgindo.

Ao estender a análise à recepção que ambos os filmes tiveram no Brasil, é possível ampliar o campo de análise das relações internacionais no período. O Brasil ao longo da década de 1930 – assim como o continente latino-americano – será palco de disputa comercial, política e ideológica, principalmente entre EUA e Alemanha. Em relação ao cinema, o mercado cinematográfico brasileiro foi construído desde os anos da I Guerra sob o domínio das grandes produtoras de Hollywood, que conseguiam fazer com que cerca de 90% dos filmes exibidos nos cinemas brasileiros fossem norte-americanos. O restante correspondia a produções de outros países e, em menor parte, nacionais. Desde a década de 1920, as produtoras alemãs começaram a ver o Brasil como um mercado em potencial para seus filmes, mas somente no começo da década seguinte, com a fundação da Art Films, em São Paulo, que a Ufa, a grande produtora alemã, consegue ter um representante exclusivo no país. Nesse contexto é que as grandes produções, *Anjos do Inferno* e *Heróis do Mar*, representam essa disputa no mercado brasileiro. Como foi visto, a divulgação de ambos contou com sessões especiais para oficiais e soldados das forças armadas, e *Anjos do Inferno* acabou sendo motivo de reclamações diplomáticas por parte de órgãos representantes do governo alemão. O exemplo desses dois filmes mostra que o cinema poderia ser uma espécie de porta-voz diplomático no jogo político internacional.

A recepção dos filmes no Brasil também estende ou permite estender a análise para o grande campo da história social, por exemplo, desde a formação do mercado exibidor brasileiro até a formação da crítica cinematográfica, seus espaços na imprensa e a análise de seus discursos – todos esses, espaços de

disputas e formações de sentidos. Ao longo dos anos 1930, os filmes alemães nunca chegariam a superar a hegemonia norte-americana, mas dentre as produções ditas “estrangeiras” (ou seja, de outros países que não os EUA), as alemãs serão as maiores concorrentes tanto nas salas de cinema, quanto nos espaços da imprensa dedicados ao cinema. Como mencionado, o filme *Heróis do Mar* representa nesse momento a primeira grande crítica que um filme alemão recebeu na imprensa brasileira.

Seguindo a noção de „iluminação recíproca“ e de que uma identidade se constrói contra o pano de fundo de outra(s), a comparação entre a recepção na imprensa brasileira de *Anjos do Inferno* e *Heróis do Mar* permite uma análise de como se deu a apropriação e os sentidos formados a partir dos valores atribuídos aos filmes. Nos valores atribuídos a *Heróis do Mar* percebe-se a comparação com o que seria considerado o cinema norte-americano – ou com o próprio filme *Anjos do Inferno*, uma vez que consideramos *Heróis do Mar* uma resposta cinematográfica a este. A ideia de “realismo”, de maior profundidade psíquica dos personagens, além de atributos morais condizentes com a raça, cultura e patriotismo, fez de *Heróis do Mar* não apenas o contraponto aos valores do cinema norte-americano, mas também um símbolo da construção do conceito de “cinema alemão” na imprensa brasileira.

A crítica cinematográfica não estava impune ao contexto sócio-político. No plano internacional vivenciava-se a crise do liberalismo e a ascensão do fascismo (nazismo), e no horizonte político nacional, projetos de nação e de “construção” do povo brasileiro. Assim, questões como construção da nação, identidade nacional, raça e nacionalismo eram muitas vezes presentes, conscientes ou não, nas críticas de cinema na imprensa. Nas críticas sobre alguns filmes alemães de sucesso na década de 1930, tais valores encontraram ressonância. *Heróis do Mar* foi o primeiro grande exemplo, e nos comentários que recebeu na imprensa brasileira lia-se a exaltação dos valores do mito cultural e civilizador germânico, como exemplos de valor nacional a ser seguido. Lia-se também, ainda que de forma não totalmente explícita, a exaltação ao nazismo, que era a verdadeira mensagem do filme, com seu apelo à adesão convicta e voluntária à comunidade nacional, seu apelo para morrer pelo *Führer* e a idealização e endeusamento da guerra.

Um estudo sobre cinema e sua recepção (imprensa) já traz em seu exercício a abordagem comparativa, e ao permitir relacionar vários elementos na análise, permite também uma abordagem que vai além de uma história comparativa meramente “nacional”, pois deve lidar com formações de sentidos e relações interdiscursivas em diferentes contextos, onde o campo do “político” não é o único - desde uma história do cinema e do significado deste para os diferentes agentes (ou países) produtores, passando pelas relações e embates políticos e culturais entre eles, estendendo-se à análise da construção de sentido através do cinema e de seus agentes em um terceiro contexto (onde se deu a recepção). Tal estudo sobre cinema e recepção pode ser considerado, portanto, como um ponto de interseção entre a história comparada e a história transnacional, possibilitando assim produzir um conhecimento mais integrado de uma fase particular da história.

Bibliografia

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *In: Melanges historiques*. Paris: EHESS, 1983. p. 16-40. v. 1.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DAYAN, Daniel. Os mistérios da recepção. *In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni; FEIGELSON, Kristian (Org.). Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/UNESP, 2009. p. 61-83.

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme em histoire culturelle. **Genèses**, v. 17, n.1, p. 112-121, 1994.

GRUZINSKI, Serge. **A guerra das imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISOLAN, Flaviano Bugatti. **Filmabsatzgebiet Brasilien: die Rezeption des deutschen Films in Brasilien in den 1920er und 1930er Jahren**. Tese (Doktor der Philosophie) - Technische Universität: Berlin, 2011.

__. A guerra pelos cinemas: o cinema como instrumento da política externa alemã para o Brasil. *In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C.; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (Org.). O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. p. 697-722.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 64-84, 2012.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 13-29, 2013.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Cel. Afonso Romano, n. 74/302. CEP: 22.281-010. Botafogo, Rio de Janeiro - RJ.
Brasil.

PARA UMA RECEPÇÃO DO MEDIEVO: A TEMÁTICA *VIKING* NO *HEAVY METAL* (1988 - 1990)

Daniele Gallindo Gonçalves Silva¹
Universidade Federal de Pelotas

Mauricio da Cunha Albuquerque²
Universidade Federal de Pelotas

Recebido: 03/03/2016 Aprovado: 30/05/2016
--

Resumo: Analisar as recepções do medievo na cultura popular contemporânea é, por um lado, pensar as relações estabelecidas entre passado e presente, e, por outro, estudar essa presentificação do passado. Neste artigo, propomos uma análise da recepção da temática viking em composições e capas de álbuns da banda sueca *Bathory*, produzidas entre os anos de 1988 e 1990, no intuito de lançar luz aos desafios e às possibilidades de pesquisa trazidas pelo gênero musical *Viking Metal* (alternativa: “viking metal”) e suas releituras da história e mitologia escandinavas. Para tal, iniciaremos com uma breve reflexão sobre a difusão das temáticas concernentes ao mundo nórdico na cultura popular e suas problemáticas intra- e extra-acadêmicas para então darmos início à análise de caso previamente estabelecida.

Palavras-chave: Recepção do Medievo; Vikings; Cultura Pop.

FOR A RECEPTION OF THE MIDDLE AGES: THE VIKING THEME ON HEAVY METAL (1988 - 1990)

Abstract: Analyzing receptions of the Middle Ages in contemporary popular culture is, on the one hand, to give thought to the relations between past and present, and on the other, to study this presentification of the past. In this paper, we propose an analysis of the reception of viking themes in compositions and album covers of the Swedish band *Bathory*, produced between 1988 and 1990, in order to shed light on the challenges and possibilities of research brought by the Viking Metal genre and its reinterpretations of Scandinavian history and mythology. In order to do this, we will start with a brief reflection on the dissemination of themes related to the Norse world in popular culture and their intra- and extra-scholarly issues so that we may then begin the previously established case analysis.

Keywords: Reception of the Middle Ages; Vikings; Pop Culture.

¹ E-mail: danigallindo@yahoo.de.

² E-mail: mauricioalbuquerq@hotmail.com.

Introdução: A Temática “*Viking*”³ na Cultura Popular Contemporânea

No dia 03 de março de 2013, o canal *History* lançou o primeiro episódio de uma série que se tornaria a principal referência sobre o mundo nórdico entre as mídias de massa. Reconstituindo as façanhas do afamado *viking* Ragnar Lothbrok, com nuances de ficção e drama novelístico, o seriado *Vikings* conquistou audiência notável desde seu primeiro episódio; 8,3 milhões⁴ de espectadores na estreia, mantendo uma média de 4,3 milhões⁵ em sua última (3^a) temporada, o suficiente para garantir a confirmação de uma nova (4^a) – assim como uma série de críticas por parte de especialistas e fãs do tema.⁶ “*Vikings has raided the hearts of both audiences and critics, establishing itself as one of the most compelling, visually stunning dramas on television*”,⁷ nas palavras de Dirk Hoogstra, presidente e diretor geral do *History*. Em entrevista recente, o criador e escritor da série,

³ É válido salientarmos as problemáticas que envolvem o uso (e os abusos) do termo “viking”, tanto no universo acadêmico, quanto nas mídias e na cultura popular. Como já analisado por André Muceniecks (2010), o termo “viking” é comumente utilizado de forma generalista e estereotipadora – uma expressão aglutinante de tudo que envolve os povos da escandinávia medieval pré-cristã. Segundo Muceniecks, “[o] emprego do termo “viking”, em particular no Brasil, é por vezes banalizado, empregado sem critério ou, com maior frequência, empregado com critérios contemporâneos e pós-românticos. Assumiu conotação étnica ligada aos povos escandinavos do período anterior à conversão da Escandinávia ao Cristianismo; desta forma, encontra-se frequentemente referências como “civilização viking”, “sociedade viking”, “mitologia viking”, “religião viking”, “deuses vikings”, sem maiores explicações ou delimitações.” Seria muito mais seguro compreendermos o termo “viking” como uma ocupação; um “viking” seria (logo) alguém que realiza atos de pirataria (MUCENIECKS, André Szczawlinska. Notas sobre o termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. *Revista Alethéia*, v. 2, n. 2, 2010. p. 1-10). Como este artigo é voltado a releituras do passado nórdico – releituras estas que são, em sua maioria, generalizantes e utilizam palavras como “viking”, “norse” ou “pagan” sem grande pudor – não faremos, aqui, grandes distinções (a não ser que sejam estritamente necessárias) entre as terminologias, de forma que “vikings”, “nórdicos” e “escandinavos medievais pré-cristãos” serão levados, aqui, como sinônimos, com total consciência (e também, para alertar o(s) leitor(es)) que, do ponto de vista histórico, esta generalização não é sustentável.

⁴ Fonte: <<http://tvbythenumbers.zap2it.com/2013/03/04/vikings-has-number-1-cable-series-premiere-of-the-year-with-8-3-million-total-viewers-on-the-night/171885/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁵ Fonte: <<http://jovemnerd.com.br/nerd-news/tv/vikings-e-renovada-para-uma-quarta-temporada/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁶ A maior parte das críticas à falta de precisão histórica da série é realizada em ambientes virtuais, portais e fóruns de discussões. Ver: <<http://www.popsugar.com/entertainment/Vikings-TV-Show-Historically-Accurate-37531824#photo-37531951>>. Acesso em: 01 fev. 2016; para uma análise advinda de fãs do tema, ver: <<https://www.quora.com/How-historically-accurate-is-the-TV-show-Vikings>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁷ Tradução: “*Vikings* invadiu os corações da audiência e dos críticos, estabelecendo-se como um dos dramas televisivos mais convincentes e visualmente imponentes”. Disponível para acesso em <<http://www.popsugar.com/entertainment/Vikings-Renewed-Season-4-37159993>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Michael Hirst, fizera comentários interessantes sobre o porquê de a série ter obtido tamanha recepção por parte do público, afirmando que

People in the past seemed like alien people who had different belief systems. I want to connect the past to the present, to make contemporary audiences see that they are still connected to the past and that is not just the recent past. [...] I think that's why Vikings is on in 125 countries, because people feel it's not a museum piece. I'm writing a family saga, I'm writing about people and want contemporary audiences to engage with them and be interested in them because they're human beings.⁸

Independente de qualquer análise com cunho acadêmico acerca da série, o que não é nosso intuito aqui, *Vikings* possibilitou uma nova visibilidade às temáticas concernentes ao mundo nórdico, à história e mitologia escandinavas, que, mais do que nunca, vêm se tornando mais próximas, mais acessíveis, mais presentes no entretenimento e nas mídias. Em uma matéria de 2011 (dois anos antes do lançamento da série), a página *thestar* lançara uma curiosa 'previsão', de que os vikings – assim como os contos de fadas – viriam a ser o “novo-feticheda-cultura-pop”.⁹ Devemos admitir que tal 'previsão' não fora completamente equivocada. A problemática maior se dá em cima da palavra “novo”. Uma rápida análise nos permite compreender que a popularização da temática nórdica na cultura popular não é um fenômeno da atualidade.

Podemos começar esta retrospectiva, sobre a 'marcha' dos *vikings* – ou, em palavras mais específicas, das temáticas que remetem ao passado e literatura escandinavos – na cultura popular, a partir de 1876, com a primeira apresentação do ciclo nibelungiano (*Der Ring des Nibelungen*) de Richard Wagner em Bayreuth. Apesar de não haver a representação dos típicos piratas saqueadores dentro da narrativa, fora a partir do drama musical de Wagner que algumas imagens acerca

⁸ Tradução: “As pessoas do passado parecem ser pessoas estranhas, que tinham sistemas diferentes de crenças. Eu quero conectar o passado com o presente, para fazer as audiências contemporâneas verem que ainda estão conectadas com o passado, e isso não apenas com o passado recente. [...] Acho que é por isso que *Vikings* está no ar em 125 países, porque as pessoas sentem que não é uma peça de museu. Estou escrevendo uma saga familiar, estou escrevendo sobre pessoas e quero que as audiências atuais se envolvam com eles, e se interessem por eles porque são seres humanos.” (Disponível em: <<http://www.historyanswers.co.uk/medieval-renaissance/for-the-first-time-im-trying-to-tell-a-story-from-the-vikings-point-of-view/>>. Acesso em: 01 fev. 2016)

⁹ Ver: <http://www.thestar.com/entertainment/2011/05/26/are_vikings_the_next_popculture_fetis_h.html>. Acessado em 01 fev. 2016.

das sociedades nórdicas se difundiram, como a das mulheres guerreiras, inspiradas nas valkyrias (que futuramente viriam a inspirar a criação de várias heroínas dos quadrinhos e da indústria cinematográfica), ou a própria cosmogonia e mitologia escandinavas, assim como suas respectivas personagens, heróis e criaturas. *O Anel dos Nibelungos* – como ficara conhecida na língua portuguesa – tinha, por objetivo, ser a expressão máxima do espírito (*Geist*) alemão, fazendo uso tanto da literatura islandesa do século XIII (*Volsunga Saga* e *Eddas*, são as influências mais notáveis) quanto da literatura germânica continental (*Das Nibelungenlied*) que intitula a obra e influencia parte da trama.

Pouco menos de uma década após o lançamento de *Lord of The Rings*¹⁰ (*O Senhor dos Aneis*) (1954), Thor – agora, na forma de um super herói, sob o selo da *Marvel Comics* – fizera sua primeira aparição na revista *Journey into Mystery #83* (1962). Em 1973, o cartunista Dik Browne criara uma das tirinhas cômicas mais famosas do mundo; publicada em mais de 1600 jornais, de 58 países, *Hägar, the Horrible* (*Hagar, o Horrível*), a qual é ambientada em uma versão caricata da Escandinávia durante a Era Viking, fazendo várias críticas a situações e acontecimentos da sociedade contemporânea em linguagem jocosa típica do humor jornalístico. Já no fim da década de 1980, uma nova perspectiva sobre as temáticas nórdicas surgira, desta vez no mundo da música; em 1988 a banda sueca *Bathory* lançara o álbum *Blood Fire Death*, com as canções “*Blood Fire Death*” (que intitula o álbum) e “*A Fine Day to Die*”, composições que lançaram as bases para o gênero que ficaria conhecido posteriormente como *Viking Metal* – e estes são apenas alguns exemplos, dentre os mais famosos.

Entretanto, uma análise detalhada da ascensão do mundo nórdico dentro da cultura pop garantiria, certamente, um artigo próprio, algo que foge do nosso propósito aqui. Ao que interessa às discussões aqui propostas, é válida a conclusão de que a partir do fim da década de 1980 a presença da temática *viking*, de deuses

¹⁰ A relação entre o ‘universo Tolkien’, que compreende as obras *The Hobbit (O Hobbit)* (1937) e *The Lord of the Rings (O Senhor dos Aneis)* (1954), e as narrativas mitológicas islandesas é algo já reconhecido dentro dos estudos literários, havendo vasta bibliografia sobre o assunto, desde seres míticos, *topos* literários, até arquétipos narrativos de notável semelhança. Para além do sucesso que *The Lord of the Rings* e *The Hobbit* obtiveram em seu tempo, deixando um importante legado para os escritores de fantasia épica – dentre outros (sub)gêneros correlatos, não podemos menosprezar o sucesso de suas releituras cinematográficas. Para mais informações acerca do tema cf. CHANCE, Jane (Org.). **Tolkien the Medievalist**. New York: Routledge, 2003.

do panteão nórdico, de criaturas mitológicas (ou inspiradas nestas), assim como releituras de eventos históricos da Escandinávia pré-cristã, tornam-se cada vez mais presentes em obras ficcionais e artísticas, muitas vezes com grande projeção. Quadrinhos, literatura, desenhos animados, jogos eletrônicos, *Heavy Metal*, sem falar na infinidade de filmes dos mais variados orçamentos. Frente a tantas releituras desse passado nórdico, tantos discursos e narrativas de diversos vieses, se tornam inevitáveis algumas discussões – deveras relevantes para que os pesquisadores atuais problematizem seu ofício, seus métodos e objetivos, assim como seu papel no mundo moderno.

Apropriações do passado: problemáticas intra e extra acadêmicas

A primeira discussão pertinente ao tema aqui abordado diz respeito ao estudo das mídias e suas narrativas sobre o medievo: toda produção (filme, jogo, série, quadrinho, etc.), que tenha o passado (tanto “real”, quanto imaginado) como elemento central, possui – mesmo que não intencionalmente – um caráter naturalmente discursivo. Em outras palavras, é afirmar que uma produção que, aos olhos do público não especialista, seria apenas uma obra ficcional (portanto, que não retrata a realidade), voltada para o entretenimento puro e simples, pode estar repleta de construções discursivas e ideológicas, que, ao serem reveladas, mostram que mesmo uma produção (aparentemente) ingênua, pode oferecer uma análise relevante sobre o tempo presente, sobre os mecanismos de persuasão dos veículos midiáticos, assim como sobre os mais variados dispositivos retóricos. Neste sentido, seria ressaltar a construção histórica como sendo um discurso do presente acerca desse passado, ou seja:

Die Geschichtswissenschaft rekonstruiert nicht die Vergangenheit [...], sondern sie ‚konstruiert‘ ein ihrer Zeit gemäÙes, einerseits sicherlich wissenschaftlich fundiertes und methodisch reflektiertes, andererseits aber jeweils zeitgemäÙes Bild der Vergangenheit, ein Geschichtsbild, das von Gegenwartsinteressen geleitet ist und eben deshalb [...] zeitgemäÙen Fragestellungen und Wertungen unterliegt.¹¹

¹¹ Tradução: “[a] História não reconstrói o passado [...], mas ela ‘constrói’ uma imagem de história de acordo com o seu tempo, por um lado fundamentada certamente de forma acadêmica e refletida metodologicamente, por outro lado uma imagem do passado de acordo com referido tempo, a qual é guiada pelos interesses do presente e, por isso, [...] está suscetível aos questionamentos e valores de seu tempo”. GOETZ, Hans-Werner. Einführung: Die Gegenwart des Mittelalters und die Aktualität

Isto quebra algumas premissas do senso comum, como a de julgar a qualidade de obras ficcionais a partir de sua ‘precisão-histórica’; é muito comum ver fãs de história, críticos de cinema, ou mesmo pesquisadores pouco familiarizados com abordagens mais atualizadas, tecerem críticas violentas a anacronismos e alterações das narrativas (ditas) ‘originais’. Não é de nosso interesse desmerecer tais críticas, no entanto, limitar a análise de uma obra apenas a isto – negligenciando questões como recepção, discursividade, construção das personagens e valores ético/morais ali representados, enfim, toda a relação que a obra estabelece entre o passado e o tempo presente – não é um ato prudente. Se tomarmos por verdade que toda obra ficcional é um discurso por si só, ou seja, o produto dos esforços da consciência no estabelecimento de acordos entre a própria [consciência] e seu contexto social/natural,¹² a implicância com os ‘erros’ históricos das produções ficcionais se torna ainda mais fútil e rasa em termos de investigação, uma vez que são justamente estes ‘desvios’ de narrativa (ou *tropos*) que permitem a compreensão de uma obra como produto discursivo de seu tempo.

Outra discussão, importantíssima para a categoria na atual conjuntura, remete à coexistência (não necessariamente harmoniosa) de múltiplos discursos sobre um mesmo objeto, personagem ou acontecimento histórico: seria de extremo arcaísmo (ou mesmo, elitismo) pensar, em pleno século XXI, que os espaços acadêmicos possuem algum tipo de “monopólio” sobre o passado – mais ainda, sobre as tradições ou sobre os fenômenos da memória. Isto vai ao encontro das afirmativas de Michel Foucault sobre a formação de conceitos; nesta perspectiva, a sistematização de conceitos sobre determinado objeto não ocorre como uma linha contínua, coesa e harmônica – ao contrário, são quase sempre heterogêneos, raramente constituindo um grupo coerente de opiniões. A relação dissonante (por vezes, turbulenta) entre vários conceitos é que permitirá ao pesquisador desvendar os discursos de poder em questão. Segundo Foucault,

der Mittelalterforschung. In: _____. (Org.). **Die Aktualität des Mittelalters**. Bochum: Dr. Dieter Winkler, 2000. p. 9.

¹² WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994. p.18.

quando se fala de um sistema de formação, não se compreende somente a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptíveis, relações entre discursos diversos), mas seu relacionamento – sob uma forma bem determinada – estabelecido pela prática discursiva.¹³

Em outras palavras, o discurso acadêmico/científico está, mais do que nunca, em constante disputa com produtores de conteúdo literário, cinematográfico, eletrônico, assim como com instituições sociais/civis, religiosas e políticas, em uma ininterrupta corrida pelo convencimento. Desde neo-pagãos, adeptos do reconstrucionismo e do revivalismo de suas tradições ancestrais, até bandas de *Heavy Metal*, que evocam arquétipos de guerreiros bárbaros como culto à masculinidade, possuem versões próprias sobre um determinado passado, que pode ser tanto reivindicado no sentido ideológico/filosófico/identitário, quanto utilizado para incontáveis fins.

A última discussão – e talvez a mais importante para os pesquisadores da Escandinávia medieval pré-cristã – possui um fundo moralizante, e diz respeito ao papel do pesquisador na sociedade; é bem sabido que acontecimentos e ‘heróis’, tanto do mundo antigo quanto medieval, são frequentemente evocados em discussões políticas, cartazes/panfletos partidários, assim como em discursos inflamados – geralmente impregnados do racismo e xenofobia típicos das extremas direitas.¹⁴ No caso da história e mitologia escandinavas, estas temáticas são frequentemente apropriadas por grupos neonazistas, supremacistas brancos, até seitas religiosas que – apesar de não constituírem a maior parte dos adeptos do paganismo nórdico – mesclam racismo pseudocientífico com misticismo pagão. Em uma matéria recente, a página *ThinkProgress* assevera que o Odinismo, assim como outras religiões de matriz nórdica como o Asatrú, se tornou a opção favorita de *White Supremacists*.¹⁵ Um exemplo notável disto se encontra no manifesto de

¹³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª edição/ 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 81.

¹⁴ Para uma análise detalhada do caso do universo dos nibelungos e sua ressignificação no período entre guerras cf. SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves. Para uma (re)mitificação dos Nibelungen no período entre guerras mundiais. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, v. 1, p. 61-79, 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/article/view/13078/pdf>> Acesso em: 07 fev. 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://thinkprogress.org/justice/2015/11/13/3721890/white-supremacy-odinism/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Frazier Glenn Cross, um fanático conservador, envolvido com várias causas políticas de cunho racista, como antissemitismo, *white separatism*, inclusive com o *White Patriot Party* – partido que dera continuidade às ideias da *Klu Klux Klan*. A associação entre conservadorismo anglo-saxão e religiosidade pagã é clara e nítida nas palavras de Cross:

Odinism! This was the religion for a strong heroic people, the Germanic people, from whose loins we all descended,[...] 'Odin! Odin! Odin!' Was the battle cry of our ancestors; their light eyes ablaze with the glare of the predator, as they swept over and conquered the decadent multi-racial Roman Empire. And Valhalla does not accept Negroes. There's a sign over the pearly gates there which reads, 'Whites only.'¹⁶

Em 2009, a página *TheVikingWorld* também lançara considerações sobre o papel que a mitologia nórdica vem desempenhando entre grupos supremacistas.

Old Norse mythology shows up in modern music (usually death metal), and can serve as a way for white supremacist groups to create a history for themselves. It can also serve as a way for a group to hide its real purpose and goals—using religion as a cover can be an especially easy way for a group to claim persecution. Taking things a little further even, Odin worship is even used to blatantly exclude people who are not white from the group. A pamphlet from an Odinist group in the United Kingdom explained that they worshiped Odin as part of a larger desire and movement to reclaim their ancestral history, and they encouraged others to do the same. Unfortunately, this means that people who are not white are not welcome at their meetings or ceremonies because they have their own ancestral religions to take up.¹⁷

¹⁶ Tradução: “Odinismo! Esta era a religião para um povo forte e heróico, o povo germânico, [...] 'Odin! odin! Odin!' era o grito de batalha de nossos antepassados; seus olhos em chamas com o brilho de um predador, enquanto varriam e conquistavam o decadente e multi-racial Império Romano. E o Walhala não aceita negros. Há um sinal sobre os portões perolados que se lê, 'Apenas brancos.’ Disponível para acesso em: <<http://thinkprogress.org/justice/2015/11/13/3721890/white-supremacy-odinism/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

¹⁷ Tradução: “A Mitologia nórdica antiga se mostra na música moderna (geralmente no Death Metal), e pode servir como uma maneira para que grupos supremacistas criem uma história para si mesmos. Isto pode servir como uma maneira para que um grupo esconda seus verdadeiros propósitos e objetivos - utilizando religião como uma proteção, pode ser uma forma especialmente fácil para um grupo alegar perseguição. Levando as coisas um pouco além, o culto a Odin é usado até mesmo para excluir descaradamente pessoas não brancas do[s] grupo[s]. Um panfleto de um grupo odinista do Reino Unido explica que eles cultuam Odin como parte de um desejo e um movimento maior para resgatar sua antiga história ancestral, e encorajam outros a fazerem o mesmo. Infelizmente, isso significa que pessoas que não são brancas não são bem vindas em suas reuniões e cerimônios, porque elas tem suas próprias religiões ancestrais para assumir.” Disponível para acesso em: <<http://www.historyanswers.co.uk/medieval-renaissance/for-the-first-time-im-trying-to-tell-a-story-from-the-vikings-point-of-view/>>. Acesso em: 01 fev. 2016

Contudo, é válido salientar novamente que, apesar destas abordagens serem frequentes e, muitas vezes, inescrupulosas, a generalização total não é um ato legítimo. Fato este que pode ser percebido pela atuação de grupos neopagãos que se posicionam militantemente contra o racismo religioso – especialmente nas redes sociais, onde estas ideias circulam de forma muito mais dinâmica. A página *Heathens United Against Racism*¹⁸ constitui um bom exemplo disto, contando atualmente, com quase cinco mil seguidores. Além disto, alguns pesquisadores também dão exemplos pertinentes em como lidar com apropriações problemáticas do passado, combinando pesquisa acadêmica, comunicação científica (divulgação do conhecimento) e responsabilidade cívica. Neste sentido, a obra *O Mito das Nações* (2005), do historiador estadunidense Patrick Geary¹⁹, merece destaque; percebendo como o período compreendido entre a queda do Império Romano e a formação das monarquias ocidentais (400 d.c – 1000 d.c) vem sendo utilizado nas reivindicações territoriais, étnicas e identitárias do velho continente, Geary faz uma sólida análise das relações entre romanos e os diversos povos germânicos durante a Era das Migrações (*Völkerwanderung*), com especial enfoque na fluidez com que as identidades de ambos os grupos se formavam e se reajustavam de acordo com critérios de conveniência e necessidade econômica/política/militar, rebatendo a retórica demagógica de líderes e partidos nacionalistas, defensores da continuidade imutável dos povos. O medievalista afirma que:

Qualquer historiador que tenha passado a maior parte de sua carreira estudando esse período antigo de formação étnica e migração só pode observar o desenvolvimento do nacionalismo politicamente consciente e do racismo com apreensão e desdém, especialmente quando essas ideologias pervertem e se apropriam da história como sua justificativa. Essa pseudo-história parte do princípio de que os povos da Europa são distintos e estáveis, unidades socioculturais objetivamente

¹⁸ Disponível para acesso em: <<https://www.facebook.com/Heathens-United-Against-Racism-252764961519841/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

¹⁹ Para melhor compreender as ideias de Geary sobre os usos da Idade Média na política contemporânea, recomendamos, também, suas palestras. Mencionamos aqui: *Rethinking Barbarian Invasions Through Genomic History* (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QgcQKOT5MKA&hd=1>> Acesso em: 08 mai. 2016.) e *The Middle Ages in Modern World* (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qS_GiZjT9c> Acesso em: 08 mai. 2016).

identificáveis, e são diferenciados pela língua, pela religião, pelos costumes e pelo caráter nacional, que não são ambíguos nem mutáveis.²⁰

De forma semelhante, mas informal – o que não significa menos prudente –, faz o historiador britânico Guy Halsall, em seu blog *Historian on the Edge*. Muito atento às discussões políticas contemporâneas e ao papel significativo que a antiguidade e o medievo exercem no imaginário europeu, o historiador inglês tece inúmeras críticas a políticos e outros pesquisadores, “*to provide a basis for a more politically and ethically-responsible intervention by historians in modern political debate*”.²¹

Ainda sobre esta problemática, podemos levantar as reflexões de Jèrôme Baschet, que em muito contemplam nosso estudo. Afirma o medievalista francês:

Existe, de resto, um ponto comum entre a idealização romântica e os sarcasmos modernistas: sendo a Idade Média o inverso do mundo moderno (o que é inegável), a visão que se oferece dela é inteiramente determinada pelo julgamento feito sobre o presente. É assim que uns a exaltam para melhor criticar sua realidade, enquanto outros a denigrem para melhor valorizar os progressos do seu tempo.²²

Contudo, é necessário admitir que pesquisadores atentos aos abusos do passado e à relação problemática entre seus objetos de pesquisa e o tempo presente não são a regra. Neste sentido, Glaydson José Silva já alertara a respeito da falta de reflexão sobre os problemas intra-epistemológicos inerentes à disciplina de História Antiga, assim como sobre seu funcionamento discursivo,²³ alegando que:

um olhar armado criticamente pode evidenciar uma certa instrumentalidade da História Antiga e sugerir que o debate a respeito das relações entre o passado e o presente deve, também, fazer parte das pesquisas nesse campo, alargando seu universos de temas e abordagens.²⁴

²⁰ GEARY, Patrick J. **O mito das nações**. A invenção do nacionalismo. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. p. 22.

²¹ Tradução: “[...] para fornecer uma base para uma intervenção mais política e eticamente responsável dos historiadores no debate político moderno”. HALSALL, Guy. **Two Worlds Becomes One**: A ‘Counter-Intuitive’ View of the Roman Empire and ‘Germanic’ Migration. 24/08/2012. Disponível em: <<http://600transformer.blogspot.co.uk/2012/08/two-worlds-become-one-counter-intuitive.html>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

²² BASHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. Tradução de Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006. p. 24.

²³ SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do passado**. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007. p. 29.

²⁴ *Ibidem*. p. 27.

As considerações de Silva são de grande prudência, podendo, sem grandes diferenças, serem aplicadas aos estudos de Idade Média e seus profissionais; “[p]ara um medievalista, em todo caso, se a História da Idade Média tiver o menor interesse, cabe mostrar que ninguém poderia se valer do passado para fundar um discurso político”.²⁵ E como veremos adiante, os estudos da Escandinávia pré-cristã não fogem a este escopo, pois temas de grande popularidade midiática sempre trazem a necessidade de pesquisas prudentes, investigações cautelosas e pesquisadores atentos às questões políticas e sociais da atualidade. Um bom exemplo disto se encontra na monografia de Luciano Lemos Gonzales, *“Burzum: Um estudo iconográfico de apropriação de elementos da mitologia viking no Black Metal norueguês”* (2007). Ao analisar os *artworks* do projeto norueguês *Burzum*, o pesquisador brasileiro lança considerações relevantes sobre a urgência de intervenções, por parte dos historiadores e especialistas na temática *viking*, que esclareçam certas incorreções e contradições histórico-culturais presentes nestas releituras. Gonzales afirma que:

Os movimentos de intolerância étnico-religiosa têm passado por um processo de recrudescimento progressivo. Mesmo com os esforços da sociedade em geral para sua contenção, ainda são facilmente propagadas ideologias de cunho nacionalista/racista, as quais visam à erradicação de determinadas etnias (tais como os judeus, um dos alvos das diatribes de Varg) e também manifestações culturais (como a própria religião cristã, cuja destruição é “justificada” por esses movimentos pela atribuição a ela de origem judaica). A Internet tem facilitado essa propagação, por ser esta um meio supostamente “livre” de processos de censura, tornando-se cada vez mais cheia de referências e websites dedicados à construção e propagação da idéia de supremacia racial/cultural branca. O esclarecimento efetivo de certas incorreções e contradições histórico-culturais, por parte dos historiadores e demais membros do meio acadêmico, bem como a não complacência com essas ideologias, pode evitar que mais acontecimentos bárbaros, tais como os incêndios de igrejas e sinagogas norueguesas citados em nosso trabalho, tornem a acontecer. Essa é uma atitude que exige urgência, pois mesmo num país onde o senso comum acredita numa efetiva “democracia racial”, existe espaço para a intolerância, para a violência e a

²⁵ ALAIN DE, Libera. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: 34, 1999. p. 91.

discriminação dirigida a etnias em especial, as quais devem ser evitadas de forma efetiva.²⁶

Ao contrário do que muitos pensam, não basta desconstruir as narrativas extra-acadêmicas, criticando-as por não serem ‘fidedignas’ para com a história. É necessário analisá-las com maior profundidade. Compreender suas estratégias discursivas, seus mecanismos retóricos, assim como suas reivindicações, e – dentro das diretrizes éticas e morais que norteiam o ofício do historiador – critica-las, mas nunca levianamente.

A partir das reflexões traçadas aqui, analisaremos a recepção da temática *viking* em composições e capas de álbuns da banda sueca *Bathory*, produzidas entre os anos de 1988 e 1990 – no intuito de lançar luz aos desafios e às possibilidades de pesquisa trazidas pelo gênero musical *Viking Metal* e suas narrativas sobre a história e mitologia escandinavas. O recorte cronológico escolhido concerne ao lançamento do álbum *Blood Fire Death* (1988), em que estão presentes as músicas “*Blood Fire Death*” (que intitula o álbum) e “*A Fine Day to Die*” – consideradas as primeiras composições de *Viking Metal* – e o lançamento do álbum *Hammerheart* (1990), o primeiro álbum temático voltado completamente ao mundo *viking*.

Vikings no Heavy Metal: Precursores

Segundo Aaron Patrick Mulvany, o *Viking Metal* se mantém como uma negação despudorada ao cristianismo, assim como um apelo pelo retorno das antigas tradições.²⁷ Há muito de verdade nesta afirmação. Todavia, os artistas que forneceram inspiração a esta vertente musical nem sempre estavam comprometidos com uma causa maior. Apesar do mundo nórdico ter se popularizado no *Heavy Metal* em fins da década de 1980 e início de 1990, outros grupos musicais do gênero já haviam realizado composições relacionadas à temática *viking*. Dentre os exemplos mais notáveis, temos a canção “*Immigrant*

²⁶ GONZALES, Luciano Lemos. **Burzum**: Estudo Iconográfico de um caso de apropriação de elementos da mitologia viking no Black Metal noruegues. Pelotas, 2007. Monografia (Graduação) - Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. p. 36.

²⁷ MULVANY, Aaron Patrick. “**Reawakening of pride once lost**”: Indigeneity and European Folk Metal. Middletown, 2000. Dissertação (Master of Arts) - Music Department, Faculty of Wesleyan University, Middletown (Connecticut), 2000. p. 43.

Song” (1970), da banda britânica *Led Zeppelin*.²⁸ A música aborda tanto elementos históricos quanto mitológicos, se colocando na perspectiva de um conquistador *viking*, navegando em direção ao ocidente em busca de terras. A letra, apesar de simples, não deixa de abordar elementos da espiritualidade pagã – especialmente em campo de batalha. No trecho, “*The hammer of the gods will drive our ships to new land/ To fight the horde and sing and cry, Valhalla, I am coming*”,²⁹ o guerreiro, aqui representado, demonstra a convicção de que o destino de sua jornada está nas mãos dos deuses, sabendo que ao alcançar terra firme o combate com os povos nativos será iminente, estando, assim, cada vez mais próximo do *Valhalla*. Uma frase em especial acaba por sugerir, em nossa interpretação, que a ‘aventura’ ocorre após a descoberta do continente americano (aproximadamente 1000 d.c): “*How soft your fields so green, can whisper tales of gore,/ Of how we calmed the tides of war.*”³⁰ Conhecendo a geografia, assim como a flora escandinava e groenlandesa, é improvável que os campos verdes mencionados correspondam a estas regiões, sendo mais provável que a frase remeta a uma paisagem britânica ou mesmo a região de *Vinland*, mencionada nas sagas islandesas (*Eiríks saga rauða*³¹ e *Grænlandinga saga*³²).

Outra abordagem da temática nórdica também pode ser vista na música “*Son of the Northern Light*” (1978), da banda *Heavy Load*,³³ considerada a primeira banda sueca de *Heavy Metal*. A canção, apesar de possuir um título de considerável beleza poética (“*Filho da Luz Nórdica*”), não possui um recorte cronológico ou um ordenamento temático específico, de forma que várias frases prontas, sobre mitologia, história e críticas ao cristianismo, são evocadas, não respeitando uma ordenação cronológica. Contudo, este efeito ‘miscelânea’ é proposital, o que confere ao produto final certo caráter psicodélico. O ponto mais marcante da

²⁸ Led Zeppelin. **Led Zeppelin III**. New York: Atlantic Records, 1970.

²⁹ Tradução: “[...]O martelo dos deuses guiará nossos navios para [uma] nova terra/ Para combater a horda e cantar e clamar, Valhalla, estou chegando[...]”

³⁰ Tradução: “[...] Como [são] macios os seus campos/ tão verdes podem susurrar contos sangrentos de como nós acalmamos as correntezas da guerra [...]”

³¹ Cf. <http://www.heimskringla.no/wiki/Eir%C3%ADks_saga_rau%C3%B0a>. Acesso em: 13 mai. 2016. Tradução para o inglês disponível em: <http://sagadb.org/eiriks_saga_rauda.en>. Acesso em: 13 mai. 2016.

³² Cf. <http://www.heimskringla.no/wiki/Gr%C3%A6nlandinga_saga>. Acesso em: 13 mai. 2016.

³³ HEAVY LOAD. **Full Speed at High Level**. Estocolmo: Heavy Sound Records, 1978.

composição se dá nas frases “*The pope in his blood will crawl/ Jesus' head is going to roll/ The Christian warriors raped the earth/ And I've been crying since my birth*”.³⁴ Além de evocar a cristianização da Escandinávia como um fator negativo, digno de pranto para uma vida inteira, o ‘eu’ da canção propõe o acontecimento de uma vingança histórica, uma retaliação em nome dos ancestrais e da antiga cultura pré-cristã, abandonada (sob pressão e necessidade de sobrevivência) há quase um milênio. A relação que a letra estabelece entre passado e presente também é um elemento chave: ao clamar pela morte agonizante do papa, em seguida pela decapitação de cristo (que por ser uma referência à religiosidade cristã, acaba por transcender o tempo cronológico), logo, à destruição da cultura tradicional pagã pelos missionários cristãos (entre os séculos VIII e XII), e ao presente novamente, a canção acaba transpondo a ‘dor’ e o sofrimento de uma época à outra, em uma espécie de ‘dívida’ histórica ainda a ser paga. Somado a isto, a análise desta música se faz importante para uma melhor contextualização do *Heavy Metal* escandinavo e a importância que o mundo nórdico virá a adquirir nas décadas seguintes. Esta fora a primeira (se não a primeira, uma dentre elas) composição, de uma banda escandinava, a combinar três elementos chaves para nossa análise: 1) o *Heavy Metal* – em um momento histórico-cultural em que este gênero (e, por consequência, seu público consumidor) era fortemente criticado, por sua conduta transgressora, agressiva e “imoral”; 2) o passado nórdico – em um sentido nostálgico, de revivalismo/reconstrucionismo, ou mesmo de reivindicação identitária; e 3) a crítica ao cristianismo – revisionismo histórico e/ou revanche/vingança. No fim da década de 1980 e início de 1990 a soma destes elementos fora potencializada pela conjuntura global, proporcionando uma nova visão, uma recepção diferenciada (e muito mais intensa) da temática *viking* no *Heavy Metal*.

Outra banda que influenciara consideravelmente as futuras bandas de *Viking Metal*, tanto em termos musicais quanto estéticos, fora *Manowar*. O grupo estadunidense consagrou-se na história da música internacional por suas temáticas extremamente ‘masculinas’, exaltando elementos como virilidade, força

³⁴ Tradução: “[...] O Papa irá rastejar em seu sangue/ A cabeça de Jesus irá rolar/ Os guerreiros de cristo estupraram a terra/ E eu tenho chorado desde meu nascimento [...]”.

e glória, geralmente em tramas heróicas fantásticas e/ou mitológicas. Isto pode ser notado na identidade visual dos integrantes, em capas de discos e performances ao vivo. Na capa do álbum *Into Glory Ride*,³⁵ por exemplo, é possível ver elementos estéticos típicos do subgênero literário *Sword and Sorcery* ('Espada e Feitiçaria'): armas medievais (espadas e massas), roupas de peles de animais, cabelos longos, assim como certa exaltação do corpo masculino (cf. Imagem 1). A presença de elementos relacionados à história/mitologia nórdica nas composições de *Manowar* (p. ex. a canção "*Gates of Valhalla*", 1983) vão ao encontro deste enfoque, em uma mescla de masculinidade extrema e fantasia *pulp*. Portanto, não há em *Manowar* uma apropriação de caráter político ou ideológico. Mesmo que a imagem artística criada pelo grupo possua semelhanças com o estereótipo do guerreiro *viking*, as intenções por trás destas apropriações são de caráter artístico e/ou performativo.

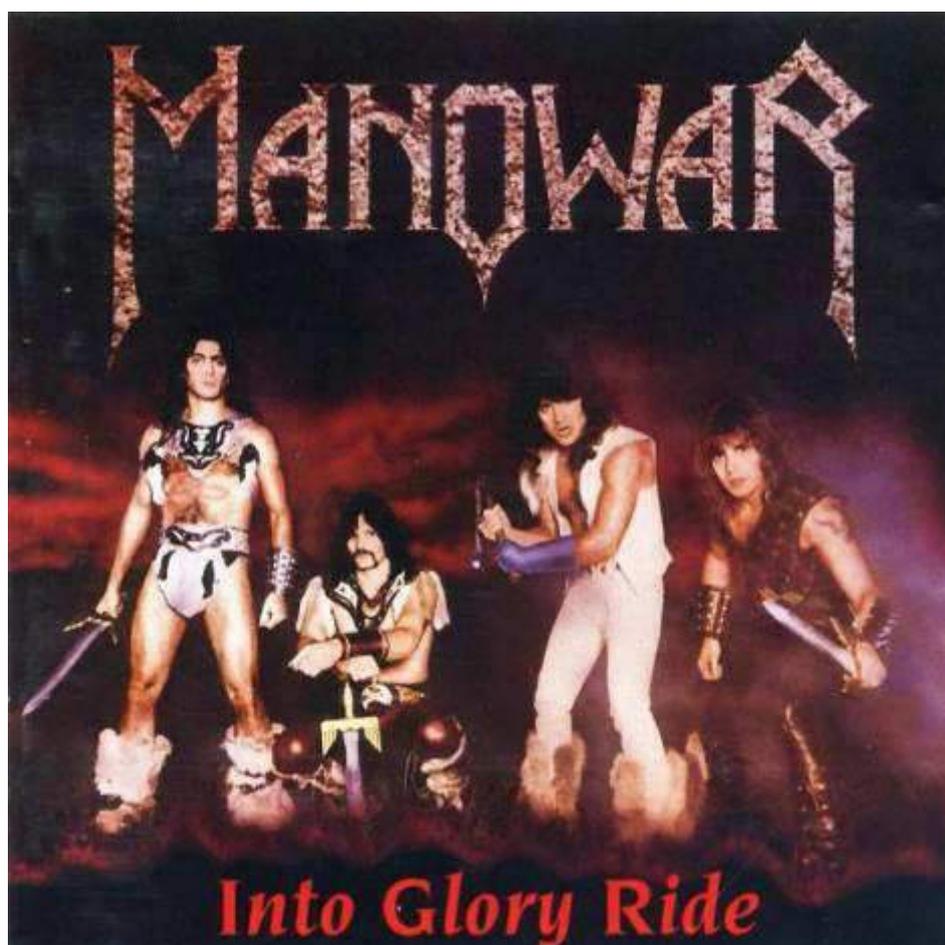


Imagem 1: Capa frontal do álbum *Into Glory Ride* (1983). Disponível para acesso: <http://www.asburyrecords.com/public/cover/13442_2.jpg>. Acesso em: 05 fev. 2016.

³⁵ MANOWAR. *Into the Glory Ride*. New York: Megaforce Records, 1983.

As três composições vistas até aqui foram de considerável importância para que as gerações posteriores de músicos conseguissem combinar elementos musicais, estéticos e psicológicos do *Heavy Metal*, em harmonia com as ressignificações do passado nórdico. Contudo, estas releituras são (em geral) descompromissadas, carecendo de peso político/ideológico se comparadas às que veremos adiante. Tal elemento só pudera ser ‘fornecido’ em meio a uma conjuntura de maior turbulência política, de maiores incertezas socioculturais quanto aos paradigmas dominantes.

Vikings no Heavy Metal: 1988 - 1993

Com a implementação da *Perestroika* e da *Glasnost* por Michael Gorbachev em 1985, certas questões relativas ao futuro da Europa passaram a ter maior relevância dentro dos debates políticos e intelectuais da época; a União Soviética, cedo ou tarde, se desagregaria; a Rússia – assim como os demais países do bloco oriental – acabaria(m), em maior ou menor escala, inserindo suas forças econômicas no mercado global, estreitando laços com o ocidente; uma nova ordem mundial estava a surgir – e durante algum tempo, fora depositada certa esperança nestes “ventos de mudança”.³⁶ Contudo, mesmo com este otimismo inicial, outros fatores contribuíam para um sentimento de grande incerteza quanto ao futuro do velho continente: a globalização estava a caminho e poucas eram as alternativas face ao novo rumo que as economias liberais vinham tomando. Criticada tanto por progressistas quanto por conservadores, a ideia de uma integralização política, econômica e cultural entre países do mundo inteiro tornou-se digna de louvor – por parte de seus adeptos – e escárnio – por parte de seus opositores. O temor de que uma integração tão dinâmica entre vários países colocaria em cheque a soberania dos Estados nacionais, assim como a sobrevivência de suas tradições, culturas e costumes, tornara-se um assunto comum em jornais e outros veículos voltados à informação. Para as alas progressistas (especialmente na América

³⁶ Esta expressão ganhou grande fama entre os anos de 1990 e 1991 com o lançamento da música *Wind of Change*, do álbum *Crazy World* (1990), da banda Alemã Scorpions. A canção fora composta pelo vocalista, Klaus Meine, que teve como inspiração os acontecimentos políticos da época (queda do muro de Berlim e fim da União Soviética) que trariam “ventos de mudança” para a Europa.

Latina), a globalização consistira em uma evolução da Doutrina Monroe, uma fase avançada do imperialismo Yankee, representada pelas multinacionais, o principal dispositivo de expansão do capitalismo global. Já para os nacionalistas, de maneira geral, a globalização era um atentado às identidades nacionais, abrindo as portas para um dos maiores males dos últimos tempos: o multiculturalismo. No velho continente, em especial, este male (dentre outros) estava ainda mais próximo: com a expansão progressiva do acordo Schenghen, assim como a implementação do Euro a partir do Tratado de Maastricht, em 1992, a ideia de uma Europa unida, sem fronteiras, parecera uma proposta pacífica, sem espaço para antigos problemas e rivalidades. Segundo Geary, foram necessários poucos meses para que a Cortina de Ferro revelasse uma Europa muito mais vasta e perigosa do que a porção ocidental do continente previra:

[o] entusiasmo exagerado das democracias ocidentais logo se transformou em medo e desalento quanto ondas e mais ondas provocadas pelos abalos sísmicos de Moscow alteraram de modo irreversível a paisagem política da Europa, que se mantinha estável desde o fim da Segunda Guerra Mundial.³⁷

Como resultado disso, os antigos ‘fantasmas’ do nacionalismo, do etnocentrismo e do racismo voltaram a infectar a paisagem Europeia, gerando uma profunda crise de identidades nacionais e regionais.

No cenário da música internacional as mudanças não foram menos drásticas. O *Hard/Glam Rock*, estilo que vigorou entre as décadas de 1970 e 1980, perdera cada vez mais espaço nas rádios para o *Grunge*, que adquirira gigantesca projeção com os lançamentos de *Nevermind* (1991) e *Ten* (1991), das bandas *Nirvana* e *Pearl Jam*, respectivamente. É um fato a se considerar que a predileção por músicas com temáticas soturnas, com elementos de desconsolo, sarcasmo, desânimo, reclusão, indiferença ou mesmo agressividade para com a sociedade não atingiram apenas o *mainstream*. Na cena *underground* dos países escandinavos – com destaque para a Noruega – o *Black Metal* crescera consideravelmente. A agressividade, tanto sonora quanto estética, do estilo é sua marca registrada: pintura facial e corporal (*‘Corpse Paint’*), vocais guturais, guitarras com timbres

³⁷ GEARY, Patrick J. **O mito das nações**. A invenção do nacionalismo. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. p. 12.

extremamente distorcidos e afinadas vários tons abaixo do padrão e *blast beats*, proporcionam a intensidade que dá ‘forma’ aos temas abordados nas letras – não menos impactantes. A exaltação de Satã, Lúcifer, Baphomet, a idolatria a figuras demoníacas, assim como a apologia ao satanismo/ ocultismo/ anticristianismo, confere uma de suas principais características. O gênero vira a ganhar grande projeção midiática após uma série de polêmicas, envolvendo o suicídio de Per Yngve Ohlin (*‘Dead’*), vocalista da banda *Mayhem*, o assassinato de Magne Andreassen, cometido por Bård Guldvik Eithun (*‘Faust’*), baterista da banda *Emperor* (supostamente, por motivações homofóbicas), o assassinato de Øystein Aarseth (*‘Euronymous’*), cometido por Kristian Vikernes (*‘Varg Vikernes’*), assim como uma série de incêndios criminosos a igrejas, em um total de cinquenta atentados registrados entre os anos de 1992 e 1996.

Fora em meio a este complexo jogo de crises existenciais pós Guerra Fria, de ruptura de (velhos) paradigmas, de uma cultura de consumo revigorada (agora, em escala global, e cada vez mais voltada ao público infanto-juvenil), e de certo ‘culto’ à introspecção, que a temática *viking* desempenhara um papel fundamental no *Heavy Metal* escandinavo. Para Helden,³⁸ o *Viking Metal* possui dois tipos de abordagens principais: a primeira cultiva uma imagem de força e barbarismo, com um ‘toque’ romântico e de caráter escapista – muito semelhante ao exemplo visto anteriormente, em *Manowar*. A segunda possui muito mais ênfase no revisionismo histórico, na tentativa de estabelecer narrativas diferenciadas sobre o passado escandinavo, quase sempre em crítica aos paradigmas da contemporaneidade. A autora também afirma que após as polêmicas do *Black Metal* – citadas no parágrafo anterior – muitos músicos abandonaram as temáticas “satânicas”, dando preferência às façanhas dos guerreiros *vikings* e seus deuses. Da mesma forma, a crítica ao cristianismo é um elemento extremamente importante, o que confere ao gênero um caráter de militância: a luta pelo resgate da verdadeira ancestralidade nórdica, quase indissociável da religiosidade pagã. Como bem afirma Yamamoto:

³⁸ HELDEN, Imke von. Barbarians and Literature: Viking Metal and its Links With Old Norse Mythology. In: SCOTT, N. W. R; HELDEN, I. V. **The Metal Void: First Gatherings**, Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010. p. 257-264.

[o] paganismo nórdico desempenha um importante (e controverso) papel nesta vertente musical, já que a maioria das bandas vê na cristandade uma figura de opressão, uma espécie de inimigo que merece vingança pelo o que foi cometido na idade média, pela destruição do paganismo e até da cultura escandinava.³⁹

O guerreiro *viking*, representado na maioria das composições do *Viking Metal*, é uma figura multifacetada, podendo ser criado a partir de documentação primária – ou seja, através de rico embasamento histórico, ou através de arquétipos/estereótipos Hollywoodianos, como o personagem *Conan*, do filme *Conan, the Barbarian* (1982), baseado nas histórias de Robert Howard, interpretado por Arnold Schwarzenegger. Para Renodeyn, tanto a fantasia quanto a pesquisa documental podem ser vistas como fins inspiracionais de base para as letras de *Viking Metal* e outros subgêneros semelhantes.⁴⁰

Apesar do grupo sueco *Bathory* não ser considerado, necessariamente, uma banda de *Viking Metal*, é a ela que se devem as primeiras composições do gênero. Dois exemplos encontram-se no álbum *Blood Fire Death*.⁴¹ A própria arte do álbum já possui um caráter sugestivo: uma versão adaptada da obra *Åsgårdsreien* (1872), do pintor norueguês Peter Nicolai Arbo, que retrata uma caçada selvagem com várias personagens oriundas da mitologia escandinava (cf. Imagem 2). É possível ver o logo da banda em destaque na parte superior da imagem, enquanto o nome do álbum, em vermelho intenso, se posiciona na parte inferior – ambos com a mesma fonte, uma variação da escrita gótica.

³⁹ YAMAMOTO, André Ricardo. A Fúria dos Homens do Norte: Viking Metal e o Cristianismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá. v. 3, n. 9, p. 1-15, 2011. p. 6.

⁴⁰ RENODEYN, Lorin. *Old Germanic Heritage In Metal Music: A Comparative Study Of Present-day Metal Lyrics And Their Old Germanic Sources*. Dissertação (Master in de historische taal- en letterkunde) – Faculteit Letteren en Wijsbegeerte Universiteit Gent, Gent, 2010. p.4.

⁴¹ BATHORY. *Blood Fire Death*. London: Under One Flag, 1988.



Imagem 2: Capa do álbum *Blood Fire Death* (1988). Disponível em: <http://www.deathmetal.org/wp-content/uploads/bathory-blood_fire_death.jpg>. Acesso em: 06 fev. 2016.

Entre as músicas deste álbum que utilizam a temática *viking*, a faixa nº 2, intitulada “*A Fine Day to Die*”, traz uma abordagem curiosa. A canção se inicia com um dedilhado de guitarra acústica (violão), na tonalidade de Cm (dó menor), com ritmo em colcheia. Ao fundo, é possível ouvir alguns efeitos sonoros que ambientam a narrativa: o som de chamas ardendo e, em seguida, o relincho de um cavalo. A melodia vocal é acompanhada de um efeito *reverb*, que dá ambiência à voz do cantor, conferindo ao produto final um efeito hipnotizante – comum em mantras religiosos de várias culturas. Nos primeiros versos do texto, descreve-se um calmo e silencioso pôr do sol, seguido pela ‘acordar’ da noite. Uma noite estranha, com luas circulando o céu e estrelas negras erguendo-se do horizonte. Conforme a música ganha peso – entram as guitarras distorcidas, contrabaixo e bateria – o texto muda seu viés, tanto em forma quanto em conteúdo. O vocal, que nos primeiros versos canta com a voz ‘limpa’, passa a utilizar a técnica de *drive*,

conhecida na linguagem popular como “voz rasgada”, que confere mais agressividade e intensidade à música. O ‘eu’ da canção, então, começa a descrever acampamentos militares espalhados ao longo de uma montanha, em um total de dois mil guerreiros, conhecedores do aço de flechas, machados e espadas. Guerreiros com fome de destruição, apenas aguardando pela alvorada. Em um determinado momento da história, remete-se a um ancião, que ao olhar profundamente para o fogo lança suas convicções, em tom alto e orgulho: “Hoje é um bom dia para morrer!”. A seguir o dia amanhece. Uma ‘floresta de lanças’ aparece na colina, e o aço brilha aos primeiros raios de sol.

Já a faixa nº 8, que encerra e intitula o álbum, aborda o mundo nórdico indiretamente, em uma visão que tende mais ao filosófico do que, propriamente, ao histórico. No texto, um povo hipotético (pois não há menção que permita uma contextualização geográfica ou cronológica), se vê em uma situação de extrema opressão. Ludibriados por falsos profetas e enganadores, o povo anseia por sua liberdade:

[...] Soon the dawn shall arise/For all the oppressed to arm/A chariot of thunder shall be seen/ And bronze horns shall sound the alarm/ Fists will raise like hammers/ To a cloudy black sky/ Bonds and chains fall to the ground/ Children of all slaves/ Stand united and proud/ All people of bondage shall triumph/ And live by the sign of...Blood Fire Death [...].⁴²

A carruagem de trovão que surge para trazer a liberdade é uma clara menção ao deus Thor, geralmente relacionado aos relâmpagos, trovões e tempestades. A utilização da figura de Thor como libertadora de um povo é um fato a ser considerado; vide *Bathory* ser uma banda de origem sueca e a crítica ao cristianismo (especialmente, por parte de músicos escandinavos), assim como à sociedade em geral, um tema comum no *Heavy Metal*, é razoável afirmar que os ‘falsos profetas’ e os enganadores são uma representação dos dogmas contemporâneos e da deterioração moral da atualidade: consumismo exacerbado,

⁴² Tradução: “[...] Logo o amanhecer deve surgir/ Para todos os oprimidos para [nos] fortalecer/ Uma carruagem de trovão deve ser vista/ E chifres dourados devem soar o alarme/ Punhos irão se erguer como martelos/ Para um nebuloso céu negro/ Algemas e correntes cairão no chão/ Filhos de todos os escravos/ Permaneçam unidos e orgulhosos/ Todas as pessoas da escravidão devem triunfar/ E viver para o sinal de... Sangue, Fogo [e] Morte [...]”.

políticos, celebridades fúteis, gurus intelectuais, e (obviamente) os cristãos. Thor, portanto, passa a representar o paganismo, a herança da Suécia 'original'. O povo, acorrentado e escravizado pelos vícios do mundo moderno, será salvo pelo retorno à suas raízes, não abrindo mão de sua vingança. Para o início da nova era, se faz necessário obliterar a antiga, à sangue, fogo e morte. Os últimos versos da canção endossam essa premissa:

[...] Children of all slaves/ Unite be proud/ Rise out of darkness and pain/ A chariot of thunder and gold/ Will come loud/ And a warrior of thunder and rain/ With hair as white as snow/ Hammer of steel/ To set you free of your chains/ And to lead you all/ Where horses run free/ And the souls of the ancient ones reign [...].⁴³

É de notável destaque o uso de alguns mecanismos retóricos típicos das narrativas saudosistas. A construção de uma imagem imoral do presente, de uma contemporaneidade castradora (ou escravizadora), assim como de um passado glorioso/harmonioso, serve como “fio-condutor” para a injeção do discurso: “o passado é a melhor opção”; “o passado vai nos salvar”; “algo fora tirado de nós”. A construção de um passado idealizado, como alternativa para um presente em decadência. Este dispositivo de convencimento é muito comum em discussões e propagandas políticas, especialmente por parte de partidos e pessoas públicas da extrema-direita e suas demais vertentes. É válido salientar que não é de nossa intenção afirmar (tampouco, acusar) que o grupo possua aspirações direitistas e/ou conservadoras; a licença poética, conferida a qualquer produtor de conteúdo ficcional, permite uma variabilidade infinita de abordagens literárias e/ou musicais, mesmo que sem nenhum compromisso político-ideológico com as opiniões ali representadas. Contudo, seria imprudência negligenciar a recepção e seus múltiplos efeitos sobre o público consumidor. O receptor capta mensagens codificadas, processando-as de acordo com seu contexto cultural (*cultural*

⁴³ Tradução: “[...] Filhos de todos os escravos/ Unam-se, orgulhem-se/ Saiam da escuridão e da dor/ Uma carruagem de trovão e ouro/ Chegará estrondosamente/ E um guerreiro de trovão e chuva/ Com cabelos brancos como a neve/ [e um] Martelo de aço/ Para liberta-los de suas correntes/ E conduzi-los todos/ Para onde os cavalos correm livres/ E as almas dos antigos reinam. [...]”.

background), assim sendo, uma mensagem (aparentemente) inofensiva pode ter efeitos diversos ao ser decodificada.⁴⁴

O álbum *Hammerheart*⁴⁵ trouxera inovações consideráveis para o *Viking Metal*. Ao contrário de seu antecessor, que possui apenas duas composições voltadas ao passado nórdico, este é inteiramente voltado à temática, o que vira a servir de inspiração para vários outros grupos musicais que passaram a copiar este modelo. Sobre o álbum, Eduardo Rivadavia afirma que “*chronicling with great detail and drama the Christian invasion of Scandinavia during medieval times, and his pagan ancestors' forceful conversion to the cross, Seth Quorthon became a standard-bearer for an entire generation of disenfranchised Norse-descended teens*”.⁴⁶

A capa frontal do álbum segue o mesmo padrão estético de seu anterior: a obra de arte selecionada fora *The Funeral of a Viking* (1893), do pintor inglês Frank Dicksee (cf. Imagem 3). A escolha da arte dialoga diretamente com a abordagem das composições musicais; parte considerável delas faz críticas ao cristianismo, traçando versões ‘vitimizadas’ da história escandinava. O funeral *viking*, representado na arte do álbum a partir da obra de Dicksee, acaba por significar uma despedida, não apenas do companheiro morto, mas também da cultura *viking*. Uma diferença singela se encontra na fonte do nome do álbum, na parte inferior da imagem (cf. Imagem 3). Em *Blood Fire Death* (1988), o nome do álbum se encontrava em uma fonte semelhante à escrita gótica. Em *Hammerheart* (1990), a estética das letras, com linhas retas fortes e tendência ao verticalismo, remete aos alfabetos *futhark*, ou alfabetos rúnicos,⁴⁷ encontrados em praticamente todas as regiões da Europa habitadas por povos de origem germânica.

⁴⁴ Nos baseamos aqui nos estudos de Stuart Hall voltados à teoria da recepção. Mais informações cf. HALL, Stuart. Encoding, Decoding. In: DURING, Simon (Ed.). **The Cultural Studies Reading**. London & New York: Routledge, 1993. p. 90-103.

⁴⁵ BATHORY. **Hammerheart**. Berlin: Noise Records, 1990.

⁴⁶ Tradução: “[n]arrando com grande[s] detalhe[s] e drama a invasão cristã da Escandinávia durante a época medieval e a conversão forçada de seus ancestrais pagãos para a cruz, Seth Quorthon se tornou o 'porta-estandarte' para uma geração inteira de jovens desprivilegiados de descendência nórdica.” Disponível em: <<http://www.allmusic.com/album/hammerheart-mw0000312318>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

⁴⁷ Para mais informações acerca do alfabeto rúnico cf. BIRRO, Renan Marques. Uma brevíssima introdução sobre as runas e o estudo das runas. **Fato & Versões** - Revista de História, v. 6, n. 12, 2014, s/p. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1294/820>> Acesso

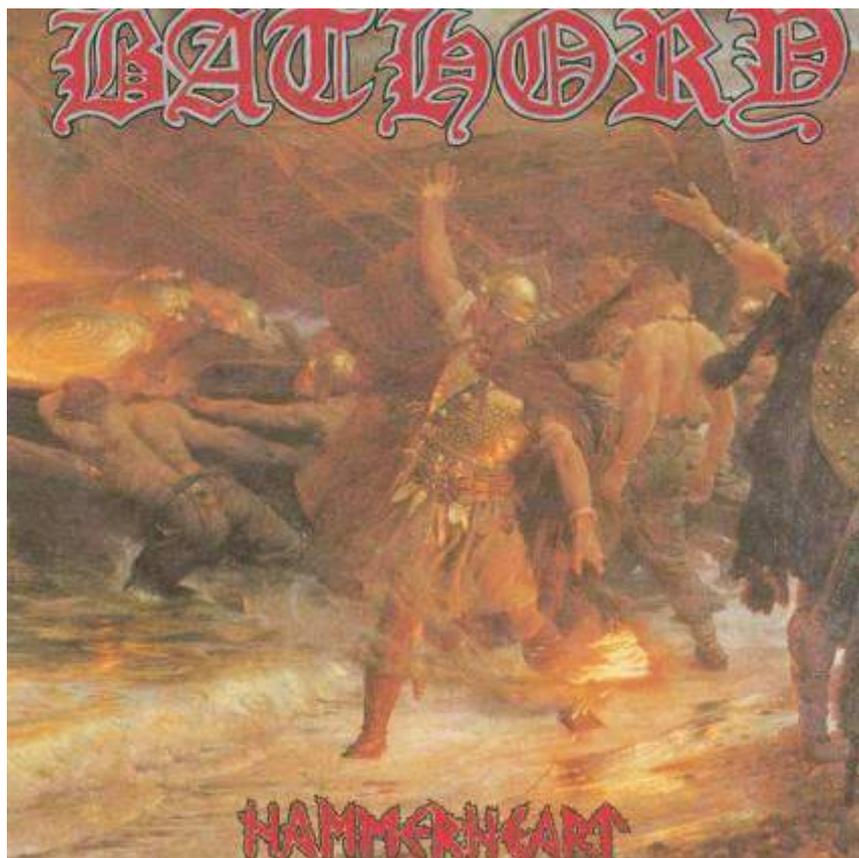


Imagem 3: Obra *The Funeral of a Viking* (1893), de Frank Dicksee. Disponível em: <<http://www.nuclearblast.de/static/articles/102/102220.jpg/1000x1000.jpg>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

A canção *Shores in Flames*, que introduz o álbum, demonstra certa evolução do grupo com a temática *viking*. Enquanto as composições anteriores possuíam momentos desconexos, ou difíceis de serem compreendidos de um ponto de vista histórico, mitológico, ou mesmo como uma narrativa contínua, *Shores in Flames*, descreve uma ‘aventura’ *viking* completa: desde o termino do inverno, à preparação da expedição, a evocação dos deuses para obtenção do sucesso, o enfrentar de mares turbulentos, o desembarcar na costa, o ataque à(s) cidade(s), o retorno ao lar, e, por fim, o desejo do guerreiro nórdico – caso venha a morrer – quanto ao seu funeral e o pós-vida. É fato que o enredo utilizado possui características arquetípicas, podendo ser aplicado a vários acontecimentos da Era *Viking*. Todavia, o ar ‘genérico’ da trama, sua simplicidade e a impossibilidade de

em: 07 mai. 2016 ou ainda MEDEIROS, Elton O. S. “Ráðna Stafi, Mjök Stóra Stafi, Mjök Stinna Stafi”: Tradução comentada dos poemas rúnicos Anglo-Saxão, Islandês, Norueguês do Abecedarium Nordmannicum 2. *Medievalis*, v. 4, n. 1, 2015. p. 1-31.

alocá-la em um momento histórico específico, garantem a fácil assimilação. Em uma análise mais apurada sobre arquétipos narrativos, seria razoável afirmar que o texto de *Shores in Flames* possui elementos do monomito, a jornada cíclica do herói, conceito popularizado por Joseph Campbell.⁴⁸ Desta forma, a atenção aos detalhes enriquece o texto; a utilização da primeira pessoa (por vezes no singular, por outras no plural) permite uma imersão mais profunda no universo ali representado. Pequenos elementos, similarmente, humanizam a narrativa, mostrando certa apreensão e ansiedade por parte do guerreiro, que está a deixar seu lar para desbravar terras desconhecidas – como no momento em que ocorre a despedida entre o homem e sua amada, “[...] *the wild cold deep black ocean's waves/ Invites my hungry heart/ Cry not my love I'll return/ Only death can keep us apart*”.⁴⁹ O produto final da composição é uma jornada *viking* ‘humanizada’, não menos heróica nem menos violenta, mas que atenta para certos temores e preocupações do guerreiro ao deixar o lar, ao enfrentar os mares, ao evocar os deuses frequentemente para obter sucesso em sua(s) empreitada, enfim, um modelo que se diferencia daquele do bárbaro clássico, sedento por sangue e destruição.

O álbum encerra com a canção *One Rode to Asa Bay*, uma das músicas mais famosas da banda e a única a receber um videoclipe. A temática principal é a cristianização da Escandinávia: Um lugar fictício, chamado baía de *Asa* (*Asa Bay*), recebe a visita de um missionário cristão e sua comitiva militar, e, daí então, inicia-se o processo de conversão dos pagãos. No texto, são abordados alguns dos mecanismos, tanto psicológicos quanto coercitivos, que foram utilizados para induzir os povos heréticos à catequização. Inicialmente, o pregador faz uso de um discurso passivo, prometendo a salvação de todos os homens, mulheres e crianças, em troca do batismo, da realização de promessas e da construção de uma ‘casa’ (igreja) para o Deus cristão. Passado certo tempo, a religião cristã já adquirira certa influência no povoado de *Asa*, podendo lançar mão de instrumentos mais rígidos para a imposição da nova doutrina; em certo momento da história, um homem orgulhoso se opõe à construção da igreja, clamando pelos deuses de seus

⁴⁸ CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 11ª reimpressão. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

⁴⁹ Tradução: “[...] As ondas selvagens do oceano frio, profundo e negro/ Convida[m] meu coração faminto/ Não chore meu amor, eu vou voltar/ Só a morte pode nos manter separados. [...]”.

pais, que há pouco tempo haviam partido. Tal posicionamento não poderia ter outro fim: “[...] *The rumours said the man with a beard like fire and/ the hammer in chain/ By men in armour silenced was and by their swords/ was slain [...]*”.⁵⁰ Ao longo da história, o povo de *Asa* passa a se sujeitar à medidas cada vez mais opressivas, desde trabalho forçado até pagamento de dízimo – sob ameaça de punição física:

[...]Those who did not pay the one coin of four to man of new God/
Whipped was twenty and put in chains then locked by their neck to the
log.../ And so all of asa bay did build the house of the cross/ Every hour
of daylight they did sweat, limbs ached, because faith does cost [...].⁵¹

Ao final da narrativa, um ancião, impressionado com a imponência da ‘casa’ do deus estrangeiro – capaz de comportar dois navios dragão,⁵² presume que agora os cristãos deixarão o povo de *Asa* em paz, quando subitamente ouve, de algum lugar da floresta, um ‘velho corvo de sabedoria’ (aparentemente, uma menção a Odin) dizer-lhe: “[...] *People of Asa land, it’s only Just begun!*”.⁵³ A história desta canção ocorre ao longo de duzentos dias. Isto demonstra um caráter marcadamente relutante para com as versões “oficiais” da cristianização da Escandinávia. A composição busca, através de um exemplo fictício, expressar que a conversão desta região à fé cristã não fora tão gradual ou tão passiva – pelo contrário, fora implacável em seus métodos repressivos e ardilosa em sua retórica.

Considerações Finais

A partir das reflexões e da análise de caso aqui realizadas, concluímos que certos discursos extra-acadêmicos sobre o passado escandinavo possuem grande apelo e projeção na sociedade – por vezes, superando o alcance da produção

⁵⁰ Tradução: “Os rumores falavam do homem com uma barba como fogo/ E o Martelo na corrente/ Pelos homens de armadura foi silenciado e pelas suas espadas/ foi abatido”.

⁵¹ Tradução: “Aqueles que não pagaram a uma moeda a cada quatro para o homem do novo Deus/ Foram açoitados vinte vezes [e], então presos pelos pescoços ao tronco/ E então todos de baía de *Asa* construíram a casa de cruz/ A cada hora da luz do dia they suavam, [seus] membros doíam, pois a fé custa [caro]”.

⁵² No século XIX surgira o termo *Drakkar* para designar os navios de origem escandinava cujo formato se assemelha-se ao de um dragão. Apesar da popularidade que o termo ganhou – e de toda a mística criada em cima dos “navios-dragões”, ele [o termo] não possui veracidade histórica; os termos historicamente verificados são *långskepp* (suéco), *langskib* (dinamarquês) *langskip* (norueguês e islandês). Todos podem ser traduzidos como “navio longo”.

⁵³ Tradução: “Pessoas da terra de *Asa*, isso está apenas começando!”

acadêmica especializada – sendo de considerável relevância (ou até urgência) que os pesquisadores da área não se abstenham de discutir estas narrativas. Como fora apontado, a mera crítica à historicidade destas releituras não se faz suficiente; é necessário pensar sua recepção, suas reivindicações, seu caráter ideológico, a construção das personagens e valores ético/morais ali representados, enfim, toda a relação que a obra estabelece entre o passado e o tempo presente. Contudo, o crescimento da temática *viking* nos meios voltados ao entretenimento também trouxe consigo novas possibilidades e perspectivas significativas para o ensino e pesquisa do tema, que estão, de todo modo, à disposição da criatividade dos pesquisadores e professores. O *Viking Metal*, por exemplo, pode ser um instrumento didático-pedagógico produtivo – desde que utilizado com prudência – para a compreensão da história escandinava, assim como dos usos e apropriações do passado, ou de como as releituras de um passado (mesmo que distante cronologicamente) podem dizer muito sobre os anseios e disputas da atualidade.

Como já mencionado, muitas são as produções em que o mundo nórdico está inserido direta ou indiretamente. No *Heavy Metal*, em especial, há bandas de grande sucesso no cenário da música alternativa, cujas composições, performances ao vivo e *artworks* de álbuns podem render análises de grande pertinência, especialmente aos estudos culturais/sociais. Dentre os mais famosos, atualmente ativos, podemos citar o grupo suéco *Amon Amarth*, o finlandês *Turisas*, e o grupo *Tyr*, oriundo das ilhas Faroé. Há também uma série de histórias em quadrinhos que podem ser analisadas tanto do ponto de vista da recepção do medievo, do estudo de imagens, ou do estudo das culturas de massa – uma vez que a temática *viking* está na moda, e não há (ao menos ainda) produções voltadas a compreender este “fenômeno-viking” do ponto de vista mercadológico, ou de como o mundo nórdico pode ser utilizado para reforçar ou subverter padrões hegemônicos, naturalizados pela indústria cultural. Destacamos aqui a série *Northlanders* (traduzida no Brasil como “Nórdicos”), escrita por Brian Wood, publicada pela DC Comics, e a série “*Viking*”, escrita por Ivan Brandon e ilustrada por Nick Klein. É importante lembrar (novamente) que as histórias em quadrinhos, assim como os filmes, os seriados, e a maioria dos produtos midiáticos que possuem o medievo como universo temático, não foram criados com o intuito de representar o passado de uma forma

“fidedigna” para com as evidências e as produções acadêmicas atuais; devemos compreender que o potencial criativo/discursivo da ficcionalidade está em outros fatores. É possível sair das abordagens ‘tradicionais’, que criticam as obras ficcionais apenas pela ‘autenticidade-histórica’, fazendo algumas perguntas simples: 1) como a obra adapta o passado para uma audiência contemporânea?; 2) como este passado fictício (mas não por isso desprezível) dialoga com os anseios e disputas políticas, sociais e culturais da atualidade; e 3) que padrões (sejam eles de gênero, de classe, de raça/etnia, ou mesmo padrões midiáticos) estão sendo contemplados na narrativa analisada? Lembramos que isto é apenas um esboço (e também um convite) para uma abordagem mais atualizada, menos rígida e mais relativista das produções culturais sobre o medieval, buscando desconstruir os velhos atritos entre ciência e arte. Uma proposta metodológica formal para estudar a recepção do medieval exigiria maior densidade teórica e argumentativa – algo que poderá ser realizado em um artigo futuro.

Isso posto, é válido incluir os medievalistas brasileiros nesta discussão. É sabido que os estudos de Idade Média em território nacional vêm sofrendo consideráveis mudanças nas últimas décadas, graças (em grande parte) ao acesso à internet.⁵⁴ É sabido (também) que ainda se trata de uma área, deveras, restrita, vide as dificuldades técnicas que envolvem o ofício do medievalista – lembremos que mesmo com as facilidades da internet, o domínio da paleografia medieval, assim como do latim, do grego ou de outros estágios linguísticos de línguas modernas, como nórdico antigo ou as várias formas do alemão medieval, ainda são imprescindíveis para a análise da documentação primária. Ainda, a popularização de novos objetos de pesquisa (recepção, resignificação, usos, apropriações do passado, etc), que direcionam seu olhar para outros tipos de fontes – filmes, quadrinhos, seriados, jogos, música, mídias em geral – que não somente os tradicionais documentos escritos, talvez seja o prelúdio de uma nova

⁵⁴ O aumento dos bancos de dados online, tanto “oficiais” (como bibliotecas digitais e sites de Universidades) quanto informais, ou seja, a disponibilização online de material tornou a pesquisa em história medieval, indubitavelmente, mais acessível – mesmo que estes sítios estejam, quase sempre, separadas umas das outras, exigindo horas de intensa busca por parte dos pesquisadores. Cf. SILVA, Leila Rodrigues; SILVA, Andréia Cristina. Os Estudos Medievais no Brasil e a Internet: uma análise no uso dos recursos virtuais na produção medievalística (1995 a 2006). **História, Imagem e Narrativas**. v. 2, n. 4, 2007. p. 134 – 147.

medievalística no cenário nacional. Uma medievalística mais acessível, mais próxima do público não especialista e da sociedade em geral. Uma área de pesquisa renovada, voltada aos problemas e debates da atualidade.

No âmbito da política o posicionamento dos medievalistas não se faz menos importante – e considerando a quantidade de apropriações/releituras do medievo feitas pelas extremas-direitas europeias desde a queda do muro de Berlim, o papel social do medievalista se torna ainda mais nítido. Patrick Geary, Guy Halsall, entre outros pesquisadores já mencionados aqui, são exemplos pertinentes; ao se debruçarem sobre as polêmicas atuais, militando (não no sentido político/ideológico, mas sim intelectual) contra as releituras ideologicamente conduzidas da Idade Média, muitas delas que utilizam o passado como pilar legitimador de discursos ultranacionalistas, xenofóbicos e/ou racialistas, estes pesquisadores ressaltam não apenas a importância das pesquisas sobre a Idade Média em si, mas também a responsabilidade do profissional em se inserir nos debates contemporâneos.

Filmes, seriados, quadrinhos, desenhos animados, álbuns de *Rock/Metal*, contos infantis, discursos políticos... há uma infinidade de “outros medievos” a serem explorados. “Idade Médias”, estas, que podem não gozar da mesma historicidade que a (dita) “verdadeira” Idade Média, em que os fatos, personagens e acontecimentos são analisados criteriosamente pelos métodos da ciência moderna. Contudo, estes ‘medievos-alternativos’, sejam eles fantásticos, ficcionais ou apenas idealizações políticas, são extremamente presentes na sociedade – por vezes, muito mais do que a Idade Média histórica propriamente dita – compondo uma parte importante de nosso imaginário social, de forma que nenhum pesquisador prudente pode se furtar a refletir sobre eles. Para tanto, é preciso contornar certos obstáculos: quebrar os preconceitos em relação à cultura de massas e considerar que o debate sobre apropriações do passado deve, também, fazer parte da medievalística no âmbito nacional. Desconstruir as barreiras que existem entre o intra e o extra acadêmico não é uma tarefa simples, ainda mais para uma área (considerada) tão distante da realidade brasileira. Contudo, os tempos estão a mudar. E é nas novas gerações de medievalistas que esta mudança se encontra.

Referências Fonográficas

- BATHORY. **Blood Fire Death**. London: Under One Flag, 1988.
- BATHORY. **Hammerheart**. Berlin: Noise Records, 1990.
- HEAVY LOAD. **Full Speed at High Level**. Estocolmo: Heavy Sound Records, 1978.
- LED ZEPPELIN. **Led Zeppelin III**. New York: Atlantic Records, 1970.
- MANOWAR. **Into the Glory Ride**. New York: Megaforce Records, 1983.

Referências Bibliográficas

- ALAIN DE, Libera. **Pensar na Idade Média**. São Paulo: 34, 1999.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. Tradução de Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.
- BIRRO, Renan Marques. Uma brevíssima introdução sobre as runas e o estudo das runas. **Fato & Versões** - Revista de História, v. 6, n. 12, s/p, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1294/820>> Acesso em: 07 mai. 2016.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 11ª reimpressão. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.
- CHANCE, Jane (Org.). **Tolkien the Medievalist**. New York: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª edição/ 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações**. A invenção do nacionalismo. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- GOETZ, Hans-Werner. Einführung: Die Gegenwart des Mittelalters und die Aktualität der Mittelalterforschung. In: ___. (Org.). **Die Aktualität des Mittelalters**. Bochum: Dr. Dieter Winkler, 2000. p. 7-23.
- GONZALES, Luciano Lemos. **Burzum: Estudo Iconográfico de um caso de apropriação de elementos da mitologia viking no Black Metal noruegues**. Pelotas, 2007. Monografia (Graduação) - Departamento de História e Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.
- HALL, Stuart. Encoding, Decoding. In: DURING, Simon (Ed.). **The Cultural Studies Reading**. London & New York: Routledge, 1993. p. 90-103.

HALSALL, Guy. **Two Worlds Becomes One: A 'Counter-Intuitive' View of the Roman Empire and 'Germanic' Migration.** 24/08/2012. Disponível em: <<http://600transformer.blogspot.co.uk/2012/08/two-worlds-become-one-counter-intuitive.html>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

HELDEN, Imke von. Barbarians and Literature: Viking Metal and its Links With Old Norse Mythology. In: SCOTT, N. W. R; HELDEN, I. V. **The Metal Void: First Gatherings.** Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010. p. 257-264.

KULIKOWSKI, Michael. **Guerras Góticas de Roma.** São Paulo: Madras, 2008.

MEDEIROS, Elton O. S. "Ráðna Stafi, Mjök Stóra Stafi, Mjök Stinna Stafi": Tradução comentada dos poemas rúnicos Anglo-Saxão, Islandês, Norueguês do Abecedarium Nordmannicum 2. **Medievalis**, v. 4, n. 1, 2015, p. 1-31. Disponível em <<http://medievalis.nielim.com/ojs/index.php/medievalis/article/view/69/59>>.

Acesso em: 13 mai. 2016.

MUCENIECKS, André Szczawlinska. Notas sobre o termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. **Revista Alethéia**, v. 2, n. 2, 2010, p. 1-10. Disponível em: <https://www.academia.edu/1508363/Notas_sobre_o_termo_viking_usos_abusos_etnia_e_profiss%C3%A3o>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MULVANY, Aaron Patrick. **"Reawakening of pride once lost":** Indigeneity and European Folk Metal. Middletown, 2000. 136 p. Dissertação (Master of Arts) - Music Department, Faculty of Wesleyan University, Middletown (Connecticut), 2000.

O'DONOGHUE, Heather. **From Asgard to Valhalla: The Remarkable History of the Norse Myths.** I.B. TAURIS: New York, 2007.

RENODEYN, Lorin. **Old Germanic Heritage in Metal Music: A Comparative Study Of Present-day Metal Lyrics And Their Old Germanic Sources.** Gent, 2010. 193p. Dissertação (Master in de historische taal- en letterkunde) – Faculteit Letteren en Wijsbegeerte Universiteit Gent, Gent, 2010.

SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves. Para uma (re)mitificação dos Nibelungen no período entre guerras mundiais. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, v. 1, p. 61-79, 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/article/view/13078/pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do passado**. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Leila Rodrigues; SILVA, Andréia Cristina. Os Estudos Medievais no Brasil e a Internet: uma análise no uso dos recursos virtuais na produção medievalística (1995 a 2006). **História, Imagem e Narrativas**, v. 2, n. 4, 2007, p.134 – 147.

Disponível em:
<<http://www.historiaimagem.com.br/edicao4abril2007/medievinternet.pdf>>.

Acesso em: 13 mai. 2016.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

YAMAMOTO, André Ricardo. A Fúria dos Homens do Norte: Viking Metal e o Cristianismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, p. 1-15, 2011.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado. ICH Campus Alberto Rosa. Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – Sala 119. CEP: 96010-770. Pelotas - RS. Brasil.

A BIOGRAFIA EM UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Isabella Nogueira¹
Universidade Federal de Goiás

Maria Cristina Nunes Ferreira Neto²
Universidade Estadual de Campinas

Recebido: 31/03/2016 Aprovado: 12/05/2016
--

Resumo: O gênero biográfico é pensado, atualmente, tanto pelo regime narrativo literário quanto pelo histórico, mas não foi sempre assim. Na segunda metade do século XIX, a produção biográfica se aproximou mais intensamente das produções da História Política e, quando esta última foi questionada, já no século XX, a biografia também o foi. Se antes a biografia, para os historiadores, era vista como um gênero literário, posteriormente se tornou muito política e, em ambos os casos, não era uma fonte segura para a escrita da História, pois era ora ficcional, ora excludente. Contudo, será que a escrita biográfica não foi sempre uma produção política? O político, o literário, o social, o cultural e o econômico podem ser pensados como domínios tão distintos? Com a Nova História, se repensaram conceitos que levaram a reavaliar a utilização das fontes e quais seriam elas, bem como os conceitos que auxiliavam na produção do pensamento e na escrita da História. Por meio da argumentação de alguns autores queremos, então, pensar a biografia em uma Nova História Política, apresentando a pluralidade dos argumentos que permeiam essa temática.

Palavras-chaves: História; Biografia; Nova História Política.

THE BIOGRAPHY IN A NEW POLITICAL HISTORY

Abstract: The biographical genre is currently thought both for the literary narrative regime and by History, but it was not always like this. By the second half of the nineteenth century, the biographical production got closer to the Political History production and when this last one was questioned in the twentieth century, the biography also went along. If before biography, for the historians, was seen as a literary genre, after it became political and in both cases it was not a secure source to write History, one time it is too fictional, in another too exclusionary. But the biographical writing was not always a political production? The politician, the literary, the social, cultural and economic could be thought as areas so diverse? With the New History, concepts were rethought and it led to re-evaluate the use of sources and what these were, and concepts that assisted in the production of thought and History's writing. Through the argumentation of some authors we want to think the biography in a New Political History bringing the plurality of the subject that permeate this thematic.

Keywords: History; Biography; New Political History.

¹ E-mail: granataisabellan@gmail.com.

² E-mail: mariacris.nfn@gmail.com.

A proposta deste artigo é discutir e compreender um pouco mais sobre o desenvolvimento do estudo das biografias, particularmente à luz das discussões da Nova História Política. Na atualidade, os historiadores repensam a rejeição³ imposta ao gênero biográfico, apresentando as modificações ocorridas ao longo do tempo na produção do pensamento histórico e na prática da escrita da história. Essa rejeição envolveu também o domínio da História Política⁴ que, hodiernamente, tem ganhado um espaço significativo na produção historiográfica, que convencionou chamá-la de Nova História Política, agora incorporando, em suas análises, as práticas sociais e culturais. A nossa preocupação, portanto, está em apresentar as análises de alguns autores que se debruçaram sobre essa temática, mostrando a multiplicidade de abordagens que ora se complementam, ora se distanciam.

Uma primeira crítica, por parte de alguns historiadores, vem da modernidade e envolveu principalmente a biografia. Podemos perceber isso nas palavras de Loriga⁵, que diz:

Desde o fim do século XVIII, os historiadores se desviaram das ações e dos sofrimentos dos indivíduos para se dedicarem a descobrir o processo invisível da história universal. Múltiplas razões os conduziram a abandonar os seres humanos para passar de uma história plural (*die Geschichten*) a uma história única (*die Geschichte*). É possível que duas revelações dolorosas da modernidade tenham contribuído para isso: por um lado, a descoberta de que mesmo a natureza é mortal e, por outro, a perda progressiva da confiança na capacidade de nossos sentidos de apreender a verdade. [...] Em primeiro lugar, a vontade de trazer às ciências humanas bases científicas estáveis e objetivas.

³ Essa rejeição da biografia pode ser pensada em dois momentos. No primeiro, tínhamos uma narrativa que não satisfazia o cientificismo crescente durante o século XIX, por ser uma narrativa isenta de documentos escritos que provassem os fatos e por não considerar a vida interior um objeto de estudo da História. Em um segundo, temos o caminho inverso, a biografia se tornou rígida, factual e cronológica, para a produção da segunda metade do século XX. Essa forma narrativa não satisfazia a apreensão da realidade, porque, em nome de uma veracidade, deixava escapar muitos particulares mais íntimos e excluía a subjetividade de um indivíduo (DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009).

⁴ A História Política tradicional do século XIX foi rejeitada durante o século XX, por ser considerada uma história que representava os dominantes e que excluía o social. Dessa forma, construía a história de poucos e dos vencedores. Esse domínio político se utilizou da biografia para falar dos grandes, o que ajudou a aumentar o descrédito do gênero biográfico (FELIX, Loiva Otero. A História Política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 49-66, 1998).

⁵ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 11.

Já Hall⁶, fazendo referência a Raymond Williams, afirma que havia uma emergência de noções de individualidade na época moderna mesmo antes do século XVIII, que poderia “estar relacionada à quebra das ordens social, econômica e religiosa medieval”. Foi “somente no final do XVII e no XVIII [que] um novo modo de análise, na lógica e na matemática, postulou o indivíduo como entidade substantiva (cf. “mônadas” de Leibniz), a partir da qual eram derivadas outras categorias, especialmente categorias coletivas”.⁷

Pensando em um tempo adiante, Gay⁸ argumenta sobre a preocupação com o indivíduo durante o século XIX, fato que pode ser constatado pela proliferação de biografias e autobiografias. O autor explica que o campo historiográfico e seus historiadores estavam divididos entre a negação e a aceitação dessas produções como fontes de estudo. Gay nos fala de uma produção vasta que, ao mesmo tempo, contrapunha-se ao cientificismo histórico crescente na época, isso porque o gênero biográfico era visto como uma escrita que se distanciava da verdade por não possuir, segundo a teoria cientificista, provas daquilo que é narrado. Essas provas se constituiriam apenas de documentos escritos. Para os historiadores cientificistas não existia nada que provesse a vida interior e os acontecimentos cotidianos em seus mínimos detalhes. Portanto, para a produção desse século, o estudo dos gêneros biográficos e autobiográficos, apesar de presente, não era considerado devido ao fato de serem estas narrativas concebidas mais como ficcionais do que históricas.

Loriga, em seus estudos sobre o gênero biográfico, afirma que o termo biografia somente aparece ao longo do século XVII, “para designar uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escritura de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida (tais como o panegírico, o elogio, a oração fúnebre e a hagiografia)”.⁹

Doise, assim como Loriga, procura evidenciar os primeiros vestígios do gênero biográfico e constata que este é muito mais antigo do que Loriga propõe.

⁶ HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. **Textos Didáticos**, n. 18. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

⁷ WILLIAMS, 1976, p. 135-136 *apud* HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. **Textos Didáticos**, n. 18. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 23.

⁸ GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁹ LORIGA, S. Op. Cit., p. 17.

Para ele, o gênero se disseminou pela noção de *bioi* (*bios*). A biografia, no momento apontado pelo autor, não se ocupava apenas de retratar uma vida, mas também de evidenciar uma “maneira de viver” exemplar. Dosse acrescenta que

Durante muito tempo, da Antiguidade à época moderna, o gênero biográfico teve por função essencial identificar. Prestou-se ao discurso das virtudes e serviu de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras. O gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se. Inscreve-se, durante esse longo período, no respeito absoluto a uma tradição que se organiza na Antiguidade em torno dos valores heroicos; em seguida, com a cristianização, os valores religiosos é que se difundem tomando por modelo as vidas exemplares.¹⁰

No período medieval tornaram-se presentes as hagiografias, que estabeleceram uma provável “tranquilidade” ao gênero biográfico, que desde a Antiguidade fora separado da história. Essa separação se deu por sua aproximação ao gênero literário, que tem um regime de verdade distinto daquele de um historiador. O período Medieval foi o único momento em que esse gênero teve mais relevância do que as críticas recebidas. Como nos lembra Dosse:

A biografia aparece juntamente com o gênero histórico no século V a.C. como observa Arnaldo Momigliano, isso não se deu ao acaso, ainda que “a biografia nunca haja sido considerada, no mundo clássico, como história”. Será necessário, no entanto, esperar a época helenística para que a noção de biografia se estabilize em torno do conceito de bios. [...] Aprofundando-se a separação, sobretudo a partir de Tucídides, entre o discurso do historiador nascente, que se quer discurso de verdade, e os mitos, lendas e outras epopeias, a biografia da época helenística alimenta uma ambição que se abebera tanto no real autenticado quanto na ficção. A biografia não corta o cordão umbilical que a liga ao imaginário, contrariamente ao gênero histórico.¹¹

Como vimos, no período medieval, a biografia não é considerada como História e isso se dá, também, pela proximidade desse gênero com as crenças religiosas. O sujeito narrado nessa época era o santo, ou aquele homem considerado iluminado por Deus, cujos feitos milagrosos e conversas com Deus, dentre outras coisas, eram contados. O cientificismo estava cada vez mais tomando

¹⁰ DOSSE, F. Op. Cit., p. 123.

¹¹ Ibidem. p. 124-125.

o espaço da crença religiosa como regedora do mundo e os historiadores começaram a repensar a noção de sujeito e do uso da biografia como fonte.

Hoje, a biografia é uma narrativa incorporada ao campo político, que também se preocupa com a noção de indivíduo. Isso ocorreu por se repensar o sujeito como parte da escrita da história, agora não mais excluído em sua singularidade e, ao mesmo tempo, na sua multiplicidade de comportamentos, no estudo de uma época. Foi por esse repensar que o sujeito se renovou diante da história. O auge do político na historiografia ocorreu a partir dos anos oitenta do século XX, momento em que o gênero biográfico foi mais aceito como fonte histórica.

Ferreira Neto¹² ressalta que, com o esgotamento da concepção racionalista cartesiana e cientificista e com o surgimento de uma nova atitude diante do sujeito e da história, abriu-se espaço para outras dimensões do homem que não possuem uma lógica formal, mas que têm um papel também importante, como a emoção e a sensibilidade, que se constituem em forças mobilizadoras do social. Ao referir-se aos estudos do político de Pierre Ansart, a historiadora sublinha que “é preciso dar atenção para a importância das paixões políticas”, porque essas geram consequências sociais e criam ou estão correlacionadas com as práticas culturais.

As paixões políticas envolvem e movem as conjunturas e, conseqüentemente, as relações sociais, manifestando-se nos vários indivíduos que ali se encontram. Cada um externaliza, à sua maneira, essas paixões, que muitas vezes são compartilhadas pelo coletivo. A partir dessas novas aceitações diante do sujeito e da História, a biografia ganha uma nova importância diante da História.

Para alguns estudiosos, uma pessoa “comum”, diga-se, também pode interferir no que está a sua volta. Da mesma forma, o político não é uno, ao contrário, interfere no social, no político e no cultural. Como bem lembra-nos Remond em uma conferência:

O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, ideias e até

¹² FERREIRA NETO, M. C. N. Sensibilidades, Sociabilidades e representações fazem parte do campo do político? **Fragmentos de Cultura (Goiânia)**, Goiânia, v. 14, n. 9, p. 1565-1573, 2004. p. 7.

paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso se expressa na política. Penso até que um povo se expressa na política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária.¹³

Portanto, com o desenvolvimento das novas perspectivas para se compreender os estudos do político, em especial com a incorporação das sensibilidades, foi possível a criação de um “espaço para a redefinição de questões culturais na história e nas ciências humanas. Repensa-se a memória, redimensiona-se a questão do político e da cultura política, descobre-se o imaginário na história”.¹⁴

É no caos da perda de certezas epistemológicas e de euforias existenciais que, segundo Félix, o cidadão e o historiador se voltam para a política como práxis, para o político como nível, instância ou dimensão do fazer social e para a história política como produção intelectual do saber. Os cidadãos repensam suas vidas, a comunidade, a cidade na política, o jogo político de partidos como dimensão que afeta seu cotidiano.

Assim, Félix complementa que é essa nova compreensão do sujeito e de seu caminho histórico que possibilitaram uma nova inserção da história política em reação ao descrédito que a acompanhava durante parte do século XX, ampliando, assim, seu campo de ação. Fala-se de uma Nova História Política.

Em que consistia o descrédito? Como ele se manifestou? Rémond nos responde:

Sem percorrer de novo a história de suas variações e vicissitudes, diria sumariamente que, se outrora, no século XIX ou no início do século XX, a chamada história política desfrutou de um prestígio inigualado, exercendo um *imperium* e uma hegemonia sobre o resto da disciplina, a profunda renovação que atingiu a história na França se fez, de modo geral, em reação e contra ela. De certa forma, a história política passou a ser denunciada como um contraexemplo. Ela reunia todos os defeitos contra os quais as novas gerações de historiadores desejavam definir-se, reagindo a uma negligência demasiado prolongada dos historiadores

¹³ RÉMOND, René. Por que a História Política? **Estudos Históricos**, FGV, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994. p. 19.

¹⁴ FELIX, Loiva Otero. A História Política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 52, 1998.

mais velhos frente a outras realidades não menos importantes, entre elas o trabalho, as relações sociais, a economia.¹⁵

É interessante apontar que as primeiras críticas à História Política tradicional partiram da França, além de ter sido lá que se iniciou a revalorização do político. As críticas mais contundentes vieram do grupo da primeira geração dos *Annales*, que a considerou, em poucas palavras, uma narrativa factual, que não possuía ou formulava um problema. Foi com esse mesmo olhar que o Marxismo e o Estruturalismo contribuíram inicialmente para o seu descrédito, pois, ao questionarem a esfera política, propunham, cada um a seu modo, uma nova análise.¹⁶

Barros,¹⁷ ao explicar as posições argumentativas tomadas pela Nova História quanto ao político, diz que “não era contra a instância política que a Nova História se voltava, mas sim contra uma maneira mais específica de trabalhar esta instância política”¹⁸, ou seja, no domínio da História Política não havia um problema, não existia a história problema de que falavam os analistas.

Segundo Félix, Jacques Julliard, em 1974, foi o primeiro historiador a favor da valorização do político ao fazer a seguinte afirmação: “Estamos fartos de uma história política que tinha resposta para tudo porque nunca interrogava nada nem ninguém. Marxista ou não, o historiador não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político”.¹⁹

¹⁵ RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994. p. 13.

¹⁶ Segundo Félix, somente a partir de Gramsci foi incorporada a análise do político e do cultural no Marxismo para estabelecer relações entre fatos, desvendando diferentes dimensões do social. No Estruturalismo, transformou-se o político de jurídico-político de superestrutura para um nível de estrutura regional, ao lado da economia e da produção do pensamento. Junto à contribuição do Marxismo, trouxe a percepção das relações sociais na medida em que problematizou temas vinculados à natureza do poder e ao papel do Estado, sempre tendo como principal estudo as estruturas. Já na terceira geração dos *Annales*, na década de 1970, a História Política teve grande influência da Nova História e do Marxismo.

¹⁷ BARROS, José D'Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. *Opsis*, Goiânia, v. 12, p. 29-55, 2012. p. 30.

¹⁸ “[...] Marc Bloch chega a afirmar que “o milagre real [a crença no poder de cura dos reis através do toque] [ou taumaturgia] foi acima de tudo a expressão de uma concepção particular do poder político supremo” (BLOCH, 1991: p. 21). Conforme podemos ver nesta pequena fala de Marc Bloch a respeito da temática de sua obra, uma nova concepção de “história política” poderia perfeitamente surgir para substituir a anterior – aquela velha história política acontecimental, na qual eram examinadas as nações nos seus confrontos bélicos e diplomáticos, ou através da figura de grandes homens que pretensamente conduziriam a História” (BARROS, J. D. A. Op. Cit., p. 30).

¹⁹ JULLIARD, 1989. p. 271 *apud* FELIX, L. O. Op. Cit., p. 56.

Somente na década de 1980 a situação de descrédito começou a mudar a favor de uma maior compreensão do político. O foco de atenção deslocou-se, por exemplo, do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos para os operários, vistos, então, como sujeitos: da fábrica para a casa, rua e família operária para as atividades recreativas e para a cultura. Esse deslocamento de tema, objeto e problema evidenciou novos caminhos do papel do sujeito na história. Segundo Borges, foi nessa mesma época que a biografia tomou um novo rumo, um novo olhar, teve o seu *boom*.²⁰

Um primeiro grande tema que se pode destacar nas mudanças no campo histórico que atinge o estudo do político, especialmente na questão da cultura política, são as reflexões sobre Memória e História.

Para Felix, História e Memória não são a mesma coisa. De Decca, para complementar, afirma que são categorias que “inclusive se opõem constantemente”.²¹ Enquanto a história é o tempo das mudanças e transformações, da busca das diferenças; a memória, ao contrário, é o tempo das permanências e da busca da identidade.²²

Nesse sentido, pensando um pouco mais a noção de mudança/permanência na história – e discordando de Felix e De Decca –, Pollak assegura que a memória sofre mudanças sim, mas essas mudanças se modelam para fazer com que se estabeleça uma permanência do acontecimento, do personagem ou do lugar, criando, assim, sentido para o homem.

É como se, numa história de vida – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da essência da própria pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.²³

²⁰ BORGES, Vavy P. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). **Figurações do outro**. Belo Horizonte: EDUFU, 2012. p. 226.

²¹ DE DECCA, 1992. *apud* FELIX, L. O. Op. Cit.

²² FÉLIX, L. O. Op. Cit., p. 59.

²³ POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. p. 201.

Nora,²⁴ na contramão das afirmações de Felix e De Decca, afirma que “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade da memória é uma necessidade da história”. Portanto, a memória em si não se desvincula da história. Na perspectiva historiográfica atual, dizemos que ela é guiada pela re(a)presentação “presente das coisas ausentes do passado”.²⁵

O fato de a memória ser passível de manipulação – isto é, de ter relação com o poder –, e de a compreensão da história ser uma representação do real nos interessam particularmente. A manipulação e a representação nos conduzem a uma abordagem importante da História Política da atualidade: os estudos do imaginário político.

Um grande cuidado que se deve tomar quando se trabalha biografias é justamente perceber a relação da memória com o poder. Isso se deve ao fato de ser o poder um definidor da memória, ao mesmo tempo em que essa construção se dá de acordo com interesses registrados, por exemplo, em livros ou entrevistas; tornando-se discursos²⁶ que passam a ser fonte do historiador²⁷.

Nessa perspectiva, vale a pena analisar um pouco mais a palavra ‘poder’, que sofreu modificações ao longo do tempo e, conseqüentemente, interferiu na passagem da Velha História Política para a Nova História Política. Para entendermos mais sobre a manipulação e a representação, presentes na memória e também na História, é preciso compreender, minimamente, os conceitos de poder e de imaginário. Partimos da palavra ‘poder’ e de sua compreensão e utilização na Nova História Política para, depois, pensar o imaginário.

²⁴ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos lugares. **Revista Projeto de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. p. 14.

²⁵ RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²⁶ “De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores. A revolução de Michel Foucault no âmbito da História do Discurso vai mais além, pois o filósofo chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou Estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como ‘a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder’ (FOUCAULT, 1972, p. 48-49).” (BARROS, J. A. Op. Cit., p. 40).

²⁷ BARROS, J. A. Op. Cit., p. 31.

Segundo Barros²⁸ a palavra “poder” rege o caminho interno da História Política.²⁹ Esta palavra que sofreu mutações e disputas no complexo desenvolvimento histórico e da compreensão pela comunidade científica, na atualidade tem um sentido mais amplo:

“Poder” não seria apenas aquela que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes Instituições – ou que a estes podia se confrontar através de revoluções capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem igualmente centralizada – e nem seria apenas aquele poder que de resto mostrava-se exercido fundamentalmente pelos personagens que ocupavam lugar de destaque nos quadros governamentais, institucionais e militares das várias nações-estados. [...] “Poder” – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, um sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. “Poder” é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos. [...] Essa compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política.³⁰

A redefinição da palavra ‘poder’ possibilitou redefinir e conceder um novo lugar ao político. Desse modo, fazer política não se relaciona mais apenas ao sistema ou ao corpo administrativo. “Pensando bem, praticamente não existe outra atividade que atinja um número maior de homens e mulheres, pelo menos nos países democráticos”.³¹ Para Rémond, o político engloba a totalidade, que não se resume só a isso, mas que vai além da individualidade:

Daí os acontecimentos políticos serem fundadores das mentalidades: o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na

²⁸ BARROS, J. D. Op. Cit.

²⁹ Rémond afirma que, mesmo que não exista uma “definição abstrata”, pode-se falar de uma para o político, que é: “A mais constante é pela referência ao poder: assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Mas não é qualquer poder!” (RÉMOND, René. Do político. In: ____ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 444).

³⁰ BARROS, J. D. Op. Cit., p. 31.

³¹ RÉMOND, R. Por que a História Política? **Estudos Históricos**, v.7, n. 13, p.9-19, 1994. p. 18.

inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeitada.³²

Essa inconsciência da memória coletiva é caracterizada pelo que chamamos de imaginário, que possibilita a criação de uma representação do real da história. Nessa perspectiva, “cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada”³³, pois o imaginário político, não se vale só do político:

Dito de outra forma, o político – e mais especificamente ainda o imaginário político – é aqui ressaltado como caminho para a percepção do social, e que nos coloca diretamente dentro do tema deste conjunto de reflexões que procura examinar “a História Social e o retorno³⁴ do Político”, [...] isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elemento para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa.³⁵

Percebemos, então, que o imaginário ajuda e interfere no estudo do político e que, portanto, existe um imaginário político que serve como base para mais de um indivíduo, proporcionando-nos uma totalidade.³⁶ O imaginário faz parte do real, mas não define a veracidade deste, ao contrário, precisamos pensar o imaginário como Borges aponta:

É preciso pensar o imaginário não como mistificado, isolado do real, não como quimérico ou ilusório, mas com sua parte de razão e de não-razão, seus mitos e preconceitos, seus sentimentos positivos e negativos. Não há no imaginário um sistema rígido, os elementos são fluidos, se desdobram, não se pode vê-los cartesianamente; é preciso pensá-lo em uma longa duração. [...] Nesse imaginário, os mitos tem função

³² RÉMOND, René. Do Político. In: _____. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 441-453. p. 449.

³³ BARROS, J. D. Op. Cit., p. 43.

³⁴ “Falou-se em ‘retorno do político’. Não gosto nem um pouco desta expressão, porque ela faz pensar que se trata de uma volta atrás ou de uma restauração, quando, na verdade, trata-se de algo completamente diferente, de uma outra história, que se beneficiou do enriquecimento de todas as gerações anteriores e trouxe, não resta dúvida, o político para frente do palco.” (RÉMOND, R. Por que a História... Op. Cit., p. 13).

³⁵ BARROS, J. D. Op. Cit., p. 43.

³⁶ “Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam em espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado. [...] Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ela não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo político.” (RÉMOND, René. Do Político... Op. Cit., p. 444).

explicadora, fornecendo um certo número de chaves para a compreensão do presente; têm também um papel mobilizador.³⁷

O imaginário abre, então, um novo olhar, o qual pode nos fazer ver além dos fatos narrados, mais especificamente através do imaginário, duas faces de uma mesma moeda.

O político e a biografia, com a inserção do conceito de imaginário político, perdem sua factualidade, sua rigidez cronológica e sua concisão, pois o imaginário faz pensar na correlação entre o real e o não real. Muitas vezes o que nos parece não real pode ajudar, ao contrário, a perceber algo que ocorreu em um momento anterior ou posterior ao vivido, valorizando também ideias que pertenceram ou pertencem ao sujeito e à sociedade. Nessa narrativa menos rígida é também possível perceber uma relação de poder entre dominado e dominador, ou seja, os fatos se envolvem de uma narrativa mais literária, mais filosófica, campos que fazem com que se perceba melhor a relação de poder por afirmações menos factuais.

No ponto de vista de Félix³⁸, as percepções da história política em seus vínculos com a memória, a representação e o imaginário são conceitos que se tocam e se completam e estão vinculados à uma reativação da história em direção à interdisciplinaridade. Dessa forma, a história política se vê associada a tantos outros campos, como a antropologia, a psicologia, a geografia, a literatura, entre outros.³⁹

Esses estudos, guiados pelo campo maior da História Cultural, nos possibilitam compreender e analisar os acontecimentos além de seu caráter econômico e de partidos. Mesmo existindo uma imprecisão no conceito de História Cultural, entrevemos um deslocamento da ênfase do econômico para o social⁴⁰, abastado com as relações e representações que o compõem.

³⁷ BORGES, Vavy P. História Política: totalidade e Imaginário. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p.151-160, jul. 1996. p. 158.

³⁸ FÉLIX, L. O. Op. Cit.

³⁹ “Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios.” (RÉMOND, René. Do Político... Op. Cit., p. 444).

⁴⁰ Uma explicação que determina as relações do social foi apresentada por Foucault em seus estudos sobre anatomia do poder, redes que tecem o corpo social, os micropoderes e os comportamentos.

Há, segundo Ferreira Neto, citando Pierre Ansart, “o apelo emocional [que] sempre acaba revelando relações de poder”.⁴¹ Então, a emoção sempre se vincula ao poder, se utilizando do simbólico e do imaginário. “Ele [o historiador] deve admitir que os homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias.”⁴²

Esse olhar sobre a Nova História Política nos dá a possibilidade de falar melhor sobre o que a historiografia recente diz sobre biografia. Lembra-nos ainda Rémond que o político pode englobar uma trajetória de vida porque, em primeiro lugar, não há fronteiras e, em segundo lugar, “[se] é uma construção abstrata como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada”.⁴³ Desse modo, relacionar-se faz parte do político. A nossa vida se desenvolve pelo político e, como sublinha Rémond, esse poder não é qualquer poder, não se trata só do Estado, mas da coletividade dos territórios.

Quanto às paixões políticas, elas estão sempre presentes nas biografias e autobiografias, por isso devemos tomar cuidado quando nos apropriamos de certas informações. Para Ferreira Neto,

[...] é preciso considerar o caráter político de cada situação, pois cada cultura traz suas especialidades e cada conjuntura histórica, suas peculiaridades. Também não se pode esquecer que estas paixões políticas são coletivas, mas ao mesmo tempo, individuais e ressentidas pelo sujeito.⁴⁴

Por isso é importante que se tome o cuidado necessário no manuseio de cada escrito, de forma coerente e não extremista, para perceber os “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”.⁴⁵ Isso para que não ocorra o que Dosse alerta: “O biógrafo acaba possuído pelo biografado”.⁴⁶ Além disso, “nossa tarefa [biógrafo] não consiste simplesmente em

⁴¹ FERREIRA NETO, M. C. N. Op. Cit., p. 1572.

⁴² RÉMOND, René. Do Político... Op. Cit., p. 444.

⁴³ Ibidem. p. 442.

⁴⁴ FERREIRA NETO, M. C. N. Op. Cit., p. 9.

⁴⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 171.

⁴⁶ DOSSE, F. Op. Cit., p. 14.

contar histórias, mas em obter, a longo prazo, categorias e conhecimento científico – oposto ao conhecimento cotidiano”.⁴⁷

Desse modo, será possível conhecer mais o objeto, possibilitando um olhar mais amplo sobre a escrita biográfica.

Em todos os domínios que dependem da transversalidade, a escrita biográfica dá um passo à frente, pois se estriba num entrelaçamento de disciplinas que abre caminho para hipóteses não reducionistas. Entre história e ficção, jornalismo e história, o fato de captar os mil e um desvios da existência humana é a seara do biógrafo, que extrai o mel de todos os traços à sua disposição a fim de responder ao enigma colocado pelo sentido da vida.⁴⁸

Loriga⁴⁹ nos diz que “a redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao ‘cotidiano’, a ‘subjektividades outras’”. Assim, a biografia tem nos levado a um campo que vem interessando os historiadores desde 1970, que é a ideia do indivíduo e de sua subjetividade,⁵⁰ campo considerado pela História e sua escrita na atualidade. Tem sido “[...] evidente, sobretudo para nós, que nenhum ser humano deixou jamais de ter a percepção não apenas de seu corpo, mas também de sua identidade espiritual e corporal ao mesmo tempo”.⁵¹

Não existe, para nós, a ideia de um homem cronológico, linear, unitário ou com um destino determinado por alguma coisa na infância que o acompanhará por toda a vida, assim como Sartre via um indivíduo.⁵² Bourdieu afirma que devemos abandonar a ideia de linearidade, que nos leva a ver a vida dotada de um [único] sentido, pois isso é uma “ilusão biográfica”:

⁴⁷ RESENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e as suas consequências metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 194.

⁴⁸ DOSSE, F. Op. Cit., p. 122.

⁴⁹ SABINA, Loriga. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225.

⁵⁰ “Roland Barthes revisitou o sujeito por intermédio daquilo que passou a chamar, a partir de 1971, em Sade, Fourier, Loyola, de *biografemas*. Esses pequenos detalhes, que por si só podem dizer tudo a respeito de um indivíduo, lembram Marcel Schwob e suas Vies immaginaires. O sujeito que está de volta para Barthes no início dos anos 1970 é um sujeito, esboroado, aos pedaços, disperso, *mais ou menos como as cinzas jogadas ao vento após a morte*.” (DOSSE, F. Op. Cit., p. 306).

⁵¹ MAUSS, 1983, p. 335 *apud* LEVI, G. Op. Cit., p. 170.

⁵² DOSSE, F. Op. Cit., p. 229.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.⁵³

Conforme Bourdieu, um relato autobiográfico, que muitas vezes se torna base de um discurso biográfico, é perigoso para a escrita da história. Argumenta o autor:

O relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário.⁵⁴

Concordamos com Bourdieu quando nos alerta sobre a inexistência de uma coerência em um discurso autobiográfico, porém, temos de tomar cuidado com a abordagem radical de sentido “artificial da vida”. Levi supera a consideração de uma biografia como artificialismo e se utiliza do argumento da “existência de uma outra pessoa em nós mesmos, sob forma do inconsciente”.⁵⁵ Ainda sobre o questionamento da coerência nas narrativas autobiográficas, Pollak adverte que,

[...] ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de si mesmo o indivíduo tende a definir o seu lugar social e suas relações com os outros.⁵⁶

Nesse sentido, a escolha de estudar a história de um indivíduo, como nos lembra Revel, não pode ser

considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma

⁵³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 185.

⁵⁴ Ibidem. p. 184.

⁵⁵ LEVI, G. Op. Cit., p. 173.

⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989. p. 13.

comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve.⁵⁷

A biografia não nos fala apenas de uma vida, mas de algo a mais, afinal, tudo aquilo que circunda o indivíduo faz parte de sua narrativa. Levi⁵⁸ afirma que Bourdieu estava correto quando “falou de *ilusão biográfica*⁵⁹ considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a *superfície social*⁶⁰ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante.” Dar importância ao cenário significa, para Levi, levar em consideração as várias situações. Antes de qualquer coisa, trata-se de não reduzir-se as condutas a comportamentos-tipos e, em segundo lugar, perceber que “as trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam”.⁶¹

Isso significa que a trajetória de um indivíduo não nega a história social de um grupo. Existe uma “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações.”⁶²

Loriga⁶³ também aponta esse aspecto e diz que:

O indivíduo, esse ser sensível, é também fundamentalmente social e sociável: não é a existência singular e isolada que é compreendida no conceito de ego, não é uma substância impermeável, mas trata-se de “um conjunto que encerra em si, a cada vez, os sentimentos vitais dos outros indivíduos, da sociedade e, mesmo, a natureza”.

Então qual é a importância da biografia? Podemos responder com Levi:

⁵⁷ REVEL, Jacques. Prefácio: a história ao Rés-do-Chão. In: LEVI, Giovanni (Org.). **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 17.

⁵⁸ LEVI, G. Op. Cit., p. 169.

⁵⁹ “É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das ‘sucessivas emboscadas dos concursos e dos exames’), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que tem um começo (‘uma estreia na vida’), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (‘ele fará seu caminho’ significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história.” (BOURDIEU, P. Op. Cit., p. 183).

⁶⁰ “Descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos, e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos.” (Ibidem. p. 190).

⁶¹ LEVI, G. Op. Cit., p. 175.

⁶² LEVI, G. Op. Cit., p. 180.

⁶³ LORIGA, S. **O pequeno x...** Op. Cit., p. 127.

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.⁶⁴

Quanto à relação de poder entre dominante e dominado, que compõe a escrita da História, para conseguirmos superar a narrativa imposta pelo dominante se faz necessário trabalhar com a ideia de *historia-problema*, de forma que possamos acompanhar os desenvolvimentos da escrita da História sem nos atermos a uma cronologia e linearidade, retirando dela as preocupações explicativas e analíticas.⁶⁵

Esse tipo de história também é apontado por René Rémond, que, referindo-se ao político, afirma:

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. O acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável, a despeito do esforço que os historiadores possam fazer para reabsorvê-lo e integrá-lo numa sucessão lógica. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, ou, para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência.⁶⁶

A *história-problema* nos possibilita pensar uma biografia plural, que envolve suas várias nuances. Dosse,⁶⁷ ao citar Sabina Loriga e sua *biografia coral*⁶⁸, argumenta que, além de uma pluralidade na composição de uma instituição, há

⁶⁴ LEVI, G. Op. Cit., p. 180.

⁶⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: História e Cultura**, n. 3, v. 2, p. 57-72, jan/jun., 2003. p. 65.

⁶⁶ RÉMOND, R. Do político... Op. Cit., p. 449.

⁶⁷ DOSSE, F. Op. Cit., p. 258.

⁶⁸ "A biografia coral concebe o singular do percurso como um elemento de tensão. O indivíduo não se vê aí encarregado de uma missão que deve encarnar, de uma função que deve representar ou, ainda, de uma virtude que deve exemplificar em nome da presumida essência da humanidade. [...] O indivíduo, na abordagem coral, 'deve permanecer particular e fragmentado'." (DOSSE, F. Op. Cit., p. 258-259).

também a pluralidade do próprio indivíduo. Loriga argumenta que o discurso histórico geralmente tende a excluir o singular e a perceber o sujeito apenas como representante de uma categoria social ou cultural.

Gabriele Rosenthal, com o conceito de *Gestalt*,⁶⁹ explica que:

O significado do conjunto e o de suas partes se constituem mutuamente em *gestalten*; há uma contínua modificação mutua de componentes. Cada parte individual tem uma significação funcional para a *Gestalt*, e esse significado se relaciona com as outras partes.⁷⁰

Isso significa que o conjunto não é a soma das partes e que, conhecendo uma das partes, pode-se também conhecer o conjunto. A partir disso, pode-se dizer que “a ordem que se pode descobrir numa história de vida [...] é a ordem da inter-relação primordial do ‘mundo’ [outro] e do ‘eu’.”⁷¹ Portanto, buscar estudar um indivíduo não é somente buscar suas práticas cotidianas – como se alimentar ou vestir, que podem sim ser características importantes, mas que também por sua relação com o mundo, podem nos fazer conhecer além de sua maneira de ser. Podemos, assim, conhecer o contexto do biografado. Então, para Rosenthal, há uma relação contínua entre mundo e homem, o que não significa que um explica o outro.

A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstrução de uma época com seus sonhos e angústias, e, por isso, fonte para a escrita da História. Mesmo que, com seu caráter híbrido⁷², ficcional⁷³, literário⁷⁴ ou até mesmo

⁶⁹ “Essa ordem tem qualidade de Gestalt no sentido da teoria da Gestalt (Ehrenfels, 1890) e sua interpretação fenomenológica por Aron Gurwitsch.” (ROSENTHAL, G. Op. Cit., p. 196).

⁷⁰ Ibidem. p. 196.

⁷¹ Ibidem. p. 196.

⁷² “O caráter híbrido do gênero biográfico, a dificuldade de classificá-la numa disciplina organizada, a pulverização entre tentações contraditórias – como a vocação romanesca, a ânsia de erudição, a insistência num discurso moral exemplar – fizeram dele um subgênero há muito sujeito ao opróbrio e a um déficit de reflexão.” (DOSSE, F. Op. Cit., p. 13).

⁷³ “Discurso moral de aprendizado das virtudes, biografia se tornou, com o passar do tempo, um discurso de autenticidade, remetendo à intenção de verdade por parte do biógrafo. Entretanto permaneceu a tensão entre essa ânsia de verdade e uma narração que deve passar pela ficção e que situa a biografia num ponto médio entre ficção e realidade histórica.” (Ibidem. p. 12).

⁷⁴ “O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências humanas.” (Ibidem. p. 18).

ilusório⁷⁵, a biografia se torne uma narrativa questionável, não podemos deixar de dizer que esses caracteres deixam tal narrativa mais rica em detalhes.

Afirma Lorenzetti que François Dosse discorda de Bourdieu quando diz que não considera a biografia um trabalho para o historiador, porque não há preocupação com a verdade. Lorenzetti afirma que Dosse, ao contrário, acredita que tanto o “biográfico como o fazer histórico, são levados a cabo pelo próprio escritor, e dependem, até certo ponto, dos ‘elementos ficcionais’”. O que as une é o respeito que devem possuir em relação à realidade sem, contudo, ter em vista a compreensão total dessa realidade.”⁷⁶

Escrever a vida de alguém, portanto, não é tarefa fácil, pois relatar fatos não é o suficiente. Lorenzetti, utilizando-se das palavras de Dosse, assegura que, na atualidade, o historiador/biográfico aposta em uma biografia que tenta dar conta da realidade a partir do indivíduo, como um gênero híbrido, um misto de ficção e realidade, repleto também de desafios e enigmas.⁷⁷

O homem é vulnerável, ele tanto é influenciado tanto pelo “eu” como pelo “outro” e está em constante transformação, visto que, ao longo da vida, tudo se modifica, não só o corpo físico, mas também as atitudes. A tendência do homem é criar novas perspectivas, imaginar e planejar.

Dosse afirma que a psicanálise mudou a nossa forma de ver a biografia, nos ensinou que o “indivíduo é opaco a si mesmo, que não há transparência do sujeito”. Faz ainda referência ao estilo anglo-saxão, no qual as biografias transbordam de fatos e não possuem uma narrativa.⁷⁸

A distância da biografia com a literatura, segundo Dosse, desqualificou o entusiasmo com esse gênero. Dosse ainda fala do respeito à veracidade, mas explica que, apesar disso, o gênero ainda vive ancorado na Antiguidade pela necessidade da imaginação e pela importância e relevância da escrita. É por isso

⁷⁵ “Evidentemente, essa aventura oferece riscos: entre a perda da própria identidade e a não determinação da singularidade do sujeito biografado, o biógrafo deve saber manter o justo meio-termo, procedimento difícil porque os arroubos passionais e as tomadas de distância objetivantes são tão necessários à sua pesquisa quanto o cuidado de preservar-se tal qual é.” (Ibidem. p. 14-15).

⁷⁶ LORENZETTI, Fernanda L. François Dosse - O desafio biográfico. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 7, p. 4, p. 1-4, jan./jun. 2010.

⁷⁷ Ibidem. p. 4.

⁷⁸ Entrevista dada ao programa "Entrelinhas" de Ouro Preto publicada no dia 17 de novembro de 2009 no site youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=xZJYMrNgTs>>.

que, ao lermos várias biografias, percebemos a necessidade de nos sentirmos mais próximos do seu objeto, seja pela simpatia ou pela antipatia.

A partir do exposto é possível então dizer que há um avanço quanto aos estudos da biografia e do político. A aproximação dessa narrativa e desse campo com outros tantos campos do conhecimento fez com que essa escrita se tornasse cada vez mais interessante para os estudos históricos. A Nova História Política possibilitou uma mudança de concepção quanto aos fatos históricos, tornando-os mais interessantes e atrativos para a pesquisa. A aproximação com o literário, o filosófico, o psicológico, o sociólogo, entre outros, fez com que fossem percebidos outros detalhes da escrita, muitas vezes totalmente despercebidos. Podemos dizer que essa aproximação criou condições favoráveis para que informações importantes fossem captadas pelos historiadores. Essa esfera mais cultural e social na qual o político está envolvido faz com que uma pesquisa mais concisa seja possível.

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. **Opsis**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 29-55, 2012.

BORGES, Vavy P. História Política: totalidade e Imaginário. **Estudos Históricos. FGV**, v. 9, n. 17, p. 151-160, jul. 1996.

_____. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. *In*: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. (Org.) **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 225-238.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FELIX, Loiva Otero. A História Política hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 49-66, 1998.

- FERREIRA NETO, M. C. N. Sensibilidades, Sociabilidades e Representações fazem parte do campo do político? **Fragmentos de Cultura (Goiânia)**, Goiânia, v. 14, n. 9, p. 1565-1573, 2004.
- GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HALL, Stuart. A questão da Identidade Cultural. **Textos Didáticos**, São Paulo, n. 18, 1998.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.
- LORENZETTI, Fernanda L. François Dosse - O desafio biográfico. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 7, p. 1-4, jan/jun., 2010.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos lugares. **Revista Projeto de Historia**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RÉMOND, René. Do Político. *In*: _____. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 441-453.
- _____. Por que a História Política? **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 9-19, 1994.
- RESENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e as suas consequências metodológicas. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Ed. 7ª. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 193 – 200.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas SP: Unicamp, 2007.
- REVEL, Jacques. Prefácio: a história ao Rés-do-Chão. *In*: LEVI, Giovanni (Org.) **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 07-37.
- SABINA, Loriga. A biografia como problema. *In*: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escalas a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. p. 225-249.

___ . **O pequeno x: da biografia a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHMIDT. Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: História e Cultura**, n. 3, v. 2, p. 57-72, jan/jun., 2003.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades. Rua 227, Qd. 66, n. 3669 (Área VI), Setor Leste Universitário.
CEP: 74.605-080 - Goiânia, GO - Brasil - Caixa-postal: 131.